

Sumário

Editorial

EDITORIAL

Virgínia Ferreira

5-7

Dossier: Epistemologias, Metodologias e Produção de Conhecimento Crítico de Matriz Qualitativa em Estudos sobre as Mulheres, Género e Feministas

NOTA PRÉVIA: A abordagem qualitativa para compreensão das questões de género

Fornari, Lucimara Fabiana; Costa, António Pedro

11-13

DO PESSOAL AO POLÍTICO: as metodologias de investigação qualitativa como aliadas da ação

Bergano, Sofia; Vieira, Cristina C.

15-25

A CONSTRUÇÃO DO PÂNICO MORAL A PARTIR DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NOS DISCURSOS ULTRACONSERVADORES NO BRASIL

Oliveira, Cleide Ester de; Bittencourt, Nadir de Fátima B.; Souza, Veralúcia G. de; Pimentel, Paulo Sesar; Ormond, Kátia Terezinha P.; Silva, Isabel Cristina

27-44

VIOLACIÓN DE ADOLESCENTES EN SITUACIÓN DE CALLE EN MEDELLÍN, COLOMBIA

Mejía, Anghie Phamela López; Pulido, Constanza Forero; Pineda, Álvaro Giraldo

45-60

MULHERES IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: o protagonismo nas denúncias

Damaceno, Daniela Garcia; Alarcon, Miriam Fernanda Sanches; Sponchiado, Viviane Boacnin Yoneda; Chirelli, Mara Quaglio; Marin, Maria José Sanches; Ghezzi, Joyce Fernanda Soares Albino

61-76

STRUGGLING FOR THE DIGNITY OF WOMEN WITH RELAPSING-REMITTING MULTIPLE SCLEROSIS: an interpretative phenomenological single case study analysis

Miertová, Michaela; Cáp, Juraj; Žiaková, Katarína

77-88

MATERNIDADE TARDIA: da consciencialização do desejo à decisão de ser mãe
Santos, Maria Anabela Ferreira dos; Lopes, Maria dos Anjos Pereira; Botelho, Maria Antónia Rebelo 89-105

PERSPECTIVAS Y EXPERIENCIAS SOBRE EL CONSUMO DE BEBIDAS ALCOHÓLICAS DURANTE EL EMBARAZO: estudio cualitativo con embarazadas de España, Francia y Portugal
Franco, Renata; Charro, Belén; Xavier, Maria Raul 107-121

Estudos e Ensaios

LA MISOGINIA POPULAR COMO CONTRAMOVIMIENTO: estudio de la resemiotización y los discursos manipulativos como desafíos contra el feminismo
Puente, Sonia Núñez; Romero, Diana Fernández 125-142

LA INVISIBILIDAD NORMATIVA DE LOS RIESGOS PSICOSOCIALES QUE AFECTAN A LAS MUJERES TRABAJADORAS. El caso español en perspectiva europea
Castiblanque, Raúl Payá 143-161

RECLUSÃO FEMININA: as implicações da visita íntima na adaptação à prisão
Pinto, Rita; Oliveira, Alexandra 163-177

MÃES CUIDADORAS, PAIS IMPERFEITOS: diferenças de género numa revista portuguesa para mães e pais
César, Filipa; Oliveira, Alexandra; Fontaine, Anne Marie 179-194

**(DES)CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE TRANS*:
Homens que engravidam**
Pinho, Ana R.; Rodrigues, Liliana; Nogueira, Conceição 195-205

Recensões

FEELING ACADEMIC IN THE NEOLIBERAL UNIVERSITY. *Feminist Flights, Fights and Failures*, edited by Yvette Taylor and Kinneret Lahad. London: Palgrave/ Macmillan, 2018, 368 pp.
Bebiano, Adriana 209-212

RE-WRITING WOMEN AS VICTIMS: *From Theory to Practice*, edited by María José Gámez Fuentes, Sonia Núñez Puente, & Emma Gómez Nicolau. London:

- Routledge, 2019, 230 pp.**
Valéria Silva Galdino, Caio Eduardo Costa Cazelatto 212-215
- FEMINICÍDIO: uma análise sociojurídica da violência
contra a mulher no Brasil, de Adriana Ramos de
Mello. Lisboa: GZ Europa, 2020, 3.^a edição, 254 pp.
Rolino, Tiago 216-219**

Neste quadragésimo primeiro número da *ex æquo* reunimos um conjunto de textos sobre temas diversos, que têm em comum a mobilização de metodologias qualitativas de investigação científica. A organização do dossier sobre *Epistemologias, metodologias e produção de conhecimento crítico de matriz qualitativa em Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas* esteve a cargo de Cristina C. Vieira e Sofia Bergano, ambas especialistas em Ciências da Educação, com amplo domínio destas metodologias, incluindo a sua apresentação didática em manuais.

Como se pode ver na *Nota Prévia*, este dossier resultou da parceria estabelecida com o 8.º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ2019) e a 4.ª World Conference on Qualitative Research (WCQR2019). Feita uma primeira seleção de textos a incluir, a partir da avaliação dos resumos das comunicações, foi lançado o desafio às respetivas autoras e autores para procederem à sua ampliação tendo em vista a publicação. Uma vez recebidos, os textos foram ainda objeto de uma última avaliação. Da seleção feita, resultou um conjunto de seis textos sobre temáticas e proveniências muito diversas, incidente sobre problemas sociais que afetam em especial as mulheres. Da sua diversidade e relevância nos dá conta o texto de apresentação do dossier. Neste Editorial, incumbe-me dar conta, ainda que brevemente, do contexto em que este número da revista foi produzido e dos textos e outro material extra dossier.

Este número da *ex æquo* foi produzido ao longo dos três primeiros meses da crise pandémica da COVID-19, cujos impactos na comunidade académica e científica estão ainda por conhecer em profundidade. É sabido que nenhuma crise é neutra sob o ponto de vista de género, acarretando impactos diferenciados para diferentes tipos de pessoas em função do estatuto, reconhecimento e acesso a recursos de que dispõe. As especificidades desta crise e a experiência de crises anteriores permitem antecipar uma especial severidade dos impactos para as mulheres, também no contexto académico, tendo em conta a 'ordem de género' vigente. Algumas análises instantâneas e testemunhos rapidamente divulgados durante estes meses, mas também os dados disponibilizados por várias diversas publicações relativos à prevalência de submissões de autoria feminina e masculina, apontam para uma significativa quebra de produtividade feminina. As medidas de contenção do coronavírus repercutiram-se especialmente na ambiguidade da posição social das mulheres, entre o público e o privado, entre a casa e a universidade, entre o trabalho do cuidado e o trabalho académico. O confinamento tornou mais penosa a negociação entre público e privado, sobre a qual se organizam as carreiras. As académicas mães, em especial as que compõem famílias monoparentais, estão entre as que mais se ressentem do confinamento e do isolamento social. O mesmo se diga das que ocupam posições de grande precariedade.

Outro impacto da crise pandémica fez-se sentir no trabalho de investigação, interrompido por via da impossibilidade de acesso ao terreno de investigação (laboratórios ou comunidades humanas) e as dificuldades acrescidas para manter o «normal» funcionamento em regime de teletrabalho (num contexto de condições sociais excepcionais, exacerbadas pelos desafios emocionais inerentes à pandemia). Temos todos os motivos para pensar que as mulheres foram as mais afetadas pela situação: ocupando, em geral, as posições de maior precariedade e de menor estatuto, são elas que mais frequentemente sentem as dificuldades e *stress* associados à gestão do tempo, do *home office* em que há constantes interrupções por atividades de cuidado (de crianças ou outras pessoas dependentes) ou, ainda, que são sobrecarregadas com tarefas de *care of academic family*, na expressão de Guarino e Borden (2017), ou seja, com tarefas administrativas, de envolvimento de públicos, tutorias, gestão de cursos, etc.

Pensando, nas ciências sociais, em particular, é para nós claro que as metodologias qualitativas, que implicam um grande envolvimento com participantes nas pesquisas, estão a ser, sem dúvida, particularmente relegadas para segundo plano, mesmo quando se tenta ultrapassar a situação de distanciamento físico e social, com recurso a tecnologias. Ora, as metodologias qualitativas são um pilar fundamental dos Estudos sobre as Mulheres, dos Estudos de Género e dos Estudos Feministas. Os textos incluídos no *dossier* deste número da *ex æquo* são mais uma demonstração dessa afirmação.

Na secção de *Estudos e Ensaios*, voltamos a encontrar metodologias qualitativas (análise do discurso e entrevistas semiestruturadas), mas também as quantitativas. Concretizando, Sonia Núñez Puente e Diana Fernández Romero analisam «La misoginia popular como contramovimiento: estudio de la resemiotización y los discursos manipulativos como desafíos contra el feminismo». Com base em três estudos de caso, desconstróem os discursos de partidos de direita, como o VOX, em Espanha, que se baseiam em quadros interpretativos vinculados a conceitos como «ideologia de género» ou «feminazi». É um contributo muito relevante para a compreensão de discursos cada vez mais presentes na política.

Ainda em Espanha, Raúl Payá Castiblanque denuncia a «La invisibilidad normativa de los riesgos psicosociales que afectan a las mujeres trabajadoras. El caso español en perspectiva europea». Com efeito, o autor mostra como a subestimação dos riscos psicossociais afetam sobretudo as mulheres trabalhadoras.

Os dois textos que se seguem incidem sobre a realidade portuguesa: Rita Pinto e Alexandra Oliveira enfatizam a importância das visitas íntimas para a adaptação das mulheres à prisão no texto sobre «Reclusão feminina: As implicações da visita íntima na adaptação à prisão»; e Filipa César, Alexandra Oliveira e Anne Marie Fontaine, na sua análise sobre «Mães cuidadoras, pais imperfeitos: Diferenças de género numa revista portuguesa para mães e pais» ajudam-nos a ter uma leitura mais fina de uma revista de grande difusão nacional – a *Pais & Filhos* – que evidencia fortes marcas de ambivalência num discurso que, apesar de apelar

a modelos de paternidade mais partilhados, continua a chamar a atenção para as exigências do papel que incumbe às mães como «principal e insubstituível cuidadora», reforçando desse modo uma clara diferenciação de género.

No último artigo incluído neste número, Ana R. Pinho, Liliana Rodrigues e Conceição Nogueira ensaiam uma desconstrução da parentalidade em homens trans* que engravidam no texto que intitularam «(Des)Construção da parentalidade trans*: Homens que Engravidam». A revisão teórica que fizeram expõe as múltiplas questões que a situação destas pessoas suscita e a pouca resposta que encontram nas nossas sociedades dominadas pela heteronormatividade.

A secção de **Recensões**, por fim, convida-nos a acompanhar de perto as leituras que a Adriana Bebiano, a Elizângela Costa de Carvalho Noronha e o Tiago Rolino fizeram, respetivamente, das coletâneas editadas por Yvette Taylor e Kinneret Lahad, sobre *Feeling Academic in the Neoliberal University – Feminist Flights, Fights and Failures*, por María José Gámez Fuentes, Sonia Núñez Puente e Emma Gómez sobre *Re-writing Women as Victims: From Theory to Practice*, e, ainda, a obra de Adriana Ramos de Mello, sobre *Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil*. Todas constituem excelentes e oportunas sugestões de leitura.

A ex æquo continua a tentar ser um pilar de apoio ao aprofundamento e à visibilização dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas. O objetivo é destacar a importância de manter a igualdade de género na agenda dos nossos locais de trabalho e nas nossas organizações, bem como na preparação de respostas das políticas públicas, em situação de crise pandémica ou não.

Dossier

Epistemologias, metodologias
e produção de conhecimento crítico
de matriz qualitativa em Estudos sobre
as Mulheres, de Género e Feministas –
Coordenação de Cristina C. Vieira
e Sofia Bergano

NOTA PRÉVIA:

A ABORDAGEM QUALITATIVA PARA COMPREENSÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO

Lucimara Fabiana Fornari*, António Pedro Costa**

O 8.º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ2019) e a 4.ª World Conference on Qualitative Research (WCQR2019) reuniram 480 e 150 pesquisadores/as, respetivamente, falantes de língua portuguesa e espanhola, no caso do CIAIQ, e de língua inglesa, no caso da WCQR. Ambos os eventos reuniram participantes de mais de 50 países. Na ocasião, estes/as investigadores/as tiveram a possibilidade de divulgar pesquisas produzidas nos espaços académicos e da prática profissional. Além disso, houve oportunidade de compartilhar experiências relacionadas com o desenvolvimento dos estudos, destacando-se as técnicas de coleta e análise dos dados, e o uso de ferramentas digitais de apoio.

Os eventos, que têm como eixo central pesquisas de abordagem qualitativa, receberam trabalhos científicos de diferentes perspectivas temáticas, teóricas e metodológicas. Face à diversidade de objetos de estudo apresentados nos dois eventos, este dossier da *ex æquo* procurou reunir aqueles associados às mulheres, ao feminismo e às questões de género.

A partir dos estudos selecionados, constatou-se a importância da abordagem qualitativa para conhecer a realidade sob a ótica dos sujeitos sociais que nela vivem, assim como compreender as percepções, os significados e sentidos atribuídos à condição de ser homem e ser mulher na sociedade, à produção e reprodução dos estereótipos de género e padrões sexistas, expressos tanto no contexto da vida pública quanto da vida privada.

No que se refere aos aspetos metodológicos, verificou-se que os/as autores/as utilizaram como fonte de dados: áudios, vídeos, textos e imagens. Para a emergência do material empírico foram usados questionários, entrevistas, discussões de grupo, anotações de campo e informações provenientes de bases de dados e de meios de comunicação social.

* Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.
Endereço postal: Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 419, São Paulo – SP, Brasil.
Endereço eletrónico: lucimaraforanari@usp.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8655-6549>

** Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF), Departamento de Educação e de Psicologia, da Universidade de Aveiro.
Endereço postal: Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal.
Endereço eletrónico: apcosta@ua.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4644-5879>

Em relação ao tratamento dos dados, foram utilizados as técnicas de análise do discurso, temática, lexical e semi-indutiva, além de, em alguns estudos, se recorrer à *Grounded Theory* e à etnografia. Encontramos nos textos também referências ao uso de ferramentas digitais de apoio para o desenvolvimento das metodologias ligadas à revisão sistemática da literatura e pesquisa qualitativa.

Os resultados provenientes dos estudos selecionados revelaram as iniquidades de género expressas nas dimensões estrutural, particular e singular da sociedade, bem como as suas repercussões sobre o corpo feminino, os direitos sexuais e reprodutivos, a divisão sexual do trabalho, o processo saúde-doença e as situações de violência. Os estudos evidenciaram que as iniquidades de género, muitas vezes acentuadas pelas violações, promoveram mudanças nos sentimentos e comportamentos das mulheres, culminando em necessidades que exigem o atendimento por parte de profissionais qualificados/as das áreas da saúde, justiça, educação e bem-estar social.

Dessa forma, os artigos permitem-nos perceber as heterogeneidades da realidade social e o modo como as vulnerabilidades são acentuadas pelas desigualdades de género. Acredita-se, assim, que os resultados dos estudos selecionados podem subsidiar o aprimoramento das políticas públicas e dos/as profissionais envolvidos/as no atendimento de homens e mulheres, no sentido de que sejam pensadas medidas preventivas e interventivas para a superação dos problemas associados às questões de género.

Nesta edição da *ex æquo* estão incluídos seis artigos que se basearam em metodologias qualitativas para compreender questões relacionadas com os discursos sobre género e sexualidade, as situações de violência contra mulheres adolescentes e idosas, a maternidade e o sofrimento derivado de doença crónica degenerativa.

Agradecimentos: Gostaríamos de finalizar agradecendo a todos/as os/as que de forma direta ou indireta colaboraram no sucesso do CIAIQ2019 e da WCQR2019. O nosso agradecimento destina-se também a quem tornou possível a produção deste dossier, incluindo os/as participantes, autores/as, comissão organizadora e científica, apoios, equipa editorial, entre muitas outras pessoas. Através do seu interesse, participação e da qualidade e rigor do seu trabalho científico, agora publicado na *ex æquo*, esperamos que possa ser promovida a expansão da investigação qualitativa em áreas tão relevantes como são as dos seis artigos selecionados.

Lucimara Fabiana Fornari. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Enfermagem da EE-EERP/USP. Membro do grupo de pesquisa: Género, Saúde e Enfermagem. Atua em pesquisa e ensino nos temas:

violência de género; tecnologias educativas; oficinas crítico-emancipatórias; saúde coletiva e políticas públicas; metodologia qualitativa e uso de ferramentas digitais.

António Pedro Costa. É um dos investigadores do software de apoio à análise qualitativa webQDA (www.webqda.net), área em que tem publicados, em coautoria, diversos artigos em congressos nacionais e internacionais e revistas, bem como capítulos de livros. Leciona unidades curriculares de metodologias de investigação. É o Coordenador do Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (www.ciaiq.org) e da World Conference on Qualitative Research (www.wcqr.info).

DO PESSOAL AO POLÍTICO: AS METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA COMO ALIADAS DA AÇÃO

Sofia Bergano*, Cristina C. Vieira**

Introdução

Tem sido incómodo o persistente questionamento dos pressupostos tradicionais de produção do conhecimento científico que é feito pelos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) às ciências sociais e humanas. Esta visão crítica estende-se, porém, também às ciências ditas exatas, que há muito começaram a abandonar a defesa do monismo metodológico, deixando de acreditar que há apenas uma via de trabalho credível – a nomotética – para separar o domínio especulativo do científico.

Os argumentos de contestação usados pelos/as investigadores/as dos EMGF prendem-se não apenas com a conceção de sujeito (abstrato) que é objeto de estudo, mas também com a suposta neutralidade dos contextos ou, diríamos, com o quase «branqueamento» das condições de vida das pessoas, o que tornaria, nessa perspetiva, plausível aceitar a universalidade das generalizações ou validar a exaustividade inerente à noção de representatividade das amostras. Trata-se assim, de repensar criticamente as dimensões ontológicas e epistemológicas que alicerçam o trabalho de investigação, bem como as vertentes metodológicas e éticas do saber que vai sendo construído nas diversas áreas científicas.

As pesquisas de inspiração feminista desde cedo se opuseram, sobretudo depois da segunda vaga do feminismo (no final da década de 1960), aos pressupostos positivistas «tradicionais», desenvolvendo uma abordagem humanística e subjetiva por meio do uso de métodos que tornassem audível a voz das pessoas marginalizadas ou mesmo esquecidas. Nestas, incluíam-se as que faziam parte de grupos até então invisíveis (p. ex.: as mulheres em geral), mas também as que não

* Instituto Politécnico de Bragança, Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD), Universidade do Algarve, Portugal.

Endereço postal: Campus de Santa Apolónia, 5301-856 Bragança, Portugal.

Endereço eletrónico: sbergano@ipb.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9523-8884>

** Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD), Universidade do Algarve, Portugal.

Endereço postal: Rua do Colégio Novo, 3001-802, Coimbra, Portugal.

Endereço eletrónico: vieira@fpce.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9814-1076>

dominavam as ferramentas linguísticas e a tecnicidade dos instrumentos de produção da informação, sendo em consequência disso subestimadas na sua capacidade de dar significado ao mundo em que viviam.

Na psicologia, Carol Gilligan ([1982] 1997) veio a público, num livro publicado no início da década de 1980, com o título original *In a different voice*¹, denunciar o facto de o seu colega Lawrence Kohlberg se ter esquecido de metade da humanidade, uma vez que propôs uma teoria do desenvolvimento do juízo moral – com uma universalidade na sequência das fases – baseada no estudo de 84 rapazes que acompanhou durante 20 anos. Nessa mesma obra, a autora relembra ainda os estudos de Jean Piaget, sobre o mesmo tema, no qual «as raparigas ficam de lado, como uma curiosidade à qual ele dedica quatro curtas referências num índice que omite «rapazes» porque a «criança» é assumida como masculina» (Gilligan [1982] 1997, 35). Talvez por isso se compreenda por que razão a «natureza e o significado do desenvolvimento das mulheres foram obscurecidos e envolvidos em mistérios durante tanto tempo» (1997, 35).

No domínio da sociologia, ouviu-se a crítica ao chamado *malestream*, que denotava a exclusão da vida das mulheres do foco das investigações, por serem consideradas secundárias ou sem importância. Para Dorothy Smith (1987), o feminismo deu às mulheres o direito de ver os seus interesses representados naquela área do saber, «em vez de aceitarem como autoridade os interesses de uma sociologia desenvolvida por homens» (1987, 85).

Experiências de observação participante em contextos de ruralidade em Portugal a meio da década de 1980 mostraram, por exemplo, que as pessoas não respondiam às questões colocadas pelo investigador porque não sabiam responder; os seus quadros de referência eram simplesmente diferentes daqueles de quem tinha concebido a pesquisa (Portela 1985). Não se tratava, por isso, de uma intenção explícita de ocultação da informação, mas eram elas – as pessoas que viviam numa aldeia do interior pobre do país – que tinham a perspectiva émica² (linguagem de primeira ordem) que o investigador em causa pretendia compreender e comunicar à comunidade científica, através da perspectiva ética, isto é, de uma linguagem de segunda ordem, de teor formal e erudito.

São vários os/as autores/as (e.g., Olesen 2005; Denzin e Lincoln 2011; Mills e Birks 2014) que, ao descreverem o percurso histórico de desenvolvimento da investigação qualitativa, dão conta desta sua relação com crescente estatuto epistemológico dos EMGF como área interdisciplinar³. Parece, pois, consensual que o

¹ A obra foi traduzida para português e publicada em 1997, pela Fundação Calouste Gulbenkian, com o título *Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher*.

² Os termos *emic* e *etic* foram propostos pelo antropólogo americano Kenneth Pike, em 1954, no âmbito dos seus estudos no campo da antropologia cultural (Keating 2001).

³ Ver a este propósito uma Carta escrita por sete investigadoras e um investigador dos EMGF da Academia portuguesa às Secretárias de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e da Cidadania e Igualdade, em 2017, no qual foram expostos fundamentos e reivindicadas medidas

feminismo exerceu um papel fundamental no campo da metodologia da investigação científica, por «honrar as vozes mudas» (Reason 1994a, 33). Veio, pois, tentar quebrar uma tendência, sobretudo ocidental, de representar o mundo através de uma ciência masculina, branca, de cunho patriarcal, onde as mulheres sempre tiveram consciência da importância da sua participação, sofrendo no entanto o abafamento da sua voz (Reason 1994b).

Por influência dos feminismos, a defesa de que o «pessoal é político»⁴ levou a comunidade científica, por exemplo, na área dos estudos culturais, a reconhecer o ato de fazer ciência como intencionalmente politizado, já que as experiências vividas das pessoas só ganhavam significado se perscrutadas através de dimensões pessoais de quem era objeto de estudo. Não é por isso possível manter a neutralidade no ato de investigar fenómenos humanos, onde a dimensão da alteridade na relação estabelecida entre quem investiga e quem participa na investigação tem inerentemente subjetividade, a qual deve ser reconhecida como lente indispensável de análise e de interpretação do que se estuda.

Sobre a influência do pensamento feminista na investigação qualitativa

A investigação qualitativa é diversa, quer no que diz respeito aos seus fundamentos filosóficos e epistemológicos, quer do ponto de vista metodológico e axiológico. De acordo com Denzin e Lincoln (2011), a definição do campo da metodologia qualitativa tem de considerar a pluralidade teórica a que se associa como o construtivismo, a teoria crítica, o feminismo, os estudos *queer*, as teorias da raça, os estudos culturais, entre muitas outras propostas. Da mesma forma, observa-se uma diversidade de métodos e estratégias de investigação, como o estudo de caso, a etnografia, as histórias de vida, a análise documental, a observação participante, etc. São também múltiplas as áreas disciplinares em que é utilizada e para as quais tem contribuído, o que ilustra bem o seu potencial para construir um conhecimento que permite apreender a dinâmica e complexidade das vivências humanas. Este aspeto revela uma das características fundamentais da investigação qualitativa (Bergano e Vieira 2016): o seu foco na experiência humana, através de uma abordagem holística das questões, que permite descrever e interpretar a complexidade dos fenómenos sociais, tornando visível e respeitando a unicidade das pessoas e grupos a partir dos quais, e com os quais, se constrói o conhecimento.

de política para a ciência, tendo em vista *Reforçar o Sucesso e a Excelência dos Estudos de Género em Portugal*. Disponível em <<https://apem-estudos.org/pt/files/2017-08/recomenda-es-para-o-desenvolvimento-dos-emgf-30junho2017.pdf>>.

⁴ De acordo com van Loon, este *slogan* famoso dos movimentos feministas dos anos 1970 «pode ser considerado como a definição perfeita da abordagem dos estudos culturais às “experiências vividas”» (2001, 277) das pessoas estudadas.

A este respeito, Olesen destaca como características comuns aos estudos feministas e aos estudos qualitativos a diversidade, a controvérsia, a dinâmica e o seu caráter desafiante. Dentre esta diversidade destaca, no entanto, que um dos temas dominantes na investigação qualitativa de influência feminista é a questão do conhecimento, designadamente, no que se refere às interrogações que suscita, nomeadamente, de quem é o conhecimento, onde e como foi obtido, por quem, a partir de quem, e com que propósito? (2011, 129). Estas indagações estão relacionadas com os processos de produção do conhecimento, com as relações entre intervenientes neste processo e também com a pertinência social do saber produzido. Articulam especificidades epistemológicas, ontológicas éticas e políticas, o que de resto é reconhecido e sublinhado por Rogowska-Stangret (2018), a respeito do «conhecimento situado» proposto por Haraway (1988) no final da década de 1980. A importância deste conceito foca-se na tentativa de ultrapassar a dualidade entre objetividade e relativismo, uma vez que, segundo a autora, os polos desta díade, ainda que aparentemente opostos, são semelhantes no que toca à impossibilidade de «ver» a realidade com clareza (Haraway 1988, 584). Assim, pensar fora desta dualidade permite um conhecimento assente «numa objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, a construção apaixonada, as conexões intrincadas, e a esperança de transformação de dois sistemas de conhecimento e das formas de ver» (1988, 585). Como se pode verificar, estamos perante a proposta e a possibilidade de compreender que o conhecimento científico deve afastar-se da suposta neutralidade de uma «ciência asséptica» (Alvarez, Vieira, e Ostrouch-Kamińska 2017, 17) sem comprometer os requisitos de rigor conceptual, metodológico e ético dos quais não se pode distanciar.

Na dinâmica de produzir conhecimento e de pensar crítica e reflexivamente sobre o conhecimento produzido, as inter-relações entre estes processos têm contribuído para o desenvolvimento de um saber fundado e fundamentado no reconhecimento do outro, da sua especificidade e da sua unicidade. Esta análise focada na diversidade das pessoas, das suas vivências e dos seus contextos, dá visibilidade ao particular, ao contextual e ao idiossincrático, isto é, ao que as investigações quantitativas têm negligenciado em nome da necessidade de generalização (caráter nomotético) e da (suposta) neutralidade da ciência.

A investigação qualitativa pressupõe uma aproximação a uma interpretação do conhecimento científico como um saber que se pretende mais democrático e transformador, que participa na construção e consolidação de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. É, por esse motivo, um conhecimento que resultou de um processo coconstruído, que ativou e mobilizou todas as partes envolvidas na sua produção, que pretende informar e esclarecer a opinião pública, e que almeja fundamentar a ação (política ou de outra natureza).

Esta forma de interpretar a função social do conhecimento tem assumido, nos EMGF, uma importância fundamental, uma vez que tem tornado visíveis situações de iniquidade que habitam e limitam os quotidianos de muitas mulheres e

também de muitos homens. A este respeito, Fonseca, Araújo e Magalhães (2000) referem a existência de um forte movimento em defesa das metodologias qualitativas protagonizado por investigadoras feministas, uma vez que este tipo de investigação permite aceder às experiências das mulheres, dando-lhes voz, e possibilita também convocar as suas subjetividades, o que viabiliza a produção de uma ciência mais humana e sensível à vida das pessoas (Vieira 2019), às suas experiências e às interpretações que fazem das suas vivências, das suas relações com outras pessoas e com as instituições.

A produção de conhecimento como processo partilhado

O processo de questionamento sobre o conhecimento e as relações que a sua produção e difusão envolvem é comum à investigação qualitativa e aos EMGF, como se disse atrás. E esta postura crítica é também visível no processo de produção de conhecimento, o que se concretiza numa outra forma (que não a tradicional) de compreender a relação entre quem desenvolve as investigações e as pessoas que nelas estão envolvidas. Estas últimas veem reforçada a sua identidade de sujeitos que participam na investigação, libertando-se da sua situação de objetos sobre os quais o ato de conhecer se desenvolve.

A investigação qualitativa propõe uma outra forma de analisar a realidade, valorizando a complexidade e a dinâmica dos contextos sociais e focando o interesse da ciência nas vivências das pessoas (Bergano 2012). Como já foi referido, a complexidade das questões inerentes às diferentes formas de discriminação de género (ou outras), e a inevitabilidade de uma análise interseccional dos diferentes eixos de privilégio e de opressão, que este campo do saber visibiliza, exige a articulação de perspetivas teóricas holísticas com metodologias de investigação que deem conta dessa integralidade das pessoas e das suas vivências. Quando este pressuposto se torna matricial, o sujeito, que, nas perspetivas mais tradicionais de investigação, é visto como objeto de estudo, adquire um novo estatuto epistemológico (Amado 2014) e passa a ser conceptualizado como participante na/da investigação. À medida que se dá voz às pessoas, a investigação deixa de ser sobre elas e passa a ser investigação com elas (Vieira 2004). As pessoas são convidadas a interpretar-se e a interpretar o mundo, e desta forma a pesquisa torna-se um processo de flexibilidade dialética entre quem investiga e quem participa na investigação. O conhecimento produzido neste processo transporta o compromisso da partilha que lhe deu origem, o que pressupõe a sua devolução ao contexto em que colaborativamente se construiu. É assim um conhecimento cuja credibilidade científica é resultante do seu valor para a intervenção, seja para tornar visíveis e resolver problemáticas específicas de pessoas e grupos, seja para melhorar a vida coletiva comum.

Um saber socialmente justo e comprometido com os direitos das pessoas

A ciência e a produção de conhecimento científico devem assumir o compromisso ético da inclusão e, para cumprirem tal desígnio, é necessário que sejam metodologicamente diversas (Alvarez, Vieira, e Ostrouch-Kamińska 2017). Se, por um lado, a investigação tradicional de cariz positivista valoriza a representatividade e a generalização, por outro lado, exclui do seu foco de interesse todas as pessoas (mulheres e homens) que, por pertencerem a grupos minoritários, veem as suas especificidades e idiosincrasias ocultadas por esta forma de fazer ciência. Neste sentido, através da afirmação e desenvolvimento dos paradigmas interpretativo e crítico, resgatou-se um conjunto de questões e experiências de vida que, por serem muito particulares de grupos de pessoas específicos, exigem abordagens investigativas holísticas, contextuais e críticas, que permitam uma outra apropriação da realidade.

Um contributo fundamental para compreender a importância de analisar as especificidades das pessoas tem sido a perspectiva de Butler (1990), que, ao aprofundar o conceito de género, coloca em causa a homogeneidade das categorias homem e mulher e questiona a visão dualista em que tradicionalmente emergiam estas questões, sublinhando que tratar todas as mulheres (ou todos os homens) como se fossem iguais está na base de múltiplas invisibilidades e discriminações, sofridas por mulheres e também por homens.

Ainda sobre as questões éticas associadas à investigação qualitativa relembramos a imersão na complexidade da relação dialética entre o sujeito enquanto ser individual e o contexto em que se desenvolve e no qual participa. Este princípio convoca a utilização de metodologias de forte inspiração fenomenológica e hermenêutica que, quando perspectivam a realidade social como dinâmica e coconstruída pelos sujeitos, exigem que investigar seja um processo que parte da vida das pessoas, das interpretações que fazem das suas circunstâncias, das justificações que utilizam para legitimar as suas escolhas e dos recursos culturais de que dispõem para construir as narrativas que dão sentido às suas vidas (Bergano e Vieira 2016). E, por tudo isto, torna-se fundamental o respeito profundo pela pessoa e pelo seu contexto. Passa-se, assim, do pessoal ao político – para retomar o mote dos movimentos feministas de segunda vaga que se escolheu para o título – ao trazer para o domínio da investigação problemáticas muitas vezes privadas e invisíveis ao escrutínio público, mas cuja resolução é um imperativo para o empoderamento das pessoas e para a garantia da dignidade das suas vidas. Sem essa intencionalidade, acrescida de preocupações com o respeito pela ética do ato nobre de investigar e com o rigor na difusão do saber produzido, incluindo a relação entre pares na comunidade científica, não vale a pena fazer ciência.

O presente *dossier* temático – *Epistemologias, metodologias e produção de conhecimento crítico de matriz qualitativa em Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas* – propõe um conjunto de textos que ilustram a diversidade metodológica que

caracteriza a investigação qualitativa e o seu potencial na construção de um conhecimento que se enraíza nas vivências das pessoas, que lhes dá voz e que permite compreender a complexidade das suas experiências de vida em discurso direto.

O primeiro texto do *dossier – Construção do pânico moral a partir das questões de gênero e sexualidades nos discursos ultraconservadores no Brasil –*, da autoria de Cleide Ester de Oliveira, Nadir de Fátima B. Bittencourt, Veralúcia G. de Souza, Paulo Sesar Pimentel, Kátia Terezinha P. Ormond e Isabel Cristina Silva, aborda a perigosa discursividade de líderes políticos e religiosos brasileiros a respeito do modo como ideologicamente interpretam o conceito de gênero e o ligam às sexualidades. Sublinha, ainda, a forma como esta discursividade contribuiu para induzir o «pânico moral» na sociedade, através da reprodução desses discursos e da difusão do preconceito em relação aos direitos das pessoas LGBT e à promoção da igualdade de gênero. Para abordar esta questão, são mobilizadas as contribuições teóricas da arqueogenealogia de Foucault. As categorias abordadas na análise do discurso são: discurso, poder/saber/verdade e normatização, através das quais são analisados vídeos do YouTube de acesso aberto. Deste texto, destaca-se a análise de como o poder se manifesta no discurso e como, através dele, se distorcem propositadamente propostas teóricas sobre o gênero e se difundem cosmovisões assentes numa perspetiva heteronormativa da sexualidade e de rejeição dos direitos das pessoas que dela são excluídas. Um outro aspeto que importa realçar neste trabalho é a descrição dos mecanismos de articulação entre o discurso e o poder, pelos quais se difunde o ideário ultraconservador que reproduz o preconceito e a violência sobre as pessoas LGBT no Brasil nos dias de hoje.

O segundo texto do *dossier – Violación de adolescentes en situación de calle en Medellín, Colombia –*, de Anghie Phamela López Mejía, Constanza Forero Pulido e Álvaro Giraldo Pineda, aborda a situação de crianças e jovens que vivem na rua por terem sido vítimas de violência sexual nos seus contextos familiares, mais especificamente de jovens raparigas com idades entre os 12 e os 18 anos que vivem nas ruas de Medellín. A investigação apresentada recorre à etnografia e tem como principais estratégias de recolha de dados a entrevista em profundidade e os diários de campo produzidos pelos/as investigadores/as. Com esta aproximação metodológica, é dada primazia à voz das jovens que constituem o grupo de participantes da investigação, dando visibilidade à violência a que estiveram sujeitas (em contexto familiar) e à sua situação de vulnerabilidade atual, na rua, que as expõe a formas acrescidas de violência sexual e física. Neste sentido, o estudo descrito é um exemplo de como as abordagens centradas nas pessoas e nas suas vivências podem contribuir para a compreensão dos fenómenos sociais marcados pela complexidade e também para a intervenção mais informada e fundamentada, no âmbito do apoio social e de saúde prestado a estas populações. Destaca-se ainda de forma muito cruel a certeza de que, em muitos casos, a família não é um lugar seguro para as mulheres, qualquer que seja a sua idade.

O texto de Daniela Garcia Damaceno, Miriam Fernanda Sanches Alarcon, Viviane Boacnin Yoneda Sponchiado, Mara Quaglio Chirelli, Maria José Sanches Marin e Joyce Fernanda Soares Albino Ghezzi – com o título *Mulheres idosas vítimas de violência: o protagonismo nas denúncias* – foca também a violência sobre mulheres em contexto familiar que, neste caso, foram capazes de fazer a denúncia já em idades avançadas. A entrevista a mulheres idosas vítimas de violência foi a estratégia de recolha de dados utilizada neste trabalho, e a informação recolhida foi tratada com recurso à análise temática de conteúdo. Dos resultados ressalta a ambivalência sentida por estas mulheres, que, por um lado, se sentem empoderadas por terem feito a denúncia da violência de que foram alvo e, por outro, se sentem angustiadas pelos sentimentos que as ligam aos agressores. Também neste trabalho se parte da experiência das mulheres e das suas vozes, o que permite identificar aspetos que favorecem as denúncias de violência e a agência das vítimas, como, por exemplo, o apoio social de que usufruem. De forma contrária, são nomeados fatores que perpetuam a situação de violência, como a manutenção de modelos do que é «ser mulher», associados aos papéis sociais de mães, esposas e cuidadoras, os quais contribuem para a reprodução de comportamentos ensinados que podem desencadear a interpretação da denúncia como a não assunção de um desses papéis. Mais uma vez se evidencia a relevância de ouvir o discurso das mulheres, que falam das suas angústias e dos seus recursos reais e simbólicos, para fundamentar a intervenção em casos concretos e a prevenção de potenciais situações diversas de vulnerabilidade.

Struggling for the dignity of women with Relapsing-Remitting Multiple Sclerosis: An interpretative phenomenological single case study analysis, de Michaela Miertová, Juraj Čáp e Katarína Žiaková, é o quarto texto apresentado neste dossier. Trata-se de um estudo de caso único de inspiração fenomenológica interpretativa, com recurso à entrevista, cujo objetivo foi explorar o significado da dignidade de uma mulher com esclerose múltipla recidivante remitente. Neste artigo, sublinha-se a relevância de compreender a questão da dignidade a partir do ponto de vista de uma mulher numa condição marcada por uma enorme especificidade. Este trabalho constitui um contributo extraordinário para a formação de profissionais que prestam cuidados de proximidade. As conclusões retiradas deste estudo de caso têm implicações profundas para a reflexão em torno da humanização dos cuidados de saúde e dos serviços de apoio social prestados a pessoas com doenças crónicas, especialmente porque se focaliza na necessidade de perceber as questões da dignidade a partir da própria pessoa e da leitura e interpretação que ela faz da situação em que se encontra.

Os dois últimos textos que constituem o dossier são também do âmbito da saúde e referem-se a temas relacionados com a gravidez, a saber: *Maternidade Tardia: da consciencialização do desejo à decisão de ser mãe*, de Maria Anabela Ferreira dos Santos, Maria dos Anjos Pereira Lopes e Maria Antónia Rebelo Botelho; e *Perspectivas y experiencias sobre el consumo de bebidas alcohólicas durante el embarazo: estu-*

dio cualitativo con embarazadas de España, Francia y Portugal, da autoria de Renata Franco, Belén Charro e Maria Raul Xavier.

No primeiro destes textos, as autoras recorrem à *Grounded Theory* como metodologia de investigação e utilizam a entrevista semiestruturada, o *Photovoice* e notas de campo como estratégias de recolha de dados. O recurso à *Grounded Theory* torna necessária a explicitação das representações de quem investiga sobre o que é investigado e atribui ao conhecimento produzido um estatuto diferenciado (quando comparado com o que resulta de outros processos de investigação). Assim, as conclusões de quem faz investigação não são entendidas como representativas de uma verdade, ou de uma realidade descoberta, mas têm e assumem o estatuto de conjunto de interpretações de múltiplas realidades que foram mutuamente construídas pelas investigadoras e pelas participantes.

No último artigo do *dossier*, o objetivo do trabalho de investigação apresentado consistiu em explorar perspetivas e experiências de grávidas espanholas, francesas e portuguesas quanto ao consumo de álcool durante a gravidez. Para o efeito, as autoras desenvolveram um estudo qualitativo baseado numa abordagem fenomenológica, no qual foram realizadas 68 entrevistas. A análise dos dados foi feita com recurso ao programa QSR-NVIVO. Dos resultados obtidos, destacam-se semelhanças nas perceções sobre os efeitos do consumo de álcool durante a gravidez nos três países analisados e a existência de informação limitada e/ou errada quanto às consequências da exposição pré-natal a estes consumos por parte das gestantes.

As autoras e os autores que contribuíram para este *dossier* da *ex æquo* são de oito nacionalidades diferentes, mas têm em comum o reconhecimento do valor da investigação qualitativa para a construção de um conhecimento cientificamente válido, em diversas áreas, que seja também rigoroso do ponto de vista metodológico e valioso para a intervenção, cumprindo todos os requisitos éticos.

Agradecimentos: Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projeto UIDB/05739/2020.

Referências bibliográficas

- Alvarez, Teresa, Cristina Vieira, e Joanna Ostrouch-Kamińska. 2017. «Género, educação e cidadania: que «agenda» para a investigação científica e para o ensino e a formação.» *ex æquo*, 36: 9-22. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.01>
- Amado, João. 2014. *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. 1.^a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bergano, Sofia. 2012. «Ser e tornar-se mulher – Classe Social, educação e discursos sobre identidade(s) feminina(s).» Tese de Doutoramento em Ciências da Educação (não publicada). Universidade de Coimbra.

- Bergano, Sofia, e Cristina C. Vieira. 2016. «Dar visibilidade científica a assuntos na sombra: contribuições mútuas entre os estudos de género e a investigação qualitativa.» *Atas CIAIQ 2016 – Investigação qualitativa em ciências Sociais* 3: 508-518. Disponível em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/995>
- Butler, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- Denzin, Norman, e Yvonna Lincoln. 2011. «Introduction: the discipline and practice of qualitative research.» In *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 4.^a ed., editado por Norman Denzin e Yvonna Lincoln, 1-19. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Fonseca, Laura, Helena Araújo, e Maria José Magalhães. 2000. «Integrando as metodologias qualitativas na sua contribuição para o campo educativo e de estudos sobre as mulheres.» In *Actas do Seminário Internacional Coeducar para uma sociedade inclusiva*, 133-146. Lisboa: CIDM.
- Gilligan, Carol. (1982) 1997. *Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher*, traduzido por Natércia Rocha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Haraway, Donna. 1988. «Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and Privilege of Partial Perspective.» *Feminist Studies* 14 (3): 575-599. DOI: <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Keating, Elizabeth. 2001. «The Ethnography of Communication.» In *Handbook of Ethnography*, editado por Paul Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont e Lyn Lofland, 285-301. London: Sage Publications.
- Mills, Jane, e Melanie Birks. 2014. «Introducing Qualitative Research.» In *Qualitative Methodology: a practical guide*, editado por Jane Mills e Melanie Birks, 3-15. London: Sage Publications.
- Olesen, Virginia. 2005. «Early Millennial Feminist Qualitative Research: Challenges and Contours.» In *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 3.^a ed., editado por Norman Denzin e Yvonna Lincoln, 235-278. London: Sage Publications.
- Olesen, Virginia. 2011. «Feminist Qualitative Research in the Millennium's first Decade.» In *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 4.^a ed., editado por Norman Denzin e Yvonna Lincoln, 129-146. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Portela, José. 1985. «Observação Participante (Reflexões sobre uma Experiência).» *Cadernos de Ciências Sociais* 13: 157-176.
- Reason, Peter. 1994a. «Future Participation.» In *Participation in Human Inquiry*, editado por Peter Reason, 30-39. London, Sage Publications.
- Reason, Peter. 1994b. «Participation in the Evolution of Consciousness.» In *Participation in Human Inquiry*, editado por Peter Reason, 16-29. London, Sage Publications.
- Rogowska-Stangret, Monika. 2018. «Situated Knowledges.» *NewMaterialism.eu*. Disponível em <https://newmaterialism.eu/almanac/s/situated-knowledges.html> (Consultado em 30 de maio de 2020).
- Smith, Dorothy. 1987. Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology. In *Feminism and Social Theory*, editado por S. Harding. Milton Keynes: Open University Press, 84-96.
- van Loon, Joost. 2001. «Ethnography: A Critical turn in Cultural Studies.» In *Handbook of Ethnography*, editado por Paul Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont e Lyn Lofland, 273-284. London: Sage Publications.
- Vieira, Cristina C. 2004. «A investigação participativa: Algumas considerações em torno desta metodologia qualitativa.» In *Investigação em educação. Abordagens conceptuais e práticas*, organizado por Lúcia Oliveira, Anabela Pereira e Rui Santiago, 59-76. Porto: Porto Editora.

Vieira, Cristina C. 2019. «Investigação, conhecimento científico e responsabilidade social: reflexões a partir das Ciências Sociais e Humanas.» *Exedra*, Número Temático EIPE 2019: 28-37. Disponível em <http://exedra.esec.pt/wp-content/uploads/2020/01/03-EIPE2019.pdf>

Sofia Bergano. Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação e Supervisão da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, doutorada em Ciências da Educação, especialização em Educação Permanente e Formação de Adultos, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Membro integrado do Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD), da Universidade do Algarve. Endereço eletrónico: sbergano@ipb.pt

Cristina C. Vieira. Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Membro integrado do Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD). Tem ampla experiência de docência em cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, na área das metodologias quantitativas e qualitativas de investigação em ciências sociais e humanas. Codiretora da Rede de Género e Educação de Adultos da ESREA. Colabora com regularidade com a FCT na avaliação de projetos, relatórios e candidaturas a bolsas de investigação. Endereço eletrónico: vieira@fpce.uc.pt

A CONSTRUÇÃO DO PÂNICO MORAL A PARTIR DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NOS DISCURSOS ULTRACONSERVADORES NO BRASIL

*Cleide Ester de Oliveira**, *Nadir de Fátima B. Bittencourt***,
*Veralúcia G. de Souza****, *Paulo Sesar Pimentel*****,
*Kátia Terezinha P. Ormond******, *Isabel Cristina Silva******

Resumo

A discursividade de líderes políticos e religiosos brasileiros a respeito de gênero e sexualidades contribuiu para levar o pânico moral à sociedade, levando-a a reproduzir esses discursos. O objetivo deste artigo é analisar, a partir do aporte teórico da arqueogenealogia de Foucault, como esses discursos são reproduzidos. As categorias abordadas são: discurso, poder/saber/verdade e normatização. Com uma abordagem qualitativa, foram analisados vídeos do YouTube com pronunciamentos de líderes políticos religiosos brasileiros. Ancorados na Análise do Discurso, a partir das categorias: Quem fala? De onde fala? Que efeitos de sentido geram? podemos perceber que os sujeitos são atravessados por discursos de cunho moral, religioso e pseudocientífico que sustentam a heteronormatividade e os grupos que não se enquadram nesse padrão são excluídos.

Palavras-chave: Gênero, sexualidades, educação, pânico moral, exclusão.

Abstract

Gender and sexualities used in construction of moral panic in ultraconservative political speeches in Brazil

The discourse of Brazilian political and religious leaders regarding gender and sexualities contributed to bring moral panic to society, leading it to reproduce these discourses. The aim of this paper is to analyze, based on the theoretical contribution of Foucault's archeo-genealogy, how these discourses are reproduced. The addressed categories are discourse/power/truth and normatization. With a qualitative approach, YouTube videos with statements of Brazilian religious political leaders were analyzed. Anchored in Discourse Analysis, from the categories: Who speaks? Where are you talking from? What effects of

* Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Brasil.

Endereço postal: Av. Sen. Filinto Müller, 953 – Quilombo, Cuiabá – MT, 78043-400, Brasil.

Endereço eletrônico: cleidester@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5094-235X>

** Endereço eletrônico: nadir.bittencourt@cba.ifmt.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0021-5437>

*** Endereço eletrônico: veralucia.souza@blv.ifmt.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1038-7387>

**** Endereço eletrônico: paulo.pimentel@blv.ifmt.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2233-3100>

***** Endereço eletrônico: katia.ormond@blv.ifmt.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0118-023X>

***** Endereço eletrônico: isabel.silva@plc.ifmt.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0280-1322>

meaning do they generate? we can notice that the subjects are crossed by moral, religious and pseudoscientific discourses that support heteronormativity and the groups that do not fit this pattern are excluded.

Keywords: gender; sexuality, education, moral panic, exclusion.

Resumen

Género y sexualidades utilizados en la construcción del pánico moral en los discursos ultraconservadores en Brasil

El discurso de los líderes políticos y religiosos brasileños sobre género y sexualidades contribuyó a llevar el pánico moral a la sociedad, llevándola a reproducir estos discursos. El objetivo de este artículo es analizar, con base en la contribución teórica de la arqueo-genealogía de Foucault, cómo se reproducen estos discursos. Las categorías abordadas son: discurso, poder/saber/verdad y normatización. Con un enfoque cualitativo, se analizaron videos de YouTube con declaraciones de líderes políticos y religiosos brasileños. Anclado en el análisis del discurso, a partir de las categorías: ¿Quién habla? ¿De dónde habla? ¿Qué efectos de sentido generan? podemos percibir que los sujetos están atravesados por discursos de naturaleza moral, religiosa y pseudocientífica que sostiene la heteronormatividad y los grupos que no se ajustan a este patrón están excluidos.

Palabras-clave: Género, sexualidades, educación, pánico moral, exclusión.

Introdução

As discussões sobre gênero e sexualidades têm-se tornado assunto polêmico na sociedade brasileira. Este tema fez parte de embates no campo da política na última década (Oliveira 2014) e, em 2018, deu a vitória a um candidato ultraconservador que se utilizou destes tópicos para criar pânico moral na sociedade, ao distorcer projetos e propostas educacionais que visavam combater a LGBTfobia e trazer as discussões sobre gênero para o interior das escolas.

Determinados setores de nossa sociedade – hoje representados politicamente no executivo federal – exigem que nossa identidade seja única, fixa, estável e em acordo com a biologia, ou seja, que mostremos um sexo verdadeiro, ajustado à norma heterossexual. Como característica desta exigência, há o estabelecimento de um padrão de normalidade, resumido ao conjunto binário: mulher=feminina, homem=masculino. Essa construção tem origem em um possível determinismo biológico, cujos corpos são compreendidos no dismorfismo macho-fêmea. Isso significa que homens e mulheres são representados em suas anatomias de forma estável e delimitada em papéis sociais masculinos e femininos. Ser homem corresponde a rejeitar todo e qualquer traço que identifique o universo feminino (Reis e Pinho 2016).

Para este segmento social, não há outra possibilidade fora desse modelo dualista e hierarquizado. Ainda hoje, identidades e sexualidades que fogem a esse padrão são consideradas algum tipo de perturbação ou patologia mental, emocional ou física. Estudos, no entanto, apontam para o fato de que considerar o sexo, o

desejo, o gênero e as sexualidades como fixos e indiscutíveis provoca atitudes de violência, exclusão e torna difícil – ou impossível – a vida de muitos indivíduos (Junqueira 2009; Borillo 2010; Oliveira 2014).

O Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHS-C),¹ do qual fazemos parte, conta com pesquisadores das várias áreas das ciências humanas e sociais. Os pesquisadores buscam interpretar a sociedade contemporânea, a partir de diferentes concepções teóricas e autores, descrevendo e analisando através de diferentes ângulos os mesmos fenômenos: violência, discriminação, preconceito, xenofobia, direitos humanos e *bullying*.

A partir do ano 2000 – em função da organização e mobilização de grupos representantes do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) reivindicando seus direitos de cidadania –, foi identificada, por parte dos gestores públicos, a necessidade de elaborar um programa de combate à LGBTfobia mais consistente. Para dar início a esse programa, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em parceria com o MEC (Ministério da Educação e Cultura), realizou uma pesquisa sobre o «Perfil dos Professores Brasileiros», entre abril e maio de 2002, com cinco mil professores da rede pública e privada. Os dados indicaram que 59,7% deles não admitem que uma pessoa tenha relações homossexuais e 21,2% deles não gostariam de ter vizinhos homossexuais (Abramovay, Castro e Silva 2004).

Entre os anos de 2016 e 2018, um grupo de pesquisa de Mato Grosso/Brasil, composto por pesquisadores de diversas áreas e formações, realizou um estudo qualitativo, através de questionário online, com a temática: *Bullying* e Violação dos Direitos Humanos. Nessa pesquisa, foram entrevistados 615 estudantes do ensino médio. Desse total, aproximadamente 5% afirmaram que já sofreram humilhação por sua orientação sexual. Nas questões propostas no questionário, os pesquisadores solicitavam aos/às discentes sugestões para acabar com o *bullying*. Dentre as respostas, muitos enxergam a violência como alternativa para a solução do problema, como é possível perceber nas seguintes falas dos estudantes: «'Caso continuar, revidar violentamente', ou ainda, 'Violência se combate com violência'» (Silva, Silva, e Mota 2018).

Para romper com essa lógica de naturalização da exclusão de determinados grupos sociais, no ano de 2004, o MEC, em parceria com a UNESCO, lançou a Coleção Educação para Todos, inaugurando um espaço para divulgação de textos, documentos, relatórios de pesquisas e eventos, estudos de pesquisadores, acadêmicos e educadores nacionais e internacionais que têm por finalidade aprofundar o debate em torno da busca de uma educação abrangente e democrática (Oliveira 2014).

Esse material, chamado por seus detratores de *kit gay*, suscitou polêmicas de ordem social, religiosa e política bastante complexas e de repercussão nacional,

¹ CAAE: 60165016.0.0000.5165/ Número do Parecer do Comitê de Ética: 1.773.781.

gerando reações de pânico moral no país inteiro. O confronto se estabeleceu de forma acirrada nos meios de comunicação: de um lado, alguns religiosos e políticos com características conservadoras e também cidadãos brasileiros que apoiam a ideologia LGBTfóbica; do outro, o Ministro da Educação e uma parte da sociedade que acompanha as transformações e reivindicações dos direitos das minorias como um exercício democrático cidadão. Nessa queda de braço, por forte pressão da bancada religiosa, que é formada por parlamentares de diferentes denominações religiosas no Congresso Nacional, o projeto foi engavetado em 2011 com o veto da Presidente Dilma, que cedeu às pressões (Oliveira 2014).

Sobre orientação sexual e gênero, o Conselho Nacional de Educação (CNE) acatou a sugestão do MEC e excluiu da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) os termos relacionados à questão de gênero e orientação sexual. No parecer, a justificativa é que a temática «gênero» foi objeto de muitas controvérsias durante os debates públicos da BNCC.

Como reação, houve a utilização do termo «ideologia de gênero», criado recentemente no interior de alguns discursos religiosos e políticos, que não reflete o entendimento de «gênero» presente no contexto educacional, nas práticas docentes ou na formação de professores (Borges e Borges 2018). A «ideologia de gênero», segundo seus defensores, portanto, levaria à destruição da família tradicional, à legalização da pedofilia, do aborto, incentivaria o homossexualismo [*sic*], anularia a diferença entre homem e mulher, etc. Enfim, levaria ao fim a ordem natural e as relações entre os sexos.

Os bispos da regional Sul da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiram nota em que destacam os riscos da inclusão da ideologia de gênero nos planos estadual e municipal de educação. Segundo a nota:

a ideologia de gênero sustenta que a pessoa humana é sexualmente indefinida e indefinível. Elimina-se a ideia de que os seres humanos se dividem em homem e mulher. Para além das evidências anatômicas, entendem que esta não é uma determinação fixa da natureza, mas resultado de uma cultura ou de uma época. Para a ideologia de gênero, o «natural» não é tido como valor humano e é preciso superar até mesmo a distinção da natureza masculina e feminina das pessoas. Com o intuito de superar discriminações, desconsideram-se as diferenças. Acusa-se que as explicações naturais são formulações ideológicas para manter determinada posição social. Como consequência da questão de gênero, promove-se a desvalorização da família em favor da liberdade individual, desconsidera-se a maternidade natural e o matrimônio, e desprezam-se os valores religiosos. (*apud* Borges e Borges 2018, 15)

A imagem que se faz é que todo menino/menina poderia se tornar transgênero (a), segundo essa ideologia, seria ensinado nas escolas que ser menino ou menina são construções culturais e sociais. No entanto, o discurso sobre igualdade de gênero presente nas diretrizes curriculares de muitas escolas brasileiras

não deve ser tratado como ideologia de gênero, uma vez que igualdade de gênero sempre ressaltou a importância da igualdade das condições de gênero, ou seja, que homens e mulheres tenham as mesmas condições em todos os espaços sociais (Ministério da Educação, 2012).

Aqueles que apreçoam a existência de uma ideologia de gênero utilizam argumentos sem fundamentos científicos, replicando-os nas mídias sociais para persuadir a população que os aceitam como verdades inquestionáveis, o que causa o pânico moral.

O termo *pânico moral* é associado a Stanley Cohen, que, em 1972, o utilizou em referência aos confrontos e episódios de vandalismo protagonizados por grupos de jovens rivais na Inglaterra, na década de 1960, o que levou o autor a formular a primeira teoria do pânico moral. Seu estudo consistiu em analisar a reação das pessoas diante de situações em que se sentiam ameaçadas por alguns grupos ou tipos sociais. Diante dessas situações de perigo, «desencadeia-se um processo de sensibilização social que resulta em forte reação coletiva contra o(s) agente(s) que causa(m) o medo coletivo» (Barros e Lemos 2018, 293). A partir daí, há uma disputa em nome do restabelecimento da ordem e da moral, em que se tenta atribuir a culpa da desordem a um grupo específico, estigmatizando-o negativamente.

Segundo Miskolci, «o conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social» (2007, 112), que pode ser estruturado por políticas simbólicas, sempre ancorado em valores e visões de mundo do grupo que se sente ameaçado. Ou seja, reflete anseios de poder entre grupos sociais. O pânico é moral porque aciona uma suposta ameaça à ordem social. Desse modo, questiona-se, no contexto contemporâneo brasileiro, se há nos discursos proferidos por algumas personalidades políticas e religiosas a subversão dos conceitos de gênero e sexualidades – tratados como «ideologia de gênero» [sic] – na instauração de um regime de saber, poder e verdade atravessado pelo pânico moral.

Fundamentação teórica: O edifício da teoria – Discurso

No edifício teórico da análise do discurso, é ponto fundamental trazer os conceitos formulados por Michel Foucault ([1969] 2000) no plano discursivo. Foucault define discurso como «práticas que obedecem regras». Ao aprofundar essa definição, estabelece-se que discurso é um conjunto de enunciados que foram praticados ao longo do tempo e estão sob uma determinada formação discursiva. Essa formação é «uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)» (Foucault [1969] 2000, 43) que existe. Se não for possível encontrar um sistema, uma regularidade na dispersão desses enunciados, para Foucault, não há um discurso. O autor também argumenta que, no discurso, há uma luta pelo poder na sociedade. Nele, também se traduzem os embates que

engendram sistemas de dominação. Há, ainda, nos discursos, a luta pelo poder que se quer conquistar.

Nesse sentido, o que está na base desse conceito é a ideia de que em toda sociedade há um certo número de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem simultaneamente a produção do discurso (Foucault [1969] 2000). A função desses procedimentos é a de «conjurar seus poderes e perigo, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade» (Foucault [1970] 2013, 9). Em nossa sociedade, os procedimentos de exclusão, externos ao discurso, mas em atuação sobre eles, são a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. O primeiro desses procedimentos, que se constitui como a interdição, segundo Foucault ([1969] 2000), é o mais conhecido. O filósofo argumenta que nem tudo pode ser dito em qualquer circunstância e não é qualquer um que pode falar de qualquer coisa. Nesse processo de interditar o que se diz, Foucault aponta três manifestações: o tabu do objeto; o ritual da circunstância; e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito. A sexualidade e a política são o alvo dessas interdições.

Nessa perspectiva, para justificar certas práticas, circula um discurso e certos procedimentos que permitem controlar e impor certas regras, de forma que se estabelece quem tem acesso a esses discursos (Foucault [1969] 2000). Nesse caso, há uma ordem do discurso e, para entrar nela, há certas exigências, atendidas no entrecruzamento das categorias internas e externas com o terceiro grupo de procedimentos, formado pelos rituais da palavra, pelas sociedades do discurso, pela doutrina e pelas apropriações sociais. Destaca-se, nesse grupo de procedimentos, o ritual e as sociedades do discurso. O primeiro determina propriedades singulares e papéis preestabelecidos para os sujeitos que falam; de acordo com Foucault, os vários tipos de discursos, como os religiosos, judiciários, terapêuticos e, de certa forma, também o discurso político exigem ritual específico. Para que o controle funcione, entra em cena o segundo: é preciso uma «Sociedade do Discurso» que carregue a função de produzir, conservar e distribuir os discursos de acordo com regras estritas (Foucault [1969] 2000).

É importante destacar que, para Foucault ([1970] 2013), o poder não existe em si. Ele está sempre em relação. Todos os atores envolvidos nas relações de poder nelas agem e por elas são afetados. Desse modo, nas sociedades, os processos de subjetivação – ou seja, de formação dos sujeitos – são resultado das relações de poder. Deleuze ([1986] 2005), ao analisar as teorias foucaultianas, na proposta de tratar de elementos e relações, mutáveis e móveis, diferencia violência, força – ou poder – e saber. Na violência, há ação sobre um corpo, sobre determinadas coisas, que «ela força, dobra, quebra, destrói» (Foucault [1982] 2013, 287; Deleuze 2005, 38). Já nas relações de poder, há um modo de ação que não age diretamente e imediatamente sobre os outros, mas uma ação que age sobre ações. Os deslocamentos nesta vontade de verdade continuaram no corpo da história. Foucault cita as mudanças promovidas pela ciência, que podem ser vistas como descobertas, mas

também como o aparecimento de novas formas de verdade. Como exemplo, há a Inglaterra dos séculos XVI e XVII. A vontade de saber ordenava ao sujeito «certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar)» (Foucault [1976] 2011, 16). Este empirismo possui um suporte institucional, reforçado e movido por «um conjunto de práticas que vão desde a pedagogia até a sistematização do conhecimento, na forma como se organizam os livros, as bibliotecas, os laboratórios, etc.» (Foucault [1976] 2011, 17).

Diante da perspectiva sustentada pela «hipótese repressiva», que considera que o poder é um instrumento repressivo e sua função seria o de bloquear ou distorcer a verdade, Foucault ([1976] 2011) sugere uma proposta resolutiva entre poder, sexo e verdade e introduz o tema da biopolítica e do biopoder. Esse último se constituiria como poder sobre a vida (políticas de sexualidade), mas também como poder sobre a morte (racismo moderno). Em última instância, trata-se da estatização da vida, considerada em termos biológicos. A biopolítica nomeia uma forma de poder que, no fim do século XVIII e no início do século XIX, se transforma com o objetivo de governar não só o indivíduo, mas o coletivo, a população, a sociedade. Esse controle se manifestaria através não apenas da disciplinarização dos corpos, mas das mentes.

Metodologia

Nesta pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa, uma vez que, segundo Minayo, essa abordagem «se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem artefatos e a si mesmos, sentem e pensam» (2010, 57). De acordo com essa autora, o método qualitativo é o que se adapta às investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações, de discursos e de documentos. Sendo assim, esta pesquisa classifica-se como descritivo/interpretativa.

Para este estudo, utilizou-se como *corpus* os vídeos transcritos do site YouTube contendo pronunciamentos de líderes (deputados federais e senadores) contrários às políticas de combate à LGBTfobia em exercício do mandato Legislativo no período de 2010 a 2012 e os pronunciamentos de posse do atual presidente e dois de seus ministros – em janeiro de 2019 –, estes como reverberações daqueles. A partir do site de buscas www.google.com.br, foram colocadas as palavras-chave: homofobia, *kit gay*, preconceito, discriminação, pregação, ideologia de gênero, educação, seguidas das palavras vídeos YouTube. Foram escolhidos os vídeos com maior número de acessos, considerando as personalidades políticas e/ou religiosas de maior destaque em cada período.

O primeiro grupo de participantes foi selecionado devido à repercussão de seus pronunciamentos na sociedade e, também, por estar entre os primeiros a utilizar, publicamente, no Brasil, os termos «*Kit gay*» e «Ideologia de gênero», relacionando-os a um discurso religioso moralizante para a incitação de Pânico Moral a partir da escola; o segundo, em consonância com o primeiro grupo, pela relevância dos cargos que ocuparam em 2019.

O presente estudo tem como pressupostos teóricos e metodológicos a Análise do Discurso (AD). No livro *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault ([1969] 2000) concebe que é preciso acolher o discurso em sua dimensão de acontecimento, isto é, cada texto, cada palavra, por mais que se aproxime de outros, nunca é idêntico ao que o precede. Segundo Gregolin (2007), Michel Foucault delinea as questões no interior das quais uma teoria de análise do discurso é pensada e tem como pontos fundamentais os seguintes conceitos:

a) o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas; b) os dizeres e fazeres se inserem em formações discursivas, cujos elementos são regidos por determinadas regras de formação; c) o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual constituem-se os saberes de um momento histórico; d) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente); e) a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a determinar aquilo que pode ser dito em um certo momento histórico. (Gregolin 2007, 14-15)

Essa perspectiva, conforme Gregolin, tem como objetivo «analisar as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros» (2007, 15). Nesse sentido, para a análise do discurso, neste trabalho, toma-se Gregolin, que usa Foucault como a referência para proceder à análise dos dados, além do próprio Foucault, que, embora não proponha um método, tece em *Arqueologia do Saber* e *A ordem do discurso* um percurso teórico e metodológico acerca do discurso.

Nesse sentido, Foucault ([1969] 2000) propõe um trabalho de descrição sobre o arquivo entendido por ele, não a massa de textos recuperados de uma época, mas o conjunto das regras que em um tempo e em um lugar definem sobre o que se pode falar, quais discursos circulam e quais se excluem, quais são válidos, quem os faz circular e através de que canais. A análise arqueológica focaliza na dimensão de exterioridade dos discursos e busca suas condições de existência nas práticas discursivas, que são também práticas sociais. As práticas discursivas produzem saberes de diferentes tipos que as caracterizam e delimitam suas especificidades (Foucault [1969] 2000).

De acordo com esse autor, para compreender por que apareceram em certo tempo e lugar uma ciência, uma teoria, um conceito, valores, verdades, etc. é pre-

ciso atentar para as relações sociais que os tornaram discursos enunciáveis e visíveis, ou seja, situá-los em determinadas relações de poder. Nesse sentido, o saber se liga ao poder. Analisar discursos significa, para Gregolin, «tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas» (2007, 15). Para analisar o pronunciamento dos líderes políticos e religiosos, utilizamos, neste trabalho, a Análise do Discurso (AD) (Gregolin 2006), cuja proposta de análise tem como base as seguintes categorias: Quem fala? De onde fala? Que efeitos de sentido geram? Que discursos aparecem (enunciados, contradições, repetições, regularidades e dispersões)? A partir de que grande acontecimento os discursos emergem?

De acordo com Gregolin (2006), o sujeito do enunciado, sendo historicamente determinado, não pode ser reduzido aos elementos gramaticais. Sendo assim, o sujeito não é o mesmo de um enunciado a outro e a função enunciativa pode ser desempenhada por diferentes sujeitos. Foucault explica que

não é preciso, na verdade, reduzir o sujeito do enunciado aos elementos gramaticais de primeira pessoa que estão presentes no interior da frase: inicialmente, porque o sujeito do enunciado não está dentro do sintagma linguístico; em seguida, porque um enunciado que não comporta a primeira pessoa tem, ainda assim, um sujeito; enfim e sobretudo, todos os enunciados que têm uma forma gramatical fixa (quer seja em primeira pessoa ou em segunda pessoa) não têm um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado. (Foucault [1969] 2000, 104)

Isso significa que o autor da formulação pode não ser o mesmo sujeito do enunciado, já que esse lugar é determinado e vazio. Sendo assim, indivíduos diferentes podem ocupá-lo. Mas é também variável e pode continuar idêntico a si mesmo por meio de várias frases, assim como para se modificar cada uma (Foucault [1969] 2000). Sendo assim, o sujeito é uma posição. O mesmo indivíduo pode assumir várias posições de sujeito em um conjunto de enunciados, ou seja, na categoria de análise *Quem fala?* o sujeito pode não ser o mesmo autor da formulação.

Cabe destacar, também, o lugar social de onde o sujeito fala. É esse lugar que define o que pode e deve ser dito, pois é governado por regras anônimas. O sujeito é definido pelo lugar de onde ele fala. Foucault explica que «não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade» ([1969] 2000, 139). Sendo assim, também se analisa a categoria *De onde ele fala?*

Ainda que palavras e textos se aproximem de outros, eles não são idênticos aos que os precedem. O enunciado produz um efeito de sentido pela sua correlação com um conjunto de formulações que coexistem com ele em um espaço delimitado historicamente. Isso significa dizer que o efeito de sentido de um enunciado deve ser visto dentro de uma historicidade.

Esta análise é um recorte de uma pesquisa intitulada *Discursos, Homofobia e Políticas de Direitos Humanos* (Oliveira 2014), realizada entre 2010 e 2014, com a inclusão de alguns dados atuais.

Análise e discussão dos dados

Deputado Federal Jair Bolsonaro

Pronunciamento sobre o Projeto Escola sem Homofobia (*Kit gay*) do Deputado Jair Bolsonaro em 2010. Ele foi reeleito Deputado Federal, já pertenceu a vários partidos e esse era o seu quinto mandato como deputado. O seu pronunciamento foi proferido no espaço destinado à sessão plenária da Câmara Federal. Esses discursos emergiram *a partir de um acontecimento*, a iniciativa do MEC em elaborar um *kit* de material educativo, abordando aspectos da homo-lesbo-transfobia no espaço escolar, direcionado para gestores, educadores e estudantes do Ensino Médio.

No pronunciamento do Deputado Jair Bolsonaro, *quem fala* é um parlamentar que ocupa o lugar de representante da casa e expressa, com sentimentos de revolta e indignação, suas opiniões a respeito do tema com o objetivo de convencer os colegas da sua luta para impedir que o Projeto Escola sem Homofobia siga em frente. Ao identificar-se, o «eu» é predominante no sujeito da enunciação. O «*eu*» *que fala* mostra a sua indignação em relação à proposta do *kit gay* que pode ser vista nos seguintes trechos:

Eu quero tratar de um assunto aqui que no meu entender, pra mim, em 20 anos de congresso é o maior escândalo que eu tomei conhecimento até hoje. [...] eu não sei pra não ser advertido nesse discurso, eu vou poupar o adjetivo pra essa comissão.²

No entanto, quando aparece como «nós», *quem fala* pode ser identificado, também, no trecho seguinte, como fazendo parte da sociedade, ou seja, a maioria que estaria sendo afrontada pela minoria:

Esses gays, lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade. [...] que nós não podemos nos submeter ao escárnio da sociedade. Pelo amor de Deus, meus colegas que estão nos gabinetes! Pelo amor de Deus, daqui a pouco vem um cidadão dizer que eu estou mentindo. [...] Atenção pais! Os seus filhos vão receber no ano que vem um kit, esse kit tem o título: combate à homofobia, mas na verdade esse kit é um estímulo ao homossexualismo, é um

² Conforme vídeo com o pronunciamento do deputado federal Jair Bolsonaro disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ONfPCxKdGT4&feature=player_embedded>.

incentivo à promiscuidade, [...]. Atenção pais! A tua filha de sete, oito, nove, dez anos vai assistir esse filmete que já está sendo licitado.³

No conjunto de enunciados acima, identifica-se que o espaço do dizer é ocupado por diferentes sujeitos, uma vez que a concepção com a qual se opera neste artigo não é a de sujeito unificante, pois o discurso é atravessado pela dispersão que decorre das várias posições discursivas que o sujeito do discurso assume (Gregolin 2007). O Deputado *fala do lugar de parlamentar* que tem 20 anos de carreira e por isso classifica o projeto Escola sem Homofobia como o maior escândalo já visto durante os seus 20 anos com tal função. *Esse lugar de parlamentar* ocupado por ele é atravessado por um sujeito que ocupa o lugar de maioria da sociedade e que concebe o grupo LGBT como uma minoria sem direito a voz. Ao enunciar que a plateia é composta 100% de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e que essa turma toda reunida tomou decisões que a casa desconhece (essas decisões referem-se ao *kit* que faz parte do projeto Escola sem Homofobia) revela um sujeito indignado com fato de um grupo com essa qualificação tomar decisões que interferirão na educação de crianças em relação à sexualidade, incentivando-as a tornarem-se homossexuais e promíscuos. Esse discurso heterossexista vem ao encontro do que afirma Borillo (2010) sobre o fato de que a heterossexualidade é vista como possibilidade única e verdadeira e a relação entre pessoas do mesmo sexo é caracterizada como uma doença degenerativa da sociedade. Além disso, o discurso que o Deputado dirige aos pais das crianças que frequentam a escola pública tem o objetivo de causar o *pânico moral*, fazendo com que a sociedade em geral alimente ainda mais o ódio e a rejeição aos indivíduos homossexuais. O seu modo de olhar a figura humana do homossexual é estigmatizante, já que defende uma concepção que considera o tema da diversidade sexual como um assunto proibido. O lugar discursivo que o Deputado ocupa é usado para legitimar o ódio aos homossexuais. Nesse sentido, encontramos uma correlação com que o aponta Foucault ([1970] 2013) sobre o fato de que há um certo número de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem simultaneamente a produção do discurso em toda sociedade. Segundo o autor, em nossa sociedade, existem procedimentos de exclusão, sendo que a interdição é a mais conhecida. Há que se considerar que a ação do parlamentar visa proibir qualquer discussão referente ao combate ao preconceito e à discriminação. Segundo o deputado, em apelo à sociedade e, em especial, aos pais, nem tudo se pode dizer, não são todas as palavras permitidas em quaisquer circunstâncias. Estes «tabus da palavra», chamados por Foucault de «direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala» (Foucault [1976] 2011, 9), tentam reafirmar uma soberania no discurso heterossexual e um silenciamento de qualquer discurso destoante. Desse modo, com a palavra proibida, o

³ Conforme vídeo com o pronunciamento do deputado federal Jair Bolsonaro disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ONfPCxKdGT4&feature=player_embedded>.

poder se exerce de forma mais intensa. Há, também, na fala do parlamentar, mais do que um embate que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, uma verdade – construída e sustentada por instituições como a religião – que indica a tentativa de se apoderar ainda mais dos discursos – que estarão presentes na escola – e, conseqüentemente, do poder (Foucault [1976] 2011).

Senador Magno Malta

O Senador Magno Malta foi reeleito em 2010. Além de político, é também pastor evangélico. O seu pronunciamento, ora em apreciação, foi proferido na tribuna do Senado. Nele, quem fala é alguém que tem o poder político de aprovar ou não projetos de interesse da população, seja ela minoria ou maioria. Ao se pronunciar, identifica-se, a partir dos enunciados, a posição de diferentes sujeitos. O Senador ora se apresenta como «eu» ora como «nós», sendo que o «nós» refere-se à instituição que ele integra como Senador da República:

o que nós queremos discutir com ele – a Frente da Família – é esse *kit*. [...]

[...]

O que nós precisamos resgatar é valor de família, Presidente Dilma. [...]

[...]

Então nós temos que resistir ao Governo, nós temos que resistir ao Sr. Haddad com esse *kit* [...].

[...]

[...] de fato nós não podemos criminalizar um país inteiro.

[...]

[...] o que nós precisamos dar em relação à Constituição é respeito a todos os cidadãos.⁴

Já quando utiliza a primeira pessoa do singular, *quem fala* expressa sua indignação e opiniões pessoais:

Eu estou vindo de uma reunião na Câmara, [...].

[...]

Eu estou olhando para o Brasil para afirmar o seguinte, Senador [...]: esse *kit* homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais. [...]. Agora nada mais do que o respeito, estão passando do limite.

Senador [dirige-se a outro senador], V. Ex^a é católico praticante e sabe que Deus criou macho e fêmea. Esta Casa não fará um terceiro sexo com uma lei porque há de esbar-

⁴ «Pronunciamento de Magno Malta em 24/05/2011», Senado Federal. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/388285>>.

rar nos homens e mulheres que acreditam em princípios, e uma minoria barulhenta jamais se sobreporá a uma grande maioria, que é a família neste País.

[...]

Eu tenho uma criança de nove anos em casa. Ela perguntou: Pai, então, agora, quer dizer que [...].⁵

Em relação ao sujeito do enunciado, ele é diferente do autor do texto ou do sujeito que enuncia. Foucault o define como «um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes» ([1969] 2000, 108). A análise do sujeito no desempenho da função enunciativa exige não a verificação de alguém que a proferiu, mas a determinação da posição «que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser (...) sujeito» ([1969] 2000, 108). A relação da posição do sujeito com os lugares institucionais, conforme explica Foucault ([1969] 2000), é que define o sujeito, ou seja, o lugar de onde fala. *O lugar social de onde o Senador Magno Malta fala* possibilita-lhe um empoderamento como sujeito do discurso que se inscreve em uma determinada formação discursiva e, por isso, se apropria de um poder/saber que se materializa na sua prática discursiva como um discurso de verdade.

A afirmação do Senador de que o *kit* homossexual fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais, que Deus criou macho e fêmea e que a Casa não fará um terceiro sexo mostra que o *lugar de onde o Senador fala produz efeitos de sentido* por apropriações de regiões do saber/poder/dizer, os quais atuam de maneira constitutiva na sedimentação da formação discursiva na qual se inscreve. Identifica-se uma *dispersão de enunciados*, ou seja, há uma *interdiscursividade*, pois o sujeito, sendo uma função, assume vários papéis sociais (Gregolin 2006). A análise do sujeito integra o reconhecimento de relações entre vários enunciados e sistemas de enunciabilidade que definem os regimes de saber e verdade de uma época. Como Senador da República, ele constrói um discurso que é atravessado por outros discursos de cunho moral e religioso que sustentam a heteronormatividade, já que ele também ocupa o lugar de sujeito pastor evangélico e de cidadão pai de família que tem filhos na escola. O Projeto Escola sem Homofobia, apelidado por seus detratores de «*kit* gay», e o termo «ideologia de gênero» na voz de políticos e religiosos foram as estratégias discursivas que prepararam o terreno, que teve início em 2010, e que serviram de alicerce para criar o *pânico moral* na sociedade brasileira, o que culminou com as eleições presidenciais em 2018. Toda a campanha do candidato eleito foi baseada nesses discursos e alimentada por eles. Seu discurso de posse reiterou a agenda ultraconservadora gestada desde 2010, com vistas a interditar discussões de gênero e sexualidades a partir do ambiente escolar, chegando a toda a sociedade.

⁵ «Pronunciamento de Magno Malta em 24/05/2011», Senado Federal. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/388285>>.

Discurso de posse do Presidente em janeiro de 2019

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e a nossa tradição judaico-cristã, combater a **ideologia de gênero**, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.⁶ (destaque acrescentado)

Nesses discursos, *emerge um sentido* de que discutir as questões de gênero e diversidades no âmbito da escola é visto como uma espécie de peste que necessita de combate para que não se prolifere. Desde seu surgimento, a expressão «ideologia de gênero» carrega em seu bojo um sentido *pejorativo*. Por meio dela, setores mais conservadores da sociedade protestam contra atividades que buscam falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados – como sexualidade – nas escolas. Boa parte da sociedade concorda com o sentido negativo empregado no termo «ideologia de gênero» e, geralmente, teme que, ao falar sobre as questões mencionadas, a escola vá contra os valores da família (Oliveira *et al.* 2019).

Discurso de posse do ministro da Educação, janeiro de 2019

À agressiva promoção da Ideologia de Gênero, somou-se a tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias. Essa tresloucada onda globalista, tomando carona no pensamento Gramsciano e num irresponsável pragmatismo sofisticado, passou a destruir, um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras: a família, a Igreja, a escola, o Estado e a Pátria, numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social.⁷

Nesse discurso, emerge a ideia da existência de uma conspiração, cujo objetivo do plano seria destruir o patrimônio cultural e moral do cristianismo. Esses líderes constroem suas verdades intencionalmente com a finalidade de provocar certo pânico moral na população que, sendo religiosa, acredita que isso possa acontecer. Essa constatação encontra consonância nos postulados de Foucault ([1976] 2011), em relação à ideia de que a verdade pertence a este mundo, pois há uma multiplicidade de coerções e efeitos regulamentados de poder que produzem as verdades. As verdades produzidas por esses líderes têm como consequência gerar mais ódio ao grupo LGBT.

⁶ «Discurso proferido pelo Sr. Jair Messias Bolsonaro, por ocasião de sua posse no cargo de Presidente da República Federativa do Brasil», *Sessão Conjunta do Congresso Nacional*, em 1 de janeiro de 2019. Disponível em <<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/54479>>.

⁷ Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/14877/discurso-de-ricardo-velez-rodri-guez-que-mudancas-esperar-no-mec>>.

No pronunciamento de posse, em janeiro de 2019, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos deu o seu recado

Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil. Neste governo, menina será princesa e menino será príncipe. Está dado o recado. Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipes.⁸ [...] No Brasil tem meninos e meninas.

Quando uma ministra aborda que acabou a doutrinação ideológica, ela afirma que neste governo será diferente. Homem será homem e mulher será mulher, assim não se respeitarão outras expressões de sexualidade, configura-se desta forma o não reconhecimento da diversidade sexual, excluindo milhões de pessoas que fogem ao padrão heteronormativo.

Os excertos acima mostram que a discussão sobre gênero e diversidades na escola se traduz em sentidos de desconforto e indignação por parte desses líderes. Os *efeitos de sentidos* que emergem desses discursos em relação às ações educativas que abordam estes temas constituem, na visão deles, um péssimo exemplo para as famílias e uma ameaça de destruição dos pilares da sociedade atual regida por uma moral conservadora. Essas reflexões revelam que esse é o pensamento que está refletido na instituição escolar, ou seja, as verdades únicas, os modelos hegemônicos da sexualidade «normal», mostrando o jogo de poder e interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção.

Conclusões

No contexto contemporâneo brasileiro, pode-se concluir que há nos discursos proferidos por algumas personalidades políticas e religiosas a subversão dos conceitos de gênero e sexualidades – tratados como «ideologia de gênero» (*sic*). Isso contribui para a instauração de um regime de saber, poder e verdade atravessado pelo pânico moral. «Ideologia de gênero», «imposição das minorias», «ataque às instituições família e igreja», «degenerescência da sociedade», pânico moral, coincidência entre sexo biológico e gênero, orientação sexual única e opressora às demais, dentre outros pontos, são elementos característicos nos discursos aqui apresentados. Vale destacar que esses elementos podem ser caracterizados como discursos, pois são práticas que obedecem a regras. Também atendem, de acordo com a teoria foucaultiana, a dois princípios, regularidade e dispersão, formando um sistema. Entendemos importante essa caracterização, pois, para Fou-

⁸ Disponível em <<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/meninos-vestem-azul-meninas-vestem-rosa-esta-e-a-verdadeira-ideologia-de-genero>>.

cault, onde houver discurso, há estratégias e a tentativa de se apoderar mais das relações de saber e poder.

A estratégia é o mais importante elemento na manipulação de forças das relações de saber e poder. As ações no interior de uma sociedade são formadas a partir delas e por elas se manifestam. Por estratégia, em consonância com a obra foucaultiana, entende-se desde a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim (uma racionalidade empregada para se atingir um objetivo), passando pela maneira pela qual se tenta ter uma vantagem sobre o outro, até ao conjunto dos procedimentos que são utilizados num confronto com o objetivo de privar o oponente dos seus meios de luta e reduzi-lo a ponto de renunciar ao embate. Os discursos selecionados para esta análise são exemplares da estratégia de aniquilar o outro, o divergente. Ainda que não haja qualquer sustentação teórica que justifique a ação dos parlamentares em análise, como estratégia, constitui-se o discurso, com sua regularidade e dispersão, num *continuum* que intenta, no corpo das relações de saber e poder, formar sujeitos que reproduzam ainda mais a opressão.

Considera-se de grande relevância estudar sobre o tema por se entender que a exclusão fere a dignidade da pessoa humana. A LGBTfobia é naturalizada discursivamente e se fundamenta em discursos de verdades sobre a sexualidade, atravessadas pelas relações de poder/saber, representadas pelas instituições religiosas e políticas que legitimam a violência e reforçam as atitudes de intolerância.

Referências bibliográficas

- Abramovay, Miriam, Mary G. Castro, e Lorena B. Silva. 2004. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO.
- Barros, Antonio T., e Cláudia R. F. Lemos. 2018. «Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão.» *Opinião Pública* 24 (2): 291-327. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018242291>
- Borges, Rafaela Oliveira, e Zulmira Newlands Borges. 2018. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, 23. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230039>
- Borillo, Daniel. 2010. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Deleuze, Gilles. (1986) 2005. *Foucault*. 5.ª reimpr. Traduzido por Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense. Disponível em <http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/12/DELEUZE-G.-Foucault1.pdf>
- Foucault, Michel. (1969) 2000. *Arqueologia do Saber*. Traduzido por Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel. (1976) 2011. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- Foucault, Michel. (1970) 2013. *A ordem do discurso*. 23.ª ed. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. Disponível em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf

- Foucault, Michel. (1982) 2013. «Sujeito e Poder.» In *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, organizado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, 278-291. 3.^a ed. Traduzido por Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gregolin, Maria do Rosario. 2006. «AD: descrever-interpretar acontecimentos que fundem linguagem e história.» In *Estudos do texto e do discurso: Mapeando conceitos e métodos*, organizado por Pedro Navarro, 19-34. São Carlos, SP: Claraluz.
- Gregolin, Maria do Rosario. 2007. «Análise do discurso e mídia: A (re)produção de identidades.» *Comunicação, mídia e consumo* 4 (11): 11-25. Disponível em <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/105/106>
- Junqueira, Rogério Diniz. (org.). 2009. *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* [Edição Eletrônica]. Disponível em http://www.ded.ufla.br/generoese sexualidade-ei/imagens/homofobia_na_escola.pdf
- Minayo, Maria C. de Souza. 2010. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 12.^a ed. São Paulo: Hicitec.
- Ministério da Educação. 2012. «Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.» In *Diário Oficial da União*, 31 de janeiro de 2012, Seção 1: 20-21. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2012/01/31/Secao-1?p=2>
- Miskolci, Richard. 2007. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28: 101-128. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550011>.
- Oliveira, Cleide Ester. 2014. *Discursos, Homofobia e Políticas de Direitos Humanos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Oliveira, Cleide E., Nadir F. B. Bittencourt, Veralúcia G. de Souza, Paulo S. Pimentel, Katia T. P. Ormond, e Isabel C. da Silva. 2019. «Gêneros, sexualidades e educação: estratégias discursivas como ferramentas de poder na construção do pânico moral que refletiram nas eleições do Brasil em 2018.» In *Atas do 8.º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*, vol. 1, organizado por António Pedro Costa, Susana Oliveira e Sá, Paulo Castro, Dayse Neri de Souza, 859-870. Aveiro: Ludomedia. Disponível em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2312>
- Reis, Neilton, e Raquel Pinho. 2016. «Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação.» *Revista Reflexão e Ação* 24 (1): 7-25. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>.
- Silva, Gilson Pequeno, Isabel Cristina Silva, e Raquel Martins Fernandes Mota. 2018. «Panorama geral da pesquisa 'Violação dos Direitos Humanos e Bullying no Contexto Escolar' do grupo de pesquisa em humanidades e sociedade contemporânea do IFMT.» In *Semiedu 2018-30 Anos do PPGC*, 3535-3545. Cuiabá. Disponível em <http://eventosacademicos.ufmt.br/public/conferences/8/schedConfs/36/accommodation-15.pdf#page=3535>

Cleide Ester de Oliveira. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Participa do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea.

Endereço eletrônico: cleidester@hotmail.com

Nadir de Fátima Borges Bittencourt. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade de Nancy II, França. Coordenadora do grupo de pesquisa GEEJA/IFMT – Grupo de Estudos sobre Educação de Jovens e Adultos. Membro dos grupos de pesquisa GELLI/IFMT – Grupo de Estudos em Ensino de Línguas e Literatura; Núcleo de Pesquisa em Geoprocessamento Ambiental-IFMT; Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA/UFPB).

Endereço eletrônico: nadir.bittencourt@cba.ifmt.edu.br

Veralúcia Guimarães de Souza. Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília, participa do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea e da Rede Latino-Americana de Análise de Discurso. Atua com pesquisa na área de Análise de Discurso Crítica e Gramático-Sistêmico Funcional.

Endereço eletrônico: veralucia.souza@blv.ifmt.edu.br

Paulo Sesar Pimentel. Doutor em Psicologia (UFF). Mestre em Estudos da Linguagem (UFMT). Professor no Instituto Federal de Mato Grosso. Pesquisador na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Endereço eletrônico: paulo.pimentel@blv.ifmt.edu.br

Kátia Terezinha Pereira Ormond. Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela mesma universidade (2011). Pesquisadora em História da Alimentação e gastronomia em Mato Grosso, com ênfase em hábitos alimentares e sociabilidades.

Endereço eletrônico: katia.ormond@blv.ifmt.edu.br

Isabel Cristina Silva. Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGen) – IFMT/UNIC – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Universidade de Cuiabá. Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC).

Endereço eletrônico: isabel.silva@plc.ifmt.edu.br

Artigo recebido a 02 de fevereiro e aceite para publicação a 08 de maio de 2020.

VIOLACIÓN DE ADOLESCENTES EN SITUACIÓN DE CALLE EN MEDELLÍN, COLOMBIA

*Anghie Phamela López Mejía**, *Constanza Forero Pulido***, *Álvaro Giraldo Pineda****

Resumen

La condición de situación de calle se generó en las adolescentes por haber sido violadas en sus hogares, esta situación requiere la comprensión de quienes trabajan con esta población. Objetivo: comprender las condiciones que generaron la violación sexual en las adolescentes y las necesidades que surgieron a partir de esta. Método: investigación cualitativa con entrevista etnográfica. Se realizaron 25 entrevistas. Se cumplieron los principios de confidencialidad y respeto. Resultados: Las adolescentes fueron violadas en sus hogares y esto llevó a que decidieran salir a la calle. La violación les generó necesidades físicas y psicológicas, que de no ser satisfechas, producen sentimientos encontrados. Conclusión: La violación genera necesidades que afectan comportamientos y formas de relacionarse. Recomendación: diseñar propuestas centradas en la visión de las adolescentes.

Palabras clave: Adolescente, antropología cultural, investigación cualitativa, necesidades específicas de género, violación.

Resumo

Violação de adolescentes de rua, em Medellín, Colômbia

A situação de viver na rua resultou do facto de as adolescentes terem sido violadas nas suas casas. Esta situação requer a compreensão daqueles que trabalham com esta população. Objetivo: compreender as condições que provocaram a violação sexual das adolescentes e as necessidades que surgiram a partir dessa situação. Método: investigação qualitativa com entrevista etnográfica. Foram realizadas 25 entrevistas. Os princípios de confidencialidade e respeito foram cumpridos. Resultados: As adolescentes foram violadas em suas casas o que levou a que decidissem passar a viver na rua. A violação gerou necessidades físicas e psicológicas que elas não veem satisfeitas e que lhes provocam sentimentos contraditórios. Conclusão: A violação provoca necessidades que afetam comportamentos e formas de se relacionar. Recomendação: desenhar propostas centradas na visão das adolescentes.

* Facultad Nacional de Salud Pública, Universidad de Antioquia; Ciudad de Medellín, Colombia. Dirección postal: Calle 62 N° 52-59. CP: 050001, Ciudad de Medellín, Colombia. Correo electrónico: phamela.lopez2018@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4385-6290>

** Facultad de Enfermería, Universidad de Antioquia; Ciudad de Medellín, Colombia. Correo electrónico: constanza.forero@udea.edu.co
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7494-6825>

*** Facultad Nacional de Salud Pública, Universidad de Antioquia; Ciudad de Medellín, Colombia. Correo electrónico: alvaro.giraldo@udea.edu.co
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8942-6750>

Palavras-chave: Adolescente, antropologia cultural, pesquisa qualitativa, necessidades específicas de género, violação.

Abstract

Rape of homeless adolescents in Medellín, Colombia

Homeless situation of adolescent girls happened after they were raped in their own homes. Professionals who work with them should understand what the adolescent girls have been through. Objective: To understand the conditions that caused the sexual violation of the girls and the needs that arise from this situation. Method: Qualitative research with ethnographic interviews (25 interviews). The study was conducted under the principles of confidentiality and respect. Results: The adolescent girls were raped in their own homes what led them to decide to live in the streets. The rape generated physical and psychological needs that were not fulfilled and caused them contradictory feelings. Conclusion: It is important to take into account the adolescent girls' point of view in order to develop more effective proposals.

Keywords: Adolescent, anthropology, cultural, qualitative research, gender-specific needs, sexual abuse.

Introducción

El fenómeno de niños, niñas y adolescentes en situación de calle se presenta en las grandes ciudades de Colombia, principalmente por razones como la violencia, la situación económica, el núcleo familiar quebrantado y el abandono estatal. Por las situaciones anteriormente plasmadas, se ha logrado evidenciar un incremento de esta población vulnerable para quien, según Giraldo *et al.* (2016), las calles son su lugar de vivienda, de sobrevivencia, de trabajo, en donde tienen diferentes instituciones que los acogen y les brindan apoyo y compañeros que les brindan afecto y amistad.

En la ciudad de Medellín, también se presenta el fenómeno de adolescentes en situación de calle, que frecuentan zonas del centro de la ciudad y algunos parques. También ocupan barrios y lugares donde existen expendios de droga, espacios frecuentados por habitantes de calle (jóvenes y adultos) como algunos puentes, plazas de mercado, los alrededores de iglesias y hoteles donde pueden dormir, bañarse y hacer los ratos (vender su cuerpo); también expendios de droga y restaurantes.

Para los y las adolescentes en general, la sexualidad se presenta en todo el ciclo vital humano y abarca aspectos biológicos, psicológicos y culturales, que hacen parte de la vida afectiva y recreativa, constituye una forma de relacionarse con los otros, de encontrarse y desencontrarse por medio de prácticas, esquemas contruidos de manera individual y colectiva (Giraldo *et al.* 2006; Instituto Colombiano de Bienestar Familiar 2008; Moreno 2004).

Para las adolescentes en situación de calle, la sexualidad se reduce al acto sexual (Instituto Colombiano de Bienestar Familiar 2008) y en la práctica implica diferentes aspectos como: el gusto por las personas del mismo o diferente sexo; el amor; la sobrevivencia; el consumo de sustancias psicoactivas; y el estímulo hormonal (Giraldo, Forero y Pousada 2017).

El fenómeno de la violación en adolescentes afecta esta población ocasionándole diferentes consecuencias (López, Forero y Giraldo 2019). El Estado ha realizado esfuerzos en crear normatividad para la atención de estas personas, pero no ha generado estrategias para que esta población acuda a los diferentes servicios (Ministerio de la Protección Social 2014). Además, esta problemática debe ser atendida desde diferentes aspectos, como la prevención, el apoyo psicológico y el acompañamiento, no solo verlo como un servicio asistencial sino con una mirada holística y comprensiva.

Al revisar trabajos relacionados con la violación sexual, se ha encontrado que son pocos y algunos parten de la mirada de los investigadores. Esto motivó el interés de comprender el fenómeno por medio de la mirada de las adolescentes en situación de calle que han sufrido la violación sexual. El objetivo es comprender las condiciones que generaron la violación sexual en las adolescentes y las necesidades que surgieron a partir de esta.

1. Metodología

El estudio efectuado fue una investigación cualitativa, que se caracteriza por ser inductiva, al permitir que las categorías de análisis emerjan progresivamente durante la recolección de la información; se centra en la comprensión de significados, puntos de vista o perspectivas de los actores, de la forma más amplia posible; busca identificar e interpretar los significados, acciones y actividades cotidianas para construir un sentido alrededor de la problemática o fenómeno estudiado (Vasilachis 2006). De acuerdo con esto, la investigación cualitativa cobra gran importancia, ya que permite conocer la realidad desde la óptica de las personas que viven en ella. Nuestro enfoque fue el etnográfico, que, según Boyle (2003), es una descripción e interpretación de un grupo social o cultural. La etnografía implica una aproximación a las personas participantes para realizar entrevistas cara a cara. El centro del enfoque etnográfico es la cultura, entendida por Geertz como «estructuras de significación socialmente establecidas (2003, 26). Por lo tanto, la etnografía permite describir y analizar los procesos culturales dentro de un contexto determinado, desde la mirada *emic* (o sea desde la mirada de los participantes). Para el mismo autor, es el proceso de «descripción densa» de la cultura y depende de la mirada de los actores mismos que viven los procesos (Geertz 2003).

1.1. Participantes

Las adolescentes que participaron fueron mujeres entre 12 y 18 años, quienes han hecho de la calle su hogar y que fueron violadas. La participación fue voluntaria y el número de personas entrevistadas se determinó hasta la saturación de información.

El procedimiento para lograr la participación de las adolescentes implicó inicialmente contar con las jóvenes con experiencia de vida en calle que hacen parte del grupo de investigación; quienes ayudaron a establecer contacto con las adolescentes que habían sido violadas y luego de lograr la suficiente confianza con ellas, se inició la recolección de información por medio de entrevistas.

1.2. Técnicas de recolección de datos

Las técnicas utilizadas de recolección de datos fueron las entrevistas y el diario de campo. Se realizaron 25 entrevistas abiertas a las adolescentes que accedieron voluntariamente a hacer parte de esta investigación, ninguna de ellas se negó a expresar sus experiencias. Las entrevistas fueron grabadas con previo consentimiento de las participantes. Los temas que se les plantearon fueron la violación, sus consecuencias, afrontamiento y sentimientos. En los diarios de campo, se registraron aspectos como los sentimientos de los investigadores, conceptos acerca de determinadas situaciones, reflexiones metodológicas, descripción de los encuentros con las participantes e impresiones que se presentaron en los encuentros o en la realización de las entrevistas. Además, se consignaron preguntas que surgieron en la lectura de las entrevistas, reflexiones e inquietudes – tanto de aspectos metodológicos como formales y sentimientos – que surgieron de todo este proceso. La lectura de este diario de campo facilitó el análisis.

1.3. Consideraciones éticas

A las participantes se les garantizó el principio de confidencialidad al igual que la posibilidad de retirarse en cualquier momento sin consecuencias. El consentimiento informado se realizó de forma verbal, debido a que las adolescentes manifestaron que hacerlas firmar era una muestra de desconfianza y que si esta ya se había logrado, por qué acabarla con la exigencia de una firma. El Comité de Ética de la Investigación de la Facultad Nacional de Salud Pública, Universidad de Antioquia, en su sesión 176 del 22 de febrero de 2018, concedió aval ético a esta investigación.

1.4. *Análisis de la información*

El análisis de la información se desarrolló en varias etapas: lectura individual de cada una de las entrevistas y diarios de campo; posteriormente se realizó la codificación de las entrevistas como proceso de caracterizar y clasificar los datos (Vasilachis 2006). Estos códigos se agruparon, lo que permitió identificar las categorías y subcategorías y se diseñaron los mapas conceptuales para escribir el informe final.

Para la socialización de la información obtenida en las entrevistas, se realizó una reunión con las participantes, lo que permitió corroborar la información y enriquecer la existente. Las principales categorías de análisis que surgieron de esta investigación fueron: la violación sexual; las condiciones que la favorecen; las necesidades que genera la experiencia; y los sentimientos que esta produce.

2. Hallazgos

En la ciudad de Medellín hay una población de jóvenes en la calle y entre estos están las adolescentes, quienes son muy vulnerables especialmente frente a la violación y fueron violadas en sus hogares por el padre, el padrastro, primos o personas allegadas.

Yo llegué a la calle a la edad de 10 años, he ejercido primero el robo, después la prostitución, me vine de mi casa porque me violaron. (E1)

Para las participantes, la violación sexual es toda aquella relación sexual que se da sin voluntad propia, y por la forma como se lleva a cabo, la consideran una humillación. Otras dicen que es algo muy cruel porque, además de que les marca la vida, les deja una cicatriz muy grande a nivel interior; es algo que no se puede olvidar fácilmente y por lo tanto queda en los recuerdos durante mucho tiempo; otras por su parte opinan que la violación les dolió mucho a nivel sentimental, ya que fue una relación sexual que no se hizo de manera consciente, ni acordada con la otra persona.

Es algo muy duro y no es algo que a uno le pasa y al otro día ya lo olvidé de una, uno siempre queda marcado y deja una cicatriz muy grande. (E3)

Para ellas hay dos tipos de violación: la que realizan sus compañeros sentimentales y a esta la denominan violación por amor; se da cuando no quieren tener relaciones con su compañero y este las obliga; esta violación no genera trauma.

A mí me violaron, pero con amor... (E9)

La otra violación es aquella en la cual son agredidas física y psicológicamente y es realizada por diferentes personas como familiares, taxistas, transeúntes, entre otros; esta violación es considerada la peor humillación de su vida y genera trauma que puede desencadenar sentimientos y comportamientos que les alteran su vida.

Porque es que uno ser violado es la peor humillación que una mujer puede tener en la vida... (E19)

2.1. Condiciones que favorecen la violación

Existen condiciones por las cuales sufren las violaciones, en unas se consideran culpables por lo que les pasó, pues las motivan con sus comportamientos, ya que estaban bajo el efecto de la droga y en medio de esto quién sabe cómo se comportaron o qué dijeron. En otros casos una vez se da la violación, piensan que no la merecían, puesto que no contribuyeron para ello.

Son cosas buscadas, porque yo me drogué y en medio de eso quién sabe cómo estaba sentada, cómo me le insinué. (E24)

En la casa: soledad y silencio

Hay familias que han debido salir del campo y han llegado desplazadas a la ciudad. Las condiciones económicas de estas familias no les permiten adquirir viviendas con condiciones adecuadas y por lo tanto deben hacinarse en ellas, por otro lado se impone la economía del rebusque, lo que hace que los padres deban salir durante todo el día, especialmente la madre quien es la proveedora económica y la que debe salir a buscar el sustento diario, por lo tanto las niñas quedan solas en las casas a cargo de un adulto, principalmente tío, padrastro o primos, los cuales según las adolescentes, abusan del poder que tienen sobre ellas y las violan; también vecinos o personas desconocidas las pueden violar con engaños, ofreciéndoles regalos, comida o dinero. Es frecuente que los violadores les digan a las niñas que se queden calladas sobre lo sucedido y además las amenazan si ellas los denuncian.

Primero me violó un tío mío, porque así uno ya no sea virgen, si a uno lo cogen a las malas, eso es violación. (E1)

Aparte de las condiciones que favorecen la violación, algunos de los que llevan a cabo el hecho reciben ayuda de otras personas para poder violarlas, como las vecina y las amigas; quienes dan su ayuda a los violadores para que estos puedan ejecutar su plan; las participantes cuentan que a estas personas, tanto las que ayudan como la que lleva a cabo la violación, no les importan las condiciones

en las que quedan, los daños realizados y el trauma generado. Por otro lado, algunas adolescentes relatan que hay violadores que no necesitan ayuda para llevar a cabo su plan. Además, no les cuentan a sus madres acerca del hecho, para evitar que sufra por culpa de ellas.

Ella también lo ayudó para que yo fuera y la malparida me iba a rajar los interiores y la falda... (E23)

En la calle: Necesidades y falta de apoyo

Las adolescentes consideran que no obtienen apoyo al ser violadas cuando son entregadas contra su voluntad para tener la primera experiencia sexual y perder la virginidad «ser descorchadas»; también cuando entran a un hotel con un cliente y este pretende abusar de ellas y en algunas ocasiones solicitan ayuda, a las «cuchas» o mujeres que manejan los hoteles pero estas no se las brindan.

La violación es a lo que uno se atiene por estar en la calle. (E15)

Para las adolescentes en situación de calle, camellar significa trabajar y una forma de hacerlo es vendiendo su cuerpo a lo que ellas llaman «haciendo ratos», esta es una de las condiciones que favorecen que sean violadas, porque están en la calle, su trabajo implica estar solas con el cliente que en muchas de las veces las superan en fuerza física, hecho que las vuelve vulnerables.

Una vez que se encuentran con los clientes, las adolescentes pactan cuatro condiciones: dinero; lugar; acciones; y protección. Generalmente tienen un precio que en algunos casos incluye el lugar y en otros solamente la relación sexual, además tienen tarifas especiales cuando se realizan actos distintos a lo tradicional; los lugares son seleccionados en la mayoría de las veces por las adolescentes, esta selección se da porque son conocidas, porque viven allá mismo o porque se sienten protegidas por las personas que manejan el negocio.

Las participantes pueden ser violadas cuando los clientes las obligan, bajo amenazas, a realizar más de lo pactado o las toman a la fuerza, obligándolas a tener relaciones sexuales. Una forma de disminuir la vulnerabilidad consiste en utilizar latas o cuchillos para defenderse en caso de que intenten violarlas; otra forma es consumir droga en pequeñas cantidades para tener control en la relación sexual y evitar ser violadas o robadas. Otra estrategia es exigirles a los clientes que le paguen antes de tener la relación sexual.

Yo fui con él a la pieza y me dijo que sí que me iba a dar 10 y, mentiras, no me dio 10 sino 8 y me cogió a la fuerza y me los tiro en la cara. (E8)

Exigir realizar más de lo pactado: igualmente consideran que son violadas cuando no les permiten tener la protección que ellas generalmente utilizan como es el condón.

«Es que usted se me está vendiendo a mí, yo le estoy pagando pa' hacer lo que sea con usted», y yo: «no, usted sabe que yo le dije que con condón», y él me dijo: «sabe qué, es que yo lo voy a hacer sin condón». (E20)

Cuando las adolescentes están en sus lugares de trabajo a la espera de clientes, estos llegan y, sin pactar, las toman a la fuerza y las montan a los vehículos y las llevan a lugares desconocidos como discotecas, fincas o lugares alejados, donde son obligadas a tener relaciones sexuales con diferentes personas y en algunos casos son golpeadas. Cuando no necesitan más de sus servicios, las abandonan en lugares desconocidos o las llevan a donde las recogieron, sin pagarles.

Me llevaron para un motel seis hombres en tres motos, me violaron dos de ellos, mientras me violaban, los otros eran muertos de la risa, me pegaron, me hicieron comer tierra. (E5)

Cuando las participantes, después de ser violadas llegan a la calle, inician una nueva vida en ella y encuentran compañeros, compañeras o parceros de diferentes edades, los cuales los presentan y prometen vincularlas a un «parche» (grupo de amigos), que les brinda amistad, compañía, apoyo y afecto. Algunas de las condiciones para ser admitidas en el parche son el consumo de sustancias psicoactivas o tener relaciones sexuales con el que dirige el parche y con algunos de los integrantes, quienes generan en las adolescentes confianza para compartir diferentes experiencias en la calle, en medio de estas interacciones las adolescentes relatan que, aunque exista mucha confianza, si ellas no quieren tener la relación sexual y son obligadas, consideran que han sido violadas. Una de las estrategias para no ser violadas especialmente cuando llegan a un grupo nuevo, es vestirse de hombres e intentar tomar figura masculina.

yo me vestía con camiseta manga larga, con bluyines, tenis de hombre, yo mantenía mi candela hay atrás, que, con billetera, yo era un macho. (E7)

Las adolescentes en situación de calle interactúan con muchas personas: los compañeros del parche, otros habitantes de calle, los transeúntes, los vendedores ambulantes y estacionarios, policías, «convivires» (cooperativas de vigilancia privada creadas para ejercer control social), los dueños de negocios, cafeterías y almacenes, restaurantes, hoteles, pensiones, entre otros. Estas interacciones son positivas cuando las niñas reciben apoyo económico, en especie o de defensa y son negativas cuando las personas las violan y se aprovechan de que estas se encuentran bajo los efectos de sustancias psicoactivas o de la confianza adquirida.

Las participantes expresan que cuando consumen drogas y se encuentran bajo su efecto son más propensas a ser violadas, puesto que no están en sus cinco sentidos; entonces si llegan personas desconocidas a estos sitios, a ofrecerles que

se vayan con ellas a cambio de un regalo, las adolescentes sin ninguna precaución se van y terminan engañadas y obligadas a tener relaciones sexuales forzadas a cambio de nada, porque el regalo prometido era mentira. El consumo de droga genera respuestas lentas, situación que es aprovechada por algunas personas que las toman a la fuerza y las violan, sin que ellas puedan reaccionar.

Me enrolé con las pepas, ahí fue donde me pasó lo que me pasó... (E15)

Las adolescentes establecen relaciones con conocidos y desconocidos; algunas de estas personas aprovechan la situación para abusar de ellas y para lograr esto usan como estrategias darles regalos, visitarlas, escucharlas, darles consejos, entre otras, para generar confianza; pero pasado un tiempo, las toman a la fuerza para darles besos, manosearles el cuerpo y por ultimo tener relaciones sexuales no consentidas, es decir, violarlas; estos son hechos inesperados para ellas, puesto que había confianza de por medio y anteriormente no se evidenciaba ese tipo de intenciones.

Un negro de por aquí, que robaba, se metió al hotel donde vivíamos porque no tenían puerta y me cogió a las malas. (E10)

2.2. Necesidades después de la violación

Después de que las adolescentes son violadas, tienen necesidades físicas y psicológicas que deben ser resueltas. Entre las necesidades físicas están:

- Sentirse limpias, para ello buscan personas como las amigas y las administradoras de los hoteles, quienes las dejan bañar y les compran óvulos para que se hagan limpieza vaginal.

Una amiga mía me pagó la pieza, me dijo vaya báñese. Después me compré unos óvulos para limpiarme. (E17)

- No adquirir enfermedades de transmisión sexual ni quedar embarazadas y para descartar esto las amigas las acompañan a medicina legal, donde les dan la orden para realizarse los exámenes respectivos. Bienestar familiar también les ayuda, en relación con dejarlas vivir en esa institución mientras terminan el tratamiento que les mandan cuando al ser violadas adquieren enfermedades de transmisión sexual.

Me llevaron a medicina legal, pues solamente tenía maltrato, pero no había quedado ni en embarazo, ni ninguna enfermedad. (E17)

- Sentirse protegidas. Para lograrlo escapan de los lugares donde fueron violadas, huyen de la casa y toman la vida de la calle porque fueron ignora-

das y los que abusaban de ellas seguían violándolas, entonces decidieron salir de sus casas e iniciar una nueva vida en la calle, donde encontraron una familia que nunca habían tenido y esto las llevó a olvidar que tenían casa – familia (mamá, hermanos, primos tíos). En caso de ser violadas en las calles evitan volver a pasar por esos lugares. Algunas veces acuden a la policía para que las protejan, pero encuentran que estos les cobran la protección, abusando de ellas. Los mismos clientes les brindan ayuda evitando que otros las violen y no les paguen los servicios prestados.

Vino la policía a ayudarme y me tocó chupárselo para que me ayudaran... (E5)

La violación también genera necesidades psicológicas, y estas son:

- Hablar, como una forma para desahogarse y para ello requieren personas que las escuchen y a quienes puedan contarles todo lo que les pasó, sin ser señaladas ni juzgadas, por esto buscan personas que hayan sufrido la misma experiencia.

Nos reuníamos varias a hablar y entonces como a todas nos pasó lo mismo, por eso yo me siento más tranquila de comentar todo sin ser rediscriminada... (E14)

- Ser comprendidas, implica que los demás entiendan su situación y no las juzguen por lo que les sucedió y por el contrario les den consejos, les crean, les brinden palabras de afecto y no las hagan sentir peor, si fueron violadas por el padre o padrastro evitan contar lo sucedido a sus mamás porque esta no les cree o finge no creerles para no perder a su compañero. No comentan lo sucedido, porque consideran que la sociedad en general tiende a juzgar y culpabilizar sin tener conocimiento de la situación; para satisfacer esta necesidad buscan personas conocidas a quienes les relatan su experiencia y esperan obtener de ellas la comprensión.

Entonces me da rabia con la gente que me juzga, pero nunca me pregunta por qué lo hago... (E14)

- Olvidar implica limpiar la mente y para ello utilizan dos estrategias: consumir sustancias psicoactivas para no recordar lo que pasó y no dejarse llevar de la mente porque, si no se piensa en eso, nada pasa y la vida sigue igual.

Es dejarse llevar de la mente, mire a mí me violaron y qué sigo acá como si nada... (E12)

El vicio a uno si lo hace olvidar de muchas cosas que uno vivió... (E15)

- Sentirse tranquilas. Esto sucede cuando se dan cuenta que el agresor es castigado o bien porque una persona cercana lo agrede físicamente o porque la autoridad hace justicia y los juzga, situación que no es muy frecuente porque dada la condición de ser adolescentes de la calle, hace que no sean tenidas en cuenta y la violación queda en la impunidad. Lo contrario sucede cuando la violación se da en la casa y los reclamos de las adolescentes son atendidos cuando ellas deciden romper el silencio y denunciar y logran que el agresor sexual sea enviado a la cárcel.

Mi padrastro está en la cárcel... yo le puse varias denuncias, pero no habían hecho nada, habían dejado el caso así, hasta que lo cogió un nuevo juez y él dijo que eso no podía quedar impune, hasta que lo metió a la cárcel... (E16)

2.3. La violación cambia la vida

Las adolescentes consideran que lo que les ocurrió es algo muy duro, que no se tenía planeado, pero que finalmente les sucede y les toca aceptarlo. Después de pasar por esa experiencia, consideran que la vida cambia, ya que creen que están enfermas, empiezan a sentir que les destrozó la vida, no sienten que sea fácil borrarlo de la mente, se despreocupan de muchas cosas, creen que la vida ya no importa o no tiene sentido y en algunas es un recuerdo que cargan desde niñas.

Porque ya no importaba la vida y no me valoraba a sí misma y después de ser violada el mundo se te viene encima, no te importa la vida... (E22)

La situación se supera cuando al ser violadas no quedan embarazadas, no adquieren una enfermedad de transmisión sexual, encuentran con quien hablar, las comprenden, castigan al agresor y continúan con la vida que llevaban. La necesidad de olvidar exige de ellas estar constantemente repitiéndose que «no deben ponerle mente a la violación».

No hay que ponerle mente a eso... (E12)

La situación no es superable cuando las participantes, después de la violación quedan embarazadas, adquieren enfermedades de transmisión sexual, no las comprenden al relatar el hecho, no logran olvidar o el agresor no es castigado. Al no poder superar la violación, se generan cambios en su vida, que se ven reflejados en la subvaloración de ellas mismas y en el comportamiento.

La subvaloración de ellas mismas

La violación en las adolescentes las lleva a subvalorarse y a despreocuparse si abusan o no de ellas; algunas generan prevenciones, especialmente con los hombres y esto las lleva a evitar todo tipo de contacto con ellos. En otros casos su interacción cambia porque sienten que no quieren vivir.

Mi vida me cambió mucho, porque me daba miedo que la gente me hablara, yo prefería más fácil estar en soledad... (E21).

Uno se encierra en un círculo pensando que todo el mundo me va hacer daño y pensando en que me quiero morir... (E13).

Algunas adolescentes tienen las relaciones sexuales sin importar la persona, el sentimiento o la razón; al igual que las que por medio de una violación pierden la virginidad, a la que consideraban como algo preciado, que habían cuidado mucho.

Me importa un culo la vida, para mí, no valía, entonces ya cogía eso de deporte (tener relaciones sexuales), no sentía amor por nadie, sino como un juego, una rutina. (E12)

El comportamiento

Las adolescentes que sufren la violación desconfían de todo el mundo, entonces toman una actitud de alerta; se ponen a la defensiva con todas las personas, tanto conocidas como desconocidas; para esto aprenden a pelear entrenándose con los del parche u observando a quienes pelean y además cambian el vocabulario tradicional, por uno agresivo y ofensivo.

La calle le va enseñando a uno cómo ser agreste, defenderse de pronto, tanto física como con el vocabulario. (E2)

2.4. Sentimientos encontrados

Cuando la violación no se supera produce ira y cuando se supera se cambia la ira por tristeza.

La ira

Las sienten las adolescentes por la experiencia vivida y les produce deseos de venganza y buscan la forma de llevarla a cabo, ya que sienten que quieren hacerle daño a la persona que las violó, para esto consumen sustancias psicoactivas en pocas cantidades y cargan cuchillos o «latas», para que en el momento que se encuentren el agresor intentar hacerle daño.

Y un día estaba ahí sentada tirando sacol y yo lo vi, y lo quedé reconociendo, entonces yo estaba con una muchacha, y le dije: vea al muchacho que me violó, entonces nosotros sacamos de a lata que teníamos y nos íbamos a ir detrás de él. (E6)

La tristeza

Este sentimiento genera rechazo hacia las imágenes de la violación que les vienen a la mente, porque no quieren que permanezcan en sus memorias, por lo tanto, tratan de olvidar lo sucedido, sin embargo el hecho es tan fuerte que vuelven a recordar y les produce ira.

Como a mí me violaron, a veces lo recuerdo, me da rabia y me pongo agresiva. (E2)

Como la tristeza se puede transformar en ira, para evitarla y que la situación siga siendo superable, las adolescentes tratan de limpiar la mente de todo lo que les sucedió, pues consideran que, cuando consiguen olvidar el hecho, así sea momentáneamente, sienten que perdonan al que las violó.

3. Discusión

Al realizar el análisis de la información se tuvieron en cuenta las siguientes categorías: significados de la violación sexual; condiciones que favorecen la violación; necesidades después de la violación; y sentimientos. Las adolescentes en situación de calle de la ciudad de Medellín consideran que la violación es toda relación sexual que se da de manera forzada, lo que coincide con la investigación de Villaseñor y Castañeda (2003), quienes plantean que la violación es tener relaciones sexuales forzando a alguien, además por su condición de estar en la calle la violencia se vuelve cotidiana y la gente se va acostumbrando ella. También Sudario, de Almeida y Bessa (2005) plantean en su investigación que la violación es un acto de violencia, por la forma como lo hacen; también de humillación y de agresión sexual. Además, Moreno (2004) por su parte dice que algunas adolescentes tuvieron su primera relación sexual de manera forzada, incluyendo violencia y maltrato; todo lo anteriormente expuesto por los diferentes autores concuerda con los resultados de este estudio.

Según las participantes de esta investigación, entre las condiciones que favorecen la violación se encuentran principalmente dos: la casa y la vida en la calle. Con relación a la casa autores como Villaseñor y Castañeda (2003) plantean en los resultados de su investigación que la violación hacia las adolescentes es frecuente entre familiares como padre, tío, primo, hermano y padrastro, pero también cuando en la familia se visualiza el alcoholismo o drogadicción; en algunos casos las personas acceden a las adolescentes aprovechando la relación de confianza o afectiva existente y por eso estos individuos no levantan sospechas en ellas.

Teniendo en cuenta que las adolescentes, después de pasar por esta situación, abandonan sus casas tiene relación con lo planteado por Moreno (2004), quien encontró que en el caso de las niñas, adolescentes y jóvenes abandonan definitivamente el hogar, no solamente por factores socio-económicos, sino porque fueron víctimas de violación; al igual que lo expresa Cavagnoud (2009), quien dice que las adolescentes inician el comercio sexual después de ser violadas en la casa; por este motivo comienzan a vivir en la calle y a trabajar en ella (Cavagnoud 2009; Guerra y Guerra 2009).

En cuanto a las necesidades que se presentan después de la violación sexual encontradas en la presente investigación, están las necesidades físicas, que se pueden relacionar con lo planteado en la investigación de Sudário, Almeida y Bessa (2005), en la que se encontró que los servicios de salud les ofrecen a las adolescentes solamente la posibilidad de realizarse controles de las infecciones de transmisión sexual y de embarazos; ya que en estos centros de salud dicen prestar unos servicios de salud y no lo hacen. Por lo tanto, las adolescentes se sienten desprotegidas.

Frente a la situación que produce la violación en las adolescentes, estas buscan medios de distracción o evasión, para poder superar u olvidar lo que les pasó. Según Cavagnoud (2009), el comercio sexual aparece en las vidas de algunas adolescentes como medio distractor y de superación de la violación. Moreno (2004) plantea que algunas adolescentes han caído en el comercio sexual después de pasar por una serie de experiencias violentas como el hambre, el maltrato, la discriminación y la violación. Estos hallazgos concuerdan con los resultados de la presente investigación.

Las adolescentes consideran que según la experiencia vivida se generan sentimientos que en algunos casos son contra ellas mismas o contra el agresor; lo que coincide con los resultados de la investigación realizada por Sudário, Almeida y Bessa (2005), quienes describen que los sentimientos que genera la experiencia son: miedo, rabia y culpa. Miedo de contraer una enfermedad de transmisión sexual, encontrarse de nuevo con el violador, salir de la casa, quedarse sola y también de contarle a familiares y amigos lo que le pasó; rabia, que es una respuesta al sufrimiento; culpa, porque consideran que estaban expuestas, en lugares oscuros, en el lugar de trabajo inadecuado o solas.

Conclusiones y recomendaciones

La investigación cualitativa con un enfoque etnográfico cobra gran importancia en esta investigación ya que permite conocer la realidad, desde la óptica de las personas que la experimentan. La violación es una relación sexual que se lleva a cabo sin voluntad propia y genera cambios en los comportamientos y formas de relacionarse socialmente. Cuando la violación no se supera, genera ira que lleva a

la venganza, esto conlleva a que las adolescentes siempre tengan presente lo que les sucedió.

Es importante apoyar este tipo de investigaciones usando el enfoque etnográfico, porque permite visibilizar la realidad desde los mismos actores. Fortalecer la atención integral, psicosocial y en salud que no esté encaminada solamente a descartar las enfermedades o embarazos de esta población y que aporte elementos que permitan prevenir la violación y en el caso que se haya dado superarla.

Agradecimientos

A las adolescentes en situación de calle, que fueron el motor de este trabajo, ya que permitieron conocer desde su mirada las experiencias que vivieron con respecto a la violación sexual. A la Universidad de Antioquia por facilitar la realización de este tipo de investigaciones, y a las Facultades de Salud Pública y Enfermería por apoyar, acompañar y dar el tiempo para llevar a cabo la investigación.

Referencias bibliográficas

- Boyle, Joyceen. 2003. «Estilos de etnografía». En: *Asuntos críticos en los métodos de investigación cualitativa*, coordinado por Janice M. Morse, 185-214. Medellín: Universidad de Antioquia.
- Cavagnoud, Robin. 2009. «Sociología de la supervivencia: las adolescentes en situación de comercio sexual en Lima». *Bulletin de l'Institut français d'études andines* 38, (2): 327-357. DOI: <https://doi.org/10.4000/bifea.2718>
- Geertz, Clifford. 2003. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa.
- Giraldo, Álvaro, Constanza Forero, Lina López, Leidy Tabares, y Paula Dúran. 2006. «Encontrar una familia en la calle». *Revista Facultad Nacional de Salud Pública* 24 (1): 91-96. Disponible en <https://revistas.udea.edu.co/index.php/fnsp/article/view/284>
- Giraldo, Álvaro, Constanza Forero, Anghie Phamela López, y Johana Victoria Martínez. 2016. *Cómo vivimos los niños y las niñas en la calle*. Medellín: Catedra Litografía.
- Giraldo, Álvaro, Constanza Forero, y Luisa Posada. 2017. «Sexualidad es tener sexo: las adolescentes en situación de calle». *Revista Index de Enfermería* 26 (1-2): 15-19. Disponible en http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1132-12962017000100004
- Guerra, Eliane, y Arthur, Guerra. 2009. «Adolescentes em situação de rua: prostituição, drogas e hiv/aids em Santo André, Brasil». *Psicologia & Sociedade* 21 (1): 45-54. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100006>
- Instituto Colombiano de Bienestar Familiar. 2008. *Derechos sexuales y reproductivos*. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia.
- López, Anghie, Constanza Forero, y Álvaro Giraldo. 2019. «La violación sexual marca la vida de las adolescentes en situación de calle. Medellín». *Atas – Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*. Vol. 3: 176-184. Disponible en <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/1997>

- Ministerio de la Protección Social. 2014. *Modelo de Atención Integral en Salud para Víctimas de Violencia Sexual*. Disponible en https://www.minsalud.gov.co/salud/Documents/observatorio_vih/documentos/Manual_victimas_violencia/MODELO_INTRODUCCION.pdf
- Moreno, Antonio. 2004. «Salud sexual y reproductiva en adolescentes callejeras». *Temas sociales* 25: 45-57. Disponible en http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0040-29152004000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=es
- Sudário, Sandra, Paulo de Almeida, y Maria Bessa. 2005. «Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade». *Psicologia y sociedade* 17 (3): 80-86. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300012>
- Vasilachis, Irene. 2006. *Estrategias de investigación cualitativa*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Villaseñor, Martha, y Jorge Castañeda. 2003. «Masculinidad, sexualidad, poder y violencia: análisis de significados en adolescentes». *Salud Pública México* 45 (1): S44-S57. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0036-36342003000700008>

Anghie Phamela López Mejía. Profesional en Administración en Salud de la Facultad Nacional de Salud Pública, Universidad de Antioquia; participante de la Línea de Investigación Cultura y Salud, en la cual se han realizado diferentes trabajos con niños, niñas y adolescentes en situación de calle.
Correo electrónico: phamela.lopez2018@gmail.com

Constanza Forero Pulido. Magister en Salud Pública y Docente de la Facultad de Enfermería, Universidad de Antioquia; participante de la Línea de Investigación Cultura y Salud, en la cual se han realizado diferentes trabajos con niños, niñas y adolescentes en situación de calle.
Correo electrónico: constanza.forero@udea.edu.co

Álvaro Giraldo Pineda. Magister en Salud Pública y Docente de la Facultad Nacional de Salud Pública, Universidad de Antioquia; coordinador de la Línea de Investigación Cultura y Salud, en la cual se han realizado diferentes trabajos con niños, niñas y adolescentes en situación de calle.
Correo electrónico: alvaro.giraldo@udea.edu.co

Artículo recibido el 2 de febrero y aceptado para su publicación el 1 de junio de 2020.

MULHERES IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: O PROTAGONISMO NAS DENÚNCIAS

*Daniela Garcia Damaceno**, *Miriam Fernanda Sanches Alarcon***,
*Viviane Boacnin Yoneda Sponchiado****, *Mara Quaglio Chirelli*****,
*Maria José Sanches Marin******, *Joyce Fernanda Soares Albino Ghezzi******

Resumo

A fim de compreender a vivência de mulheres idosas vítimas de violência intrafamiliar na denúncia e os sentimentos que a permeiam, o estudo foi realizado a partir de entrevistas com idosas que realizaram denúncia em uma delegacia de um município de São Paulo. O processamento dos dados deu-se pela análise temática. Foi observado que a denúncia representa a retomada do protagonismo, sendo marcada pela dualidade entre o empoderamento e os sentimentos em relação ao agressor. Percebe-se que a denúncia de maus tratos para essa população é marcada por contradições entre a interrupção da violência e a relação com o agressor, mostrando-se essencial o estímulo do protagonismo a partir de estratégias de empoderamento em suas diferentes dimensões.

Palavras-chave: Empoderamento, envelhecimento, violência contra a mulher, violência intrafamiliar.

- * Universidade do Oeste Paulista e Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita», Botucatu, São Paulo, Brasil.
Endereço postal: Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n – UNESP – Campus de Botucatu – Botucatu/SP – CEP 18618687, Brasil.
Endereço eletrônico: daniela.garciasw@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8656-009X>
- ** Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita», Botucatu, São Paulo, Brasil.
Endereço eletrônico: miriam@uenp.edu.br;
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2572-9899>
- *** Delegacia de Defesa da Mulher na Central de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Estado de São Paulo, Marília-SP, Brasil.
Endereço postal: R. Dr. Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, 49-Alto Cafezal, Marília-SP, 17506-130, Brasil.
Endereço eletrônico: puffy_yoneda@hotmail.com;
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4527-6345>
- **** Faculdade de Medicina de Marília, Marília, São Paulo, Brasil.
Endereço postal: R. Monte Carmelo, 800 - Fragata, Marília - SP, 17519-030, Brasil.
Endereço eletrônico: marachirelli@gmail.com;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7417-4439>
- ***** Faculdade de Medicina de Marília, Marília, São Paulo, Brasil.
Endereço eletrônico: marnadia@terra.com.br;
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6210-6941>
- ***** Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita», Botucatu, São Paulo, Brasil.
Endereço eletrônico: jo.albino1988@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5808-613X>

Abstract**Older women victims of violence: Their protagonism in reporting it to the Police**

In order to understand the experience of older women victims of intrafamily violence when reporting it to the Police and the feelings permeating it, the study was conducted from interviews with older women who reported it at a Police station of a city in the state of São Paulo. Data processing was performed through thematic analysis. It was observed that reporting to the Police represents regaining protagonism, being characterized by the duality between empowerment and the feelings in relation to the aggressor. It is perceived that, for this population, reporting maltreatment to the Police is characterized by contradictions between stopping violence and the relation with the aggressor, being essential to foster protagonism from strategies for empowerment in its different dimensions.

Keywords: Empowerment, aging, violence against women, intrafamily violence.

Resumen**Mujeres mayores víctimas de violencia: el protagonismo en las denuncias**

Para comprender la experiencia de las mujeres mayores víctimas de violencia intrafamiliar en la denuncia y los sentimientos que la permean, el estudio se realizó a partir de entrevistas con mujeres mayores que informaron situaciones de violencia intrafamiliar en una estación de policía en una ciudad de São Paulo. Los datos fueron procesados por análisis temático. Se observó que la denuncia representa la reanudación del protagonismo, estando marcada por la dualidad entre el empoderamiento y los sentimientos hacia el agresor. Se advierte que la denuncia de malos tratos para esta población está marcada por contradicciones entre la interrupción de la violencia y la relación con el agresor, demostrando ser esencial el estímulo del protagonismo desde estrategias de empoderamiento en sus diferentes dimensiones.

Palabras-clave: Empoderamiento, envejecimiento, violencia contra la mujer, violencia intrafamiliar.

Introdução

Ao longo dos séculos XX e XXI, os movimentos feministas têm contribuído para as conquistas das mulheres em diferentes espaços sociais, acadêmicos e políticos. Contudo, a construção e as assimetrias sociais de gênero impactam diretamente na liberdade individual e coletiva das mulheres, sendo elas submetidas a uma trajetória imposta pela sociedade e cultura (Beauvoir 2009).

Nesse sentido, encontra-se a violência sobre as mulheres como um denominador comum presente nos diferentes contextos geográficos e sociopolíticos (Ockerent 2011). Enraizado histórica, cultural, econômica e socialmente, caracteriza-se pelo (ab)uso das relações de poder sobre um indivíduo ou coletividade provocando-lhes sofrimentos nas diversas dimensões do sujeito, manifestando-se, assim, de diferentes formas (Leite *et al.* 2014; Mascarenhas *et al.* 2016).

Essas manifestações, que se relacionam e se realimentam, somadas aos determinantes sociais, que aumentam a vulnerabilidade das mulheres, e o impacto

multidimensional da violência a estabelecem como um importante problema de saúde pública (Leite *et al.* 2014).

Segundo dados do *Atlas da Violência* (IPEA e FBSP 2019), em 2017, mais de 221 mil mulheres registraram agressão física em decorrência de violência intrafamiliar, número que ainda pode estar subestimado se considerado o grande número daquelas que não denunciam, assim como a indiferença e subnotificação frente aos tipos de violência.

É de ressaltar que nesse mesmo ano, foram mortas 13 mulheres por dia no Brasil. Assim, entre os anos de 2007 e 2017, observou-se um aumento de 30,7% dos casos de homicídios de mulheres, verificando-se concomitantemente a diminuição das taxas fora da residência (3,3%) e o aumento daquelas dentro do domicílio (17,1%) (IPEA 2019).

A dimensão sociológica da violência associada à posição de subordinação, à desvalorização e à falta de reconhecimento do papel social das mulheres, ainda que de maneira velada, mostra-se um determinante fundamental para a ocorrência da violência nos diferentes contextos (Macedo 2015). Dessa forma, as relações patriarcais, que atribuem ao sexo masculino o papel de dominação e controle do «outro sexo», facilitam a aceitação de práticas violentas de subjugação (Beauvoir 2009; Duarte *et al.* 2015).

O fenômeno de bater na mulher (*wife beating*) – que se refere à aceitação cultural e, algumas vezes, assegurada por leis, da violência contra as mulheres em casos considerados como de insubordinação da mulher mostra-se como um fator de perpetuação da violência de gênero (Aslam, Zaheer e Shafique 2015; Tran, Nguyen e Fisher 2016; Ahinkorah, Dickson e Seidu 2018). A aceitação dessa prática está diretamente associada à cultura de dominação masculina e varia de 2% a 90,2% entre os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (Tran, Nguyen e Fisher 2016). Essa aceitação mostra-se mais profunda nas gerações anteriores, em que as relações de poder entre os homens e as mulheres são ainda mais díspares.

Destarte, com o envelhecimento a violência sobre as mulheres toma novas dimensões, uma vez que se associam duas condições: o «ser mulher» e o «ser idosa». Dessa forma, além da representação simbólica das mulheres, os conflitos no âmbito familiar, institucional e convívio social provenientes do estado de fragilidade física ou emocional e da representação social da população acima de 60 anos expõem as mulheres idosas a situações de maior vulnerabilidade à violência (Paraíba e Silva 2015).

Embora grande parte das mulheres idosas apresente um risco elevado a sofrer violência, a subnotificação dos casos mostra-se ainda mais frequente nessa população. Dessa forma, as denúncias, muitas vezes, são realizadas quando estão em causa severos comprometimentos físicos. Nesses casos, essas mulheres, que apresentam fortes laços afetivos com seus agressores, experienciam sentimentos de culpa e vergonha acarretando na negação e justificação do comportamento violento do seu agressor (Souto *et al.* 2015).

Frente a um contexto complexo e marcados por vulnerabilidades como apresentado anteriormente, surgem as seguintes questões: Como mulheres idosas vítimas de violência intrafamiliar denunciam os maus-tratos? Quais os sentimentos que permeiam esse processo? Assim, objetiva-se compreender a vivência de mulheres idosas vítimas de violência intrafamiliar na denúncia de maus-tratos e os sentimentos que a permeiam.

Materiais e percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de campo, realizada no intuito de viabilizar a interpretação do significado da denúncia de maus-tratos para mulheres idosas vítimas de violência intrafamiliar. A presente investigação faz parte de um projeto maior, intitulado «Idoso/a vítima de violência: a interface entre a assistência à saúde, assistência jurídica e assistência social para o desenvolvimento de intervenções» com o subprojeto «O protagonismo das mulheres idosas no combate a violência sobre as mulheres: cidadania, educação e saúde».

A pesquisa foi realizada em Marília, um município de médio porte do centro-oeste paulista, cuja população é de 230 154 habitantes, dos quais 17,16% são pessoas idosas (SEADE 2019). Teve como cenário a Central de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Estado de São Paulo do município, mais especificamente a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), que está organizada em dez unidades, distribuídas em cinco distritos policiais, quatro delegacias especializadas que atendem às demandas do município todo (Delegacia de Homicídios, Delegacia de Defesa da Mulher, Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes e Núcleo Especial Criminal) e uma Delegacia da Polícia Civil de Plantão. O município estudado não possui delegacia especializada para o atendimento de pessoas idosas, dessa forma a DDM é responsável pela assistência a essa população.

Foram realizadas 12 entrevistas com mulheres idosas vítimas de violência e atendidas na DDM. Utilizaram-se entrevistas abertas que possibilitaram que as idosas discorressem livremente acerca da vivência do processo de denúncia. As idosas foram indicadas pela delegada responsável mediante a busca delas pelo serviço, assim, a seleção se deu a partir do contato das pesquisadoras com essas mulheres. A coleta de dados foi conduzida por três pesquisadoras experientes em pesquisa qualitativa com título mínimo de mestre.

Os critérios de inclusão foram: ser mulher; ter mais de 60 anos; e ter procurado a DDM. Foram excluídas as participantes cuja denúncia foi realizada por terceiros e que tivessem condições cognitivas que comprometessem a sua participação na pesquisa. Houve um encontro com cada idosa com duração média de uma hora e trinta minutos. As coletas aconteceram de janeiro a novembro de 2018 nas dependências da DDM e, em alguns casos, devido a dificuldades de locomoção das vítimas, nas residências das idosas em dias e horários previamente pactuados.

Nos casos em que a entrevista foi realizada no domicílio da idosa, o agressor não estava presente. Durante o processo de coleta, apesar de se tratar de um tema complexo, apenas uma idosa recusou participar da investigação. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente.

A amostra foi construída por meio da estratégia da saturação teórica, isto é, os dados foram coletados até que a codificação se revelou saturada. Assim, a coleta ocorreu até que nenhum dado novo ou relevante surgisse em relação a qualquer tema, explorando as propriedades, dimensões e interlocuções do tema (Strauss e Corbin 2008).

Para a análise dos dados obtidos, optou-se pela técnica da Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006). Trata-se de um método analítico qualitativo que busca identificar, analisar e relatar padrões dentro dos dados, buscando a interpretação de diferentes aspectos do tema da investigação. É um método essencialmente independente de um referencial teórico específico, podendo ser aplicado em uma variedade de abordagens teóricas e epistemológicas.

Dessa forma, pela liberdade teórica, fornece uma ferramenta flexível, útil e potente para produzir um conjunto rico e detalhado de dados ainda que complexos. Na presente investigação, utilizou-se a vertente contextual do método que reconhece as formas pelas quais os indivíduos dão significado às suas experiências e como o contexto social interfere nesse processo (Braun e Clarke 2006).

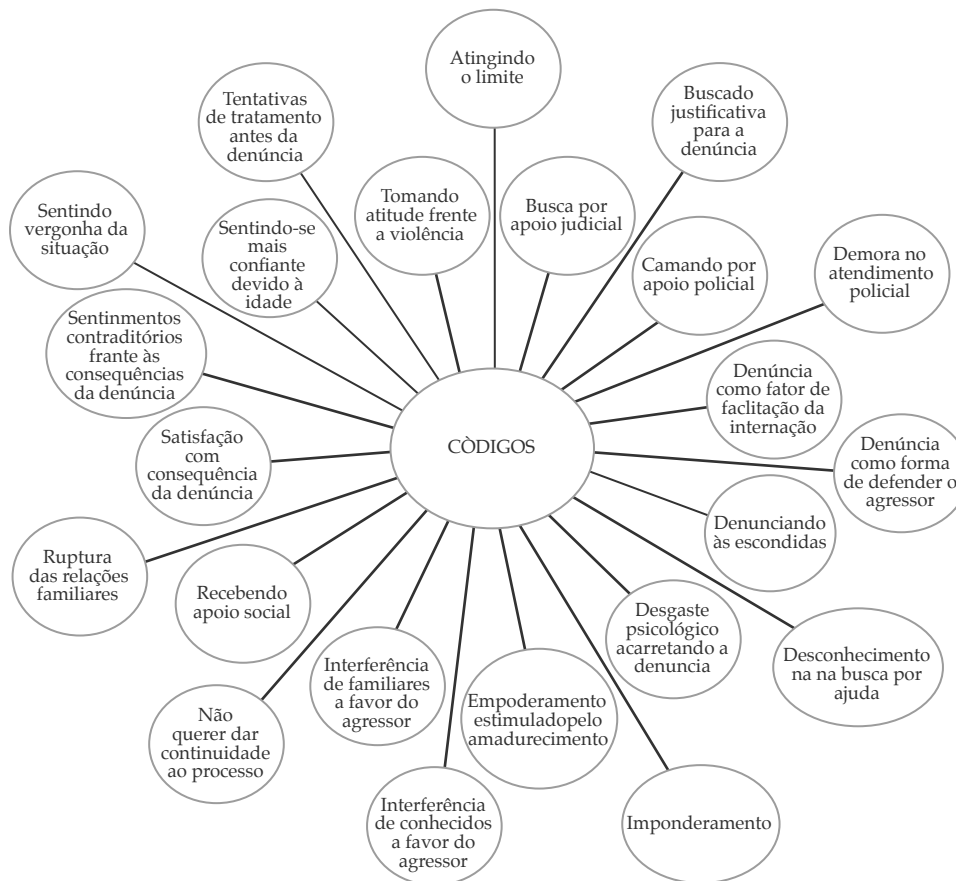
A operacionalização da análise, realizada por duas pesquisadoras experientes com título de mestre, ocorreu em seis fases, de modo não linear, realizado em um movimento de «ir e vir» ao longo das fases. A etapa 1 («familiarizando-se com seus dados») compreendeu a imersão das pesquisadoras nos dados coletados, buscando a aproximação profunda com o conteúdo da pesquisa. Nessa fase foram registradas as principais ideias encontradas nos dados. A etapa 2, representada pela figura 1, teve como produto a realização da codificação inicial, identificando os conteúdos semânticos ou latentes dos dados. Trabalhou-se sistematicamente com o conjunto das informações buscando identificar aspectos interessantes e significativos do texto.

A fase 3, que designamos por «buscando por temas», consistiu na busca de temas, triando inicialmente o produto da codificação, possibilitando a construção da coleção de temas e subtemas, ou seja, focou-se no nível mais amplo constituindo os temas potenciais. Nesta fase, inicia-se a identificação das relações entre os códigos, entre os temas, e entre diferentes níveis de temas (subtemas).

Após a elaboração do mapa temático inicial, na etapa 4, os temas foram revisitados e refinados considerando os critérios de homogeneidade interna e heterogeneidade externa. Nesta fase, os temas foram divididos e apresentavam distinções claras e identificáveis. Dessa forma, ocorreu a recodificação dos dados no intuito de constituir-se um novo mapa temático.

Na sequência, na etapa 5, os temas finais foram definidos e nomeados, identificando-se a essência de cada tema e a existência de subtemas, assim como a

Figura 1.
Árvore de códigos iniciais, etapa 2 do processo de análise.



hierarquia de sentidos presente nos dados, determinando quais os aspectos dos dados que cada tema capturava.

A fase final da análise, fase 6, iniciou-se com a produção do relatório de análise que conta a história completa dos dados, com o propósito de indicar ao/à leitor/a o mérito e a validade da análise, incorporando os fragmentos das falas das participantes à narrativa analítica e ilustrando todo o conteúdo a ser mostrado (Braun e Clarke 2006). Todo o processo de análise foi analisado e validado por uma pesquisadora experiente com título de doutora.

O projeto maior e o subprojeto que deram origem a esta investigação foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição proponente, parecer n.º 2.253.887 e n.º 3.250.756, respectivamente ligados ao Comitê Nacional de Ética em Pesquisa, atendendo à resolução 510/2015 para pes-

quisas realizadas com seres humanos. As idosas, que por livre e espontânea vontade participaram da pesquisa, assinaram previamente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para a apresentação dos resultados, as idosas foram indicadas pela letra «I», seguida da sequência numérica crescente (I1, I2 ... e I12).

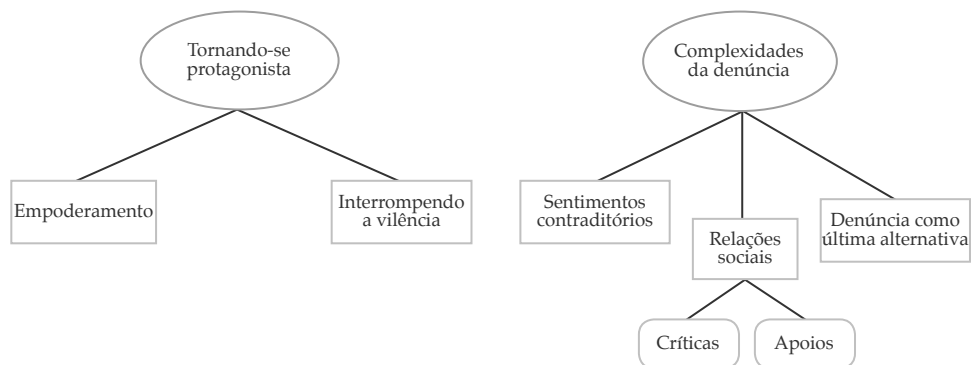
Resultados

As 12 mulheres idosas entrevistadas apresentavam variação de idade de 60 a 79 anos, com predomínio da faixa etária dos 60 aos 69. A maioria era de cor branca, sem trabalho remunerado, e cristã. Houve predomínio do ensino fundamental e ensino médio incompletos. Essas mulheres contavam com grau de parentesco com os agressores, que residiam com elas, sendo filhos e/ou cônjuges.

O processo de denúncia, para mulheres idosas vítimas de violência intrafamiliar atendidas na DDM, representa uma forma de «tornarem-se as protagonistas» da sua própria vida e, conseqüentemente, interromperem o ciclo da violência. Entretanto, conforme demonstrado na figura 2, apresenta-se, também, como um fenômeno permeado por sentimentos contraditórios – como empoderamento, tristeza, alívio, culpa – influenciados pelas relações sociais.

Figura 2.

Mapa temático final, mostrando os dois temas principais. Etapa cinco: definindo e nomeando os temas.



Tornando-se protagonista

A vivência da denúncia ocasiona nessas mulheres idosas o sentimento de retomada do protagonismo em sua vida, sendo marcada pelos sentimentos de empoderamento e alívio com a interrupção da violência. Assim, ao se sentirem

capazes de transformar a realidade, muitas vezes vivida por décadas, modificam a autopercepção e autoestima, experienciando o sentimento de vida mais digna.

Empoderamento: Segundo as mulheres entrevistadas, um dos subtemas relacionados ao protagonismo é o sentimento de empoderamento, sentindo-se aptas a se libertarem da situação opressora na qual viviam. Para elas, muitas vezes, este sentimento está relacionado ao amadurecimento promovido pela idade, reconhecendo os seus direitos e modificando a forma de enxergarem o mundo ao seu redor.

Agora, se ele voltar ao que era antes, como uns 12 anos atrás, tudo bem. Se não voltar, eu vou tirar ele da casa. (I4)

Fiz o boletim na polícia e falei que não vou retirar [risos]. A gente tem que ser, a gente tem que ter amor-próprio. Depois do amor a Deus, o amor-próprio, porque, com dignidade, a gente tem que impor respeito para as pessoas. Não é porque é marido ou viveu 40 anos junto que tem direito de fazer certas coisas. I8

Minha vida mudou muito depois que ele saiu de casa. Quando ele estava, eu não tinha paz na minha vida, não tinha paz. Ah! Eu estou no céu, minha filha! Aí, eu sinto paz, que eu posso dormir, posso comer. (I9)

Eu não vou dormir preocupada sobre ameaça de um filho, não tem como! Eu quero fazer as coisas legais. É um direito que eu tenho, pois eu tenho 63 anos e a minha sogra com 82. (I4)

Quando a gente tem 20 anos, a gente tem uma ideia; quando a gente tem 30 a gente pensa diferente; quando a gente tem 40... e, quando você chega nos 60, você já amadureceu em tudo. Fisicamente, emocionalmente, espiritualmente, você tem outra visão de tudo na vida. A gente aprende. Eu falei «Nossa, precisei chegar nos 60 anos, quase 65 para aprender isso!» Ele ficava com as crises dele. Já ficava aqui dentro junto vivendo aquilo. Aí eu falei «Ué, por que que eu estou fazendo isso comigo?» Porque chega uma hora que a gente toma decisões, e durante a vida a gente amadurece. A gente tem os estágios da vida que a gente amadurece em tudo, que as pessoas falam que envelheceu, não é não, é que você amadureceu! E aí você abre os olhos para muitas coisas que, às vezes, a vida toda você enxergou diferente. (I8)

Interrompendo a violência: Para essas mulheres, ao sentirem-se como protagonistas de sua própria história, retomam o poder acerca de suas próprias vidas e fortalecem a capacidade de tomar decisões, possibilitando a interrupção da violência sofrida

Eu não vou ficar vivendo com um pesadelo desse que é o meu filho, [...] então chegou uma hora que eu pensei, ou tomo providência legal ou vai sair morte. (I2)

Eu tinha já feito um BO [boletim de ocorrência], acho que uma vez ou duas dele, só que eu fui lá e retirei, porque a gente pode ir lá e retirar. Falei «ah não!» Eu era mais

nova, a gente falava, assim «vai mudar», ele prometia, só que agora eu falei assim «não!» É bom deixar lá feito. (I8)

Agora, dessa vez eu falei «Não, chega! Chega, deixa eu viver em paz com esse menino e você já está criado. Vive para lá». (I5)

Complexidade da denúncia

Contudo, depreendeu-se, também, que o processo de denúncia é complexo e permeado por diferentes dimensões. Assim, essas mulheres vivenciam sentimentos ambivalentes, apoios e críticas de familiares e conhecidos, levando, muitas vezes, a ruptura na dinâmica dessas relações familiares.

Sentimentos contraditórios: As idosas manifestam sentimentos contraditórios ao denunciarem seus agressores, especialmente por estarem envolvidos vínculos afetivos. Nesse sentido, ao mesmo tempo que relatam que estão fartas da violência, preocupam-se com o bem-estar do agressor, atribuindo à adicção ou a transtornos mentais o comportamento violento. Dessa forma, buscam, muitas vezes, justificar a realização da denúncia.

É que aquele dia nós estávamos nervosos, tudo assim nervoso. Então nem correu atrás para ver. E vou falar a verdade, eu não queria que fizesse nada com ele não. (I1)

Eu pedi há um ano e meio a interdição dele. Justamente naqueles dias ele arrumou um emprego e mãe é uma coisa besta. Mãe acha que vai mudar. Então eu peguei, fui lá e retirei o pedido, não deveria ter retirado. (I2)

Ele já agrediu, sim, mas só que o caso dele também não é cadeia, o caso dele é internamento, porque, se for para jogar numa cadeia, [...] eu prefiro que Deus tira ele e que ele morra na rua, porque cadeia não resolve para ele não. (I7)

Ele pirou da cabeça, eu saí e fui com o papel para internar ele, aí quando cheguei minha casa estava toda aberta, que ele quebrou a porta, a fechadura e tudo [...] aí eu chamei a polícia aquele dia. Ele chegou a quebrar minha porta. Eu acho que fiquei brava com isso, que eu fiquei com ele, quebrar minha porta e deixar aberta. (I12)

Relações Sociais: A complexidade relaciona-se, também, com as relações sociais marcadas pelo apoio e críticas de familiares e conhecidos, a ruptura de relacionamento com o agressor e a aceitação da violência em virtude da própria construção social de gênero.

É que nem eu não queria visitar ele. Quarta-feira mesmo, depois de amanhã, é a visita. Eu penso assim, se eu for lá, ele vai falar: «eu faço o que faço para ela e ela vem me ver». Será que não passa isso na cabeça dele? (I3)

Eu só não coloquei ele para fora por causa da irmã dele, ela não aceita. Ela está contra, falou: «mãe, a senhora interna ele, mas prender não, a senhora dá um jeito de inter-

nar». Eu falei que vou fazer assim: «então eu vou internar e quando ele sair de lá, ele vai procurar o lugar dele, está bom para você?» E falei para a minha filha, que, se fosse na casa dela, ela não ia querer o irmão. (I4)

É uma questão de honra pra mim! Eu tenho meus filhos, tenho meus netos, eles têm que ter uma estrutura em mim. Então eu me seguro, vou levando, mas essas coisas acabam com o emocional da gente, você não vê a pessoa com os mesmos olhos mais, se tinha amor, não tem aquele amor mais, é isso que acontece. (I8)

Achei muita gente para dar força para mim, viu. «Não deixa, assim não porque a senhora está sofrendo», você tem que tomar uma atitude de mãe. (I9)

Denúncia como última alternativa: Entretanto, embora as situações vividas acarretem um profundo sofrimento, algumas vezes a denúncia só é realizada com a finalidade de ajudar o agressor, seja no intuito de facilitar a internação compulsória para tratamento de adições ou para protegê-lo de pessoas da comunidade.

A vizinhança falou que, se a lei não toma conta, eles vão tomar. Os vizinhos estão ameaçando. Falei para o meu marido para irmos tomar providência. (I4)

Quando eu fiz a ocorrência para o que aconteceu, eu falei para o delegado, eu só queria que ele, não era assim pra prender ele, eu só queria deixá-lo para ficar para lá e eu ficar pra cá. (I5)

Eu fiz o BO dele para ajudar a internar, que isso aí eu fui orientada pela assistente social do Hospital Espírita e pela própria advogada. Se eu não internar, ele vai morrer logo. Ele entra na frente dos carros. Ele entra e os carros é que têm que parar. E se uma hora não dá tempo? (I7)

Discussão

Nas falas das idosas vítimas de violência, que reportaram a situação por conta própria, identifica-se que a denúncia era permeada por sentimentos ambivalentes, que ora contribuíram, ora dificultaram sua efetivação. Dessa forma, configura-se como um processo complexo que envolve relações familiares envoltas por laços afetivos (Damaceno *et al.* 2019).

O empoderamento mostrou-se um fenômeno essencial para a realização da denúncia. Trata-se de um processo contínuo e multidimensional no qual as idosas, ao se reconhecerem frente às situações de violência e possuindo as ferramentas necessárias, transformam os contextos sociais e individuais, buscando e movimentando sua rede de apoio e, conseqüentemente, interrompendo a violência (Batliwala 1997; Cortez e Souza 2008).

Na perspectiva freireana, relaciona-se a capacidade de deter o saber (de si e do mundo) com o empoderamento. Assim, o significado atribuído ao empo-

deramento é o de libertar-se da situação opressora, revelando-se como um processo gradual e desafiador no qual faz-se necessário o acesso a diferentes recursos (Freire 1997; Chisvert-Terazona e Cambroner-García 2017). Nesse sentido, o investimento no empoderamento feminino visa desestabilizar as redes patriarcais, rompendo com as raízes que perpetuam a violência sobre as mulheres (Chisvert-Terazona e Cambroner-García 2017).

Os dados da presente investigação possibilitaram identificar a idade/amadurecimento como um fator de empoderamento dessas mulheres, atribuindo ao mesmo a capacidade para o enfrentamento das situações de opressão (Damaceno *et al.* 2019). Assim, as conclusões estão na linha de outras pesquisas que mostraram que a idade, a escolaridade e a independência financeira revelam uma relação proporcional positiva à capacidade de as mulheres resistirem e/ou interromperem as situações de abuso (Grose e Grabe 2014).

Identificou-se que – apesar do desgaste ocasionado pelo sofrimento emocional, físico e psíquico nas situações de violência – as mulheres idosas vivenciam sentimentos contraditórios acerca de seus agressores devido aos laços afetivos existentes, comprometendo, muitas vezes, a continuidade do processo judicial. A coexistência de sentimentos e relações dialéticas contribuem para a perpetuação da violência, visto que elas apresentam posturas de negação e omissão das situações, conformando-se como um segundo fator de sofrimento, buscando justificar, seja a terceiros ou a si próprias, a realização da denúncia.

A contradição, contudo, mostra-se como um movimento inerente à humanidade, sendo a transformação dos fenômenos/realidades somente possível a partir da coexistência dessas forças opostas tendendo, concomitantemente, à unidade e à oposição (Gadotti 1990).

Dessa forma, embora expressem sentimentos negativos frente à violência, amam, se compadecem e tentam proteger seus agressores, sentindo-se culpadas por realizarem o boletim de ocorrência, e justificam seus comportamentos agressivos (Souto *et al.* 2015). Assim, enaltecem as características positivas deles e atribuem seu comportamento a transtornos psiquiátricos, admitindo como aceitável no âmbito familiar situações abusivas, mas buscam a superação da situação de maus-tratos (O'Brien *et al.* 2011).

A construção do gênero por parte destas mulheres, associado aos papéis sociais de mães, esposas e cuidadoras, provoca a reprodução de comportamentos ensinados por suas mães e avós, impactando diretamente na resolução da situação de violência a partir da denúncia, associando-a, muitas vezes, ao descumprimento desse «papel». Assim, essas idosas comprometem sua saúde física e mental, expondo-se a situações violentas, devido à preocupação com reações de seus familiares e conhecidos (Crockett, Brandl e Dabby 2015).

É válido ressaltar, então, o fator de transferência intergeracional na violência sobre as mulheres. Desse modo, a manutenção da ordem social de gênero e seus papéis sociais, assim como a aceitação da opressão de seus parceiros é transmitida

como um comportamento aprendido de mães para filhas (Aslam, Zaheer e Shafique 2015; Tran, Nguyen e Fisher 2016; Ahinkorah, Dickson e Seidu 2018).

As conclusões da pesquisa efetuada evidenciam a importância das redes de apoio no enfrentamento da violência. Para as mulheres entrevistadas o apoio de familiares/conhecidos impactou diretamente na realização da denúncia. Assim, observa-se que a constituição dessas redes foi determinante nas respostas das idosas frente ao fenômeno, facilitando o processo de reportar a agressão e diminuindo seu sofrimento psíquico (Souto *et al.* 2015). Já a falta de apoio perpetua as situações de violência, comprometendo a autoestima dessas mulheres a partir da manutenção de sentimentos de invisibilidade, falta de esperança e impotência (Crockett, Brandl e Dabby 2015).

Desse modo, ao retomarem o papel de protagonistas de suas histórias, essas mulheres deparam-se com obstáculos internos e emocionais provenientes de sua percepção de si enquanto mulheres, e externos, reforçados pelas reações sociais. Ressalta-se, então, que a perpetuação da opressão sobre as mulheres é constituída por cadeias estruturais, institucionalizadas e culturalmente construídas, preservadas e reproduzidas.

Nesse sentido, resgatando a perspectiva freireana e a importância em se romper com as relações tradicionais de subordinação das mulheres, faz-se necessário abordar o empoderamento feminino nos diferentes cenários de formação de homens e mulheres a fim de romper a relação opressor-oprimido que permeia a situação das mulheres no mundo (Freire 1997). Importa, também, desenvolver redes de atenção a mulheres idosas vítimas de violência com enfoque na transformação social e política em todas as idades, conscientizando, dialogando, refletindo criticamente e agindo na coletividade (Riutort e Rupnarain 2017).

Considerações finais

As mulheres idosas vítimas de violência, que a denunciaram por conta própria, vivenciam o processo como um movimento complexo para a retomada do papel de protagonistas de suas vidas, considerando a idade como um fator que auxilia no enfrentamento do fenômeno. A coexistência de sentimentos e reações sociais contraditórias permeiam todo o processo, mostrando-se, muitas vezes, como fatores de sofrimento, sendo influenciados diretamente pelos papéis sociais de gênero aprendidos pelas mulheres e associados ao feminino, os quais são construídos sociológica e culturalmente. Faz-se necessário, então, que essas mulheres reconheçam seu papel de protagonistas de suas vidas, buscando transformar suas realidades de opressão, não só a nível individual, como também contribuindo para o empoderamento da coletividade, desenvolvendo estratégias capazes de fomentar esse movimento. Ressalta-se, por fim, que a constituição de políticas públicas voltadas para o empoderamento dessas mulheres deve contribuir para a inserção

social das mesmas, modificando a representação social de sua condição enquanto «mulheres» e «idosas».

Agradecimentos

As autoras agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) no desenvolvimento deste trabalho, por meio da concessão de bolsas de estudo, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio financeiro.

Referências bibliográficas

- Ahinkorah, Bright Opoku, Kwamena Sekyi Dickson, e Abdul-Aziz Seidu. 2018. «Women decision-making capacity and intimate partner violence among women in sub-Saharan Africa.» *Archives of Public Health*. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1186/s13690-018-0253-9>
- Aslam, Syeda Kanwal, Sidra Zaheer, e Kashif Shafique. 2015. «Is spousal violence being “vertically transmitted” through victims? Findings from the Pakistan Demographic and Health Survey 2012-13.» *PLOS ONE* 10 (6): e0129790. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0129790>
- Batliwala, Srilatha. 1997. «El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción.» In *Poder y empoderamiento das mujeres*, organizado por Magdalena León, 187-211. Santa Fe de Bogotá: TM Editores.
- Beauvoir, Simone de. 2009. *O segundo sexo*. 2.^a ed. Traduzido por Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Braun, Virginia, e Victoria Clarke. 2006. «Using thematic analysis in psychology.» *Qualitative Research in Psychology*: 77-101. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Chisvert-Terazona, María José, e Pilar Cambroner-García. 2017. «De la vulnerabilidad al empoderamiento a través de la educación. Una mirada de género desde el lenguaje fílmico.» Em *Ecos de Freire e o pensamento feminista: Diálogos e esclarecimentos*, organizado por Eunice Macedo, Sofia Marques da Silva, Fátima Salum, Tânia Brabo, Arilda Ines Miranda Ribeiro e Jorge Luís Mazzeo Mariano, 183-198. Porto: Livpsic.
- Cortez, Mirian Béccheri, e Lídio de Souza. 2008. «Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal.» *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 171-180. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200006>
- Crockett, Cailin, Bonnie Brandl, e Firoza Chic Dabby. 2015. «Survivors in the Margins: The Invisibility of Violence Against Older Women.» *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 291-302. DOI: <https://doi.org/10.1080/08946566.2015.1090361>
- Damaceno, Daniela G., Miriam F. Sanches Alarcon, Viviane B. Yoneda Sponchiado, Mara Q. Chirelli, Maria J. Sanches Marin, e Joyce F. S. A. Ghezzi. 2019. «Denunciando as agressões: o protagonismo de mulheres idosas vítimas de violência.» In *Atas do 8.º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*, vol. 2, organizado por A. P. Costa, C. Pinheiro, E. Synthia, J. Ribeiro, H. Presado, C. Baixinho, 1156-1165. Aveiro: Ludomedia. Disponível em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2250>

- Duarte, Maiara Cardoso, Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, Vânia de Souza, e Érica Dumont Pena. 2015. «Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão.» *Revista Brasileira de Enfermagem*, 325-332. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680220i>
- Freire, Paulo. 1997. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gadotti, Moacir. 1990. «A dialética: concepção e método.» Em *Concepção Dialética da Educação*, 15-38. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Grose, Rose Grace, e Shelly Grabe. 2014. «The Explanatory Role of Relationship Power and Control in Domestic Violence Against Women in Nicaragua: A Feminist Psychology Analysis.» *Violence Against Women*, 972-993. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801214546231>
- IPEA e FBSP – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (orgs.). 2019. *Atlas da violência*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: IPEA e FBSP. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432
- Leite, Maísa Tavares de Souza, Maria Fernanda Santos Figueiredo, Orlene Veloso Dias, Maria Aparecida Vieira, Luís Paulo Souza e Souza, e Danilo Cangussu Mendes. 2014. «Reports of violence against women in different life cycles.» *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 85-92. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-1169.3186.2388>
- Macedo, Eunice. 2015. «Violência e Violências sobre as mulheres: auscultando lugares para uma democracia «outra» mais autêntica.» Em *Mulheres, gênero e violência*, por Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, 15-36. Marília: Cultura Acadêmica.
- Mascarenhas, Márcio D. M., Raniela B. Sinimbu, Marta M. A. da Silva, Mércia G. O. de Carvalho, Morgana R. dos Santos, e Mariana G. Freitas. 2016. «Caracterização das vítimas de violência doméstica, sexual e/ou outras violências no Brasil – 2014.» *Revista Saúde em Foco* 1 (1). Disponível em <https://www.smsrio.org/revista/index.php/revsf/article/view/199> [Consultado em 2 de março de 2019].
- O'Brien, Marita, Emer Begley, Janet C. Anand, Campbell Killic, Brian Taylor, Evelyn Doyle, Mary McCarthy, Sam McCrossan, e Evelyn Moran. 2011. *A Total Indifference to our Dignity: Older People's Understandings of Elder Abuse*. Dublin: Age Action.
- Ockerent, Christine. 2011. *O Livro Negro da Condição das Mulheres*. Rio de Janeiro: Difel.
- Parafba, Patrícia Maria Ferreira, e Maria Carmelita Maia e Silva. 2015. «Perfil da violência contra a pessoa idosa na cidade do Recife-PE.» *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia* 18 (2): 295-306. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14047>
- Riutort, Monica, e Sandra Rupnarain. 2017. «In the quest for Equity: Violence against women and conscientization through dialogue from a paternalistic to a symbolic relation with government.» Em *Ecos de Freire e o pensamento feminista: Diálogos e esclarecimentos*, organizado por Eunice Macedo, Sofia Marques da Silva, Fátima Salum, Tânia Brabo, Arilda Ines Miranda Ribeiro e Jorge Luís Mazzeo Mariano, 229-239. Porto: Livpsic.
- SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. 2019. *Perfil dos Municípios paulistas*. São Paulo: SEADE. Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/> [Consultado em 10 de novembro de 2019].
- Souto, Rafaella Q., Miriam A. B. Merighi, Sepali Guruge, e Maria C. P. de Jesus. 2015. «Older Brazilian women's experience of psychological domestic violence: A social phenomenological study.» *International Journal for Equity in Health*, 1-9. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12939-015-0173-z>

- Strauss, Anselm, e Juliet Corbin. 2008. *Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2. Tradução: Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed.
- Tran, Thach Duc, Hau Nguyen, e Jane Fisher. 2016. «Attitudes towards intimate partner violence against women among women and men in 39 low- and middle-income countries.» *PLOS ONE* 11 (11): e0167438. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0167438>

Daniela Garcia Damaceno. Graduada em enfermagem, Mestre em Saúde e envelhecimento pela Faculdade de Medicina de Marília. Doutoranda em enfermagem pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita». Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Faculdade de Medicina de Marília. Docente da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE).

Endereço eletrônico: daniela.garciasw@gmail.com

Miriam Fernanda Sanches Alarcon. Graduada em enfermagem, Mestre em Ensino em Saúde pela Faculdade de Medicina de Marília. Doutoranda em enfermagem pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita». Especialista em Urgência e Emergência. Atualmente Professor Assistente C da disciplina de Práticas clínicas em alta complexidade da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

Endereço eletrônico: miriam@uenp.edu.br

Viviane Boacnin Yoneda Sponchiado. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Delegada da Delegacia de Defesa da Mulher na Central de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Endereço eletrônico: puffy_yoneda@hotmail.com

Mara Quaglio Chirelli. Graduada em Enfermagem, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto. Pós-Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Especialista em ativação de Processo de Mudanças na formação em Saúde. Docente do Curso de Enfermagem, do Mestrado Profissional Ensino na Saúde e do Mestrado Acadêmico Saúde e Envelhecimento da Faculdade de Medicina de Marília.

Endereço eletrônico: marachirelli@gmail.com

Maria José Sanches Marin. Graduada em Enfermagem, Mestre e Doutora em Enfermagem Fundamental pela Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto. Pós-Doutorado em Ciências da Saúde pela Escola Paulista de Medicina. Especialista em ativação de Processo de Mudanças na formação em Saúde. Docente do Curso de Enfermagem, do Mestrado Profissional Ensino na Saúde, do Mestrado Acadêmico Saúde e Envelhecimento da Faculdade de Medicina de Marília e do Mestrado e Doutorado em Enfermagem pela Faculdade de Medicina de Botucatu – Universidade Estadual Paulista.

Endereço eletrônico: marnadia@terra.com.br

Joyce Fernanda Soares Albino Ghezzi. Graduada em enfermagem, Mestre em Ensino em Saúde pela Faculdade de Medicina de Marília. Doutoranda em enfermagem pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita». Pós Graduada em Gestão Estratégica de Pessoas, em Atenção Especializada e Integral às Urgências e em Formação Didática Pedagógica em Enfermagem. Enfermeira Assistencial da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital de Clínicas de Marília.

Endereço eletrônico: jo.albino1988@gmail.com

Artigo recebido a 02 de fevereiro e aceite para publicação a 12 de junho de 2020.

STRUGGLING FOR THE DIGNITY OF WOMEN WITH RELAPSING-REMITTING MULTIPLE SCLEROSIS: AN INTERPRETATIVE PHENOMENOLOGICAL SINGLE CASE STUDY ANALYSIS

*Michaela Miertová**, *Juraj Čáp***, *Katarína Žiaková****

Abstract

This paper reports the findings of a study based on interpretative phenomenological analysis that aimed to explore the meaning of dignity for woman (Olivia) with relapsing-remitting multiple sclerosis. Olivia's dignity was related to five core themes: Fulfilling life; Unfair judging; To be dependent on others; Healthcare professionals – disregard and ignoring; Healthcare professionals – respect and support. Her sense of dignity interfered with physical dependence, help from others, loss of control and independency. Her dignity was violated by disregard and indifference in interactions. To understand individual experience is important for a comprehensive person-centred care.

Keywords: dignity, woman with multiple sclerosis, single case study, interpretative phenomenological analysis.

Resumo

Lutar pela dignidade de mulheres com Esclerose Múltipla Recidivante Remitente: estudo fenomenológico interpretativo de um só caso

Neste artigo, descrevem-se os resultados de um estudo baseado numa análise fenomenológica interpretativa cujo objetivo foi explorar o significado da dignidade de uma mulher (Olívia) com esclerose múltipla recidivante remitente. A dignidade de Olívia estava relacionada com cinco temas principais: satisfação com a vida; ajuizamentos injustos; ser dependente de outros; profissionais de saúde – indiferença e ignorância; profissionais de saúde – respeito e apoio. A sensação de falta de dignidade interferia com a sua dependência física, ajuda dos outros, perda de controlo e independência. A sua dignidade era violada pelo desrespeito e a indiferença nas interações.

Palavras-chave: dignidade, mulher com esclerose múltipla, estudo de caso único, análise fenomenológica interpretativa.

* Jessenius Faculty of Medicine, Comenius University in Bratislava, Slovak Republic.

Postal address: Malá Hora 5, 036 01 Martin, Slovak Republic.

Electronic address: michaela.miertova@uniba.sk

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4063-1371>

** Electronic address: juraj.cap@uniba.sk

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5754-5859>

*** Electronic address: katarina.ziakova@uniba.sk

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1408-3447>

Resumen

Luchando por la dignidad de las mujeres con Esclerosis Múltiple Recurrente-Remitente: estudio fenomenológico interpretativo de un solo caso

Este artículo informa sobre los resultados de un estudio basado en un análisis fenomenológico interpretativo con el objetivo de explorar el significado de la dignidad de una mujer (Olivia) con esclerosis múltiple recurrente-remitente. La dignidad de Olivia fue relacionada con cinco temas principales: satisfacción con la vida; juicios injustos; ser dependiente de otros; profesionales de la salud – desconsiderar a ignorar; profesionales de la salud – respecto e apoyo. Su sentido de dignidad interfería con su dependencia física, ayuda de los otros, pérdida del control e independencia. Para proporcionar una adecuada atención dirigida a la persona, es importante comprender la experiencia individual.

Palabras clave: dignidad, mujer con esclerosis múltiple, caso único, análisis interpretativo fenomenológico.

Introduction

Multiple sclerosis (MS) is an inflammatory progressive chronic disease of the central nervous system and the most common neurological cause of disability in adults (Rosiak and Zagożdż 2017). Neurologists agree that people with MS may be divided into four major categories or different subtypes, based on the course of disease: first, relapsing-remitting (RR); second, secondary progressive (SP); third, primary progressive (PP); and finally, progressive relapsing (PR). «The most common subtype of MS (85-90%) is the RR subtype, which is higher among women» (Kheradmand *et al.* 2019, 33; Goldenberg 2012, 175). About 3 million individuals suffer from MS worldwide (Coggan *et al.* 2015, 21217). People aged between 20 and 40 years are mainly affected. Women with MS are diagnosed at an earlier age than men (Harbo, Gold, and Tintoré 2013, 237). A higher incidence of MS is observed in women, who suffer this disease twice as often as men (Huang, Chen, and Zhang 2017). In Europe, MS affects more than 450,000 women (Charles River Association 2017). MS prevalence ratio of women to men has increased markedly during the last decades (2.3-3.5:1), which indicates a true increase in MS among women but not men. It is a phenomenon shared with several other autoimmune diseases. This has led to extensive studies of differences in the immune system or nervous system between women and men, which might be caused by the effects of gonadal hormones, genetic differences, different environmental exposures and modern lifestyle in women and men (Harbo, Gold, and Tintoré 2013, 237). In women with RR-MS, there is an evidence of the reduction of relapses during pregnancy and the increase in relapses in the postpartum period (Harbo, Gold, and Tintoré 2013, 241). Living with a chronic illness and uncertainty regarding the prognosis of MS leads to extensive changes in the daily life (Sharifi, Borhani, and Abbaszadeh 2016).

The diagnosis and the disease itself influence the dignity of people with MS; both have many devastating consequences in personal and social life, e.g. dependence on others in performing daily life activities, functional limitations, depression, speech problems, unemployment, social isolation (Dehghnani, Dehghnan Nayeri, and Ebadi 2017, 2018; Bašić Kes *et al.* 2013). Progression of the MS illness and the resultant decline in body function have a negative impact on the quality of life (Olsson, Skär, and Söderberg 2010) and can lead to decreasing dignity (Nordenfelt 2009). Women talk about uncertainty, discrimination, economic difficulties, and problems to access public places; these are factors that engendered a constant struggle (Olsson, Skär, and Söderberg 2010). In this way, MS disorder threatens dignity, personal autonomy, independence, life planning and can potentially limit the achievement of life goals (Costello, and Kalb 2019). People with MS have low self-esteem and low self-confidence, they have feelings of guilt and uselessness, and feel stigmatization and rejection in social relations (Sharifi, Borhani, and Abbaszadeh 2016; Lohne *et al.* 2010). Matiti and Baillie (2011, 21) stated that everyone has a unique and dynamic concept of dignity. This kind of dignity is experienced through the thoughts and feelings of the individual human being, involves a self-regarding and other-regarding value and can be maintained or violated (Gallaher 2004). Based on this, dignity in our study can be understood as a relative (Edlund *et al.* 2013) or subjective (Gallaher 2004) or social (Jacobson 2012) phenomenon rather than inborn human dignity, also known as *Menschenwürde* (Nordenfelt 2009) which refers to a kind of dignity that all people have in virtue of being human and cannot be taken from human beings as long as they are alive.

Aim

The aim of our single case study was to identify and interpret dignity from the perspective of a woman with relapsing-remitting type of multiple sclerosis (RR-MS).

The Case

This single case study included a 25-years-old woman, Olivia, with RR-MS disorder that has lasted for four years. She has higher education, university degree. In that time, Olivia had a boyfriend and she was employed. The RR-MS disease was in remission, the woman had gait abnormalities. Olivia was adherent to the treatment regimen and showed compliance with prescribed pharmacotherapy.

Methods

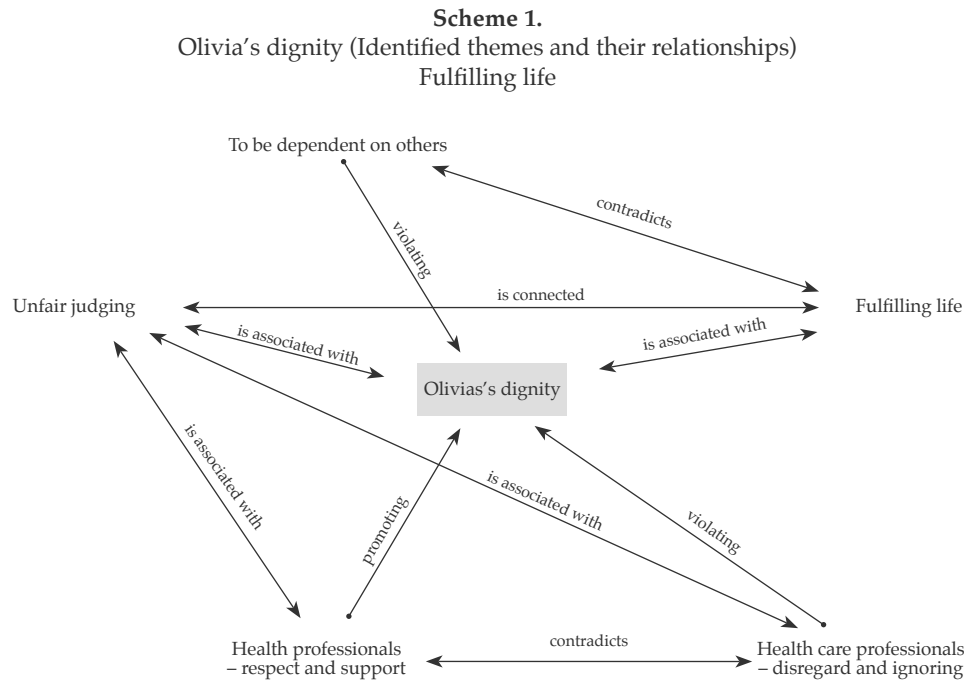
An interpretative phenomenological analysis (IPA) was used as a research strategy in this case study (Smith, Flowers, and Larkin 2009; Pietkiewicz, and Smith 2012). A semi-structured interview (according to the interview protocol) was used for data collection and field notes were also completed to provide a source of evidence. Research questions focused on the meaning of dignity and on the influence of MS and the effect of social interactions on participant's dignity. The interview took place in a calm atmosphere in a daily medical centre of the University hospital in Martin, Slovakia, in January 2018. The interview was audio-recorded and transcribed verbatim. In the field notes, the place and atmosphere of the interview, participant behaviour and the role of the researcher in the interview was reflected. The data were analysed using an IPA method in ATLAS.ti 8 programme. All processes of IPA: reading/rereading; initial noting with descriptive, linguistic and conceptual comments; developing themes and searching for connections across themes (Smith *et al.* 2009) were done by two independent authors. Final analysis and interpretation were made by a consensus of the 1st and 2nd author and by peer debriefing of the 3rd author to ensure the trustworthiness of this qualitative single exploratory case study (Yin 2003). This single case study is based on one selected interview from the larger research project focused on the dignity of people with a chronic neurodegenerative disease and with regard to idiographic approach of IPA (Smith *et al.* 2009).

Ethical considerations

This study was approved by the Ethics Committee at Jessenius Faculty of Medicine, Comenius University in Martin No. EC 1828/2016. The name of the participant was changed to respect privacy and confidentiality. Firstly, the participant was informed about the aim of the study both in writing, and, immediately before the interview, verbally. She was also assured of confidentiality and anonymity. Moreover, the participant was informed about the possibility to stop the interview at any time.

Results and Interpretation

Olivia's dignity was related to five interconnected themes: fulfilling life; unfair judging; to be dependent on others; healthcare professionals – disregard and ignoring; healthcare professionals – respect and support. Identified themes and their relationships are illustrated in Scheme 1.



According to Olivia, a fulfilling life can only be lived by a «full-fledged person» who can adjust to a common pace of everyday life. Olivia explains:

A full-fledged person in everyday life is how that person feels, what she/he can accomplish, as everybody compares herself/himself to everyone; so, compared to others, if she/he is able to keep up with such a pace, that is in today's society. I just try to function as best as I can, with such dignity; I try to be a full-fledged person as far as I can in that life and manage everything.

On the one side, women with a long-term illness generally can have difficulties reconciling their former identity with the new identity of being ill (Olsson, Lexell, and Söderberg 2005, 8). On the other side, women seem to cope with the illness better than men (Olsson, Skär, and Söderberg 2010). Regarding Olivia, we can say that she is a vital fighter (Lohne *et al.* 2010) who doesn't give up the fight with MS. In her fight, it is important to compare her life with the life of other people. If Olivia is able to be like «normal» others, then she feels valuable. It seems that the social dimension of dignity (dignity-in-relation) is dominant for Olivia. This tendency is also manifested in the following topic.

Unfair judging

Olivia sensitively perceived the dignity (expressed as fulfilling life) with the way how others see her. If others treat her unequally, she will consider it as undignified toward herself. In this theme, Olivia described how her dignity-in-relation (Jacobson 2012) was violated by unfair judging. Olivia gave an example of this/ such a situation from her study at university.

I had an individual study plan... actually people... sometimes were envious of me because I missed some lessons... They didn't even realize that it was twice as hard for me, because I had to work harder, so I felt less dignified because of their point of view, not mine ... I tried to function as best as I could according to my health status, and actually... these people... it was and it is unpleasant.

Olivia had RR-MS characterized by episodes of acute worsening of function (attack, relapses) followed by partial or complete recovery (remissions) (Kheradmand *et al.* 2019, 38). When bodies functioned with some predictability in people with MS, and when they were able to manage and trust themselves, then they felt well (Dahlberg, Todres, and Galvin 2009). In the clinical picture, there are various symptoms in people with MS. In women with MS, the perceived «randomness» of MS symptoms is reported as most debilitating to women's daily lives. Also, common symptoms that MS women experience, such as fatigue, mobility issues, pain and sleep issues have impact on their ability to carry out household activities or stay fit as they do sports and exercise (Charles River Association 2017). Olivia had a negative experience in which people did not understand how a person-woman with MS feels, what are her experiences, and what the everyday living with this limiting disease means. Our research study results are similar to the conclusion of the Charles River Association (2017). There we can find that especially women suffering from MS feel misunderstood from the public because of visible as well as invisible (hidden) symptoms of the disease. There are efforts to improve awareness of MS in the general public, but many men and women patients report adverse reactions to the MS from their friends and co-workers, which can lead to feelings of exclusion and discrimination.

To be dependent on others

The theme «Fulfilling life» contradicts the theme «To be dependent on others'. Olivia's dignity was threatened by gait disability and functions limitation in performing daily life activities. The factor violating her dignity was to be dependent on others. Olivia tried not to think about MS because to get help means also to admit the «failure of controlling» her own disease. In this context, she labelled the

dignity as «flabby». Because of the progression of the disease, she needed help and became more dependent on others.

At this moment, it is hard for me because I'm still dependent on others. When I need some help, it will be actually flabby dignity in this context. I will always need someone to be with me, and help me, including the health care system. It is a flabby dignity that I will not be able to work independently and, whatever happens, I will still need someone to help me.... I don't know, it is a fact that I won't change and I try not to think about it.

Mobility limitation (impairment), which affects the majority of people suffering MS, is frequently addressed by clinicians, as they are at the heart of patients» (and families') concerns at the time of diagnosis and throughout the course of the diagnosed disease (Bethoux, and Benett 2011a, 2). Among factors affecting quality of life, mobility was given the highest priority by patients suffering from MS (Bethoux, and Benett 2011b, 5), like Olivia in our research study. Gait problems «were also shown to be a significant predictor of patient independence, with slower speed, shorter stride length, and decreased distance walked identified as contributing factors to patients» perceptions of their ability to perform activities of daily living» (Bethoux, and Benett 2011a, 5). Physical dependence on others is experienced as a failure and a loss of control in people suffering from chronic disease (including MS). This can lead to the violation of human dignity (Jacobson 2012). It is very important for Olivia «not to think about» the physical dependence. This coping strategy is used to manage the life situations and it contributes to the maintenance of dignity, especially in reduction of functional capacity (Oosterveld-Vlug *et al.* 2014). Keeping MS illness in check is very important for women suffering from MS to feel well (Olsson, Skär, and Söderberg 2010).

Healthcare professionals – disregard and ignoring

Olivia had negative experiences with some healthcare professionals who did not take her problems seriously. She said:

It was a catastrophe there. They looked at me like a troublemaker. I said that I had had a problem but nothing was solved. It is like working with a paper, I could press Ctrl-C, Ctrl-V on the papers by myself, I can do this way too, and that is why I wouldn't have to go for a check-up nor undergo any tests...

Olivia felt undignified when healthcare professionals were unable to listen to her and they were unwilling to help her solve problems. Based on this negative experience, she changed healthcare providers. Underlying staff attitudes and

values are key to staff behaviour that promotes or violate dignity (Matiti and Baillie 2011, 69). Therefore, the role of healthcare professionals is twofold, first, not to cause indignity and, second, to minimize it whenever possible (Allmark 2002). Healthcare professionals need to understand that failure to deliver sensitive care that promotes dignity has important negative clinical outcomes for patients with MS (Tadd *et al.* 2011, 208). Olivia's case is an example of a situation when healthcare professionals treat the patients as a case or body part and then patients can lose their «personality» easier (Nordenfelt 2009, 74). The healthcare professional-patient interactions and communication are important features that impact on the lived experience with the illness, affecting individuals' sense of identity, feelings and attitudes. Experiences of communication with staff can also strongly influence patient's generalised hopes and mental well-being (Soundy *et al.* 2016, 188). Communication that can help patients to feel valued is mainly listening, which was missing for Olivia. Patients suffering from MS wanted further information in various areas, they have serious problems in everyday life and progression of MS (Soundy *et al.* 2016, 196). Finally, Olivia suffering from disregard and ignoring of health care professional that dramatically violated her dignity (Matiti and Baillie 2011, 70-71).

Healthcare professionals – respect and support

Help and support of healthcare professionals promoted Olivia's dignity. She perceived very sensitively their communication and approach to her, mood, and atmosphere in a healthcare setting. These were factors for maintaining dignity. She said:

Whatever I need, they will help me. When a person comes, nobody ever will look at you like you should feel bad or as if you were some kind of burden. There is a good atmosphere and mood. The nurses and physician are always smiling and in a good mood. They ask how you are. It is very pleasant for me. It is simply a different approach.... So, it is much better here (in a health-care facility); they help me with whatever I need...

According to help and support for people with MS, healthcare professionals can be divided into three types. First, emotional support, i.e. attention, understanding patient's emotions, promoting their self-esteem; second, informative support (equally important), i.e. an advice to help patients to understand their medical problems, aetiology; and, third, practical support and help, providing patients physical and financial help as well as help necessary for specific activities (Rosiak, and Zagożdż 2017). People with MS will perceive the healthcare professionals if their support is implemented through coordinated healthcare (during

diagnostics and treatment) and through multidisciplinary support. It is necessary to stress that people with MS make informed life decisions that manage the impact of MS on their future. Moreover, although there is support of families and healthcare professionals (e.g., a neurologist who ensures access to appropriate information, treatment and care while pregnancy planning, or a nurse who provides continuous information about dealing with family members and family relationships), this support could be improved (Charles River Association 2017). People with MS associate dignity in healthcare settings with respect, privacy, control, choice, humour, matter-of-factness as well as effective communication, maintenance of privacy and physical environment, protecting patients, providing adequate information and confidential conditions, staff's decency, preserving autonomy and sense of control, satisfying patients' needs, and taking into account patient's opinions (Manookian, Cheraghi, and Nasrabadi 2013; Lohne *et al.* 2010).

Conclusion

Olivia's case explored how a woman with MS experiences her dignity. Dignity is for her a highly sensitive topic. Crucial for Olivia's dignity was her independence in performing daily life activities. The sense of her dignity interfered with the getting help from others as well as with communication and interaction during healthcare provision. In Olivia's case, physical dependence was experienced as a failure as well as a loss of control and independency that lead to violation of dignity (Jacobson 2012). Also, if her problems were not taken seriously, Olivia would consider it undignified. In this context, her dignity was violated by disregard and indifference (Jacobson 2012). This individual single case study is an example that the factors influencing dignity are dynamic and subjective in nature (Manookian, Cheraghi, and Nasrabadi 2013). In the case of Olivia, identified themes are the core areas on which healthcare professionals had to focus to maintain her dignity. Moreover, in the context of dignity, it is important to understand the experience of the people suffering from this chronic disease from their perspective as well as to achieve patient-centred healthcare (a patient-centred approach) as a comprehensive care approach to meet the needs of patients with MS (Halper 2008).

Authors are aware of difficulties of representativeness, generalization and the subjectivity of the researchers in case study research. They offer one of possible interpretations based on their own insight into data.

Acknowledgments

The authors are grateful to the woman for her commitment in this study.

Funding

The research study was supported by research project VEGA 1/0090/17: Dignity of Patients with Neurological Disease in the Context of Health Care: Interpretative Phenomenological Approach.

References

- Allmark, Peter. 2002. «Death with Dignity». *Journal of Medical Ethics* 28 (4): 255-257. DOI: <https://doi.org/10.1136/jme.28.4.255>
- Bašić Kes, Čengić Ljiljana Vanja, Marijan Cesarik, Ana Jadrijević Tomas, Iris Zavoreo, Lucija Zadro Matovina, Lejla Ćorić, Sara Drnasin, and Vida Demarin. 2013. «Quality of life in patients with multiple sclerosis». *Acta Clinica Croatica* 52 (1): 107-111. Available at <https://hrcak.srce.hr/110685>
- Bethoux Francois, and Bennett Susan. 2011a. «Introduction: Enhancing Mobility in Multiple Sclerosis». *International Journal of MS Care* 13 (1): 1-3. DOI: <https://doi.org/10.7224/1537-2073-13.1.1>
- Bethoux Francois, and Bennett Susan. 2011b. Evaluating walking in patients with multiple sclerosis. *International Journal of MS Care* 13 (1) 4-14. DOI: <https://doi.org/10.7224/1537-2073-13.1.4>
- Coggan, Jay, Stefan Bittner, Klaus M. Stiefel, Sven G. Meuth, and Steven A. Prescott. 2015. «Physiological Dynamics in Demyelinating Diseases: Unravelling complex relationships through computer modelling». *International Journal of Molecular Sciences* 16: 21215-21236. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijms160921215>
- Costello, Kathleen, and Rosalind Kalb. 2019. «The use of disease-modifying therapy in Multiple Sclerosis. Principles and Current Evidence». Multiple Sclerosis Coalition. Available at <http://ms-coalition.org/the-use-of-disease-modifying-therapies-in-multiple-sclerosis-updated>
- Dahlberg, Karin, Les Todres, and Kathleen Galvin. 2009. «Lifeworld-led healthcare is more than patient-led care: An existential view of well-being». *Medicine Health Care and Philosophy* 12 (3): 265-271. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11019-008-9174-7>
- Dehghani, Ali, Nahid Dehghnan Nayeri, and Abbas Ebadi. 2017. «Antecedents of Coping with the Disease in Patients with Multiple Sclerosis: A Qualitative Content Analysis». *International Journal of Community Based Nursing and Midwifery* 5 (1): 49-60. Available at http://ijcbnm.sums.ac.ir/article_40770.html
- Dehghani, Ali, Nahid Dehghnan Nayeri, and Abbas Ebadi. 2018. «Features of Coping with Disease in Iranian Multiple Sclerosis Patients: A Qualitative Study». *Journal of Caring Sciences* 7 (1): 35-40. DOI: <https://doi.org/10.15171/jcs.2018.006>
- Edlund, Margareta, Lillemor Lindwall, Iréne von Post, and Unni Å. Lindström. 2013. «Concept determination of human dignity». *Nursing Ethics* 20 (8): 851-860. DOI: <https://doi.org/10.1177/0969733013487193>
- Charles River Association. 2017. «The socioeconomic impact of multiple sclerosis on women in Europe». Available at <https://www.merckgroup.com/content/dam/web/corporate/non-images/press-releases/2017/oct/en/The-socioeconomic-impact-of-MS-on-women-in-Europe-EN.pdf>

- Gallagher, Ann. 2004. «Dignity and Respect for Dignity – Two Key Health Professional Values: implications for nursing practice». *Nursing Ethics* 11 (6): 587-599. DOI: <https://doi.org/10.1191/0969733004ne744oa>
- Goldenberg, Marvin M. 2012. «Multiple sclerosis review». *Pharmacy & Therapy* 37 (3): 175-184. Available at <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3351877>
- Halper, June 2008. «Comprehensive Care in Multiple Sclerosis – A patient-centred Approach». *European Neurological Review* 3 (2): 72-74. DOI: <https://doi.org/10.17925/ENR.2008.03.02.72>
- Harbo, Hanne F., Ralf Gold, and Mar Tintoré. 2013. «Sex and gender issues in multiple sclerosis». *Therapeutic Advances in Neurological Disorders* 6 (4): 237-248. DOI: <https://doi.org/10.1177/1756285613488434>
- Huang, Wen-Juan, Wei-Wei Chen, and Xia Zhang. 2017. «Multiple Sclerosis: Pathology, diagnosis and treatments». *Experimental and Therapeutic Medicine* 13 (6): 3163-3166. DOI: <https://doi.org/10.3892/etm.2017.4410>
- Jacobson, Nora. 2012. *Dignity and Health*. TN Nashville: Vanderbilt University Press.
- Kheradmand Motaharen, Afshari Mahdi, Nasehi Mahammad M., Aghaei Iraj, Shabani Mahammad, Farshidi Fereshted, and Moosazadeh Mahmood. 2019. «Prevalence of subtypes of multiple sclerosis and the most common clinical symptoms in Iranian patients: A meta-analysis». *Clinical and Experimental Neuroimmunology* 10: 33-40. DOI: <https://doi.org/10.1111/cen3.12489>
- Lohne, Vibeke, Trygve Aasgaard, Synnøve Caspari, Åshild Slettebø, and Dagfinn Nåden. 2010. «The lonely Battle for dignity: Individuals struggling with Multiple Sclerosis». *Nursing Ethics* 17 (3), 301-311. DOI: <https://doi.org/10.1177/0969733010361439>
- Manookian, Arpi, Mohammad Ali Cheraghi, and Alireza Nikbakht Nasrabadi. 2013. «Factors influencing patients' dignity: A qualitative study». *Nursing Ethics* 21 (3): 323-334. DOI: <https://doi.org/10.1177/0969733013498526>
- Matiti, Milika Ruth, and Lesley Baillie. 2011. *Dignity in healthcare. A practical approach for nurses and midwives*. London: Radclife Publishing.
- Nordenfelt, Lennart (ed.). 2009. *Dignity in care for older people*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Olsson, Malin, Jan Lexell, and Siv Söderberg. 2005. «The meaning of fatigue for women with multiple sclerosis». *Issues and Innovation in nursing practice* 49 (1): 7-15. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2004.03258.x>
- Olsson, Malin, Lisa Skär, and Siv Söderberg. 2010. «Meanings of feeling well for women with multiple sclerosis». *Qualitative Health Research* 20 (9): 1254-1261. DOI: <https://doi.org/10.1177/1049732310371103>
- Oosterveld-Vlug, Mariska G., Roeline W. Pasman, Isis E. van Gennip, Martien T. Muller, Dick L. Willems, and Bregje D. Onwuteaka-Philipsen. 2014. «Dignity and the factors that influence it according to nursing home residents: a qualitative interview study». *Journal of Advanced Nursing* 70 (1): 97-106. DOI: <https://doi.org/10.1111/jan.12171>
- Pietkiewicz, Igor, and Jonathan A. Smith. 2012. «Praktyczny przewodnik interpretacyjnej analizy fenomenologicznej w badaniach jakościowych w psychologii» [A practical guide to using Interpretative Phenomenological Analysis in qualitative research psychology]. *Czasopismo Psychologiczne* [Psychological Journal] 18 (2): 361-369. Available at <http://www.czasopismopsychologiczne.pl/artukul/praktyczny-przewodnik-interpretacyjnej-analizy-fenomenologicznej-w-badaniach-jakosciowych-w-psychologii,367>
- Rosiak, Katarzyna, and Paweł Zagożdż. 2017. «Quality of life and social support in patients with multiple sclerosis». *Psychiatria Polska* [Polish Psychiatry] 51 (5): 923-935. DOI: <https://doi.org/10.12740/PP/64709>

- Sharifi, Simin, Fariba Borhani, and Abbas Abbaszadeh. 2016. «Factors affecting dignity of patients with multiple sclerosis». *Scandinavian Journal of Caring Sciences* 30 (4): 731-740. DOI: <https://doi.org/10.1111/scs.12299>
- Smith, Jonathan A, Paul Flowers, and Michael Larkin. 2009. *Interpretative Phenomenological Analysis: Theory, Method and Research*. London: Sage.
- Soundy, Andrew, Carolyn Roskell, Rachel Adams, Tracey Elder, Helen Dawes. 2016. Understanding health Care Professional-patient interaction in multiple sclerosis: A systematic review and thematic synthesis». *Open Journal of Therapy and Rehabilitation* 4: 187-217. DOI: <https://doi.org/10.4236/ojtr.2016.44018>
- Tadd, Win, Alex Hillman, Sian Calnan, Mike Calnan, Tony Bayer, and Simon Read. 2011. *Dignity in practice: An exploration of the care of older adults in acute NHS Trusts*. Cardiff: Queen's Printer and Controller of HMSO. Available at http://www.netscc.ac.uk/hedr/files/project/SDO_FR_08-1819-218_V02.pdf
- Yin, Robert K. 2003. *Case study research: design and methods*. 3rd ed. Thousand Oaks, CA: Sage.

Michaela Miertová. Senior lecturer at the Jessenius Faculty of Medicine Comenius University (in Martin, Middle Slovakia), at Institute of Nursing. She has had a long career in research and evaluation with a focus on neurological nursing. She has also written and taught in the fields of various problems of patient with neurological disorders, especially multiple sclerosis.
Electronic address: michaela.miertova@uniba.sk

Juraj Čáp. Lecturer at Jessenius Medical Faculty in Martin, Comenius University in Bratislava. He has written and taught in the fields of medical and nursing ethics, applied philosophy, thanatology and qualitative research methodology. He is a member of the Ethics Committee of Jessenius Medical Faculty in Martin and Czech CEBHC: Joanna Briggs Institute Centre of Excellence. His current research is on dignity of people with neurodegenerative diseases.
Electronic address: juraj.cap@uniba.sk

Katarína Žiaková. Professor and chair of the Department of Nursing, Jessenius Medical Faculty in Martin, Comenius University in Bratislava. She has written and taught in the fields of nursing research, nursing theory and palliative care. Her current research is on dignity of people with neurodegenerative diseases.
Electronic address: katarina.ziakova@uniba.sk

Article received on the 2nd of February and accepted for publication on the 9th of May 2020.

MATERNIDADE TARDIA: DA CONSCIENCIALIZAÇÃO DO DESEJO À DECISÃO DE SER MÃE

*Maria Anabela Ferreira dos Santos**, *Maria dos Anjos Pereira Lopes***,
*Maria Antónia Rebelo Botelho****

Resumo

O presente estudo é parte de uma investigação mais ampla que tem como objetivo compreender o processo de transição das mulheres em situação de maternidade tardia. Metodologia: *Grounded Theory* utilizando a entrevista semiestruturada, *Photovoice* e notas de campo. Apresentam-se os resultados de duas categorias: «Consciencializando o desejo de ser mãe» e «Escolhendo o momento certo». Conclusão: neste processo a identidade das participantes foi sofrendo alterações, passando de uma identidade questionada a uma identidade planeada, ajustando o antigo *self* independente e organizado em torno das próprias necessidades, realçando os aspetos positivos e abolindo os negativos.

Palavras-chave: Maternidade tardia, transição, identidade, enfermagem, grounded theory.

Abstract

Late Maternity: From Awareness of the Desire to the Decision to Be a Mother

This study is part of a broader investigation that aims to understand the transition process of women in late maternity. Methodology: Grounded Theory using semi-structured interviews, Photovoice and field notes. The results are presented in two categories: «Awareness of the desire to be a mother» and «Choosing the right moment». Conclusion: In this process the identity of the participants was changed from a questioned identity to a planned identity adjusting the old, independent and organized self around their own needs, highlighting the positive aspects and abolishing the negative ones.

Keywords: Advanced maternal age, transition, identity, nursing, grounded theory.

Resumen

Maternidad tardía: de la conciencia del deseo a la decisión de ser madre

Este estudio es parte de una investigación más amplia dirigida a comprender el proceso de transición de las mujeres en la maternidad tardía. Metodología: teoría fundamentada mediante entrevista semiestructurada, *Photovoice* y notas de campo. Presentamos los resultados de dos categorías: «Conciencia del deseo de ser madre» y «Elegir el momento

-
- * Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (ESEL).
Endereço postal: Av. Prof. Egas Moniz, 1600-190, Lisboa.
Endereço eletrónico: afsantos@esel.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1675-5227>
- ** Endereço eletrónico: maveiga@esel.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7934-6423>
- *** Endereço eletrónico: rbotelho@esel.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7356-2053>

adecuado». Conclusión: En este proceso, la identidad de las participantes cambió de una identidad cuestionada a una identidad planificada, ajustando el viejo ser independiente y organizado en torno a sus propias necesidades, destacando los aspectos positivos y aboliendo los negativos.

Palabras clave: Maternidad tardía, transición, identidade, enfermeira, teoría fundamentada.

Introdução

O conceito de maternidade tardia adotado no presente estudo foi o de mães com mais de 35 anos, baseado na definição da *International Federation of Gynecology and Obstetrics* (FIGO), embora recentemente esta organização aponte os 40 anos como a idade a partir da qual aumenta a probabilidade do feto sofrer de anomalias cromossómicas, do risco da gestante desenvolver complicações durante a gravidez, tais como o acréscimo do risco de diabetes em 50%, de distúrbios hipertensivos em 70% ou de parto pré-termo (FIGO n.d.).

O surgimento deste novo fenómeno social – a maternidade tardia – fez emergir novos problemas e desafios, até agora inexistentes ou com pouca expressão, como os problemas de (in) fertilidade (Subrat, Santa, e Vandana 2013), uma maior incidência de riscos e patologias maternas e fetais (Lampinen, Vehvilainen-Julkunen e Kankkunen 2009; Waldenström 2016), a necessidade de maior vigilância do ciclo gravídico- puerperal (Graça 2017) ou o decréscimo das taxas de natalidade e de fecundidade (Mendes *et al.* 2016). A aceitação da maternidade em idades tardias é uma realidade social que domina as decisões de maternidade das mulheres (Santos 2018) e, apesar da evidência e realidade biológica ser a redução da fertilidade e o aumento das complicações médicas, os discursos sociais impedem, ou pelo menos limitam e dificultam, as mulheres de reconhecerem esse facto. Os riscos médicos associados à idade materna avançada são subvalorizados pela noção de que as mulheres podem escolher quando começar uma família (Santos 2018). Associados a esta tendência não só estão em causa os problemas de sustentabilidade social decorrentes das alterações demográficas, em especial a não renovação geracional, com o conseqüente envelhecimento da população (Mendes *et al.* 2016; Santos 2018), como também o decréscimo do capital humano, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos, no que diz respeito à eventual diminuição da inteligência humana sugerida por Kanazawa (2014) por serem as mulheres mais inteligentes, segundo esta autora, que optam por não serem mães.

A maternidade enquanto fenómeno social coexiste com a humanidade (Santos, Lopes e Botelho 2019). Contudo, como todos os outros fenómenos sociais, tem sofrido mudanças que decorrem do contexto, circunstâncias e cultura, dos atores envolvidos e da própria evolução da sociedade. O que é novo é o fenómeno

do adiamento da maternidade, uma tendência que se tem vindo a generalizar e a manter nos países desenvolvidos, incluindo Portugal (Mendes *et al.* 2016), por razões sociais, educacionais e económicas (Carolan e Frankowska 2011). O adiamento da maternidade é, em nossa opinião, uma tendência que irá continuar e até acentuar-se porque os fatores pessoais, sociais e culturais que a determinam continuam presentes (Santos, Lopes e Botelho 2019). Em particular, o controlo feminino da reprodução com o advento da pílula contracetiva permitiu escolher entre a maternidade e outras atividades, sem reprimir a sua sexualidade, libertando-as do peso da reprodução e do domínio masculino. Esta liberdade, da qual, em nosso entender, as mulheres não irão desistir, facultou o acesso a outras esferas, como a educação e o emprego, até há pouco exclusiva dos homens, empoderando-as e esbatendo as inequidades preexistentes.

A tendência crescente da maternidade em idades cada vez mais avançadas (Carolan e Frankowska 2011) – por vezes próximas da menopausa e em alguns casos já depois da menopausa, em todos os países desenvolvidos e em que Portugal não é exceção – faz-nos pensar que este grupo etário será no futuro um grande consumidor de cuidados de saúde materna e obstétrica, com problemas cujas repercussões interferem no bem-estar das pessoas e por isso impõe-se-nos um olhar mais atento sobre este fenómeno.

Tornar-se mãe é dar início a uma viagem sem retorno. A irreversibilidade do processo torna-o único, sendo assim uma decisão da maior importância que deve ser ponderada, avaliada e atempada. Para além da irreversibilidade do processo, a maternidade modifica as mulheres de um modo tão intenso, profundo e marcante, que as transforma noutras pessoas. Poder-se-á dizer que divide o mundo feminino em duas partes: as que são mães e as que o não são. Para as primeiras, detentoras de uma identidade materna, a maternidade passa a ter o papel fundamental das suas vidas, que determina e influencia todos os outros papéis e decisões, das mais simples e mundanas às mais difíceis e complexas. Talvez pela consciência desta irreversibilidade e da magnitude de um projeto desta natureza, as mulheres que decidem ser mães tardiamente são maioritariamente um grupo informado, com uma boa posição socioeconómica e que está em crescimento nos países desenvolvidos (Carolan e Frankowska 2011).

Para os/as enfermeiros/as torna-se essencial conhecer e compreender aquela que foi considerada como a maior transição de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida (Mercer 2004): a maternidade, para que possam apoiar e ajudar as mulheres no complexo e exigente exercício do papel maternal (parental), de modo a realizarem uma transição bem-sucedida. De acordo com a teoria de Afaf Meleis, para desenhar e implementar um cuidado efetivo, há que conhecer a natureza, as condições e os padrões de resposta face à transição, os quais permitem identificar os tipos, as propriedades, as condições pessoais, sociais e da comunidade, bem como o processo envolvido e os resultados obtidos (Meleis 2010). A identificação destes fatores que afetam a transição para a maternidade depois dos 35 anos ajudarão a

compreender as diferenças individuais e o processo subjacente. Ter em conta as diferenças individuais na transição para a maternidade destas mulheres é essencial para planear e implementar intervenções que promovem a transição.

O presente estudo faz parte de uma investigação mais ampla que teve como ponto de partida a seguinte pergunta de investigação: *Como se desenvolve o processo de transição para a maternidade depois dos 35 anos?* Decorrentes desta, foram traçados os seguintes objetivos: Identificar os momentos-chave do processo da transição para a maternidade depois dos 35 anos; Compreender as facilidades e dificuldades no desempenho do papel maternal experienciadas pelas mães depois dos 35 anos; Compreender as estratégias/intervenções facilitadoras na adoção do papel maternal mais frequentemente usadas pelas mães depois dos 35 anos; Reconhecer os resultados de uma transição bem-sucedida para o papel maternal experienciadas pelas mães depois dos 35 anos.

Metodologia

No paradigma qualitativo, a finalidade da investigação é a compreensão dos fenómenos através do raciocínio indutivo. Neste paradigma, que privilegia a descrição e compreensão da experiência humana, os investigadores reconhecem e valorizam a subjetividade (Streubert e Carpenter 2013). Como referencial metodológico, recorremos à perspetiva construtivista da *Grounded Theory* de Charmaz (2014). De acordo com esta perspetiva, houve o cuidado de explicitar as preconcepções das investigadoras porque estas influenciam e moldam a análise. O/A investigador/a faz interpretações subjetivas dos dados, fundamentadas na sua perspetiva, privilégios, posições, interações ou localizações geográficas (Charmaz 2014). Assim, os achados de quem faz investigação não são representativos de uma verdade, de uma realidade descoberta, mas interpretações de múltiplas realidades mutuamente construídas pelo/a investigador/a e pelo/a investigado/a/participante (Wertz *et al.* 2011). Nesta perspetiva, o conhecimento é visto como «construído num processo de intercâmbio social» (Flick 2014, 78), em que a presença do/a investigador/a no produto da investigação não é neutral, nem indesejável. A sua voz no resultado final da investigação não deve ser excluída, evitada ou escondida (Ramalho *et al.* 2015). Segundo esta perspetiva o papel dos/as participantes não é um papel passivo mas, pelo contrário, a teoria final gerada é uma coconstrução do/a investigador/a e participantes ou a construção do/a investigador/a acerca das construções dos/as participantes (Ramalho *et al.* 2015).

Na recolha de dados, utilizámos os seguintes métodos: a entrevista semiestruturada, o *Photovoice* (Wang e Burris 1997; Santos, Lopes e Botelho 2018) e as notas de campo. Estas técnicas de recolha de dados foram implementadas em simultâneo com todas as participantes. A recolha de dados decorreu entre 2015 e 2017. Para a seleção das participantes, utilizámos a amostragem inicial, abordando as

participantes numa maternidade durante o pós-parto e, posteriormente, a amostragem teórica. Os conceitos sensibilizantes ajudaram-nos a definir os critérios de inclusão para a amostra inicial, que foram: mães com mais de 35 anos, primíparas ou múltiparas, gravidez sem doença (prévia ou adquirida), parto eutócico, recém-nascido sem patologia ou malformação, mulheres que proporcionassem riqueza de informação não só pela vivência do fenómeno, mas também que tivessem gosto em partilhar a sua experiência e que aceitassem participar no estudo mediante a assinatura do consentimento informado. Participaram no estudo 21 mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 47 anos, de 6 nacionalidades, das quais 7 possuíam uma licenciatura. Para a maioria das participantes, este era o seu primeiro (7) ou segundo filho (7). Quanto ao tipo de parto, 11 das participantes tiveram um parto eutócico, 9 foram submetidas a cesariana e 1 a fórceps. Quanto às convicções religiosas, 16 das participantes afirmaram ser católicas, sendo 5 de outros credos.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, foi-lhes atribuído um número de código e foi feita a transcrição verbatim pela primeira autora. As transcrições foram inicialmente analisadas com o *software* QSR NVivo 11 e posteriormente de forma manual. As fotografias foram sujeitas ao mesmo processo de tratamento e análise das entrevistas, ou seja, após a recolha das fotos realizada pelas participantes foi realizada a sua elicitação, isto é, a narrativa acerca das fotos, obtida através de entrevista às participantes, foi sujeita a transcrição verbatim para posterior análise (Santos, Lopes, e Botelho 2018).

Na análise dos dados, foi utilizado o método das comparações constantes na codificação inicial, focalizada e teórica. No processo de codificação, estiveram envolvidas as três autoras. Foram realizadas 26 entrevistas a 21 participantes, no hospital ou no domicílio, com duração variável entre 30 a 120 minutos e recolhidas 35 fotografias de 6 participantes. Sinteticamente, a investigação seguiu os seguintes passos: após a explicitação da questão de investigação, desenhamos o estudo e pedimos os consentimentos éticos às várias instituições envolvidas (escola/universidade, hospital e Comissão Nacional de Proteção de Dados); fase de amostragem inicial em que definimos os critérios de inclusão das participantes, solicitámos os consentimentos éticos para a utilização das fotografias e das entrevistas, e realizámos a primeira fase de recolha de dados, de que foi feita a transcrição verbatim; a análise dos dados foi realizada em simultâneo com a recolha de dados, bem como a sua discussão e a seleção de novas participantes; fase de codificação inicial em que os dados transcritos foram analisados linha a linha e codificados, usando de preferência nesta fase os códigos *in vivo*; fase de codificação focalizada em que continuámos a interagir e comparar os dados, identificando os dados mais significativos, tendo construído categorias e subcategorias; fase de amostragem teórica e codificação teórica, em que as participantes foram selecionadas intencionalmente, recorrendo ao método «bola de neve» com objetivos claros de aprofundar determinadas categorias ou dados surgidos nas fases anteriores. Nesta fase em

que foi atingida a saturação teórica dos dados, desenvolveram-se e refinaram-se as categorias, tornando-as mais conceptuais, compararam-se as categorias entre si, fez-se um retorno à literatura e, tal como na fase anterior, continuámos a elaborar memorandos e diagramas; fase de construção da teoria específica do fenómeno – nesta última fase comparámos as categorias entre si, identificámos a categoria central e os conceitos-chave em torno dos quais se organizava a teoria, bem como da relação entre a categoria central com as restantes categorias. De modo a assegurar a qualidade e fiabilidade do estudo, procedemos à avaliação do rigor segundo Beck (1993), utilizando os critérios de credibilidade, auditabilidade e ajuste/transferabilidade, complementados com os critérios recomendados por Charmaz (2014) para avaliar estudos realizados com a metodologia da *Grounded Theory*: credibilidade, originalidade, ressonância, utilidade e estética.

Resultados

As categorias que integram o processo de «Metamorfose em Mãe» e que representaram os momentos-chave reveladores de momentos críticos e indutores de mudanças interiores foram: «Consciencializando o desejo de ser mãe»; «Escolhendo o momento certo»; «Confrontando-se com o lado obscuro»; «Cuidando de si»; e «Ser outra». No presente artigo, pela limitação de espaço, apenas abordaremos as duas primeiras: «Consciencializando o desejo de ser mãe» e «Escolhendo o momento certo».

A categoria «Consciencializando o desejo de ser mãe» representa o desejo de ser mãe e a tomada de consciência desse desejo. É composta pelas seguintes subcategorias: despertando o relógio biológico, criando/alargando uma família, perpetuando-se, solidificando a relação do casal e idealizando uma maternidade romântica, conforme figura 1.

Para as participantes do estudo o desejo de ser mãe foi emergindo a pouco e pouco, ou, noutros casos, de forma abrupta, como se de um imperativo se tratasse. As mulheres descrevem-no como o «despertar do relógio biológico», uma tomada de consciência de um desejo até então inexistente, desconhecido ou meramente adormecido. Tornar-se mãe converte-se no objetivo prioritário das suas vidas, quer seja para deixar uma marca da sua passagem – a descendência, contribuindo para a propagação da espécie e deixar uma herança genética –, quer seja para fundar uma família, realizar um projeto do casal de ter um filho comum, ou realizar um sonho do companheiro. Também várias participantes pretendiam materializar a maternidade idealizada, cujo papel desde menina era esperado como um destino definido, tendo sido incutido, ensinado ao longo dos anos de forma indelével. Surgiram nos discursos a materialização do desejo de ser mãe, de se tornar mais completa, ter vontade de criar ou alargar uma família como algo de que se orgulhasse, solidificar e manter a união do casal e perpetuar-se. Perpetuar-se, significou deixar

Figura 1.

Categoria «Consciencializando o desejo de ser mãe» e respectivas subcategorias.

Fonte: Santos, Lopes e Botelho (2019).



a sua carga genética e prolongar-se na descendência como um reflexo de si a quem pudesse transmitir o modelo de relação mãe-filha vivenciado com a própria mãe, corresponder ao papel social esperado, bem como criar uma imagem positiva e duradoura de mãe perante os filhos. Vê-se assim que ser mãe é um processo de decisão pessoal, mas também inscrito numa matriz familiar e social que responde a anseios que não são exclusivos da mulher.

A decisão de engravidar surgiu também como algo saído da esfera da racionalidade, um desejo inconsciente de ser mãe, um instinto biológico que se desenvolve paulatinamente através de sonhos e pensamentos recorrentes, em que uma visão romanceada e o desejo de experienciar uma gravidez vão tomando forma e ganhando espaço ao longo do tempo. Este período temporal permitiu que projetos profissionais fossem ultimados e arranjar coragem para partilhar o desejo de maternidade com o companheiro: «já sentia o chamamento há muito tempo, mas por questões pessoais e profissionais acabei por ir sempre adiando até que surgiu essa possibilidade» (E3). Esta ideia romanceada e idealizada da maternidade que acalentava uma busca de um amor único e incondicional pareceu neste estudo ser mais evidente nas primíparas.

A figura 2 mostra os anéis de noivado e de casamento de uma das participantes e a sua narrativa espelha a importância de criar uma família e solidificar a relação: «Foi um momento importante. Casei depois do nascimento do meu primeiro filho [...] [representa] o símbolo físico de uma união [...] a felicidade

que sinto em estar casada com o meu marido [...]. Adoro as minhas alianças. Sou muito feliz!» (E18).

Figura 2.

Fotografia ilustrativa de «Criando ou alargando uma família/solidificando a relação».

Fonte: Santos, Lopes e Botelho (2019).



A segunda categoria, «Escolhendo o momento certo», diz respeito ao padrão de condições e motivações das participantes para engravidarem e inclui as seguintes subcategorias, conforme figura 3: encontrando o homem certo; ultimando projetos; alcançando a estabilidade financeira; sentindo a pressão social; sentindo a idade; avaliando o risco; e vivendo a gravidez como se fosse a última.

Figura 3.

Categoria «Escolhendo o momento certo» e respetivas subcategorias.

Fonte: Santos, Lopes e Botelho (2019).



A escolha do momento certo traduz-se pela conjugação de vários fatores, sendo uma das condições e, talvez a mais relevante, o facto de ter encontrado o homem certo/pai certo. Ter encontrado o parceiro certo, «encontrei uma pessoa que achei que realmente valia a pena» (E3), significa ter com ele uma boa relação afetiva e reconhecer ter encontrado a pessoa certa, mesmo ideal, com quem valerá a pena ter um filho. Esta condição é mais notória nas mulheres que tiveram relacionamentos conjugais anteriores de insucesso. A este propósito, uma das participantes comentou assim a foto da figura 4:

simboliza a ligação que é muito importante, o facto de o pai estar muito presente, de ser um pai presente. [...] ele é uma pessoa com uma sensibilidade grande e [...] o pai é um ponto muito importante [...] desta vez é tudo diferente para melhor! (E7)

Figura 4.

Fotografia ilustrativa de «Escolhendo o homem certo».

Fonte: Santos, Lopes e Botelho (2019).



A escolha do momento certo para engravidar e construir família esteve também relacionado com razões socioeconómicas ou pessoais, seja pelo desejo de ultimar projetos de carreira profissional, seja por ter conseguido alcançar a estabilidade financeira, fator considerado essencial na vida de uma família por todas as participantes:

eu queria ser mãe uma segunda vez, mas por questões financeiras achámos que era mais prudente não ter mais nenhum bebé. Entretanto engravidei e fui mãe agora com 39, já quase com 40. Mas era uma coisa que os dois queríamos muito e não tínhamos porque achávamos que monetariamente não íamos conseguir suportar duas crianças. (E1)

A decisão de ser mãe surgiu também como resultado da pressão social para ter filhos:

tem que ter filhos, tem que ter filhos, porque chega a uma certa hora que a sociedade cobra isso de «você está ficando velha», «tem que ter filhos», «a pessoa que não tem filhos a vida não tem significado, não tem importância». (E9)

Ser mãe foi o que deu significado e importância ao ser mulher; sem filhos ficavam esvaziadas de conteúdo, da funcionalidade para a qual foram educadas e preparadas. Para algumas participantes, a pressão social para terem filhos, de não quererem que o primeiro filho fosse filho único, bem como a noção de que o tempo de idade fértil se estava a esgotar e aquela poder ser a última oportunidade de serem mães, contribuiu também para a tomada de decisão de engravidarem: «então com a minha idade se não engravidar agora que já estou com 41, então não engravidado mais» (E15).

A idade foi percebida de modos diferentes pelas participantes: umas receavam pela idade e pela sua saúde ou por já não serem mães há muitos anos, outras preferiam ignorar a idade e as suas limitações, pensando e agindo como se fossem mais novas. O fator idade foi relativizado, sem, contudo, deixarem de se interrogar: «ser mãe aos 38, daqui a 10 anos vou ter 48, será que terei forças para brincar com o meu filho como agora?» (E2). Algumas participantes mostraram estar conscientes da inevitabilidade do seu envelhecimento e da perda de faculdades, referindo sentir o corpo gasto, o cansaço ser mais frequente e terem mais falta de vigor. Referiam sentir o tempo de vida a encurtar, facto que as impediria de acompanhar a vida e o crescimento dos filhos: «enquanto os nossos pais nos viram crescer e viram os netos e alguns têm a sorte de ver os bisnetos, nós o mais certo é não termos essa sorte» (E10). Lidar com os sinais físicos da idade como as rugas e os cabelos brancos, mesmo que aceites pelas participantes como naturais, contrariam a representação social da mãe jovem. Por esse motivo, a aparência, reveladora da idade avançada fê-las recear serem olhadas como «mães-avós» (E7). A força social e o receio de serem estigmatizadas pela idade avançada fez com que algumas se sentissem inibidas de amamentar em público, por esta imagem ser inusitada e poder chocar os outros.

O estarem conscientes de que corriam mais riscos do que em fases anteriores da vida, principalmente o de poderem ter um filho com anomalias ou problemas de saúde, levou-as a uma maior vigilância da gravidez e a serem mais prudentes na tomada de algumas decisões que podiam pôr em risco a gravidez. Outras participantes, estranhamente, negavam o risco da gravidez na fase mais extrema da vida reprodutiva, desconhecendo ou recusando assim a evidência científica. Procurando compreender a razão desta descrença na evidência científica, percebemos que acreditam na eficácia da natureza humana de conseguir eliminar anomalias. Assim, o aborto espontâneo era encarado como uma possibilidade de a natureza

humana exercer o seu papel seletivo. Esta convicção permitiu-lhes engravidar tardiamente sem viverem níveis de stress excessivos: «o próprio corpo rejeita a gravidez se as coisas não estiverem a acontecer bem e eu acho que isso é normal e é benéfico que assim seja, não é? (...), portanto eu encaro o aborto (como) uma coisa natural» (E18).

Constatou-se que a maternidade nesta faixa etária foi uma decisão que, sendo muito desejada, foi simultaneamente muito pensada e o seu planeamento bem escrutinado e ponderado. Planeada ou não, a confirmação da gravidez foi sempre recebida pelas participantes com surpresa e emoção, sendo referida como um dos momentos mais importantes da sua experiência de maternidade. A consciência de que esta poderia ser a sua última oportunidade de serem mães, levou-as a viverem intensamente a gravidez: «vivi-a intensamente [a gravidez] [...], é uma experiência única. Só quem passa pela experiência é que sabe mesmo dar o valor» (E2);

A narrativa acerca das gravidezes esteve quase sempre associada a sentimentos positivos, de orgulho, beleza, bem-estar, independentemente de ser ou não a primeira gravidez. Comum a todas as participantes foi a noção de que esta poderia ser a última gravidez e, por isso, rodearam-se de cuidados e procuraram usufruí-la da melhor forma.

Discussão

As duas categorias que integram o Processo de Metamorfose em Mãe (Consciencializando o Desejo de Ser Mãe; Escolhendo o Momento Certo), abordadas no presente artigo, descrevem a parte inicial do processo de transição e desenvolveram-se a par e passo com as fases descritas por Meleis (2010), nomeadamente: surgimento do evento crítico e reestruturação de objetivos. Neste processo, que culmina com a aquisição da identidade materna, a identidade das participantes foi sofrendo alterações, que denominámos, nestas primeiras duas fases, de identidade questionada e identidade planeada.

Os fatores desencadeantes deste processo centraram-se quer no desejo exclusivo da mulher (despertando o relógio biológico, criando/alargando uma família, perpetuando-se), quer no desejo de estabilidade da vida do casal (solidificando a relação do casal, idealizando uma maternidade romântica).

Os achados acerca do despertar do relógio biológico revelam que ser mãe se torna um imperativo porque o tempo para atingir tal objetivo se está a esgotar. Este achado está de acordo com estudos anteriores, como os de Tough, Vekved e Newburn-Cook (2012) e Keurst, Boivin e Gameiro (2016), quando referem que decisões sobre o momento de assumir e concretizar a maternidade das mulheres foram afetadas (e pressionadas) pela sensação de terem o tique-taque do relógio biológico a marcar o tempo.

Dar um sentido e manter a relação com o companheiro através de um projeto comum ou satisfazer o seu desejo de paternidade e perpetuar-se na descendência foram outras razões invocadas pelas participantes deste estudo que contribuíram para a consciencialização do desejo de ser mãe, iniciando assim a transformação da sua identidade e antecipando o papel materno (Santos, 2018).

Há cada vez mais mulheres a decidir não ter filhos, embora Craig *et al.* (2014) afirmem que a evidência científica sugere que muitas das mulheres da geração sem filhos na realidade desejava ter filhos, mas podem ter subestimado o seu relógio biológico ou a disponibilidade de potenciais pais, deixando-as sem filhos numa idade avançada. Para as mulheres que decidem manter-se deliberadamente sem filhos, as razões são várias e assentam na diversidade das suas trajetórias de vida e que, muitas vezes, escapam ao seu controlo. Tocchioni *et al.* (2015) apontam o desenvolvimento pessoal e as mudanças no contexto social como fatores interveientes na decisão de não ter filhos, embora considerem determinantes a sua história de vida afetiva com o parceiro, a educação e o emprego.

Segundo Peterson (2011), o estigma associado ao não ter filhos ou não desejar ter filhos apresenta-se atenuado no caso de a mulher ainda não ter encontrado o homem certo ou no caso de não poder ser mãe por problemas de infertilidade. O estigma de não ter filhos está fortemente associado ao género, sendo mais bem aceite que um homem não queira ter filhos do que a mulher, que é vista como estando a trair o seu género e o papel principal que a sociedade lhe atribui: a maternidade. Segundo Peterson (2015), o benefício de ficar sem filhos reside no sentimento de liberdade que daí advém, que se materializa em maiores oportunidades de autorrealização, melhores condições financeiras, diminuição das responsabilidades domésticas, maior mobilidade geográfica, possibilidade de novas experiências e maiores oportunidades de socialização. Contrariamente, a maternidade apresenta-se como consumidora de tempo, uma prisão, um risco para a saúde pela privação de sono e cansaço extremo que os cuidados permanentes à criança requerem (Santos 2018). Nesta perspetiva, a opção de não ter filhos está também relacionada com o manter a saúde, a independência e a autonomia. Para Lipovetsky (2017), o individualismo contemporâneo favoreceu e determinou o narcisismo e o hedonismo enquanto superinvestimento do *Eu*, que funciona à força do prazer e do bem-estar, mas também favoreceu os movimentos feministas ao retirar a mulher do seu estatuto de passividade e de resignação relativamente à procriação.

No nosso estudo, a decisão de que era o momento certo para ter um filho foi, para algumas participantes, influenciada pela pressão social exercida principalmente pelos familiares mais próximos, que lhes fizeram sentir estarem a fugir à norma, o que de certo modo as fez sentir estigmatizadas. Guedes *et al.* (2015) também identificaram a pressão social como uma das motivações para a parentalidade, embora Frejka *et al.* afirmem que ter filhos «é cada vez menos considerado como um dever para com a sociedade» (2008, 10). Daly e Bewley (2013) são de

opinião que a pressão social para ter filhos exercida sobre as mulheres, e percebida por elas, está relacionada com a necessidade de corresponder às normas da sociedade que mapeiam as expectativas sociais e culturais de, por exemplo, indicar a idade certa ou adequada para se ter filhos. No nosso estudo, também a pressão social esteve relacionada com a idade «certa» e socialmente aceite para se ter filhos. Porém, a condição mais relevante e determinante para «escolher o momento certo» foi a de «ter encontrado o homem certo», um pai certo para levar por diante um projeto desta envergadura. Também Cooke *et al.* (2010), Petersen *et al.* (2015) e Tough *et al.* (2012) enumeraram a falta de parceiro como a razão mais proeminente para permanecer sem filhos na idade avançada. Tough *et al.* (2012) salientam que o principal fator influenciador da decisão de ter filhos é a existência de uma relação afetiva estável. Aasheim *et al.* (2014) são de opinião que muitas mulheres adiam a decisão de ter filhos para dar prioridade à educação e à carreira, para ter segurança financeira e para encontrar o parceiro certo antes de tentar engravidar, tal como constatámos no nosso estudo. A necessidade de tempo para ultimar projetos de educação e carreira profissional foi outro fator decisivo para a escolha do momento certo para engravidar por parte das participantes do estudo, fatores também apontados por Benzies *et al.* (2006), Cooke *et al.* (2010) e Petersen *et al.* (2015).

No nosso estudo, a instabilidade económica, financeira e laboral resultante da crise económica do país foi outro fator que condicionou o adiamento da decisão de ter um filho, opinião também partilhada por Mendes *et al.* (2016). Também Berrington e Pattaro (2014) sugerem que a insegurança económica está associada à intenção de permanecer sem filhos, à incerteza sobre a dimensão pretendida da família e a concretização das intenções de fertilidade. O prolongamento dos estudos académicos e o intenso envolvimento numa carreira profissional são igualmente outras das razões apontadas por Mendes *et al.* (2016) para as mulheres portuguesas protelarem os seus percursos reprodutivos. A par da pressão social mencionada anteriormente, para as participantes, a noção de que o tempo de idade fértil se estava a esgotar e poderia ser a última oportunidade de serem mães contribuiu também para a tomada de decisão de considerar que era o momento certo para engravidar. Para Daly e Bewley (2013), a vulgarização do adiamento da maternidade para idades em que a reprodução se torna mais difícil e arriscada originou um conflito entre relógios biológicos e sociais.

Conclusões

A tomada de consciência do desejo de ser mãe foi o evento crítico que desencadeou o processo de transição de Metamorfose em Mãe. Os fatores desencadeantes deste processo centraram-se quer no desejo exclusivo da mulher (desperutando o relógio biológico, criando/alargando uma família, perpetuando-se), quer

no desejo de estabilidade da vida do casal (solidificando a relação do casal, idealizando uma maternidade romântica). A segunda fase do processo foi a «Escolha do momento certo» e implicou a reestruturação de objetivos. Para a escolha do momento certo contribuiu a pressão social relacionada com a idade «certa» e socialmente aceite para se ter filhos. Porém, a condição mais relevante e determinante para «escolher o momento certo» foi a de «ter encontrado o homem certo», um pai certo para o filho idealizado e projetado. Neste processo inicial de aquisição da identidade materna, a identidade das participantes foi sofrendo alterações, passando por uma identidade questionada a uma identidade planeada. Ao tornarem-se mães, as mulheres sentiram que passaram a pertencer ao grupo das mães, por essa pertença lhes permitir reforçar aspetos positivos da sua identidade, como, por exemplo, desempenhar o papel feminino da maternidade e com ele responder à pressão social para ter filhos e dar continuidade aos genes e à espécie. Este sentido de pertença permitiu-lhes de igual modo subestimar ou abolir outras características, como, por exemplo, o antigo *self* independente e organizado, agora ajustado em torno das próprias necessidades.

A maternidade tardia é um fenómeno social crescente nos países desenvolvidos, que, pela sua atualidade e pertinência, se repercute na prática profissional dos/as enfermeiros/as, no ensino e na investigação. O seu aprofundamento conduzirá a um melhor conhecimento da natureza, condições e padrões de resposta face à transição, de modo a identificar tipos, propriedades, condições pessoais, sociais e da comunidade, tendo em vista desenhar e implementar um cuidado efetivo de enfermagem, facilitador da transição para a maternidade em idades tardias.

Referências bibliográficas

- Aasheim, Vigdis, Ulla Waldenström, Svein Rasmussen, Birgitte Espehaug, e Erica Schytt. 2014. «Satisfaction with Life during Pregnancy and Early Motherhood in First-Time Mothers of Advanced Age: A Population-Based Longitudinal Study». *BMC Pregnancy and Childbirth* 14 (1): 1-9. DOI: <https://doi.org/10.1186/1471-2393-14-86>
- Beck, Cheryl Tatano. 1993. «Qualitative Research: The Evaluation of Its Credibility, Fittingness, and Auditability». *Western Journal of Nursing Research* 15 (2): 263-266. DOI: <https://doi.org/10.1177/019394599301500212>
- Benzie, Karen, Suzanne Tough, Karen Tofflemire, Corine Frick, Alexandra Faber, e Christine Newburn-Cook. 2006. «Factors Influencing Women's Decisions about Timing of Motherhood». *JOGNN – Journal of Obstetric, Gynecologic, and Neonatal Nursing* 35 (5): 625-633. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1552-6909.2006.00079.x>
- Berrington, Ann, e Serena Pattaro. 2014. «Educational Differences in Fertility Desires, Intentions and Behaviour: A Life Course Perspective». *Advances in Life Course Research* 21: 10-27. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2013.12.003>

- Carolan, Mary, e Dorota Frankowska. 2011. «Advanced Maternal Age and Adverse Perinatal Outcome: A Review of the Evidence». *Midwifery* 27 (6): 793-801. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.midw.2010.07.006>
- Charmaz, Kathy. 2014. *Constructing Grounded Theory*. 2.^a ed. London: Sage.
- Cooke, Alison, Tracey A. Mills, e Tina Lavender. 2010. «'Informed and Uninformed Decision making'—Women's Reasoning, Experiences and Perceptions with Regard to Advanced Maternal Age and Delayed Childbearing: A Meta-Synthesis». *International Journal of Nursing Studies* 47 (10): 1317-1329. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2010.06.001>
- Craig, Benjamin M., Kristine A. Donovan, Liana Fraenkel, Verity Watson, Sarah Hawley, e Gwendolyn P. Quinn. 2014. «A Generation of Childless Women: Lessons from the United States». *Women's Health Issues* 24 (1): e21-27. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.whi.2013.09.005>
- Daly, Irene, e Susan Bewley. 2013. «Reproductive Ageing and Conflicting Clocks: King Midas' Touch». *Reproductive BioMedicine Online* 27 (6): 722-732. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbmo.2013.09.012>
- FIGO – International Federation of Gynecology and Obstetrics. n.d. «Pregnancy: Risks and Complications». Available at <https://www.figo.org/pregnancy-risks-and-complications>
- Flick, Uwe. 2014. *An Introduction to Qualitative Research*. London: Sage.
- Frejka, T., J. Hoem, L. Toulemon e T. Sobotka. 2008. *Childbearing Trends and Policies in Europe: An Overview*. Norderstedt: Books on Demand.
- Graça, Luis Mendes. 2017. *Medicina Materno-Fetal*. 5.^a ed. Lisboa: Lidel.
- Guedes, Maryse, Marco Pereira, Raquel Pires, Paula Carvalho, e Maria Cristina Canavarro. 2015. «Childbearing Motivations Scale: Construction of a New Measure and Its Preliminary Psychometric Properties». *Journal of Child and Family Studies* 24: 180-194. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9824-0>
- Kanazawa, Satoshi. 2014. «Intelligence and Childlessness». *Social Science Research* 48: 157-170. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2014.06.003>
- Keurst, Anne, Jacky Boivin, e Sofia Gameiro. 2016. «Women's Intentions to Use Fertility Preservation to Prevent Age-Related Fertility Decline». *Reproductive BioMedicine Online* 32 (1): 121-131. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbmo.2015.10.007>
- Lampinen, Reeta, Katri Vehviläinen-Julkunen, e Päivi Kankkunen. 2009. «A Review of Pregnancy in Women over 35 Years of Age». *Open Nursing Journal* 3: 33-38. DOI: <https://doi.org/10.2174/1874434600903010033>
- Lipovetsky, Gilles. 2017. *A Era Do Vazio – Ensaios Sobre O Individualismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70.
- Meleis, Afaf Ibrahim. 2010. *Transitions Theory – Middle Range and Situation Specific Theories in Nursing Research and Practice*. New York: Springer.
- Mendes, Maria Filomena, Paulo Infante, Anabela Afonso, Andreia Maciel, Filipe Ribeiro, Lídia P. Tomé, e Rita B. Freitas. 2016. *Introdução ao Estudo – Determinantes da Fecundidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em <https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/1517/determinantes-da-fecundidade-em-portugal>
- Mercer, Ramona T. 2004. «Becoming a Mother Versus Maternal Role Attainment». *Journal of Nursing Scholarship* 36 (3): 226-232. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.2004.04042.x>

- Peterson, Helen. 2011. «Barnfri: En Stigmatiserad Position [Childfree: A Stigmatized Position]». *Sociologisk Forskning* 48 (3): 5-26. JSTOR: <https://www.jstor.org/stable/4169814>
- Peterson, Helen. 2015. «Fifty shades of freedom. Voluntary childlessness as women's ultimate liberation». *Women's Studies International Forum* 53: 182-191. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2014.10.017>
- Petersen, K. Birch, Hvidman, H. W., Sylvest, R., Pinborg, A., Larsen, E. C., Macklon, K. T., Andersen A. Nyboe e Schmidt L. 2015. «Family Intentions and Personal Considerations on Postponing Childbearing in Childless Cohabiting and Single Women Aged 35-43 Seeking Fertility Assessment and Counselling». *Human Reproduction* 30 (11): 2563-2574. DOI: <https://doi.org/10.1093/humrep/dev237>
- Ramalho, Rodrigo, Peter Adams, Peter Huggard, e Karen Hoare. 2015. «Literature Review and Constructivist Grounded Theory Methodology». *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research* 16 (3): Art. 19. Disponível em <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/issue/view/53>
- Santos, Maria. 2018. «O Processo de Metamorfose da Mulher acima dos Trinta e Cinco Anos em Mãe: Uma Teoria Específica da Situação». Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa.
- Santos, Maria, Maria Lopes, e Maria Botelho. 2018. «Photovoice as a Method of Data Collection in the Study of Motherhood over the Age of 35: The Power of Images». In *Computer Supported Qualitative Research. ISQR 2017. Advances in Intelligent Systems and Computing*, organizado por A. P. Costa, L. P. Reis, F. N. Souza, e A. Moreira, 316-326. Cham, Suíça: Springer. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-61121-1_27
- Santos, Maria, Maria Lopes, e Maria Botelho. 2019. «Do consciencializar a decidir ser mãe depois dos 35 anos: Um estudo de Grounded Theory». *Atas CIAIQ 2019: Investigação Qualitativa em Saúde*, 2: 31-40. Disponível em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2001>
- Streubert, Helen, and Dona Rinaldi Carpenter. 2013. *Investigação Qualitativa Em Enfermagem – Avançando O Imperativo Humanista*. 5.^a ed. Loures: Lusodidacta.
- Subrat, Panda, Singh A. Santa, e Jha Vandana. 2013. «The Concepts and Consequences of Early Ovarian Ageing: A Caveat to Women's Health». *Journal of Reproduction & Infertility* 14 (1): 3-7. Disponível em <https://www.sid.ir/en/journal/ViewPaper.aspx?ID=280075>
- Tocchioni, Valentina, Monika Mynarska, Anna Matysiak, Anna Rybin, e Daniele Vignoli. 2015. «Diverse Paths into Childlessness over the Life Course». *Advances in Life Course Research* 25: 35-48. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2015.05.003>
- Tough, Suzanne, Monica Vekved, e Newburn-Cook, Christine. 2012. «Do Factors That Influence Pregnancy Planning Differ by Maternal Age? A Population-Based Survey.» *Journal of Obstetrics and Gynaecology Canada* 34 (1): 39-46. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1701-2163\(16\)35132-5](https://doi.org/10.1016/S1701-2163(16)35132-5)
- Waldenström, Ulla. 2016. «Postponing Parenthood to Advanced Age». *Upsala Journal of Medical Sciences* 121 (4): 235-243. DOI: <https://doi.org/10.1080/03009734.2016.1201553>
- Wang, Caroline e Mary Ann Burris. 1997. «Photovoice: Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment». *Health Education & Behavior* 24 (3): 369-387. DOI: <https://doi.org/10.1177/109019819702400309>
- Wertz, F. J., K Charmaz, L. McMullen, R. Josselson, R. Anderson, e E. McSpadden. 2011. *Five Ways of Doing Qualitative Analysis: Phenomenological Psychology, Grounded Theory, Discourse Analysis, Narrative Research, and Intuitive Inquiry*. New York: Guilford Press.

Maria Anabela Ferreira dos Santos. Professora Coordenadora (ESEL) 2008. Doutoramento em Enfermagem (2018) UL/ESEL. Mestrado em Ciências de Enfermagem (1995) da UCP. Título de Especialista em Enfermagem da ESEL 2012. Especialização em Enfermagem Saúde Materna e Obstétrica (1993) – Esc. Pós-Básica de Lisboa. Coordenadora do Mestrado em Enfermagem Saúde Materna e Obstétrica da ESEL. Orientação de teses (mestrados e doutoramento).
Endereço eletrónico: afsantos@esel.pt

Maria dos Anjos Pereira Lopes. Enfermeira desde 1972, com 14 anos na prática de cuidados na UTIC. Professora Coordenadora na ESEL desde 1986. Doutoramento Ciências de Enfermagem no ICBAS (2007). Mestrado Enfermagem na UCP (1994). Coordenação do atual PE CLE da ESEL. Membro da C. Científica de doutoramento no projeto de parceria UL/ESEL. Participação em júris de douramento, mestrado e concurso de enfermeiro especialista. Membro da Ordem dos Enfermeiros e dos Órgãos Nacionais da C. de Especialidade de Enf. Médico-Cirúrgica, 1998.
Endereço eletrónico: maveiga@esel.pt

Maria Antónia Rebelo Botelho. Professora Coordenadora (ESEL). Doutoramento em Filosofia (2003) U. Nova de Lisboa. Mestrado em Ciências de Enfermagem (1994) da UCP. Especialização em Enfermagem Saúde Mental e Psiquiátrica (1989) – Esc. Pós-Básica de Lisboa. Coordenadora do Doutoramento em Enfermagem da UL/ESEL. Coordenadora da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem e Linha de Investigação Experiência Vivida e Epistemologia da Prática. Orientação de teses (doutoramento e mestrado). Presidente da Comissão de Ética da ESEL.
Endereço eletrónico: rbotelho@esel.pt

Artigo recebido a 02 de fevereiro e aceite para publicação a 01 de junho de 2020.

**PERSPECTIVAS Y EXPERIENCIAS SOBRE EL CONSUMO
DE BEBIDAS ALCOHÓLICAS DURANTE EL EMBARAZO:
ESTUDIO CUALITATIVO CON EMBARAZADAS DE ESPAÑA,
FRANCIA Y PORTUGAL**

*Renata Franco**, *Belén Charro***, *Maria Raul Xavier****

Resumen

El trabajo tiene como objetivo explorar las perspectivas y experiencias de las embarazadas españolas, francesas y portuguesas respecto al consumo de alcohol durante la gestación. Se trata de un estudio cualitativo basado en un abordaje fenomenológica. Se realizaron 68 entrevistas en profundidad, procediendo posteriormente a un análisis semi-inductivo de los datos con ayuda del programa QSR- NVIVO. Los resultados mostraron semejanzas en los tres países en cuanto a la existencia de consumos de las participantes, así como una información limitada y/o equivocada en cuanto a las consecuencias de la exposición prenatal. Se identificaron también diferencias, sobre todo en cuanto al tipo de bebidas, la presión social o el conocimiento en cuanto a las recomendaciones sobre los consumos. Los datos apuntan la necesidad de abordajes preventivos eficaces que puedan apoyar a las embarazadas en la toma de decisiones informadas.

Palabras-clave: Alcohol, embarazo, perspectivas, conocimientos.

Resumo

Perspetivas e experiências sobre o consumo de bebidas alcoólicas na gravidez: estudo qualitativo com grávidas de Espanha, França e Portugal

Neste artigo, o objetivo é explorar perspetivas e experiências de grávidas espanholas, francesas e portuguesas quanto ao consumo de álcool durante a gravidez. Trata-se de um estudo qualitativo baseado numa abordagem fenomenológica. Foram realizadas 68 entrevistas em profundidade, procedendo-se posteriormente à análise semi-indutiva dos

* TR3 de CERES – Ethique, Philosophie, Sciences et Société de la Faculté Libre des Lettres et des Sciences humaines, Institut Catholique de Toulouse, France.

Dirección postal: 31, rue de la Fonderie BP 7012 – 31 068 Toulouse Cedex 7. França.

Correo Electrónico: fran_re@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7352-2833>

** Departamento de Psicología de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Pontificia Comillas (UPC), España.

Dirección postal: Alberto Aguilera, 23 – 28015 Madrid. Espanha.

Correo Electrónico: bcharro@comillas.edu

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6462-167X>

*** Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano (CEDH), Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

Dirección postal: Rua Diogo Botelho, 1327, 4169-005 Porto, Portugal.

Correo Electrónico: mxavier@porto.ucp.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2223-2000>

dados com recurso ao programa QSR-NVIVO. Os resultados mostram semelhanças nos três países quanto à existência de consumos por parte das participantes e informação limitada e/ou errada quanto às consequências da exposição pré-natal. São ainda identificadas diferenças, nomeadamente quanto ao tipo de bebidas, pressão social ou conhecimento quanto a recomendações sobre consumos. Os dados apontam para a necessidade de abordagens preventivas efetivas que possam apoiar a grávida na tomada de decisões informadas.

Palavras-chave: Álcool, gravidez, perspetivas, conhecimentos.

Abstract

Perspectives and experiences on alcohol consumption during pregnancy: a qualitative study with pregnant women from Spain, France and Portugal

This work aims to explore perspectives and experiences of Spanish, French and Portuguese pregnant women regarding alcohol use during pregnancy. It is a qualitative study based on a phenomenological approach. It included 68 interviews and a semi-inductive data analysis using the QSR-NVIVO software. Results show similarities in the three countries in terms of the participants' consumption and limited and/or wrong information about consequences of prenatal exposure. Differences are also identified, including the type of drinks, social pressure or knowledge regarding recommendations about alcohol use during pregnancy. This work points to the need for effective preventive approaches that can support pregnant women in informed decision-making.

Keywords: Alcohol, pregnancy, perspectives, knowledge.

Introducción

En las culturas europeas, el consumo de alcohol se considera un comportamiento habitual, integrado en el estilo de vida y generalmente no considerado como un riesgo para la salud (Gaussot 2004). Los datos de la Organización Mundial de la Salud (OMS o WHO en inglés) muestran que Europa es la región con el consumo de alcohol per cápita más alto del mundo (WHO 2018). Los países europeos varían ampliamente en los patrones de uso. España, Francia y Portugal (países a los que se refiere este documento) y otros países del sur de Europa a menudo se describen con una cultura de consumo diferente a la de los países del norte de Europa. En España, Francia y Portugal, las bebidas alcohólicas están fácilmente disponibles y forman parte de la vida cotidiana de las personas (sobre todo el vino, que a menudo forma parte de las dos comidas diarias principales). A pesar de los cambios recientes (WHO 2019), las tasas de abstinencia son generalmente bajas y la frecuencia de los consumos es mayor, aunque las cantidades consumidas pueden describirse como moderadas (por ej., Anderson y Baumberg 2006).

En España, el alcohol es la primera sustancia psicoactiva consumida y el tabaco la segunda (Observatorio Español de Drogas y Adicciones 2018). También en Francia y Portugal, el alcohol es la sustancia psicoactiva más utilizada (Andler *et al.* 2018; Balsa, Vital y Urbano 2018).

En Europa es donde se encuentra el mayor porcentaje de bebedoras de alcohol actuales (WHO 2018), aunque beban con menor frecuencia y cantidad que los hombres. En España, Francia y Portugal también el porcentaje de mujeres que beben es menor que el de los hombres (Andler *et al.* 2018; Balsa Vital y Urbano 2018; Observatorio Español de Drogas y Adicciones 2018).

Con respecto al uso de alcohol por parte de las mujeres, un tema de particular interés se refiere al consumo durante el embarazo. El alcohol es un agente teratogénico que atraviesa rápidamente la placenta y puede provocar daños en el cerebro y otros órganos del embrión y en el desarrollo del feto (por ej., Popova *et al.* 2016). La exposición prenatal al alcohol se ha asociado con un conjunto de consecuencias de por vida que en su conjunto son denominadas como Trastornos del Espectro Alcohólico Fetal (TEAF) (por ej., Hoyme *et al.* 2016). Los datos de una importante revisión sistemática y metaanálisis revelan que 8 de cada 1000 individuos en la población general tienen TEAF (Lange *et al.* 2017). El TEAF integra problemas neurocognitivos, malformaciones congénitas y otros problemas físicos y de comportamiento, y su manifestación más grave corresponde al diagnóstico de Síndrome Fetal Alcohólico (SAF). El SAF se identificó por primera vez ya en los años 1960 (por ej., Jones y Smith 1973). El consumo de alcohol durante el embarazo es la principal causa de discapacidad mental no genética «evitable» (por ej., Toutain 2010). Popova y sus colegas (Popova *et al.* 2017) estimaron que la prevalencia de SAF en la población general es de 14,6 por cada 10 000 personas y que una de cada 67 mujeres que consumieron alcohol durante el embarazo tendría un hijo con SAF, lo que significa que nacen 119 000 niños con SAF en todo el mundo cada año.

Aunque la investigación sobre los efectos asociados con el consumo de alcohol en pequeñas cantidades durante el embarazo no es del todo unánime (por ej., Lundsberg *et al.* 2015), los estudios apuntan claramente sobre las graves consecuencias en las ingestas de mayores cantidades. Siguiendo un principio de precaución (Conover y Jones 2012), dado que no se conoce una cantidad segura de exposición durante este período, las directrices clínicas de la Organización Mundial de la Salud (WHO 2016) recomiendan no usar bebidas alcohólicas durante el embarazo como la única opción segura (por ej., Míguez, Magri, y Suárez 2009; Elek *et al.* 2013). Además, estas recomendaciones también promueven la abstinencia de alcohol durante la fase de concepción (Tough *et al.* 2006; WHO 2016).

Con respecto a las actuaciones de los profesionales que acompañan el embarazo (es decir, médicos/as y enfermeras/as), la OMS también organizó recomendaciones específicas para la identificación y prevención (WHO 2014). Hay estudios (por ej., Kesmodel y Kesmodel 2002) que indican que las mujeres consideran que el enfoque de estos profesionales de la salud ayuda a reducir el consumo. España, Francia y Portugal son tres países en los que existen recomendaciones oficiales que se refieren a la importancia de preguntar a las mujeres embarazadas sobre el consumo y proporcionar información sobre los riesgos asociados (Anglade *et al.*

2011; Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad 2014; Direção-Geral da Saúde 2015).

A pesar de las recomendaciones, muchas mujeres embarazadas continúan bebiendo alcohol. La prevalencia del consumo de bebidas alcohólicas durante el embarazo en Europa es aproximadamente del 25%, que es el porcentaje más alto del mundo (Popova *et al.* 2017).

Los datos epidemiológicos franceses muestran que entre el 0,4% y el 7,2% de las mujeres embarazadas hacen algunas transgresiones al estándar «Cero alcohol» para «divertirse» y «no dejar de vivir» (Toutain 2017). Según el Boletín de Salud Pública de Francia (Andler *et al.* 2018), se estima que uno de cada 1000 nacimientos presenta SAF como consecuencia de la exposición al alcohol durante el embarazo. Hasta donde sabemos, no hay datos representativos a nivel nacional en España. En un estudio realizado en Málaga con 451 mujeres embarazadas, el 27,5% admitió haber bebido durante el embarazo (Blasco-Alonso *et al.* 2015). Tampoco en Portugal hay información representativa nacional, aunque en un trabajo realizado por nuestro equipo portugués en este estudio encontró una indicación de consumo durante la gestación del 20,3% de las mujeres embarazadas (N=369) en una muestra nacional recolectada en línea (Xavier *et al.*, 2019). Por otro lado, en un estudio del Servicio de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (Carapinha *et al.* 2015), con una muestra de 1104 mujeres embarazadas de Lisboa y del valle del Tajo, se encontró que el 19,3% reveló consumir alcohol durante el embarazo.

Las mujeres señalan como algunas de las posibles razones para el consumo de alcohol la poca información y/o información confusa y contradictoria que tienen (por ej., Anderson *et al.* 2014). En otras ocasiones se trata de problemas previos de alcoholismo, de embarazos no planificado, el estrés, la presión social y grupal y la depresión (por ej., Elek *et al.* 2013).

Para que la prevención de las consecuencias descritas anteriormente sea cada vez más efectiva, es necesario conocer mejor el fenómeno del consumo de alcohol durante el embarazo, es decir, los factores asociados con estos comportamientos, así como el conocimiento y las perspectivas relacionadas con el consumo de alcohol por las mujeres (Skagerstrøm, Chang y Nilsen 2011). Es en este contexto que se inserta este trabajo, con el objetivo de presentar y discutir las perspectivas y experiencias de embarazadas españolas, francesas y portuguesas con respecto al uso de alcohol durante la gestación. Más específicamente, se pretende explorar las perspectivas y el conocimiento sobre las consecuencias y las pautas sobre el consumo de alcohol durante el embarazo que tienen las mujeres, así como la manera en que abordan esta problemática durante la gestación los profesionales sanitarios. El objetivo es dar a las mujeres una voz con respecto al uso de alcohol en el embarazo desde una mirada intercultural, que es innovadora con respecto a lo que estos tres países (juntos) dicen al respecto. Los objetivos específicos del trabajo conjunto

realizado por los equipos de investigación de los tres países se describieron previamente en otra publicación (Charro, Xavier y Franco 2019).

Metodología

Se trata de un estudio con un diseño cualitativo transversal desde un enfoque fenomenológico (Creswell 2007), basado en el significado y experiencia de las participantes en cuanto «peritos experienciales» (Morse 1994) de sus propias vidas. En cuanto diseño cualitativo, pretende la aproximación a cuestiones muy particulares y referidas a una realidad que no puede ser cuantificada por formar parte del universo de los significados, motivos, aspiraciones, creencias y actitudes hacia el fenómeno estudiado (Minayo 2009). Consideramos que el uso de la metodología cualitativa es indispensable para aprehender detalles sobre los factores personales, contextuales y sociales (Ritchie e Lewis 2003) que conducen a las mujeres gestantes a consumir alcohol. El estudio fue aprobado por los Comités de Ética de las Universidades a las que pertenecen las investigadoras.

Participantes

Las participantes fueron elegidas mediante muestreo no probabilístico por conveniencia, utilizando la metodología de bola de nieve (Ritchie y Lewis 2003; Combessie 2007) mediante el que las participantes indicaban otras gestantes potencialmente interesadas en participar. El tamaño muestral atendió al criterio de saturación teórica (Creswell 2007) y participaron en el estudio 68 mujeres (30 españolas, 20 francesas y 18 portuguesas) que estaban o habían estado embarazadas y recibían seguimiento por parte de los profesionales sanitarios.

En cuanto a las 30 participantes españolas (Madrid), tenían entre 26 y 40 años ($M=34,26$ y $DP=3,67$), casi todas estaban casadas y trabajaban (90%) y todas tenían al menos un título universitario (100%). Para las 20 francesas (Toulouse), la edad mínima era de 24 y la máxima de 45 ($M=33,3$ y $DP=4,6$); 18 estaban empleadas (90%). En cuanto al estado civil, 16 estaban casadas (80%). La mayoría tenía al menos un título universitario (80%). Las 18 portuguesas (región norte) tenían entre 20 y 38 años ($M=30,67$ y $DP=5,21$). La mayoría estaba casada (94%) y 12 tenían empleo (66,5%), una era estudiante (5,5%) y 5 estaban desempleadas (28%). La mayoría tenía al menos un título universitario (67%).

Los criterios de exclusión fueron la dependencia del alcohol u otras sustancias psicoactivas y los embarazos de riesgo, que requieren apoyo exclusivo en un ambiente hospitalario.

Instrumento

Se utilizó un guion de entrevista semiestructurada, con preguntas relativas al tema en estudio. El guion fue preparado inicialmente por el equipo portugués (Hoffmeister y Xavier 2018) y luego traducido al español (López-Pinto 2018) y al francés (Fruscione 2017) por los respectivos equipos de los otros dos países participantes. Las tres versiones fueron luego discutidas conjuntamente por las investigadoras responsables de cada país.

El guion también incluía la Prueba de Identificación de Trastornos por Consumo de Alcohol – AUDIT (Saunders *et al.* 1993) en su versión para entrevista. AUDIT es una herramienta de detección de abuso de alcohol desarrollada por la OMS en colaboración con los Centros de Salud Pública de Australia, Bulgaria, Kenia, México, Noruega y los Estados Unidos (Saunders *et al.* 1993). En este trabajo, se utilizaron las versiones en español (Rubio *et al.* 1998), francés (Accietto 2003) y portugués (Cunha 2002). Esta herramienta consta de 10 preguntas. Las preguntas 1 a 3 evalúan el consumo de alcohol (frecuencia y cantidad), las tres siguientes abordan los síntomas de la dependencia y las restantes consecuencias negativas del consumo. Cada pregunta varía de 0 a 4 puntos y el total máximo es de 40 puntos. AUDIT se diseñó inicialmente para su uso en la Atención Primaria de Salud y se ha estudiado en una variedad de entornos para detectar diferentes niveles de consumo de alcohol de forma rápida y sencilla. En este estudio, AUDIT se adaptó al objetivo propuesto: cada una de las preguntas se subdividió en dos, la primera referida al período de vida antes del embarazo y la segunda al período actual del embarazo, lo que permitió explorar las posibles diferencias.

La guía de entrevistas, además de las preguntas de carácter sociodemográfico, consistió en preguntas relacionadas con los siguientes temas: el consumo de alcohol y sus circunstancias; información y conocimientos sobre las consecuencias del consumo de alcohol durante el embarazo; evaluación y prevención selectiva (incluida la información disponible en el contexto de la atención sanitaria); indicadas y universales.

Procedimiento

Las 68 participantes recibieron explicaciones sobre el estudio, sobre todo sobre su objetivo, el tratamiento de los datos, la naturaleza voluntaria de la participación, el anonimato y la confidencialidad. Todas firmaron un Formulario de Consentimiento Informado que incluía la autorización para grabar las entrevistas. Estas se realizaron de forma individual, en cada uno de los países siempre por el mismo investigador, y duraron un promedio de 45 minutos.

Posteriormente, se transcribieron íntegramente las entrevistas y se analizó su contenido (análisis categórico e interpretativo) según un enfoque semiinductivo,

utilizando el programa QSR-NVIVO v.11. En cada país, a partir del discurso de las participantes, se organizó una primera versión de las categorías inspiradas en la Teoría Fundamentada (Strauss y Corbin 1994). En un procedimiento de triangulación (Ruiz Olabuénaga 2008), una de las investigadoras, leyó todas las entrevistas e hizo una primera identificación de los códigos y categorías de análisis. A medida que el análisis avanzaba, la primera codificación se reformuló en base a las relaciones entre las categorías que surgieron del discurso de las participantes. Otra(s) investigador(as) de cada país revisó(aron) el sistema categórico para comparar el material recopilado hasta que se llegó a un acuerdo sobre la codificación de todas las entrevistas. Las tres investigadoras principales de cada país también discutieron los tres sistemas de categorías. Los procedimientos de análisis de datos revelan el uso de la triangulación del investigador (p. ex., Patton 1999).

El conjunto resultante de categorías y subcategorías analíticas se organizaron en torno a ocho dimensiones o nodos temáticos: (1) consumo pregestacional; (2) consumo durante el embarazo; (3) autodeclaración (abstinencia; facilidad/dificultad para hablar sobre el consumo; razón del consumo; contexto en el que ocurre el consumo; lo que consideran «consumo aceptable»; opiniones sobre el consumo de otras mujeres embarazadas); (4) información sobre los efectos del consumo durante el embarazo y fuente(s) de información; (5) consumo en el contexto familiar y social; (6) monitoreo de los profesionales de la salud; (7) prevención universal; (8) prevención selectiva e indicada.

Las dimensiones y sus subcategorías relacionadas con los objetivos de este trabajo serán presentadas y discutidas a continuación.

Resultados y discusión

El análisis de los resultados del AUDIT para los consumos descritos antes del embarazo y durante el embarazo reflejó un cambio en el consumo para todas las mujeres que describieron beber alcohol antes del embarazo. En España, el 66% redujo el consumo, mientras que el 34% lo abandonó por completo; en Francia y Portugal, las tasas de retirada total fueron más altas: 70% y 75% respectivamente. Estos datos parecen demostrar que el embarazo tiende a actuar como factor de protección contra el consumo de alcohol, lo cual ya había sido señalado por un estudio realizado en Portugal por el Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (Carapinha *et al.* 2015).

Otro aspecto identificado en los tres países, y asociado a la abstinencia de la mujer embarazada, es el apoyo del marido/pareja. La mayoría de los participantes que no beben alcohol durante el embarazo reciben apoyo de su pareja (implícita o explícitamente). En este sentido, Van der Wulp, Hoving y Vries (2015) consideraron la relación de pareja como un factor importante en la ausencia de consumo de alcohol.

Aunque la reducción y/o abstinencia se evidenció en el discurso de las participantes, durante las entrevistas se identificaron varios matices sobre el consumo de alcohol durante el embarazo. Analizando los consumos descritos, se trata de dosis reducidas y situaciones esporádicas, en un patrón que podríamos describir como consumo social. Si esto no ocurriera durante la gestación no se consideraría un problema. Sin embargo, al ocurrir durante el embarazo, estos datos revelan que no se están cumpliendo las indicaciones nacionales e internacionales para no consumir alcohol durante el embarazo (WHO 2016).

Las participantes de los tres países que se permitieron desviarse de las indicaciones de que no se debe consumir alcohol durante el embarazo presentaron a veces en sus discursos la falsa creencia de que el consumo ocasional y en bajas dosis no afectaría a la salud del feto. Los resultados coinciden con el trabajo de Hammer y Inglin (2014) en el que se demostró que este tipo de falsa creencia aumenta en ausencia de información correcta y actualizada sobre el riesgo asociado al consumo durante el embarazo. En nuestro estudio, cuando se interrogó a las mujeres sobre las consecuencias del consumo de alcohol durante el embarazo, la mayoría de ellas mostraron poca información sobre el tema y un conocimiento vago o incluso erróneo. Algunas participantes consideraron que la regla de abstinencia se aplicaba sólo en los tres primeros meses de embarazo, otras dijeron que el consumo de alcohol era menos perjudicial al final del embarazo, otras afirmaron que el consumo de alcohol durante los tres primeros meses no era grave presentando justificaciones no científicas y otras asumieron claramente la falta de información. Estos datos están en línea con los indicados en un estudio anterior (Toutain 2010). La desvalorización de los consumos (particularmente en los casos de dosis más bajas) identificada en el discurso de algunas participantes de los tres países puede estar vinculada a su concepto de abstinencia, como lo afirma Toutain (2010), que describe que el concepto de abstinencia a menudo no se percibe como abstinencia total.

En los tres países, participantes informaron de que los amigos, los miembros de la familia y la pareja/marido (a menudo también identificados por las propias mujeres como un factor de protección contra el consumo de alcohol), son los que más fomentan o apoyan el consumo ocasional en entornos festivos por parte de las mujeres embarazadas. Dupraz *et al.* (2013) ya habían señalado que la invitación a beber alcohol hecha por un pariente cercano está fuertemente asociada con el consumo de alcohol en el embarazo.

Se puede observar que, en general, la abstinencia tiende a ser una regla en la vida cotidiana de las mujeres, pero en un contexto festivo la transgresión es ejercida y compartida por varios actores que participan en la vida de la mujer embarazada. En los tres países, se identificó la presión social para beber, y en Portugal todas las mujeres informaron que la sentían. Se encontraron resultados similares en el trabajo de Meurk *et al.* (2014).

La normalización cultural del consumo puede estar relacionada con el desconocimiento o la falta de importancia que se da a las indicaciones de no beber alcohol durante el embarazo. Skagerstrøm, Chang y Nilsen (2011) afirman en su revisión sistemática de 14 estudios internacionales que las normas culturales sobre el consumo de alcohol tienden a tener más influencia en el consumo que las restricciones legales. Esta noción es importante para mejorar el tipo de intervención preventiva en este campo.

Otra similitud entre España, Francia y Portugal se refiere a la falta de información recibida en las consultas de seguimiento durante el embarazo. Hammer y Inglin (2014) también encontraron datos similares, e incluso describieron que estos profesionales llegaban a indicar el consumo esporádico como apropiado. Las participantes de España y Francia destacaron la permisividad de las recomendaciones recibidas por algunos profesionales de la salud. En Portugal, los médicos (cuando abordan el tema) parecen ser más restrictivos en comparación con las enfermeras. Los resultados coinciden, por ejemplo, con los datos obtenidos por Hammer y Inglin (2014), donde la mayoría de las encuestadas dicen que no recibieron información proporcionada por los profesionales de la salud sobre los riesgos del consumo de alcohol. De manera similar, el estudio de Dupraz *et al.* (2013) reveló que menos de la mitad de las participantes tenían a su médico de cabecera o ginecólogo como fuente de información. En Portugal, ninguna de las participantes parece conocer alguna guía para las mujeres embarazadas hacia la abstinencia total. Los datos apuntan al incumplimiento por parte de varios profesionales de las indicaciones existentes sobre cómo deben actuar en los momentos de contacto/consulta con las mujeres gestantes (en los tres países) y las recomendaciones para evitar el consumo durante el embarazo no llegan a un gran porcentaje de las mujeres embarazadas, como ya describieron Mendoza *et al.* (2019). A la vista de los datos obtenidos, el principio de precaución (Department of Health 2016) presente en las recomendaciones difundidas (WHO 2016) no parece inspirar las opciones de muchas mujeres gestantes en los tres países estudiados.

Se encontraron diferencias entre los tres países en cuanto a las bebidas alcohólicas más consumidas por las mujeres embarazadas: en España, la bebida más mencionada fue la cerveza, mientras que en Francia y Portugal las participantes indicaron el vino. Estos datos coinciden con los de April *et al.* (2010), quienes observaron que el vino, el champán y la cerveza se consideraban menos perjudiciales durante el embarazo que los «alcoholes fuertes». En cuanto a la prevención, las participantes francesas tendieron a valorar la información preventiva, como por ejemplo la advertencia gráfica contra el alcohol durante el embarazo presente en las botellas de vino. En España, las participantes consideraron que las campañas publicitarias eran más útiles como medio de difusión de la información sobre el tema, ya que eran más accesibles y tenían un mayor impacto social. También en Portugal las participantes describieron como más útiles los anuncios que aparecen señalados en las botellas.

En general, los resultados de este estudio permitieron identificar similitudes en los discursos de las participantes de los tres países, pero los resultados también revelan fenómenos individuales más complejos vinculados a vulnerabilidades psicológicas que pueden favorecer el consumo de alcohol durante el embarazo. Por ejemplo, la ansiedad ante el embarazo y los cambios relacionados con la maternidad fue citada por las entrevistadas francesas como otra razón para beber. Estos datos se observaron sólo en mujeres francesas que estaban embarazadas por segunda vez, lo que mostró una sobrecarga asociada a las tareas relacionadas con el cuidado del primer hijo. Skagerstrøm, Chang y Nilsen (2011) también destacan la exposición a situaciones de alta ansiedad como predictor del consumo de alcohol durante el embarazo.

Por lo tanto, es necesario seguir investigando el fenómeno del consumo de alcohol durante el embarazo para poder lograr una comprensión más completa de los factores asociados con el consumo durante este período de la vida.

Conclusiones

Varios estudios advierten del problema del alcoholismo durante el embarazo (por ej., Beck *et al.* 2013; Dumas, Lejeune y Simmat-Durand 2014), pero pocos abordan específicamente el tema de la bebida moderada y recreativa. Así, este trabajo representa una contribución al tema, como pionero en la discusión conjunta de tres países del sur de Europa. En cuanto a la metodología utilizada, destacamos como puntos fuertes la triangulación (Patton 1999) de fuentes (de tres países) e investigadores, así como el logro de la saturación teórica (Creswell 2007).

En cuanto a los resultados obtenidos, destacamos que las perspectivas y experiencias sobre el consumo de alcohol durante el embarazo presentan puntos comunes y diferencias en las intervenciones de las participantes de España, Francia y Portugal. Los resultados mostraron fallas y/o falta de información recibida durante las consultas de seguimiento del embarazo en los contactos con médicos/as y enfermeros/as. Las creencias falsas, la información errónea o inexistente, así como la presión social asociada a sus parejas y al entorno en el que viven las mujeres gestantes también pueden ser obstáculos para la abstinencia. En los tres países, el tipo y la calidad de la información no parece permitir una decisión claramente informada sobre el uso del alcohol durante el embarazo. Aunque muchas participantes que reportaron beber antes del embarazo habían dejado de hacerlo, otras señalaron «beber socialmente» durante el embarazo. Esto no está de acuerdo con las directrices de la OMS (WHO 2016) y confirma que hay mujeres que beben durante la gestación, como revelan los datos presentados, por ejemplo, por Popova *et al.* (2017).

Para asegurar que todas las mujeres (embarazadas) conozcan las recomendaciones existentes en cuanto al consumo de alcohol durante la gestación y exista una

decisión informada, destacamos la importancia de que este fenómeno siga siendo estudiado. Los datos resultantes de la investigación científica son de suma importancia para la organización de estrategias de prevención cada vez más eficaces.

Referencias bibliográficas

- Accietto, Cataldo. 2003. «La validation d'une version française du questionnaire A.U.D.I.T. «Alcohol Use Identification Test»». Tesis de doctorado. Université de Genève. DOI: <https://doi.org/10.13097/archive-ouverte/unige:174>
- Anderson, Peter, y Ben Baumberg. 2006. *Alcohol in Europe*. London: Institute of Alcohol Studies.
- Anderson, Amy, Alexis Hure, Frances Kay-Lambkin, y Deborah Loxton. 2014. «Women's perceptions of information about alcohol use during pregnancy: a qualitative study». *BMC Public Health* 14: 10-48. DOI: <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-1048>
- Andler, Raphaël, Chloé Cogordan, Jean-Baptiste Richard, Virginie Demiguel, Nolwenn Regnault, Romain Guignard, Anne Pasquereau, y Viêt Nguyen-Thanh. 2018. *Baromètre santé 2017: Consommations d'alcool et de tabac durant la grossesse*. Saint-Maurice: Santé publique France.
- Anglade, Cécile, Françoise Bicheron, Juliette Bloch, Véronique Brossard, David Campgil, y Francine Caumel-Dauphin. 2011. *Alcool et grossesse, parlons-en: guide à l'usage des professionnels*. Paris: Ministère du Travail, de l'Emploi et de la Santé.
- April, Nicole, Chantale Audet, Louise Guyon, y Hélène Gagnon. 2010. «Représentations sociales et consommation d'alcool pendant la grossesse». *Drogues, Santé et Société* 9 (2): 17-48. DOI: <https://doi.org/10.7202/1005299ar>
- Balsa, Casimiro, Clara Vital, y Claudia Urbano. 2018. *IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/17*. Lisboa: SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. Disponible em http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/181/IV INPG 2016_17_PT.pdf
- Blasco-Alonso, Marta, Ernesto González-Mesa, Milagros Gálvez Montes, Isabel Lozano Bravo, Federico Merino Galdón, Francisco Cuenca Campos *et al.* 2015. «Exposición a tabaco, alcohol y drogas de abuso en gestantes: Estudio de prevalencia en gestantes de Málaga (España)». *Adicciones* 1 (27): 99-108. DOI: <https://doi.org/10.20882/adicciones.695>
- Beck, François, Jean-Baptiste Richard, Agnès Dumas, Laurence Simmat-Durand, y Stéphanie Vandentorren. 2013. «Enquête sur la consommation de substances psychoactives des femmes enceintes». *La Santé en Action* 423, 5-7. Disponible en <https://www.santepubliquefrance.fr/docs/la-sante-en-action-jan-mars-2013-n-423-sante-sexuelle-a-quels-professionnels-s-adresser>
- Carapinha, Ludmila, Carla Ribeiro, Elsa Lavado, Mário Castro, y Cristina Ribeiro. 2015. *O Consumo de álcool na Gravidez*. Lisboa: SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. Disponible en http://www.sicad.pt/PT/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=157&lista=SICAD_ESTUDOS&bkUrl=/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluido
- Charro, Belén, María Raúl Xavier, y Renata Franco. 2019. «Embarazo y alcohol: estudio cualitativo sobre los conocimientos y actitudes de las mujeres gestantes en España, Francia y Portugal». In *Atas do 8.º Congresso Ibero-Americano em Investigação*

- Qualitativa – *Investigação Qualitativa na Saúde (CIAIQ2019)*, vol. 2., organizado por A. P. Costa, C. Oliveira, E. Synthia, J. Ribeiro, H. Presado, C. Baixinho, 669-674. Lisboa: Ludomedia. Disponible en <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2138>
- Combessie, Jean-Claude. 2007. *La méthode en sociologie*. 5.^a ed. Paris: La Découverte.
- Conover, Elisabeth, y Kenneth Jones. 2012. «Safety concerns regarding binge drinking in pregnancy: A review: Birth Defects Birth Research Part A». *Clinical and Molecular Teratology* 94: 570-575. DOI: <https://doi.org/10.1002/bdra.23034>
- Creswell, John. 2007. *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Cunha, João. 2002. *Validação da versão portuguesa dos Questionários AUDIT e Five-Shot para identificação de consumo excessivo de álcool*. Lisboa: Internato Complementar de Clínica Geral da Zona Sul.
- Department of Health 2016. «Alcohol guidelines review-Report from the Guidelines Development Group to the UK Chief Medical Officers». Disponible en https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/545739/GDG_report-Jan2016.pdf [Consultado en 13 de noviembre de 2019].
- Direção-Geral da Saúde. 2015. *Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Dumas, Agnès, Claude Lejeune, y Laurence Simmat-Durand. 2014. «Tabac, alcool et cannabis pendant la grossesse: qui sont les femmes à risque?» *Santé Publique* 26: 603-612. DOI : <https://doi.org/10.3917/spub.145.0603>
- Dupraz, Julien, Valérie Graff, Judith Barasche, Jean-François Etter, y Michel Boulvain. 2013. «Tobacco and alcohol during pregnancy: prevalence and determinants in Geneva 2008». *Swiss Medical Weekly* 143: 1-8. DOI: <https://doi.org/10.4414/smw.2013.13795>
- Elek, Elvira, Shelly Harris, Claudia Squire, Marjorie Margolis, Mary Kate Weber, Elizabeth Parra Dang, y Betsy Mitchell. 2013. «Women’s knowledge, views, and experiences regarding alcohol use and pregnancy: opportunities to improve health messages». *American Journal of Health Education* 44(4): 177-190. DOI: <https://doi.org/10.1080/19325037.2013.768906>
- Fruscione, Margaux. (2017). «Attitude vis-à-vis de la consommation d’alcool durant la grossesse: étude interculturelle menée en France». Tesis de maestría en psicología. Institut Catholique de Toulouse.
- Gaussot, Ludovic. 2004. *Modération et sobriété: Etudes sur les usages sociaux de l’alcool*. Paris: L’Harmattan.
- Hammer, Rapaël, y Inglin Sophie. 2014. «‘I don’t think it’s risky, but...’ pregnant women’s risk perceptions of maternal drinking and smoking». *Health, Risk & Society* 16 (1): 22-35. DOI: <https://doi.org/10.1080/13698575.2013.863851>
- Hoffmeister, Kristen, y Maria Raúl Xavier. 2018. «Consumo de álcool durante a gravidez – Perceção de mulheres grávidas relativamente à informação disponível (Estudo exploratório qualitativo)». In *Actas do 3.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*, 637-647. Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses. Disponible en <http://hdl.handle.net/10400.14/25683>
- Hoyme, Eugene, Wendy Kalberg, Amy Elliott, Jason Blankenship, David Buckley, Anna-Susan Marais, Melanie Manning *et al.* 2016. «Updated Clinical Guidelines for Diagnosing Fetal Alcohol Spectrum Disorders». *Pediatrics* 138 (2): 1-18. DOI: <https://doi.org/10.1542/peds.2015-4256>

- Jones, Kenneth L., y David W. Smith. 1973. «Recognition of the fetal alcohol syndrome in early infancy». *Lancet* 302 (7836): 999-1001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(73\)91092-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(73)91092-1)
- Kesmodel, Ulrik, y Schiøler Pia Kesmodel. 2002. «Drinking during pregnancy: attitudes and knowledge among pregnant Danish women, 1998». *Alcohol Clinical and Experimental Research* 26 (10): 1553-1560. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1530-0277.2002.tb02455.x>
- Lange, Shannon, Charlotte Probst, Gerrit Gmel, Jürgen Rehm, Larry Burd, y Svetlana Popova. 2017. «Global Prevalence of Fetal Alcohol Spectrum Disorder Among Children and Youth A Systematic Review and Meta-analysis». *JAMA Pediatrics* 171(10): 948-956. DOI: <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2017.1919>
- López-Pinto, Isabel. 2018. «Consumo de alcohol durante el embarazo: la perspectiva de las mujeres». Trabajo de Fin de Máster en Psicología General Sanitaria. Universidad Pontificia Comillas. Madrid.
- Lundsberg, Lisbet, Jessica L. Illuzzi, Kathleen Belanger, Elizabeth Triche, y Michael Bracken. 2015. «Low-to-moderate prenatal alcohol consumption and the risk of selected birth outcomes: A prospective cohort study». *Annals of Epidemiology* 25 (1): 46-54.e3. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annepidem.2014.10.011>
- Mendoza, Ramón, Elena Morales Marente, Soledad Palacios, Carmen Rodríguez-Reinado, Isabel Corrales-Gutiérrez, y Óscar García-Algar. 2019. «Health advice on alcohol consumption in pregnant women in Seville (Spain)». *Gaceta Sanitaria* 1 (33): 1-10. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2018.11.008>
- Meurk, Carla, Alex Broom, Jon Adams, Wayne Hall, y Jayne Lucke. 2014. «Factors influencing women's decisions to drink alcohol during pregnancy: Findings of a qualitative study with implications for health communication». *BMC Pregnancy and Childbirth* 14 (1): 2-9. DOI: <https://doi.org/10.1186/1471-2393-14-246>
- Míguez, Hugo, Raquel Magri, y Mónica Suárez. 2009. «Consumo de tabaco y bebidas alcohólicas durante el embarazo». *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina* 55(2): 76-83.
- Minayo, María C. de S. 2009. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad. 2014. *Guía de práctica clínica de atención en el embarazo y puerperio*. Andalucía: Agencia de Evaluación de Tecnologías Sanitarias de Andalucía (AETSA). Disponible en <https://portal.guiasalud.es/gpc/embarazo-puerperio>
- Morse, Janice. 1994. *Designing Funded Qualitative Research*. London: Sage.
- Observatorio Español de las Drogas y Adicciones. 2018. *XII Encuesta sobre Alcohol y otras Drogas en España (EDADES) 2017-2018*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Consumo y Bienestar Social. Disponible en https://pnsd.sanidad.gob.es/profesionales/sistema-sInformacion/sistemaInformacion/pdf/EDADES_2017_Informe.pdf
- Patton, Michale Quin. 1999. «Enhancing the quality and credibility of qualitative analysis». *Health Services Research* 34 (5 Part 2): 1189-1208. Disponible en <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1089059>
- Popova, Svetlana, Shannon Lange, Larry Burd, y Jürgen Rehm. 2016. «The Economic Burden of Fetal Alcohol Spectrum Disorder in Canada in 2013». *Alcohol and Alcoholism* 51 (3): 367-375. DOI: <https://doi.org/10.1093/alcalc/aggv117>
- Popova, Svetlana, Shannon Lange, Charlotte Probst, Gerrit Gmel, y Jürgen Rehm. 2017. «Estimation of national, regional, and global prevalence of alcohol use during pregnancy and fetal alcohol syndrome: a systematic review and meta-analysis». *Lancet Glob Health* 5(3): 290-299. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(17\)30021-9](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(17)30021-9)

- Ritchie, Jane, y Jane Lewis. 2003. *Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers*. London: Sage.
- Rubio Valladolid, Vicedo Bermejo, Sanchez Serrano Caballero, y Carrasco Santo Domingo. 1998. «Validación de la prueba para la identificación de trastornos por uso de alcohol (AUDIT) en Atención Primaria». *Revista Clínica Española* 198: 11-14.
- Ruiz Olabuénaga, Jose Ignacio. 2008. *Metodología de la investigación cualitativa*. 4.^a ed. Bilbao: Ediciones de la Universidad de Deusto.
- Saunders, John, Olaf G. Aasland, Thomas F. Babor, Juan R. de la Fuente, Marcus Grant. 1993. «Development of the alcohol use disorders identification test (AUDIT): WHO Collaborative Project on Early Detection of Persons with Harmful Alcohol Consumption-II». *Addiction* 88 (6): 791-804. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1360-0443.1993.tb02093.x>
- Skagerstrøm, Jana, Grace Chang, y Per Nilsen. 2011. «Predictors of drinking during pregnancy: a systematic review». *Journal of Women's Health* 20(6): 901-913. DOI: <https://doi.org/10.1089/jwh.2010.2216>
- Strauss, Anselm, y Juliet Corbin. 1994. «Grounded theory methodology: An overview». In *Handbook of qualitative research*, editado por Norman K. Denzin y Yvona S. Lincoln, 273-285. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Tough, Suzanne, Karen Tofflemire, Margaret Clarke, y Christine Newburn-Cook. 2006. «Do women change their drinking behaviors while trying to conceive? An opportunity for preconception counseling». *Clinical Medicine and Research* 4(2): 97-105. DOI: <https://doi.org/10.3121/cmr.4.2.97>
- Toutain, Stéphanie. 2010. «What women in France say about alcohol abstinence during pregnancy»? *Drug and Alcohol Review* 29: 184-188.
- Toutain, Stéphanie. 2017. «Concilier 'Zéro alcool pendant la grossesse' et alcoolisation ponctuelle importante des premières semaines. Une enquête qualitative sur des forums de discussion». *Bulletin Épidémiologique Hebdomadaire* 11: 207-212. Disponible en http://beh.santepubliquefrance.fr/beh/2017/11/2017_11_2.html
- van der Wulp, Nickie, Cisca Hoving, y Hein de Vries. 2015. «Partner's Influences and Other Correlates of Prenatal Alcohol Use». *Maternal and Child Health Journal* 19: 908-916. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10995-014-1592-y>
- WHO – World Health Organization. 2014. *Guidelines for the identification and management of substance use and substance use disorders in pregnancy*. Genève: WHO. Disponible en <https://apps.who.int/iris/handle/10665/107130>
- WHO – World Health Organization. 2016. *Prevention of harm caused by alcohol exposure in pregnancy. Rapid review and case studies from Member States*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. Disponible en <https://apps.who.int/iris/handle/10665/329491>
- WHO – World Health Organization. 2018. *Global status report on alcohol and health 2018*. Genève: WHO. Disponible en <https://apps.who.int/iris/handle/10665/274603>
- WHO – World Health Organization. 2019. *Status report on alcohol consumption, harm and policy responses in 30 European countries 2019*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. Disponible en <http://www.euro.who.int/en/health-topics/disease-prevention/alcohol-use/publications/2019/status-report-on-alcohol-consumption,-harm-and-policy-responses-in-30-european-countries-2019>
- Xavier, Maria Raúl, Bárbaro Claro, Carla Martins, y Pedro Dias. 2019. «Alcohol use during pregnancy – a Portuguese study». *8th International Conference on Fetal Alcohol Spectrum Disorder Syllabus Book*, 34. Vancouver, The University of British Columbia, 6-9 de marzo de 2019. Disponible en https://www.fasportalen.se/Portals/0/FASD2019_Syllabus.pdf

Renata Franco. Doctora en Evaluación Psicológica por la Universidad São Francisco (USF). Es profesora del postgrado en Psicología Clínica del Institut Catholique de Toulouse (Francia) e investigadora del Laboratorio Ethique, Philosophie, Sciences et Société (TR3) de esa misma universidad. Participa en el área académica, investigando e impartiendo cursos dentro del área de la Psicología Clínica, la Técnicas Proyectivas, Evaluación de la personalidad y Drogodependencias.
Endereço Eletrónico: fran_re@yahoo.com.br

Belén Charro. Doctora en Psicología, profesora Propia Agregada en la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Pontificia Comillas de las asignaturas Evaluación Psicológica y Psicología de las Adicciones. Es Directora del Máster en Psicología General Sanitaria de esa universidad. Ha participado y dirigido diversos proyectos de investigación relacionados con el consumo de drogas y alcohol.
Endereço Eletrónico: bcharro@comillas.edu

Maria Raul Xavier. Profesora Auxiliar de la Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP). Licenciada en Psicología y doctora en Ciencias Biomédicas pela Univ. do Porto. Es investigadora en el Centre for Studies in Human Development (CEDH), Universidade Católica Portuguesa. Su campo de investigación se centra en el embarazo, maternidad y primeros años de los niños, así como en el consumo de alcohol.
Endereço Eletrónico: mxavier@porto.ucp.pt

Artículo recibido el 2 de febrero y aceptado para su publicación el 4 de junio de 2020.

Estudos e Ensaaios

LA MISOGINIA POPULAR COMO CONTRAMOVIMIENTO: ESTUDIO DE LA RESEMIOTIZACIÓN Y LOS DISCURSOS MANIPULATIVOS COMO DESAFÍOS CONTRA EL FEMINISMO

Sonia Núñez Puente* y Diana Fernández Romero**

Resumen

El objetivo en este artículo es indagar en los procesos de construcción del discurso sobre el feminismo en España que articula la misógina popular. El análisis de tres casos de estudio nos permitirá revelar las estrategias discursivas que hacen posible el tránsito de un discurso multimodal a otro, así como la trasposición de significados adscritos al feminismo como movimiento social. La resemiotización, las categorías analíticas asociadas a los discursos manipulativos, el discurso especular y los conceptos de visibilidad y espectacularización constituyen las dimensiones metodológicas con las que abordamos la narración del feminismo que construye la misoginia popular. Finalmente, la discusión de los tres casos de estudio propuestos desvela un modelo específico de contramovimiento, asentado en marcos de producción de sentido vinculados a conceptos como la «ideología de género» o la «feminazi», que la misoginia popular ha opuesto al feminismo como movimiento crítico y a las demandas políticas ligadas a él.

Palabras clave: misoginia popular, resemiotización, manipulación, contramovimiento, «ideología de género», «feminazi»

Resumo

Misoginia popular como contramovimento: estudo da ressemiotização e dos discursos manipulativos como desafios contra o feminismo

O objetivo deste artigo é investigar os processos de construção do discurso sobre o feminismo que articula a misoginia popular, em Espanha. A análise de três estudos de caso permite revelar as estratégias discursivas que tornam possível o trânsito de um discurso multimodal para outro, bem como a transposição de significados atribuídos ao feminismo enquanto movimento social. A ressemiotização, as categorias analíticas associadas aos discursos manipulativos, o discurso especular e os conceitos de visibilidade e espetacularização constituem as dimensões metodológicas com as quais é abordada a narrativa do feminismo que constrói a misoginia popular. Finalmente, a discussão dos três estudos de caso propostos revela um modelo específico de contramovimento, baseado em quadros de produção de sentido vinculados a conceitos como «ideologia de género» ou «feminazi», que a misoginia popular opôs ao feminismo enquanto movimento crítico e às suas reivindicações políticas.

* Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad Rey Juan Carlos, Madrid, España.
Dirección postal: Facultad de Ciencias de la Comunicación, Campus de Fuenlabrada, Despacho 118, Edificio Departamental I, 28943 Fuenlabrada (Madrid), España.

Correo electrónico: sonia.puente@urjc.es
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7246-5072>

** Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad Rey Juan Carlos, Madrid, España.
Correo electrónico: diana.fernandez.romero@urjc.es
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2692-4474>

Palavras-chave: misoginia popular, ressemiotização, manipulação, contramovimento, «ideología de género», «feminazi»

Abstract

Popular Misogyny as a Countermovement: A Study of Resemiotization and Manipulative Discourses as Challenges Against Feminism

The goal of the article is to investigate the processes of the construction of discourses on feminism in Spain articulated through popular misogyny. The analysis of three case studies will allow us to reveal the discursive strategies that make possible the movement from one multimodal discourse to another, as well as the transposition of meanings attached to feminism as a social movement. Resemiotization, the analytical categories associated with manipulative discourses, specular discourse and the concepts of visibility and spectacularization constitute the methodological dimensions with which we approach the narrative of feminism constructed through popular misogyny. Finally, the discussion of the three proposed case studies reveals a specific model of countermovement based on frameworks of production of meaning linked to concepts such as «gender ideology» or the «feminazi», which popular misogyny has opposed to feminism as a critical movement as well as to the political demands linked to it.

Keywords: popular misogyny, ressemiotization, manipulation, countermovement, «gender ideology», «feminazi»

Introducción

El 8 de marzo de 2019 el partido populista de ultraderecha Vox publica en su cuenta de Twitter¹ un vídeo en el que se recoge la protesta de un grupo de mujeres feministas en la puerta de su sede. El vídeo se da a conocer con el título de «Feminazis visitan Vox» y lo acompaña el siguiente texto: «Gracias por vuestra loca visita, nos lo hemos pasado muy bien.»² Con el titular «La musa de Vox contra las ‘feminazis’» el diario *El Mundo* publica una entrevista de perfil a Rocío Monasterio, diputada de Vox en la Asamblea de Madrid, acompañada de una imagen de Monasterio reinterpretando el cartel de «Rosie, la remachadora»³ (Negre 2019). En febrero de 2018, la asociación ultracatólica Hazte Oír hizo circular en Madrid un

¹ <https://twitter.com/vox_es/status/1104012430575845377>.

² Ver canal de Youtube de Vox, em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZNsFc5Ne9CQ>>.

³ El icono de Rosie, la Remachadora, *Rosie the Riveter* en el inglés original, responde al propósito de representar a las mujeres que trabajaban en las fábricas estadounidenses en el contexto de la Segunda Guerra Mundial. Su idea era reforzar su contribución en las fábricas de armamentos y suministros. La imagen que más se popularizó de este icono fue la encargada por la compañía Westinhouse Electric al creativo J. Howard Miller, en 1943, en la que aparece la imagen de una mujer ataviada con un mono azul, un pañuelo rojo con lunares blancos en la cabeza y un brazo doblado terminado en puño y mostrando músculo junto al lema «*We can do it!*». Esa semiotización original se ha ressemiotizado en numerosas ocasiones tanto por el feminismo como por parte de la cultura pop o en la política, como en la campaña de presidencial de EE.UU. de 2008 por parte de Obama a través del lema «*Yes, we can*».

autobús en cuyo lateral aparecía la frase «No es violencia de género, es violencia doméstica» junto a una imagen de Hitler con el hashtag #StopFeminazis (Europa Press 2019). Estas tres narraciones multimodales dan cuenta de los mecanismos de construcción discursiva de la misoginia popular como contramovimiento focalizado en el desafío de las demandas sociales, legislativas y políticas del movimiento feminista. Precisamente en el momento en que el feminismo como discurso crítico se ha enmarcado con notable éxito en la esfera pública, emerge con fuerza un contradiscurso que, de modo especular, se apropia de los recursos retóricos del movimiento feminista (Gill 2017; Kuhar y Paternotte 2017; Gill y Orgad 2018; Rotenberg 2018).

El artículo parte de tres estudios de caso con el objetivo de analizar cómo se narra la misoginia popular en distintos discursos multimodales y cómo esta adquiere diferentes significados cuando la producción de sentido transita de un modo a otro y de un contexto a otro. La observación de los procesos de resemiotización de los discursos multimodales que constituyen nuestros casos de estudio nos servirá para discutir críticamente los diferentes significados asociados a las prácticas sociales que conforman la narración articulada por la misoginia popular. Finalmente nos ocuparemos de los recursos discursivos manipulativos usados para enmarcar los significados, de la «ideología de género» a la «feminazi», que se construyen resemiotizándose a partir de la ironía, la apropiación o la confrontación en función del contexto de la narración.

1. Misoginia popular e «ideología de género»

El impacto y las diferentes manifestaciones de reacción ante el auge del feminismo ha sido objeto de la literatura crítica feminista que se ha centrado particularmente en el auge de un movimiento de oposición al que se ha denominado misoginia popular (Banet-Weiser 2017, 2018). La presencia de la misoginia popular no puede entenderse sin el feminismo popular, o *popular feminism*, que de alguna manera define su circulación y estrategias discursivas (Banet-Weiser, Gill, y Rotenberg 2019). Es precisamente el término popular lo que ha sido discutido críticamente en relación tanto a la misoginia como al feminismo. Según Banet-Weiser (2017), el feminismo popular se caracteriza por una fetichización y commodificación del movimiento feminista en favor de una estrategia de confrontación. Lo «popular», en la misoginia popular, significa una aproximación frontal a las posturas antifeministas atribuyéndose una dimensión ética y de justicia social frente a las políticas feministas a las que consideran responsables de una estigmatización de los «derechos de los hombres». La retórica de la libertad de decir lo que uno quiera se lleva al extremo, ocupando un espacio antes incorporado al paradigma hegemónico del discurso misógino. La apropiación de la valentía para decir las cosas claras se observa en las manifestaciones del partido de ultraderecha Vox,

que se refiere a la dictadura de lo políticamente correcto a la que contraponen su posición ideológica frente a los reparos discursivos de lo que llaman «la derecha cobarde» (Espartero 2019; Sanz 2019). De este modo, el relato de la misoginia popular se configura y circula en la economía de la visibilidad, esto es, en un contexto mediado que capitaliza la posibilidad de ser visto como la única forma de visibilidad (Núñez Puente y Fernández Romero 2018). El feminismo popular y la misoginia popular comparten el énfasis en la visibilidad, lo que contribuye a un proceso de especularización, o efecto de espejo deformante (Banet-Weiser 2018), en el que cada demanda del discurso feminista obtiene una respuesta de otra demanda articulada en el discurso de la misoginia popular. Es, por tanto, necesario repensar los modos en los que las narraciones de los discursos del feminismo popular y de la misoginia popular se construyen, enmarcan y circulan para indagar en las formas en las que la misoginia popular ha cooptado y transformado las propuestas del feminismo en un relato radicado en la retórica de la confrontación y la victimización.

En estos procesos de cooptación y transformación, se articula, a su vez, el concepto de «ideología de género» cuya discusión crítica contribuirá a determinar el alcance de la misoginia popular en el debate público. El surgimiento de una movilización contra las demandas del movimiento feminista se sitúa en el contexto de los avances en políticas de igualdad logrados en las Conferencias de Naciones Unidas de comienzos de los años 1990. El término «ideología de género» aparece en 2001 en un discurso del Papa Juan Pablo II (Corredor 2019, 614), refrendado por Alzamora Revoredo en el texto «Ideología de Género: sus peligros y alcances», que sustenta la «ideología de género» en «la urgencia de deconstruir los roles socialmente construidos del hombre y de la mujer» (2004, 593). La «ideología de género» se ha definido como una estrategia retórica orientada a refutar las demandas del movimiento feminista al tiempo que pretende esencializar y deslegitimar la teoría de género mediante la cancelación de las políticas de igualdad (Corredor 2019, 616). En este sentido, Corredor indaga en la construcción de los marcos de sentido de la «ideología de género» como un contramovimiento epistemológico y político contra las políticas y conceptualizaciones sobre el género, el sexo y la sexualidad (2019, 617). Conviene tener en cuenta que enmarcar la «ideología de género» como contramovimiento permite dar cuenta de las razones tanto de la reacción antifeminista como de su circulación global (2019, 617). Si los movimientos sociales surgen para cambiar un determinado paradigma hegemónico mediante el cambio en la estructura de poderes, los contramovimientos, tal como advierte Corredor (2019, 617-618), emergen en el preciso momento en que los movimientos sociales capitalizan el éxito de sus demandas políticas en determinados asuntos (Mottl 1980, 620). Ello explicaría el auge de las propuestas de los partidos de ultraderecha en España precisamente cuando, tras la aprobación de la Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género, el Congreso de los Diputados aprueba en diciem-

bre de 2017 un Pacto de Estado contra la Violencia de Género, al tiempo que se presentan diferentes propuestas legislativas en defensa de los derechos LGBTQ+ (González, 2019).

Los discursos contrarios a las políticas de género se sirven, fundamentalmente, de la retórica de la «ideología de género» como contraestrategia para neutralizar al feminismo y al movimiento LGBTQ+, capitalizando así ontológicamente el concepto de género. Indagar en la interacción entre los movimientos y los contramovimientos propiciaría un mejor abordaje de las condiciones en las que estos últimos surgen y cómo su génesis puede responder a contextos de inestabilidad sociopolítica en los que determinados grupos sociales contemplan como una amenaza los avances de determinados movimientos sociales (Mottl 1980, 632). En este sentido, la literatura científica feminista se ha ocupado de examinar los modos en los que el discurso de contramovimientos como el de la misoginia popular ha fagocitado la estructura de la argumentación del discurso feminista al sugerir que son los hombres, y no las mujeres, las víctimas en la sociedad actual (Núñez Puente y Gámez Fuentes 2017; Boyle y Chamil Rathnayake 2019; Gökariksel, Neubert, y Smith 2019). Así, y una vez alcanzada la igualdad formal, el movimiento feminista habría contribuido a conformar un régimen de género en el que las mujeres demandan no la igualdad, sino propuestas totalitarias orientadas al control totalitario de los mecanismos sociopolíticos, y simbólicos, del poder (García-Favaro, y Gill 2016, 377). La «ideología de género» constituiría a este respecto el marco común a partir del que los partidos y asociaciones de ultraderecha conforman lo que se ha dado en llamar un discurso espejo que ha encontrado arraigo globalmente tanto en un determinado sistema de valores como en las estrategias políticas que los conforman (Graff, Kapur, y Walters 2019, 541).

2. Resemiotización: construcción del significado a través del contexto

Los procesos de resemitización se pueden entender atendiendo a las posibilidades que ofrecen para construir diferentes discursos multimodales que cambian los significados producidos mediante un paradigma de circulación de un contexto a otro (Iedema 2001, 2003). Ello hace necesario considerar previamente la producción de discursos multimodales que suponen una transformación de sus efectos de sentido favorecida por la propia lógica de los diferentes planos semióticos en los que se articulan los discursos multimodales. La teoría de la multimodalidad permite reflexionar acerca de cómo se produce la comunicación y la interacción a través no solo un modo semiótico, sino mediante la combinación de dos o más modos. Esto incluye no solo la mirada y otras formas visuales sino también la gestualidad, la música y el sonido que, simultáneamente y en diferentes grados, construyen el significado de un discurso multimodal. Ello sin obviar que la propia interacción entre los modos es en sí misma una manera de producir sentido.

El modo ha sido definido por Kress como un recurso socialmente modulado y dado culturalmente que produce significado (2009, 54). Así, los modos son las partes más pequeñas en las que se articula la producción de sentido a la que a su vez dan forma. La multimodalidad proporciona un marco a partir del que podemos desvelar los significados culturales que se adscriben a un determinado discurso, pudiendo, de esta manera, abordar los significados implícitos y las prácticas sociales vinculadas a él. Es precisamente la interacción semiótica entre los diferentes modos la que define la articulación de marcos que dan forma a los significados que configuran un discurso multimodal (Kress 2010; Kress y van Leeuwen 2006).

Los distintos modos y recursos semióticos enmarcan los significados asociados a una narración modificándose estos a través de la resemiotización. Estas modificaciones y significados incorporados mediante los modos semióticos, y enmarcados en un discurso multimodal, son especialmente relevantes en el caso de los discursos elaborados por los movimientos sociales (Cárdenas Neira 2014). Nuestro análisis explorará cómo los discursos del feminismo son enmarcados en un proceso de resemiotización por parte del discurso de la misoginia popular añadiendo modos semióticos y nuevas producciones de sentido en cada contexto hasta llegar a elaborar un discurso antagónico al de las demandas del feminismo. Según Iedema, que parte del concepto de intersemiotividad de Jakobson, la resemiotización comprende un proceso de traducción entre diferentes planos semióticos y sus respectivas materialidades (Iedema 2001, 24). Durante el proceso de resemiotización un determinado discurso, generado y enmarcado en un contexto, se transforma en otro discurso, generado y enmarcado a su vez en otro contexto. La resemiotización en su dimensión de modificación de los marcos y la producción de sentido puede contribuir a que un discurso multimodal se aparte de la interacción social que lo originó (2001, 24-25). Iedema acude al concepto de construcción social de Mehan para explicar los modos en los que las prácticas sociales se modifican de un contexto a otro, produciendo significados que se separan de la interacción social que las han creado (Iedema, 2001, 25). El concepto de «delegación» de Latour le sirve a Iedema para analizar la intersemiosis que fluctúa en el desplazamiento que se lleva a cabo desde un acto de habla a una práctica social (2001, 25). En nuestro caso, la «delegación» contribuye a ahondar en los procesos que hacen posible el desplazamiento, con el consiguiente cambio de significado, del discurso del feminismo a cómo este es enmarcado por el discurso de la misoginia popular. Así indagaremos en cómo los significados se modifican a través de los modos semióticos gracias a la resemiotización y cómo se producen desplazamientos e, incluso, la separación del sentido original del discurso. Ello contribuirá a reflexionar sobre cómo la inteligibilidad de los discursos no depende tanto de sus propias condiciones de veracidad, sino de las condiciones de su construcción (Kofman 2018).

3. Discurso y manipulación: estrategias discursivas para ejercer el control

En su estudio sobre la manipulación, van Dijk (2006) la define como una práctica comunicativa e interaccional en la cual el manipulador ejerce control sobre otras personas, generalmente en contra de su voluntad o de sus intereses. El autor distingue tres dimensiones de la manipulación. Por un lado, la social, que implica abuso de poder por élites simbólicas que tienen acceso preferencial al discurso público y manipulan a grupos de personas a favor de sus propios intereses y en contra del interés de las víctimas. Por otro lado, la dimensión cognitiva, que explica cómo el procesamiento del discurso y la formación de modelos mentales y representaciones sociales son controlados por el discurso manipulativo. Por último, la dimensión discursiva, que hace referencia a las propiedades del discurso que se utilizan para manipular las mentes de los receptores.

Según van Dijk, la manipulación implica dominación, ejercicio de influencia ilegítima por medio del discurso. Muchas de las formas contemporáneas de manipulación comunicativa son multimodales. En ellas, a los receptores se les asigna un papel pasivo, son víctimas de la manipulación, entendida como un fenómeno discursivo-semiótico. Van Dijk detecta que, para estar en condiciones de manipular a muchos otros a través del texto oral o escrito, es preciso tener acceso a alguna forma de discurso público: «la manipulación es una de las prácticas discursivas de los grupos dominantes dirigidas hacia la reproducción de su poder» (2006).

De acuerdo con van Dijk, el significado manipulativo (o evaluación crítica) del texto oral o escrito depende de los modelos contextuales de los receptores, incluyendo sus modelos de los hablantes o escritores y las intenciones que se les atribuye. «El discurso se define como manipulativo, en primer lugar, en términos de los modelos contextuales de los participantes» (2006) Esta característica del discurso manipulador es esencial para nuestro análisis, dado que, como indica van Dijk, se define en función de las categorías vinculadas al contexto; y es en estos cambios de contexto cuando se produce la resemiotización.

Las estrategias discursivas para ejercer la dominación pasan, según el autor, por enfatizar la posición propia, el poder, la autoridad o la superioridad moral del hablante o de sus fuentes y la posición inferior y la falta de conocimiento de los receptores. Asimismo, es posible enfocar las creencias que el manipulador quiere que el receptor acepte como conocimiento, así como los argumentos y pruebas que hacen que esas creencias sean más aceptables. Otras de las estrategias se basan en la desacreditación de las fuentes o las creencias alternativas (disidentes); o en la apelación a las ideologías, las actitudes y las emociones relevantes de los receptores.

Algunas de las categorías que establece van Dijk para analizar los discursos manipulativos nos van a resultar útiles en nuestra indagación en tres casos de estudio sobre las estrategias de construcción discursiva de la misoginia popular como contramovimiento. Estas son las siguientes:

- Generalización. Consiste en utilizar un ejemplo concreto específico que ha impactado en los modelos mentales de la gente para generalizarlo a conocimiento y actitudes o, incluso, a ideologías fundamentales.
- Polarización. Se construye entre el Nosotros (buenos e inocentes) y Ellos (malos y culpables).
- Autopresentación positiva, por superioridad moral y enfatizando el propio poder; presentación negativa de los otros, descrédito al oponente, dando detalles de los «hechos».
- Macroactos de habla que implican Nuestras «buenas» obras y sus «malos» actos, por ejemplo, acusación, defensa.
- Actos de habla locales que implementan y apoyan los globales, esto es, afirmaciones que prueban las acusaciones.
- Reiteración del mensaje y explotación de sucesos relacionados.
- Conocimiento parcial, mal dirigido o prejuiciado frente al conocimiento generalmente relevante y potencialmente crítico.
- Apelación a las emociones mediante palabras emotivas especiales o el uso de la retórica dramática (hipérboles), de creencias apasionadas.
- Culpar a la víctima. Es una de las formas en las que el grupo dominante discursivamente influencia los modelos mentales de los receptores, por ejemplo, mediante la reatribución de la responsabilidad de las acciones a favor de sus propios intereses.
- Uso de figuras retóricas: hipérboles vs. eufemismos para significados positivos/negativos; metonimias y metáforas que enfatizan nuestras/sus propiedades positivas/negativas.

A estas categorías podríamos sumar otras sobre las que también nos interesa reflexionar en los casos de estudio propuestos, como son:

- La lexicalización: entendida como la incorporación de un significado de origen figurado o metafórico al léxico general de una lengua.
- Uso del humor, la ironía, la sátira. En su estudio sobre el discurso racista, Pérez (2013) analiza cómo los cómicos logran hacerlo aceptable utilizando ciertas estrategias que rodean las constricciones del discurso racial público. Tanto el humor como la ironía, indica Pérez, permiten reducir la responsabilidad personal sobre el discurso, creando distancia entre el autor y lo que dice. Esto se logra a través de la metáfora de la línea roja entre lo que es agradable y ofensivo; la autorrepresentación positiva y la representación negativa de los «Otros» o la creación de distancia y la denegación del discurso racista en abierto.
- Dinámica de la apropiación-cooptación que resulta en una inversión del discurso. Esto permite construir una narración especular para ensalzar los logros propios y anular/eliminar los del oponente.

- Distribución y circulación masiva de los discursos y sus consecuencias. Esta circulación permite, en ocasiones, la apropiación de categorías ajenas y favorece la visibilidad y popularización del discurso propio.

4. Casos de estudio

En las líneas que siguen, nos detendremos en el análisis de tres casos de estudio que corresponden a tres narraciones multimodales para investigar cómo se articulan en ellos los mecanismos de construcción discursiva de la misoginia popular como contramovimiento.

4.1. Ironía y misoginia: cuando las «feminazis» visitan Vox

El partido ultraderechista Vox publicó un vídeo en sus redes sociales en el que tildaba de «feminazis» y ridículas a un grupo de mujeres que acudieron a su sede a protestar el 8 de marzo de 2019. La pieza comienza con el rótulo «Así visitan las feminazis la sede de VOX...» al que acompañan algunas imágenes de las activistas frente a la sede del partido coreando consignas contra el machismo. A continuación, se introduce música de fondo de la serie cómica *El Show de Benny Hill* y se aceleran los fotogramas en los que las activistas juegan con la colocación de un cartel en el que quitan y ponen la letra «x» entre la «o» y la «l» de la palabra «bolleras». También se las escucha corear «España mañana será lesbiana» a la par que colocan banderas republicanas encima de las imágenes de la bandera *roji-*

Figura 1.

Tuit «Gracias por vuestra loca visita»

Fuente: Cuenta de Twitter de Vox



gualda. Un rótulo en el que se contraponen el trabajo por España que realiza el partido a la innecesaria, y ridícula, protesta del grupo de feministas sirve de final del vídeo: «Mientras que vosotros hacéis el ridículo nosotros seguimos trabajando por España.» Vox abre su publicación de Twitter con la irónica frase «Gracias por vuestra loca visita, nos lo hemos pasado muy bien» acompañada de un emoji guiñando el ojo y sacando la lengua. Para la publicación del vídeo se usaron los hashtags del 8M #HuelgaFeminista2019, #InternationalWomensDay, #8Marzo y #FelizDiaDe-LaMujer junto a una imagen que da acceso al vídeo.

Tanto el texto como el vídeo que Vox sube a Twitter constituyen un discurso multimodal orientado no solo a ignorar las demandas de las feministas en la jornada del 8M, sino también a reforzar un proceso de inversión en el que sirviéndose de recursos retóricos como la ironía se deslegitima discursivamente el movimiento feminista (Malmqvist 2015). En este caso, el recurso al humor y a la ironía sirven al partido ultraderechista para reducir su responsabilidad con respecto al discurso en el que se acusa de «feminazis» y ridículas a quienes participan de la protesta. Vox se separa de las denuncias y las banaliza utilizando la sátira por medio de la música y la aceleración de las imágenes que conectan con sistemas de sentido asociados a la parodia más vulgar.

Figura 2.

«Así visitan las feminazis la sede de VOX... #8M»

Fuente: Canal de YouTube de Vox



Siguiendo a Pérez (2013), el humor trata de convertir en no ofensivas ciertas calumnias que en otro contexto hubieran resultado graves. Sin embargo, la ironía y la sátira conducen a una interpretación jocosa y hasta divertida que desplaza el contexto y resemiotiza una protesta indignada en una «loca visita». La autorrepresentación positiva en un relato polarizado eclosiona en este marco sobre todo a través de la frase en la que Vox se asigna la cualidad de partido que trabaja por España. Así se postula frente a la representación negativa de «los Otros», «las feminazis» que protagonizan la «ridícula» protesta inferida como inútil a la par que cómica.

Vox incide en que la «loca visita» les ha permitido pasarlo «muy bien», llegar a disfrutar. De este modo, junto con la apropiación de las etiquetas de la protesta del 8 de marzo, son capaces de acrecentar la distancia y denegar un explícito discurso machista en la esfera pública. El discurso multimodal generaliza deslegitimando y descalificando un discurso de protesta y elevando a la categoría de conocimiento e ideología fundamental el de aquéllos que trabajan por España mientras otras pierden el tiempo. La dinámica apropiación-cooptación ensalza por tanto los logros propios y anula/elimina los del oponente en una narración especular que devuelve a las activistas una imagen excéntrica y trastornada de sus acciones.

La distribución y circulación masiva de estos discursos a través de las redes sociales favorece que el discurso sea visible. Vox consigue así popularizar el mensaje que traza el imaginario de partido serio pero capaz de burlarse de quienes invierten su tiempo en intervenciones divertidas por perturbadas. El tránsito, y desplazamiento posterior, de la producción de significado de un discurso multimodal, la protesta feminista frente a la sede de Vox, a otro, el discurso multimodal que Vox articula de manera especularizante, muestran cómo la misógina popular se sirve de la resemiotización para construir su propia narración sobre el feminismo y sus demandas políticas.

4.2. De Rosie, la Remachadora a la misoginia popular

El 6 de enero de 2019, el periódico *El Mundo* (Negre 2019) publicó una entrevista con la líder por Madrid del partido ultraderechista Vox, Rocío Monasterio. Bajo el titular «Rocío Monasterio: La musa de Vox contra las ‘feminazis’», la aban-

Figura 3.

La diputada de Vox en la asamblea de Madrid, Rocío Monasterio, imita la pose de «Rosie, la Remachadora».

Fuente: *El Mundo*, 6 de enero de 2019.



derada de la lucha contra el «negocio de la ideología de género» posaba en una fotografía a gran tamaño ataviada como Rosie, la Remachadora a iniciativa del diario. En la respuesta a las cuestiones, la líder política recurre a estrategias discursivas que ahondan en las que utiliza su partido y que implican una clara tendencia a la manipulación. Con esta entrevista, la líder contribuye a la distribución masiva del discurso de Vox frente a la «ideología de género» apropiándose de categorías ajenas, como lo es un icono tan representativo del feminismo, y favoreciendo su visibilidad con un relato populista claramente polarizado.

Uno de los mecanismos manipulativos que detecta van Dijk y que emplea Rocío Monasterio como portavoz de la ideología de su partido es la generalización. Su defensa a ultranza de una *ley de violencia intrafamiliar*, frente a la Ley Integral contra la violencia de género, para proteger «tanto a las mujeres como a niños o señores mayores» es la máxima que la líder pretende generalizar durante toda la entrevista a modo de conocimiento e ideología fundamental para impactar en los modelos mentales de la sociedad. Como adalid de esta ideología, Monasterio polariza la narrativa entre su figura como Rosie «la (auténtica) feminista», actante que entra en litigio en el discurso contra «Ellas», representantes del «feminismo supremacista que impone el discurso de la ideología de género». En su afán por ahondar en la autopresentación positiva, la política se dota de superioridad moral y enfatiza su poder a través de la utilización de referentes como Concepción Arenal (colgada de un cuadro en su despacho) y se declara feminista desde que tiene «uso de razón». «Ellas», «las Otras», son desacreditadas y acusadas de «amordazarnos con su burka ideológico».

Con apoyo del periodista, que dibuja desde el inicio a una líder poderosa pero amenazada y escracheada en redes y en las manifestaciones del 8 de marzo por defender sus ideas, Monasterio ensalza sus «buenas» obras y las de su partido en la defensa de «los niños» o «los señores mayores» «que también pueden ser víctimas». Los «malos» actos se atribuyen en el relato a quienes quieren imponer «la dictadura del feminismo». Esta acusación se prueba y se eleva a categoría de «global» por medio de ejemplos reiterados y de contundentes afirmaciones que tratan de combatir «ese hembrismo que ahora critica a los jueces porque quiere entrar en la Justicia para captar más subvenciones». De este modo, se conduce a los lectores a adquirir un conocimiento parcial y prejuiciado en un discurso polarizado, insistiendo en el argumentario de que es necesario «fiscalizar» las ayudas a los colectivos feministas «que se han montado chiringuitos que hace que el dinero no llegue a quien necesite».

Rocío Monasterio culpa así a la víctima, acusando a ciertos grupos de mujeres maltratadas de velar por sus intereses frente al resto. Y coopta y se apropia de su lugar, invirtiendo el discurso y construyendo una narración especular que ubica a las «víctimas masculinas» como las verdaderas damnificadas de un sistema injusto que no vela por ellas, que las margina. Para ello, recurre a la apelación a las emociones y a las creencias apasionadas mostrando su indignación ante

lo que considera una injusticia. La retórica dramática se inscribe en declaraciones que exigen la derogación de una norma «que no respeta la presunción de inocencia»: «no puede ser que la ley trate distinto a los españoles según su sexo, va en contra de la Constitución». De este modo, se anulan y se invisibilizan los logros del «oponente», como son la defensa y aprobación en su momento de una ley integral o las reiteradas cuestiones de inconstitucionalidad que el Tribunal Constitucional siempre ha fallado en contra.

A pesar de lo polarizado de su discurso, Monasterio se desmarca de la lexicalización de la que hace gala su partido declarando que a esas «Otras» no le gusta tildarlas de «feminazis» «para no mezclarlo con el nazismo». Sin embargo, como dijimos, no tiene reparos en hablar de la «dictadura del feminismo» o del «burka ideológico» a modo de hipérbolos para ensalzar la mordaza de ese otro feminismo al que alía con un Estado que en su opinión trata a las mujeres «como débiles». Enfundada en su camisa azul y con el pañuelo rojo, satiriza e ironiza con ese icono para representar a las mujeres que logran las cosas «por méritos propios» frente a aquellas a las que se lo dan hecho. Colocada al inicio de la pieza junto al contundente titular, imagen y texto ahondan en la idea de que defender que la violencia no tiene género no implica ser machista: «Si fuera Vox machista yo no estaría aquí ni muchas mujeres que nos apoyan porque no quieren sentirse humilladas con políticas de cuotas o que nos lleven a una tele por ser una mujer.»

Por medio de estos mecanismos, su discurso logra resemiotizar varios símbolos feministas. Rosie, la Remachadora se desprende de sus sistemas de sentido y se adscribe a un *feminismo* que hace justicia con todas las víctimas: mujeres, niños, hombres, mayores. Igualmente, la violencia que afecta a todos los estratos se desprende de su carácter «de género» y con ello deslegitima una ley que nace con la base de una discriminación positiva y que se desdibuja en una justicia igual para los sexos.

4.3. *Feminazis y violencia de género*

La asociación ultraconservadora Hazte Oír fletó un autobús en febrero y marzo de 2019 contra el «feminismo radical» con el fin de solicitar explícitamente a los líderes de los partidos conservadores PP, Ciudadanos y Vox la derogación de las leyes de género y contra la violencia machista (Europa Press 2019). Hasta el 8 de marzo, jornada de huelga feminista, el autobús circuló por varias ciudades españolas para frenar la Ley Integral contra la Violencia de Género de 2004 y las normas de apoyo y respeto a la comunidad LGTBI promovidas por algunas comunidades autónomas. «No es violencia de género, es violencia doméstica» fue el eslogan principal de esta protesta móvil que además quería incidir en que «Las leyes de Género discriminan al hombre». El autobús incluía a su vez un busto del

Figura 4.

Imagen del autobús fletado por Hazte Oír para denunciar la «ideología de género», «las feminazis» y la Ley contra la violencia de género de 2004.

Fuente: *El País*, 28 de febrero de 2019.



dictador nazi Adolf Hitler con el rostro maquillado y el símbolo feminista en la gorra. Debajo de esta figura se inscribía el *hashtag* StopFeminazis.

En estos discursos multimodales observamos algunos de los mecanismos retóricos manipulativos que también estaban presentes en otras manifestaciones discursivas del partido ultraderechista Vox, íntimo aliado de la asociación Hazte Oír. De nuevo, el eslogan principal apela a una generalización que pretende impactar en la población difundiendo una ideología confrontada con otra, «la de Género». El discurso polarizado permea los mensajes, señalando, por un lado, a los defensores de «todas» las víctimas de violencia que están implícitas en la categoría de «doméstica». Por otro lado, se acusa a quienes apoyan «las leyes de Género», dado que éstas son discriminatorias con el hombre y favorecen solo a la mujer.

En esa autorrepresentación positiva, se enfatizan el poder y la superioridad moral de quienes defienden a las víctimas de la discriminación, los hombres, y se desacredita a aquellas que imponen la «dictadura» de la ideología de género, las «feminazis». A ellas se alude a través de la imagen de Hitler, caricaturizado con símbolos feministas, y a través del acto de habla de la etiqueta StopFeminazis, en la que se explicita la conexión entre el nazismo y las feministas. De este modo, el concepto se lexicaliza y también se resemiotiza, al modificarse su sentido por cambiar de contexto. Como refuerzo, la apelación imperativa a los tres líderes políticos para que «deroguen las leyes de Género» apoya la ideología global, reitera el mensaje y fomenta el conocimiento parcial, mal dirigido y prejuiciado frente al conocimiento generalmente relevante y potencialmente crítico al que se apela y denosta a través de la ridiculización.

Las víctimas de violencia de género son sustituidas e invisibilizadas en pro de las víctimas de violencia doméstica. No solo eso: se las culpa de velar por sus

propios intereses por medio del insulto. En esta dinámica de la apropiación-cooptación que resulta en una inversión del discurso sobre la víctima, se construye una narración especular que ensalza los logros propios, de quienes apuestan por todas las víctimas; y anula/elimina los del oponente: quienes quieren apropiarse de los recursos a través de «las leyes de Género».

El autobús trata de mover emociones a partir de la apelación directa a los líderes políticos por medio de sus apellidos para que tomen cartas en el asunto y se impliquen en la transformación del *statu quo*. La sátira de la imagen amplía la distancia con respecto al discurso acusador que a través del humor trata no de cruzar la línea roja entre lo agradable y lo ofensivo, que sin embargo sí se trasgrede por medio de la etiqueta StopFeminazis.

La circulación masiva de los discursos, en este caso a través de un soporte móvil como es el autobús, promueve una visibilidad que resulta incómoda y avasalladora. A su vez, este modo de difusión es capaz de popularizar un relato que se resemiotiza por inmiscuirse en el espacio público de forma legítima, lo cual da un sentido más poderoso y más impune al insulto a las feministas en un relato claramente polarizador que las vincula con una ideología fascista frente a los «buenos» defensores de las víctimas de violencia doméstica.

Conclusiones

El análisis de los tres casos de estudio propuestos muestra los modos en los que la misoginia popular construye un relato multimodal, al que se incorporan diferentes producciones de sentido. Ello permite que, mediante la resemiotización por medio de la manipulación, al relato sobre el feminismo se adscriban significados y prácticas sociales alejadas de las demandas políticas del movimiento feminista, siendo estas enmarcadas por la narración que la misoginia popular articula de la «ideología de género».

En nuestro estudio nos hemos servido del concepto de resemiotización y de las categorías que establece van Dijk para analizar los discursos manipulativos sobre el feminismo que la misoginia popular construye. Mediante estas dos aproximaciones metodológicas hemos abordado tres casos de estudio sobre las estrategias de construcción discursiva de la misoginia popular como contramovimiento en España.

De este modo, hemos observado cómo emerge un contradiscurso especular que se apropia y resignifica los recursos retóricos del movimiento feminista. Así, mediante la difusión de un vídeo a través de sus redes sociales, Vox convierte en «loca» y «ridícula» una protesta feminista frente a su sede mientras se erige como el partido serio que trabaja por España. También desplaza el sentido original del símbolo de Rosie, la Remachadora y lo utiliza como icono feminista de quienes luchan contra las «feminazis» encarnado en la líder del partido ultraconservador.

A través de la circulación de un autobús con la imagen caricaturizada de Hitler asociada al feminismo, Hazte Oír polariza el discurso entre quienes defienden la «violencia de género», adalides de las injustas «leyes de Género», frente a quienes apuestan por la «violencia doméstica» que es capaz de proteger a «todas las víctimas».

Con ello, la misoginia popular se construye como un contramovimiento que se atribuye la dimensión ética y de justicia social del feminismo, cuya estructura argumentativa es fagocitada al remarcar que son los hombres y no las mujeres las víctimas en la sociedad actual. Como parte de su contraestrategia, la misoginia popular acusa a las «feminazis» de apoyar posturas orientadas al control totalitario de los mecanismos sociopolíticos y simbólicos del poder. A partir de la ironía, la sátira, la apropiación y la confrontación, promueve un discurso espejo que es capaz de arraigar en sistemas de valores y en estrategias políticas que la conforman.

La circulación cultural de la misoginia popular permite su visibilidad y el reposicionamiento y la recategorización por medio de recursos multimodales y manipulativos que derivan en una resemiotización que añade nuevas formas de producción de sentido en diferentes contextos para elaborar un discurso antagónico al del feminismo.

Estas formas de visibilidad, que también son propias del feminismo, logran que la misoginia popular como contramovimiento aparte el discurso feminista de la interacción social que lo originó y actúe a modo de espejo deformante a través de la retórica de la confrontación y la victimización que se configuran, por generalización y polarización, como elementos legitimadores del discurso misógino popular.

Referencias bibliográficas

- Alzamora Revoredo, Óscar. 2004. «Ideología de Género: sus peligros y alcances.» En *Consejo Pontificio para la Familia. Lexicón. Términos ambiguos y discutidos sobre familia, vida y cuestiones éticas*, 593-608. Madrid: Ediciones Palabra.
- Banet-Weiser, Sarah. 2017. «Popular Misogyny: A Zeitgeist.» *Culture Digitally*. Disponible en: <https://culturedigitally.org/2015/01/popular-misogyny-zeitgeist/> [Consulta en 12 de noviembre de 2019].
- Banet-Weiser, Sarah. 2018. *Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny*. Durham, NC: Duke University Press.
- Banet-Weiser, Sarah, Rosalind Gill, y Catherine Rottenberg. 2019. «Postfeminism, popular feminism and neoliberal feminism? Sarah Banet-Weiser, Rosalind Gill and Catherine Rottenberg in conversation.» *Feminist Theory* 21 (1): 3-24. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464700119842555>
- Boyle, Karen, y Chamil Rathnayake. 2019. «#HimToo and the networking of misogyny in the age of #MeToo.» *Feminist Media Studies*. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1661868>

- Cárdenas Neira, Camila. 2014. «Representación visual de la movilización estudiantil en Chile: las fotografías de las marchas como espacios de narración, actuación e identificación política.» *Onomázein IX*: 115-137. DOI: <https://doi.org/10.7764/onomazein.alsfal.11>
- Corredor, Elizabet S. 2019. «Unpacking ‘Gender Ideology’ and the Global Right’s Antigender Counter-movement.» *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 44 (3): 613-638. DOI: <https://doi.org/10.1086/701171>
- Espartero, Marta. 2019. «Rocío Monasterio, látigo de Vox: ‘El PP es la derecha cobarde, una marca vieja caduca como Kodak’.» *El Español*, 19 de enero de 2019. Disponible en: https://www.elespanol.com/opinion/20190113/rocio-monasterio-vox-pp-derechita-caducado-kodak/367963631_0.html [Consulta en 15 de noviembre de 2019].
- Europa Press. 2019. «Hazte Oír usa la imagen de Hitler en un autobús para caricaturizar las leyes contra la violencia machista.» *El País*, 28 de febrero de 2019. Disponible en: https://elpais.com/sociedad/2019/02/28/actualidad/1551358015_148714.html [Consulta en 12 de noviembre de 2019].
- García-Favaro, Laura, y Rosalind Gill. 2016. «‘Emasculation nation has arrived’: sexism rearticulated in online responses to Lose the Lads’ Mags campaign.» *Feminist Media Studies* 16 (3): 379-397. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1105840>
- Gill, Rosalind. 2017. «The Affective, Cultural and Psychic Life of Postfeminism.» *European Journal of Cultural Studies* 20 (6): 606-626. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367549417733003>
- Gill, Rosalind, y Shani Orgad. 2018. «The Amazing Bounce-backable Woman: Resilience and the Psychological Turn in Neoliberalism.» *Sociological Research Online* 23 (2): 477-495. DOI: <https://doi.org/10.1177/1360780418769673>
- Gökırıksel, Banu, Christopher Neubert, y Sara Smith. 2019. «Demographic Fever Dreams: Fragile Masculinity and Population Politics in the Rise of the Global Right.» *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 44 (3): 561-587. DOI: <https://doi.org/10.1086/701154>
- González, Miguel. 2019. «El Congreso blindará los derechos de las personas LGTBI con una ley estatal.» *El País*, 27 de junio de 2019. Disponible en: https://elpais.com/politica/2019/06/26/actualidad/1561565785_705434.html [Consulta en 19 de noviembre de 2019].
- Graff, Agnieszka, Ratna Kapur, y Suzanna Danuta Walters. 2019. «Gender and the Rise of the Global Right.» *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 44 (3): 541-560. DOI: <https://doi.org/10.1086/701152>
- Iedema, Rick. 2001. «Resemiotization.» *Semiotica* 137 (1/4): 23-39. DOI: <https://doi.org/10.1515/semi.2001.106>
- Iedema, Rick. 2003. «Multimodality, Resemiotization: Extending the Analysis of Discourse as Multi-semiotic Practice.» *Visual Communication* 2 (1): 29-57. DOI: <https://doi.org/10.1177/1470357203002001751>
- Kofman, Ava. 2018. «Bruno Latour, the Post-Truth Philosopher, Mounts a Defense of Science.» *The New York Times*. Disponible en: <https://www.nytimes.com/2018/10/25/magazine/bruno-latour-post-truth-philosopher-science.html> [Consulta en 13 de noviembre de 2019].
- Kress, Gunter. 2009. «What is mode?» En *The Routledge handbook of multimodal analysis*, editado por C. Jewett, 54-67. New York: Routledge.
- Kress, Gunther. 2010. *Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication*. London y New York: Routledge.

- Kress, Gunther, y Theo van Leeuwen. 2006. *Reading images. The Grammar of Visual Design*. New York: Routledge.
- Kuhar, Roman, y David Paternotte, eds. 2017. *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Malmqvist, Karl. 2015. "Satire, racist humour and the power of (un)laughter: On the restrained nature of Swedish online racist discourse targeting EU-migrants begging for money." *Discourse & Society* 26 (6): 733-753. DOI: <https://doi.org/10.1177/0957926515611792>
- Mottl, Tahi L. 1980. «The Analysis of Countermovements.» *Social Problems* 27 (5): 620-635. DOI: <https://doi.org/10.1525/sp.1980.27.5.03a00090>
- Negre, Javier. 2019. «Rocío Monasterio. La musa de Vox contra las 'feminazis'.» *El Mundo*, 6 de enero de 2019. Disponible en: <https://www.elmundo.es/cronica/2019/01/06/5c2f9122fdddffd09b8b469a.html> [Consulta en 12 de noviembre de 2019].
- Núñez Puente, Sonia, y María José Gámez Fuentes. 2017. «Spanish feminism, popular misogyny and the place of the victim.» *Feminist Media Studies* 17 (5): 902-906. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2017.1350527>
- Núñez Puente, Sonia, y Diana Fernández Romero. 2018. «Discurso visual posmachista en Twitter: análisis multimodal de la iconicidad de la victimización.» *Dígitos* 4: 131-148. Disponible en: <https://revistadigitos.com/index.php/digitos/article/view/127>.
- Pérez, Raúl. 2013. «Learning to make racism funny in the 'color-blind' era: Stand-up comedy students, performance strategies, and the (re)production of racist jokes in public.» *Discourse & Society* 24 (4): 478-503. DOI: <https://doi.org/10.1177/0957926513482066>
- Rottenberg, Catherine. 2018. *The Rise of Neoliberal Feminism*. New York: Oxford University Press.
- Sanz, Marta. 2019. «Diminutiva.» *El País*, 13 de mayo de 2019. Disponible en: https://elpais.com/elpais/2019/05/12/opinion/1557671711_751131.html [Consulta en 15 de noviembre de 2019].
- van Dijk, Teun. 2006. «Discurso y manipulación: Discusión teórica y algunas aplicaciones.» *Revista Signos* 39 (60): 49-79. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0718-09342006000100003>

Sonia Núñez Puente. Profesora Titular en la Universidad Rey Juan Carlos (Madrid). Ha dirigido diferentes proyectos de investigación sobre violencia de género y prácticas digitales. Asimismo, ha publicado extensamente en el área de los Estudios de Género y Comunicación.
Correo electrónico: sonia.puente@urjc.es

Diana Fernández-Romero. Docente e Investigadora en la Universidad Rey Juan Carlos (Madrid). Ha publicado en revistas de alto impacto sobre Estudios de Género y Comunicación y ha liderado y participado en proyectos de investigación sobre el área.
Correo electrónico: diana.fernandez.romero@urjc.es

Artículo recibido en 29 de diciembre y aceptado para publicación en 13 de abril de 2020.

LA INVISIBILIDAD NORMATIVA DE LOS RIESGOS PSICOSOCIALES QUE AFECTAN A LAS MUJERES TRABAJADORAS. EL CASO ESPAÑOL EN PERSPECTIVA EUROPEA¹

Raúl Payá Castiblanque*

Resumen

En la presente investigación, se pretende demostrar como existe una doble discriminación indirecta en el sistema normativo de prevención y de protección social, estudiando a tal efecto la Ley de Prevención de Riesgos Laborales (LPRL) y el sistema de clasificación de enfermedades profesionales regulado en la Ley General de la Seguridad Social (LGSS). Los principales hallazgos muestran como la LPRL no desarrolla la deuda general de seguridad ante los riesgos psicosociales. Además, una vez superado el riesgo, las enfermedades provocadas por causas psicológicas no son protegidas por el cuadro de enfermedades profesionales, siendo únicamente posible demostrar su etiológica laboral indirectamente a través de las llamadas enfermedades del trabajo (art. 156.2e, LGSS), lo que provoca una subestimación de tales patologías que afectan en mayor medida a las mujeres trabajadoras.

Palabras claves: riesgo psicosocial, mujeres, discriminación indirecta, prevención, enfermedad del trabajo.

Resumo

A invisibilidade normativa dos riscos psicossociais que afetam as mulheres que trabalham. O caso espanhol numa perspetiva europeia

Na presente investigação, pretende-se demonstrar a existência de uma dupla discriminação indireta no sistema normativo de prevenção e proteção social, estudando para esse fim a Lei de Prevenção de Riscos Ocupacionais (LPRL) e o sistema de classificação de doenças profissionais regulamentado na Lei Geral de Segurança Social (LGSS). As principais conclusões mostram como a LPRL não desenvolve a obrigação geral de segurança perante riscos psicossociais. Além disso, uma vez superado o risco, as doenças provocadas por causas psicológicas não são protegidas no quadro das doenças ocupacionais, sendo apenas possível demonstrar indiretamente a sua etiologia laboral através das chamadas

¹ Trabajo realizado en el marco del I+D de Generación del Conocimiento sobre Violencia, Trabajo y Género (VITRAGE), Ref. PGC2018-094912-B-I00, del Programa estatal de generación de conocimiento y fortalecimiento científico y tecnológico del sistema de I+D+i del Ministerio de Ciencia, Innovación e Universidades.

* Instituto Universitario de Estudios de la Mujer, Departamento de Sociología y Antropología Social, Universidad de Valencia, 46021 Valencia. España.
Dirección postal: Facultat Ciències Socials (Campus dels Tarongers); Avda. dels Tarongers s/n; 46021 Valencia. España.
Correo electrónico: raul.paya@uv.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7967-8660>

doenças ocupacionais (art.º 156.2, alínea e, LGSS), o que causa uma subestimação dessas patologias que afetam em maior proporção as mulheres trabalhadoras.

Palavras-chave: risco psicossocial, mulheres, discriminação indireta, prevenção, doenças profissionais.

Abstract

The normative invisibility of psychosocial risks that affect working women. The Spanish case in a European perspective

The present study intends to demonstrate how there is a double indirect discrimination in the normative system of prevention and social protection, studying for this purpose the Law of Prevention of Occupational Risks (LPRL) and the system of classification of occupational diseases regulated in the General Law of Social Security (LGSS). The main findings show how the LPRL does not develop the general security obligation in the face of psychosocial risks. In addition, once the risk has been overcome, the illnesses caused by psychological causes are not protected within the occupational diseases, being only possible to demonstrate their labor etiology indirectly through the so-called occupational diseases (art.156.2e, LGSS), which causes an underestimation of such pathologies that affect working women to a greater extent.

Keywords: psychosocial risk, women, indirect discrimination, prevention, occupational disease.

Introducción: Los riesgos psicosociales en un contexto europeo y su impacto en sobre las desigualdades de género en la prevención de riesgos laborales

Las transformaciones que se están produciendo en el mundo del empleo, la digitalización de la economía y las políticas neoliberales de desregulación laboral han derivado en una erosión y precarización constante de las condiciones de trabajo, provocando el incremento de la intensificación y aceleración de los ritmos de producción (Aloisi 2016). Los cambios producidos en el empleo derivados de dichas transformaciones son originarios de los llamados riesgos nuevos y emergentes de origen psicosocial (EU-OSHA 2007). Dichos riesgos quedan vinculados con cuestiones relacionadas con el estrés, la violencia, la intimidación y el acoso (Rasmussen, Hansen, y Nielsen 2011, 313) y son originarios de sintomatología psicósomática como la fatiga, ansiedad y depresión (Kivimäki *et al.* 2000).

A consecuencia del aumento de la prevalencia de dichas patologías, distintos países de Europa han incrementado las acciones para la prevención de riesgos psicosociales, incluyendo la violencia, el acoso o la intimidación. Sin embargo, siguen existiendo resistencias por parte de los actores clave para priorizar la gestión de los riesgos psicosociales tanto en las empresas como a nivel institucional y político (Leka, Van-Wassenhove, y Jain 2015), apuntándose que adoptar una estrategia de actuación eficaz en la materia puede colisionar con los postulados de flexibilidad empresarial que se vienen defendiendo desde instancias comunita-

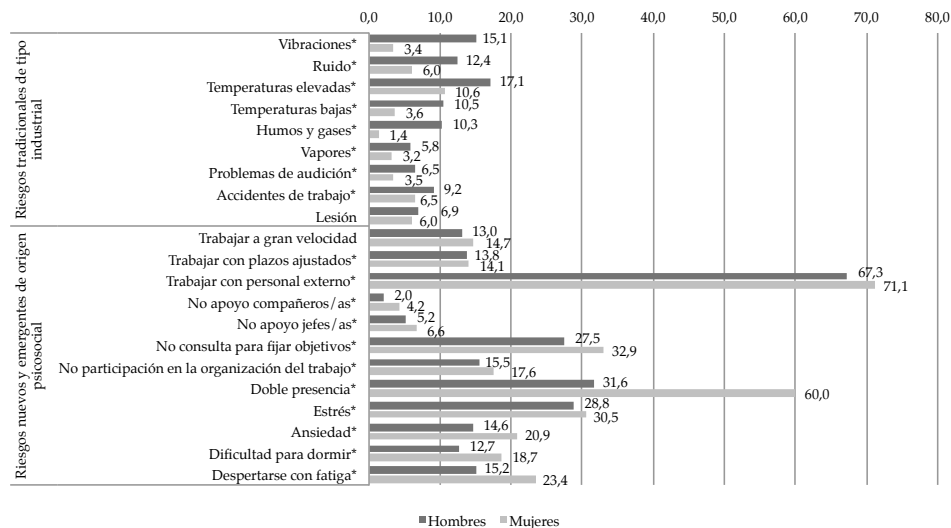
rias (Ballester 2013, 4). En consecuencia, diversos estudios apuntan que existe una brecha entre la política (marco regulatorio) y la práctica real (visión sociológica) sobre la gestión de los riesgos psicosociales y el estrés relacionado con el trabajo (Leka *et al.* 2011a, 2011b).

En otro orden de cosas, desde el punto de vista sociológico, en la literatura previa ha quedado acreditado la existencia de desigualdades de género en salud laboral, derivado, al menos en parte, por la marcada división sexual del trabajo, que atribuye el trabajo familiar y reproductivo en la esfera privada a las mujeres y el productivo en la esfera pública a los hombres (Kreimer 2004). Esta circunstancia hace que las mujeres trabajadoras tengan una «doble presencia» derivado de la desigual distribución del trabajo doméstico y familiar, y provoca que estén expuestas con mayor prevalencia a los riesgos psicosociales, y, por consiguiente, presenten índices superiores de estrés o depresión (Arias-de la Torre *et al.* 2019). Asimismo, existe una importante segregación de género en el mercado de trabajo que se traduce en sectores fuertemente feminizados y otros masculinizados (segregación horizontal) (Chodorow 2002). La segregación horizontal influye en la seguridad y salud laboral en la medida que las mujeres y los hombres, que ocupan distintos puestos de trabajo, estén expuestos a diferentes riesgos. De este modo, mientras que los hombres se encuentran más representados en puestos de trabajo del sector industrial y construcción, quedando expuestos a los riesgos tradicionales de seguridad e higiene industrial propios de la época fordista, las mujeres ocupadas en profesiones fuertemente feminizadas (administrativas, maestras, enfermeras, asistentes de limpieza, camareras), sobre todo del sector servicios, se ven afectadas en mayor medida por riesgos de origen psicosocial (Vogel 2015, 68). A todo ello, habría que añadir que los hombres ocupan con mayor frecuencias cargos de alta dirección y poder (segregación vertical) (Chodorow 2002), derivado de una cultura patriarcal y de dominación masculina, que provoca que las mujeres trabajadoras sufran mayores índices de discriminación, acoso o violencia sexual tanto en el mundo laboral (Campos-Serna *et al.* 2012) como en otros contextos (Pires *et al.* 2018).

Así pues, el análisis realizado sobre los determinantes de las desigualdades de género en materia de seguridad y salud laboral podrían llegar a explicar los resultados estadísticos de estudios previos, en la medida que estos han identificado que los hombres tienen una mayor prevalencia de estar expuestos a riesgos físicos, de seguridad y sufrir accidentes de trabajo, mientras que las mujeres estadísticamente presentan mayor probabilidad de estar expuestas a riesgos psicosociales y padecer enfermedades psicosomáticas (Campos-Serna *et al.* 2012; Payá y Beneyto 2019). De hecho, así se puede observar en la siguiente grafica 1, elaborada a través del análisis de los microdatos de la Encuesta Nacional de Condiciones de Trabajo. 2015 6.^a EWCS – España (INSHT 2017).

Gráfica 1.

Porcentaje de exposición a factores de riesgo laboral y problemas de salud en la población activa en España según sexo



Fuente: INSHT (2017). Elaboración propia.

* Prueba chi cuadrado: Diferencias estadísticamente significativas $p < 0,001$.

Constatadas las desigualdades de género en salud laboral y la preocupación mostrada en la literatura previa por la brecha existente entre la política (marco regulatorio) y la práctica real en la gestión de los riesgos laborales, se va a continuación abordar el objetivo de la presente investigación. En este sentido, se pretende demostrar que las mujeres sufren una doble discriminación indirecta por parte del marco normativo español, tanto en el ámbito de prevención de riesgos laborales, al no regular correctamente los riesgos psicosociales, como en el ámbito de la de protección de la seguridad social, una vez superado el riesgo y generada la patología psicosomática.

Para abordar el objeto de la presente investigación, se ha realizado un análisis de la regulación vigente de ambos ámbitos normativos (prevención y protección) y se ha estudiado las interpretaciones doctrinales de las normas que regulan el sistema de clasificación de contingencias profesionales. Para la selección de la jurisprudencia, se ha utilizado la base de datos Aranzadi Instituciones de Thomson Reuters, especializada en derecho. A través de la base de datos se han efectuado búsquedas sistemáticas utilizando palabras clave tales como «riesgo psicosocial», «contingencia profesional» «enfermedad del trabajo», «estrés», «depresión» o «acoso». Finalmente, se han seleccionado las sentencias que Aranzadi Instituciones determina como más relevantes en el ámbito jurisprudencial (puntuaciones de 4 a 5 sobre 5). Además, se han explorado diversas acciones legislativas llevadas

a cabo en otros países europeos ante los riesgos psicosociales en la esfera preventiva. De forma complementaria al análisis jurídico, desde una mirada sociológica con objeto de indagar sobre la brecha entre política y práctica real, se ha efectuado un análisis del discurso de entrevistas semiestructuradas realizadas a siete técnicos/as superiores de prevención de riesgos laborales para tratar de identificar la problemática existente en la gestión y protección en los riesgos psicosociales. Para la selección de las personas entrevistadas, se han seguido los siguientes criterios: 1) que tuvieran una experiencia laboral igual o superior a cinco años en materia preventiva; 2) que existiera paridad de género (3 hombres y 4 mujeres); y 3) que existiera equidad en la muestra entre aquellos/as técnicos/as que han trabajado en Servicios de Prevención Ajeno (SPA) y los/as que han ejercido en Servicios de Prevención Propio (SPP), es decir, si han ejercido la profesión como consultores/as externos a la empresa (SPA) o forman parte del organigrama interno de la organización (SPP). El manuscrito ha sido dividido en tres apartados. En el primero, se estudia la esfera preventiva, para pasar con posterioridad al análisis del sistema de protección en el segundo de los apartados y, finalizar, con unas conclusiones y propuestas de mejora del sistema normativo español.

1. La deuda general de seguridad y su falta de desarrollo

Por lo que refiere al ámbito preventivo, la Ley 31/1995, de 8 de noviembre, de Prevención de Riesgos Laborales² (en adelante, LPRL) – mediante la cual se transpuso al ordenamiento jurídico interno la Directiva 1989/391/CEE del Consejo, de 12 de junio de 1989, relativa a la aplicación de medidas para promover la mejora de la seguridad y de la salud de los trabajadores en el trabajo³ (en adelante, Directiva Marco) – establece una deuda general de protección eficaz frente a los riesgos laborales por parte del empresario (art. 14 LPRL) y una obligación de evaluar todas las condiciones de trabajo, entendiéndose por tal, «todas aquellas otras características del trabajo, incluidas las relativas a su organización y ordenación, que influyen en la magnitud de los riesgos a los que esté expuesto el trabajador» (art. 4.7.d, LPRL). Por tanto, aunque no cuenta con una específica referencia en la LPRL, a la luz de estas genéricas previsiones el riesgo psicosocial queda subsumido dentro del genérico concepto de riesgo laboral, tal y como ha manifestado el propio Tribunal Constitucional en su STC n.º 160, de 2 de julio de 2007 (Ballester 2013, 24). En consecuencia, los/las trabajadoras/es tienen derecho a ser protegidas/os frente a los riesgos nuevos y emergentes de origen psicoso-

² *Boletín Oficial del Estado*, Núm. 269, de 10 de noviembre de 1995. Disponible en: <<https://www.boe.es/boe/dias/1995/11/10>>.

³ *Diario Oficial de las Comunidades Europeas*, n.º L 183, de 29.6.89. Disponible en: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=celex%3A31989L0391>>.

cial como frente a cualquier otro. Y, por consiguiente, es obligación del empresario adoptar las medidas necesarias para evitarlos, evaluarlos y combatirlos (art. 15.1.a, b y c, LPRL). Ahora bien, pese a la claridad del mandato legal, no existe en el ordenamiento interno –ni tampoco a nivel supranacional– norma alguna que desarrolle estas previsiones y establezca sistemas de protección eficaz frente a los riesgos psicosociales, como si se ha hecho respecto a otros riesgos clásicos más propios de sectores de actividad de tipo industrial que, como se ha expuesto, están altamente masculinizados.

En este sentido, la falta de desarrollo específico, así como la diversificación de terminología empleada en las políticas y orientaciones para reducir los riesgos psicosociales en Europa, ha sido objeto de crítica por diversas investigaciones internacionales, puesto que la imprecisión normativa afecta negativamente en la comprensión de los requisitos legales y en la práctica real (Leka *et al.* 2011a). Por su parte, la Comisión Europea evaluó en 2004 el grado de implementación de las obligaciones introducidas en la Directiva Marco, identificando cómo la evaluación y gestión de los riesgos psicosociales estaban sistemáticamente desatendidos en las organizaciones (European Commission 2004). De hecho, tanto los fragmentos del análisis realizado a las/os expertas/os en prevención que a continuación se exponen, como los datos de la segunda Encuesta Europea en las Empresas sobre Riesgos Nuevos y Emergentes (ESENER-2) (EU-OSHA 2015) constatan que los riesgos tradicionales presentan tasas de evaluación elevadas, mientras que los riesgos psicosociales tienen una menor intensidad protectora (gráfica 2).

La psicología, es la hermana abandonada de la prevención de riesgos, se está empezando a mover ahora un poco más, pero la psicología, te avanzo que se trata muy poco, las empresas no saben de lo que les estás hablando, y vaya está totalmente abandonada. (Experto n.º 1)

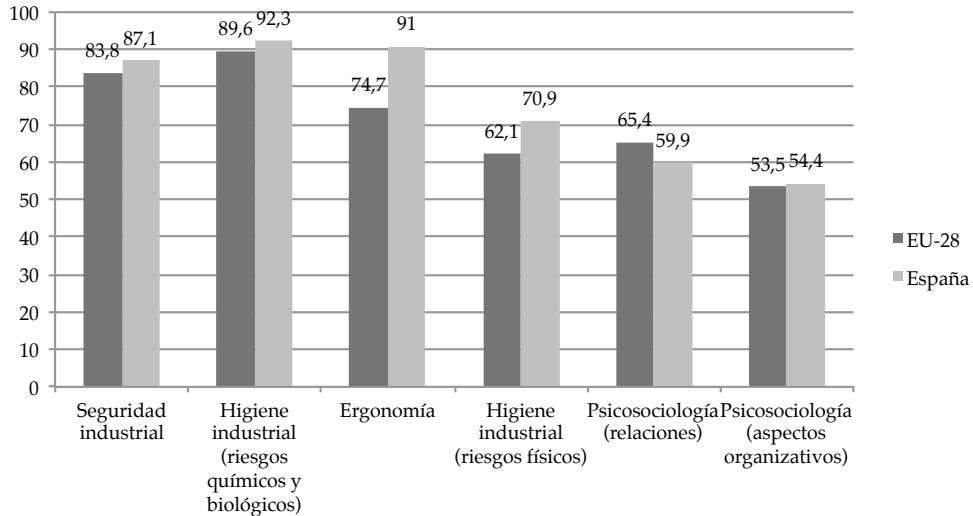
Normalmente, las encuestas o evaluaciones de riesgo psicosociales, siempre hasta hace poco ha sido dejado de mano de la mano de dios, la propia inspección de trabajo, por ejemplo, cuando te requería y te citaba, te podía pedir mediciones de contenidos químicos o higiénicos e incluso biológicos si era el caso por el tipo de actividad, pero riesgos psicosociales nada, ahora sí que se empieza a pedir cuando ha habido algún problema sí que se ha exigido, pero ha sido siempre la patita de la ergonomía o la especialidad que no se trabajado convenientemente y es importante. (Experto n.º 2)

Los riesgos psicosociales pues claro cuánto tengo nueva obra, maquinaria, por suerte o desgracia se deja a tercer nivel, así que mi experiencia en riesgos psicosociales es pues poca, porque aún no hemos hecho la evaluación. (Experta n.º 3)

Los riesgos psicosociales están muy por debajo que el resto, prácticamente no se hacen evaluaciones. (Experta n.º 5)

Gráfica 2.

Porcentaje de centros de trabajo con evaluaciones de riesgo en España y EU-28.



Fuente: EU-OSHA (2015). Elaboración propia.

A raíz de una campaña llevada a cabo en 2012 por el Comité de Inspectoras/es Trabajo Sénior (SLIC 2012), se constató la evidencia, a través del análisis de los informes de las/os inspectoras/es de distintos Estados miembros de la Unión Europea, de que en sus respectivos países no hay una regulación específica sobre riesgos psicosociales que avance más allá de los requisitos mínimos de la Directiva Marco, que se limita a definirlos como aquellos «aspectos de la organización del trabajo, el diseño y la gestión», pero sin establecer métodos específicos para evaluarlos y prevenirlos, hecho que coincide con los argumentos de las/os expertos/as consultados:

Es prácticamente desconocida hasta por los propios técnicos por las pocas herramientas que hay y lo farragosas que son. (Experto n.º 1)

No hay procedimiento o normativa administrativa. Y están aumentando los problemas de violencia laboral tanto en la empresa privada como en la pública. (Experta n.º 5)

Estas circunstancias dificultan la actuación inspectora y explican el reducido impacto cuantitativo sobre este tipo de riesgos. En efecto, las últimas estadísticas consolidadas del 2016 muestran un total de 122 infracciones y requerimientos administrativos por riesgos psicosociales, frente a las 16 128 realizadas para el total de riesgos, lo que supone solo un 0,75% del total de infracciones (MESS 2016).

Cabe señalar que, a la luz de las genéricas previsiones de la Directiva Marco, algunos Estados miembros de la Unión Europea han desarrollado normas específicas haciendo referencia directa a diferentes riesgos psicosociales, tales como el estrés, la intimidación o el acoso laboral (Leka *et al.* 2011b, 1049). Entre ellos, cabría mencionar a Bélgica, que, a través del Real Decreto del 17 de mayo de 2007, reguló la prevención de la carga psicosocial ocasionada por el trabajo, entre otros, contra la violencia y el acoso moral o sexual en el trabajo; la República Checa, que, a través de reformar el Código de Trabajo (Ley n 262/0226 de 21 de abril de 2006), reguló la obligación de evaluar los riesgos psicosociales (European Social Partners 2008, 24); o Italia, que, con el Decreto Legislativo (DL 81/2008), reguló la evaluación del riesgo sobre el estrés laboral. En este sentido, el artículo 28 del DL 81/2008 determina que las organizaciones quedan obligadas a evaluar “todos los riesgos relacionados con la salud y la seguridad de las personas en el trabajo, incluidos los grupos de trabajadores expuestos a riesgos particulares, así como los riesgos asociados con estrés laboral”.⁴ Así pues, la normativa italiana expone de forma expresa la obligación de evaluar el estrés laboral, pero no sobre los demás riesgos psicosociales. Un estudio estadístico realizado por Di Tecco *et al.* (2017) halló como las organizaciones italianas tras la aprobación del Decreto Legislativo evaluaban con mayor intensidad el estrés laboral, pero, sin embargo, en sus conclusiones, también manifestaron que el resto de riesgos psicosociales no vieron incrementados los estándares de prevención, dando como posible explicación, que el término «riesgos psicosociales» no está incluido en la nueva legislación italiana como si lo estaba el término «estrés laboral», lo que vendría a confirmar la necesidad de elaborar Directivas Europeas y normativas nacionales específicas para la gestión de los riesgos psicosociales (Leka *et al.* 2015).

Las últimas medidas sobre riesgos psicosociales promovidas desde el ámbito europeo se insertan en el marco de las denominadas políticas no vinculantes o «blandas». Me refiero al Acuerdo Marco europeo de los interlocutores sociales sobre el estrés relacionado con el trabajo (European Social Partners 2004) y el Acuerdo marco sobre el acoso y la violencia en el trabajo (European Social Partners 2007). Ambos acuerdos coinciden en aclarar que los riesgos que pretenden tutelar ya se encuentran incluidos en el ámbito de aplicación de la Directiva Marco, lo que genera obligaciones en materia preventiva para los Estados miembros. Sin embargo, y tal como corroboran sus respectivos informes de seguimiento, de nuevo, acusan una menor intensidad protectora respecto a otros factores de riesgo, por cuanto que no se disponen instrumentos específicos de prevención,⁵ sino que se instan a los interlocutores sociales de cada Estado a disponerlos a través de la negociación colectiva.

⁴ *Gazzetta Ufficiale*, Serie Generale n. 101 del 30-04-2008 – Suppl. Ordinario n. 108. Disponible en <<https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2008/04/30/008G0104/sg>>.

⁵ Véase Ballester (2013, 12).

El carácter no vinculante de los acuerdos marco hace que el impacto en la negociación colectiva en España sea reducido (tabla 1), y ello a pesar de que ambos fueron incorporados a los correspondientes Acuerdos Interconfederales para la negociación colectiva en 2005 y 2008.⁶

Tabla 1.
Porcentaje de convenios firmados con cláusulas sobre igualdad (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Medidas de promoción de la igualdad de trato y oportunidades entre hombres y mujeres	25,89	22,81	28,52	30,64	33,50
Medidas de preferencia favor del sexo menos representado (acciones positivas)	7,85	7,93	9,86	9,78	11,81
Medidas para prevenir el acoso sexual o el acoso por razón de sexo	31,46	35,04	32,13	36,30	36,80
Medidas para la protección de las víctimas de violencia de género	21,01	24,30	22,14	26,03	25,44
Medidas de promoción de la igualdad de trato y oportunidades no discriminatorias	24,68	23,80	24,44	27,27	26,06

Fuente: Comisión Nacional Consultiva de Convenios Colectivos. Elaboración propia.

Asimismo, a nivel cualitativo, las cláusulas convencionales reproducen los acuerdos marco, pero no establecen sistemas proactivos para la gestión de riesgos psicosociales (UGT-CEC 2015). No obstante, existen ejemplos de legislaciones sectoriales que desarrollan los Acuerdos Marco europeos para el estrés y la violencia en el trabajo de forma proactiva en materia de seguridad y salud laboral. De entre ellos, cabría destacar el II Convenio Colectivo profesional de los controladores de tránsito aéreo, en la medida que establece disposiciones para evitar el estrés laboral a través mecanismos de conciliación de la vida laboral y familiar teniendo en consideración la «doble presencia» que sufren las mujeres trabajadoras (UGT-CEC 2015, 139).

⁶ Respectivamente: Resolución de 7 de marzo de 2005 (BOE núm. 64, de 16-03-05, disponible en <[https://www.boe.es/eli/es/res/2005/03/07/\(1\)>](https://www.boe.es/eli/es/res/2005/03/07/(1)>)) y Resolución de 21 de diciembre de 2007 (BOE núm. 12, de 14-01-08, disponible en <[https://www.boe.es/eli/es/res/2007/12/21/\(2\)>](https://www.boe.es/eli/es/res/2007/12/21/(2)>)), por la que se prorroga el Acuerdo de 2007 para 2008.

2. La (des)protección de las patologías psicosomáticas en el sistema de protección social

Una vez superado el riesgo laboral (ámbito preventivo) y producida la enfermedad psicosocial, corresponde al sistema de la Seguridad Social (ámbito reparador) la protección del trabajador que ha sufrido daños como consecuencia del trabajo. En este caso, se pretende analizar el Real Decreto Legislativo 8/2015, de 30 de octubre, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley General de la Seguridad Social,⁷ para determinar si dichas enfermedades derivadas de riesgos psicosociales – según la exposición efectuada hasta ahora, con mayor prevalencia en mujeres trabajadoras – se consideran de etiología laboral y quedan encuadradas dentro de acción protectora de la seguridad social como contingencias profesionales.

2.1. La inobservancia de los riesgos psicosociales en el cuadro de enfermedades profesionales

En primer lugar, podría cuestionarse su inclusión en el listado de enfermedades profesionales *ex art.* 157 de la LGSS (MESS 2015, 103384), habida cuenta de su producción lenta y gradual como enfermedades que son, pese a su naturaleza *sui generis*. Se trata de un sistema de lista cerrada, donde se determina una correlación de causa-efecto entre las enfermedades y las sustancias y las actividades laborales que las provocan, estableciendo una presunción *iure et de iure*, que conlleva un reconocimiento automático.

En este sentido, el Real Decreto 1299/2006, de 10 de noviembre, por el que se aprueba el cuadro de enfermedades profesionales en el sistema de la Seguridad Social y se establecen criterios para su notificación y registro, establece un sistema de doble lista.⁸ La primera, en el Anexo I, con las patologías laborales que científicamente son conocidas, generadoras de enfermedad profesional donde no se hace mención alguna a las patologías de origen psicosocial. La segunda lista, en el Anexo II, incluye una lista de agentes y enfermedades cuyo origen profesional se sospecha que pueden causar enfermedades profesionales y que podrían ser reconocidas como tal en el futuro. En este caso, tampoco se hace mención ni alusión ninguna a las enfermedades ni a los riesgos de etiología psicosocial. Como puso de manifiesto la doctrina científica, con la aprobación del actual cuadro de enfermedades profesionales se perdió la oportunidad de reconocer la presunción de laboralidad sobre estas enfermedades graves que afectan en mayor medida a

⁷ *Boletín Oficial del Estado*, núm. 261, de 31-10-15. Disponible en <<https://www.boe.es/boe/dias/2015/10/31>>.

⁸ *Boletín Oficial del Estado*, núm. 302, de 19-12-06. Disponible en <<https://www.boe.es/eli/es/rd/2006/11/10/1299/con>>.

las mujeres trabajadoras, que parte de la doctrina científica venían recomendando (Sánchez y Conde 2008).

Situación similar se encontraría en otros países europeos en la medida que tanto España como la mayoría de países miembros siguen la Recomendación 2003/670/CE de la Comisión, de 19 de septiembre de 2003, relativa a la lista europea de enfermedades profesionales y, por ello, «en muy pocos países las enfermedades relacionadas con el estrés están incluidas en las listas oficiales de enfermedades profesionales» (Leka *et al.* 2015, 4). No obstante, existen algunos países como Finlandia o Bélgica que han incorporado ciertas patologías psicosomáticas dentro del cuadro de enfermedades profesionales (EU-OSHA 2017).

2.2. Las patologías mentales y su posible inclusión cómo enfermedades del trabajo

Volviendo al caso español, si las patologías psicosociales derivadas de una relación contractual no pueden considerarse contingencia profesional a través del sistema de enfermedad profesional, habrá que estar a lo dispuesto en el régimen jurídico de los accidentes de trabajo, que de acuerdo con el art. 156.1 LGSS considera a «toda lesión corporal que el trabajador sufra con ocasión o por consecuencia del trabajo que ejecute por cuenta ajena» (MESS 2015, 103383).

En una primera lectura podría llegarse a la conclusión de que las enfermedades quedarían excluidas del ámbito de aplicación del precepto, por cuanto que la norma hace referencia a lesiones corporales. Sin embargo, la jurisprudencia ha adoptado históricamente una interpretación expansiva del accidente de trabajo, y más concretamente del término «lesión», comprendiendo no solo aquellas de carácter físico y producidas de repente, sino también «las lesiones de evolución insidiosa o lenta, y tanto a la herida manifestada externamente como a la dolencia sin manifestación externa notoria y el trastorno fisiológico y funcional». Así lo estableció el Tribunal Supremo en la antigua pero importante Sentencia de 17 de junio de 1903, que ha constituido una doctrina consolidada⁹ que nos permite incluir a las enfermedades psicosomáticas dentro de la concepción amplia de accidente de trabajo.

Una primera vía para considerar dichas patologías psicolaborales como accidente de trabajo sería la del art. 156.3 LGSS que establece que «se presumirá, salvo prueba en contrario, que son constitutivas de accidente de trabajo las lesiones que sufra el trabajador durante el tiempo y en el lugar del trabajo» (MESS 2015, 103383). Esta posibilidad presenta la ventaja de establecer una presunción *iuris tantum* cuando la patología se materialice en tiempo y lugar de trabajo, que permite invertir la carga de la prueba hacia los sujetos que quieran demostrar que

⁹ Entre otras, SSTSJ La Rioja de 30 de enero de 2006 (AS 2006/78); Navarra de 23 de diciembre de 2002 (AS 2003/679); País Vasco de 24 de mayo de 2005 (AS/2084).

tales dolencias no tienen etiología laboral, exonerando del hecho probatorio a las víctimas. Sin embargo, la mayor restricción para incluir las enfermedades psicológicas en este apartado es su forma lenta y gradual de manifestarse. En efecto, aparecen como consecuencia de situaciones de agotamiento psicológico o depresión que no se exteriorizan tangencialmente en el tiempo, sino más bien de modo longitudinal, por lo que dificultaría la aplicación la presunción *iuris tatum* que se ajusta mejor situaciones repentinas y súbitas que se den en tiempo y lugar de trabajo (Olarte 2005). De hecho, así lo manifiestan los tribunales¹⁰ incluyendo en este apartado los infartos de miocardio o los accidentes cardiovasculares, sin regir los cuadros depresivos o de ansiedad si no se exteriorizan de forma súbita.¹¹

La segunda posibilidad la constituiría la del art. 156.2.e LGSS. El propio precepto, siguiendo la interpretación amplia de lesión, incluye expresamente como accidente de trabajo a «las enfermedades, no incluidas en el artículo siguiente [referido a las enfermedades profesionales], que contraiga el trabajador con motivo de la realización de su trabajo, siempre que se pruebe que la enfermedad tuvo por causa exclusiva la ejecución del mismo» (MESS 2015, 103383. De esta manera se configuran las denominadas enfermedades del trabajo, que no profesionales.

Ahora bien, como se desprende del propio tenor literal para llegar a considerar los síndromes ansioso-depresivos como enfermedades del trabajo se establecen dos requisitos: En primer lugar, se desplaza la carga de la prueba hacia las víctimas, que deberán litigar con la Entidad Gestora o con los tribunales para demostrar la etiología laboral de la enfermedad. Y, en segundo lugar, la víctima deberá probar no solo el alcance del nexo entre trabajo y enfermedad – como así ocurría con la definición general de accidente de trabajo siendo mucho más flexible con la consideración de «por ocasión o como consecuencia» – sino que además, deberá probar el carácter exclusivo del trabajo como determinante *stricto sensu* de la enfermedad, esto es, que es el único factor causal de la misma, sin ser suficiente que el trabajo sea el elemento que inicie en la génesis de la enfermedad, tal y como lo manifiesta la doctrina científica (Sánchez y Kahale 2016) y judicial.¹²

En este sentido, y ante la falta de una regulación específica, aparecen dificultades jurídico-técnicas que trasladan al órgano judicial la valoración de hechos de difícil percepción derivados de un amplio conjunto de factores organizativos y de condiciones de trabajo que actúan sobre los problemas mentales, y que, a su vez, deberán tener un nexo causal *stricto sensu*, siendo la actividad probatoria esencial para determinar su etiología laboral, poniendo en peligro, a mí modo de ver, la seguridad jurídica como consecuencia de la casuística y dificultad de identificar el origen de las enfermedades.

¹⁰ SSTs de 27 de diciembre de 1995, 15 de febrero y 18 de octubre de 1996, 27 de febrero de 1997 y 23 de enero de 1998.

¹¹ STSJ de Madrid de 7 de mayo de 2009 (AS 2009\1679).

¹² SSTSJ Madrid 23 mayo 2006 (AS 2006/1738); Navarra 18 abril 2006 (AS 2006/1816).

No obstante, pese a la dificultad que entraña, existe una evolución judicial positiva que ha ido reconociendo como enfermedad del trabajo las crisis nerviosas producidas por estrés laboral,¹³ el síndrome de *burn-out*,¹⁴ el síndrome depresivo reactivo a acoso sexual del generante,¹⁵ trastornos derivados de ansiedad¹⁶ o trastornos ansioso depresivos por acoso moral.¹⁷ Sin embargo, los tribunales, históricamente y en la actualidad, adquieren una posición conservadora, desarrollando una especie de «justicia defensiva» (a modo de «medicina defensiva») para evitar o frenar el crecimiento de demandas por patologías psicosomáticas derivadas del acoso o la atención sexual (Yagüe 2020), «de modo que, a día de hoy, que es lo que nos interesa, tan solo 2 de cada 10 demandas presentadas (relacionadas con los riesgos psicosociales) serán tocadas con la varita mágica de la diosa fortuna y tendrán éxito» (Molina-Navarrete 2019, 145).

Puede concluirse que existen distintos niveles de protección social para las enfermedades de etiología laboral, siendo el elemento determinante la presunción legal (Sánchez y Conde 2008). Para las patologías listadas en el cuadro de enfermedades profesionales, rige una presunción *iuris et de iure*, reconociendo automáticamente la laboralidad de la patología sin necesidad de prueba de la relación causal, pero las enfermedades psicosociales quedan excluidas. En un segundo nivel, de acuerdo con el art. 156.3 LGSS (MESS 2015, 10383), podría presumirse *iuris tantum* su consideración como accidente de trabajo, pero su aplicación resulta compleja a la luz de la jurisprudencia existente. En fin, la vía más factible, la del artículo 156.2.e) LGSS (MESS 2015, 10383), tampoco es del todo segura en la medida en que se necesita probar la conexión causal exclusiva entre el trabajo y la enfermedad, derivando esta configuración en una grave subestimación en el sistema de notificación y registro de protección social. De hecho, así lo manifiestan las/os expertos consultados y la doctrina científica:

el riesgo psicosocial yo creo que directo a contingencia común, probablemente este mal mirada en la empresa porque no está muy fino, riesgo psicosocial hoy por hoy no se trabaja en las empresas (Experto n.º 1)

el tema del estrés, la depresión y todo lo demás, que no digo que no haya y que deba evaluarse y que debería haber un criterio médico muy fuerte para las personas que van por esos temas (Experta n.º 5)

si se añadieran a las bajas por enfermedades profesionales reconocidas los aproximadamente 400.000 casos anuales de bajas por contingencia común provocadas por cau-

¹³ STSJ de País Vasco, de 7 de octubre de 1997 (AS 1997/3163).

¹⁴ STSJ de País Vasco, de 2 de noviembre de 1999 (AS 1999/4212).

¹⁵ STSJ de Galicia, 24 de enero de 2000 (AS 2000/60).

¹⁶ STSJ de Castilla y León, de 10 de mayo de 2007 (JUR 2007/241741).

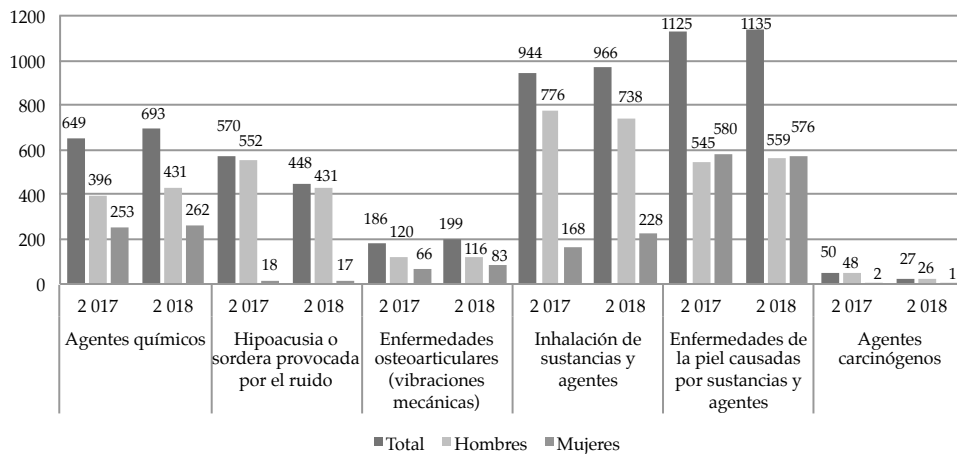
¹⁷ STSJ de Navarra, de 30 abril de 2001 (AS 2001/1878).

sas psicológicas o psiquiátricas, la cifra total aumentaría en casi un 40%. (Sánchez y Conde 2008, 287)

Así las cosas, se puede concluir, de nuevo, que en el sistema español de protección social existe una discriminación indirecta hacia las mujeres trabajadoras, en la medida que las estadísticas oficiales de enfermedades profesionales proporcionadas por el Ministerio de Trabajo (gráfica 3) muestran que las patologías psicósomáticas a las que se encuentran con mayor intensidad expuestas las mujeres quedan excluidas sistemáticamente del registro oficial.

Gráfica 3.

Número de enfermedades profesionales por causa y sexo en España (2017-2018).



Fuente: MITRAMISS (2018a). Elaboración propia.

Algunas conclusiones y propuestas de mejora del sistema normativo

En el transcurso de la presente investigación, se ha constatado, tanto desde un punto de vista normativo, doctrinal y jurisprudencial como desde una visión sociológica con la consulta a expertas/os en salud laboral, que los riesgos psicosociales quedan invisibilizados en el marco normativo español, tanto de prevención como de protección por parte del sistema de la Seguridad Social, evidenciando la existencia de una brecha entre la política (marco regulatorio) y la práctica real, lo que genera desde mi punto de vista, una doble discriminación indirecta. Pues como se ha puesto de manifiesto a lo largo del trabajo, la prevalencia de los riesgos psicosociales es mayor en trabajadoras que en trabajadores, no solo por la mayor incidencia en sectores de actividad altamente feminizados, sino también desde un punto de vista subjetivo, pues afecta más a mujeres por la desigual división sexual en las tareas domésticas y reproductivas.

Por lo que refiere al sistema de prevención, la LPRL establece una deuda general de seguridad a los empleadores, y, por consiguiente, deberán garantizar una protección eficaz a las/os trabajadoras/es sobre cualquier tipo de riesgo laboral, tanto para los tradicionales como los emergentes de origen psicosocial. Sin embargo, el carácter general y su falta de desarrollo normativo son explicativos de la menor intensidad protectora. Se propone como posible solución una reforma de la LPRL en un doble sentido. Por un lado, establecer con claridad la obligación de evaluar los riesgos psicosociales, realizar un desarrollo normativo que permita establecer los criterios y técnicas para evaluarlos, así como integrar la perspectiva de género en el sistema de gestión de la empresa. Por otro, para salvar las diferencias de poder y hacer más visible los riesgos psicosociales en las organizaciones, se propone establecer órganos de representación colectiva paritarios entre hombres y mujeres, siendo estos los comités de seguridad y salud laboral. Además, alguno de los ejemplos estudiados, como es el caso del II Convenio Colectivo profesional de los controladores de tránsito aéreo, ponen de manifiesto que, para actuar de forma eficaz sobre las patologías psicosomáticas que sufren las trabajadoras a raíz de la doble carga de trabajo a la que están sometidas, son necesarias políticas integrales que superen el ámbito de la normativa preventiva (Artazcoz *et al.* 2011).

En referencia al sistema de protección social, se pueden tener tres alternativas de diversa intensidad: En primer lugar, se podría modificar el artículo 156.2e) de la LGSS y eliminar la necesidad de probar el nexo causal entre enfermedad psicosocial y trabajo, estableciendo, como en el artículo 156.1 LGSS, la expresión «por ocasión o como consecuencia» mucho más flexible en la acción probatoria. Una segunda alternativa pasaría por modificar el Real Decreto 1299/2006 y pasar de un sistema de lista cerrada de enfermedad profesional a uno abierto, como se establece en Finlandia, Bélgica o Bulgaria (EU-OSHA 2017), donde las patologías de origen psicosocial, por su propia naturaleza, puedan ser encuadradas como tal, y no necesariamente como enfermedad del trabajo. Cabe añadir que esta posibilidad tampoco exoneraría a las víctimas de acoso moral o sexual de probar la existencia del nexo causal entre trabajo y enfermedad para constatar su etiología laboral. Pese a que considero más esta alternativa, genera cierta inseguridad jurídica ya que es difícil determinar el origen de las enfermedades, sobre todo mentales, y el informe médico puede ser contradicho por otros informes médicos, siendo mejor un sistema de lista mixto (López 2017). Por último, para que los riesgos psicosociales dispongan el mismo nivel de protección social que los tradicionales, tanto la doctrina científica como los actores sociales coinciden en que la solución sería incluir dentro de la lista cerrada de enfermedades profesionales a las denominadas psicosociales, producidas por situaciones de estrés, discriminación, acoso moral o sexual, desgaste profesional, violencia física o atención sexual no deseada, para que dichas patologías dispongan una elevada cobertura a través de la presunción *iuris et de iure*, sin necesidad probatoria. De hecho, existen ciertos avances sobre las patologías causadas por los riesgos nuevos y emergentes, tal

y como, por ejemplo, los acuerdos llevados a cabo entre el gobierno y los agentes sociales para el reconocimiento de un grupo de enfermedades profesionales para el colectivo de las camareras de piso relacionados con los movimientos repetitivos (MITRAMISS 2018b).

Referencias bibliográficas

- Aloisi, Antonio. 2016. «Commoditized Workers. Case Study Research on Labour Law Issues Arising from a Set of ‘On-Demand/Gig Economy’ Platforms.» *Comparative Labor Law & Policy Journal* 37 (3): 620-653. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2637485>
- Arias-de la Torre, Jorge, Antonio Molina, Tania Fernández Villa, Lucía Artazcoz, y Vicente Martín. 2019. «Mental health, family roles and employment status inside and outside the household in Spain.» *Gaceta Sanitaria* 33 (3): 235-241. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2017.11.005>
- Artazcoz, Lucía, Inma Cortès, Carme Borrell, Vicenta Escribà, y Lorena Cascant. 2011. «Social inequalities in the association between partner/marital status and health among workers in Spain.» *Social Science and Medicine* 72 (4): 600-607. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.11.035>
- Ballester, María Amparo. 2013. «La política de la OIT de la Unión Europea sobre salud y riesgos psicosociales.» *Revista Internacional y Comparada de Relaciones Laborales y Derecho del Empleo* 1 (4). Disponible en: http://ejcls.adapt.it/index.php/rld_e/article/view/136
- Campos-Serna, Javier, Elena Ronda-Pérez, Lucía Artazcoz, y Fernando G. Benavides. 2012. «Desigualdades de género en salud laboral en España.» *Gaceta Sanitaria* 26 (4): 343-351. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2011.09.025>
- Chodorow, Nancy. 2002. «Glass ceilings, sticky floors, and concrete walls: internal and external barriers to women’s work and achievement.» En *Constructing and deconstructing woman’s power*, editado por Beth Seeling, Robert Paul, y Carol Levy, 18-28. London: Communication Crafts.
- Di Tecco, Cristina, Aditya Jain, Antonio Valenti, Sergio Iavicoli, y Stavroula Leka. 2017. «An evaluation of the impact of a policy-level intervention to address psychosocial risks on organisational action in Italy.» *Safety Science* 100 (A): 103-109. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2017.05.015>
- EU-OSHA – European Agency for Safety and Health at Work. 2007. *Expert forecast on emerging psychosocial risks related to occupational health and safety*. Luxembourg: Publications Office of the EU. Disponible en: <https://osha.europa.eu/en/publications/reports/7807118>
- EU-OSHA. 2015. *European Survey of Enterprises on New and Emerging Risks – Managing Safety and Health at Work*. Luxembourg: Publications Office of the EU. Disponible en: <https://visualisation.osha.europa.eu/esener#!en/survey/overview/2014>
- EU-OSHA. 2017. *Methodologies to identify work-related diseases: Review of sentinel and alert approaches*. Luxembourg: Publications Office of the EU. DOI: <https://doi.org/10.2802/053155>
- European Commission. 2004. «Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of Regions on the practical implementation of the provisions of the Health and

- Safety at Work Directives 89/391 (Framework), 89/654 (Workplaces), 89/655 (Work Equipment), 89/656 (Personal Protective Equipment), 90/269 (Manual Handling of Loads) and 90/270 (Display Screen Equipment)». Disponible en: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52004DC0062>
- European Social Partners. 2004. *Framework Agreement on Work-Related Stress*. Brussels: European Social Partners – ETUC, UNICE(BUSINESSEUROPE), UEAPME and CEEP. Disponible en: <http://erc-online.eu/file/framework-agreement-on-work-related-stress-da>
- European Social Partners, 2007, *Framework Agreement on Harassment and Violence at Work*. Brussels: European social partners – ETUC, BUSINESSEUROPE, UEAPME and CEEP. Disponible en: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?uri=CELEX:52007DC0686>
- European Social Partners, 2008, «Implementation of the European autonomous framework agreement on work-related stress.» Disponible en: <https://osha.europa.eu/en/legislation/guidelines/framework-agreement-on-work-related-stress>
- INSHT – Instituto Nacional de Seguridad y Salud en el Trabajo. 2017. *Encuesta Nacional de Condiciones de Trabajo. 2015 6ª EWCS. España – Año 2017*. Madrid: INSHT. Disponible en: <https://www.insst.es/documentacion/catalogo-de-publicaciones/encuesta-nacional-de-condiciones-de-trabajo.-2015-6-ewcs.-espana>
- Kivimäki, Mika, Jussi Vahtera, Jaana Pentti, y Jane Ferrie. 2000. «Factors underlying the effect of organisational downsizing on health of employees: longitudinal cohort study.» *British Medical Journal* 320: 971-975. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.320.7240.971>
- Kreimer, Margareta. 2004. «Labour market segregation and the gender-based division of labour.» *European Journal of Women's Studies* 11 (2): 223-246. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350506804042097>
- Leka, Stavroula, Aditya Jain, Sergio Iavicoli, Maarit Vartia, y Michael Ertel. 2011a. «The role of policy for the management of psychosocial risks at the workplace in the European Union.» *Safety Science* 49 (4): 558-564. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2010.02.002>
- Leka, Stavroula, Aditya Jain, Maria Widerszal-Bazyl, Dorota Żołnierczyk-Zreda, y Gerard Zwetsloot. 2011b. «Developing a standard for psychosocial risk management: PAS 1010.» *Safety Science* 49 (7): 1047-1057. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2011.02.003>
- Leka, Stavroula, Aditya Jain, Sergio Iavicoli y Cristina Di Tecco. 2015. «An evaluation of the policy context on psychosocial risks and mental health in the workplace in the European Union: achievements, challenges and the future.» *BioMed Research International* 5: 1-18. DOI: <https://doi.org/10.1155/2015/213089>
- Leka, Stavroula, Wim Van Wassenhove, y Aditya Jain. 2015. «Is psychosocial risk prevention possible? Deconstructing common Presumptions.» *Safety Science* 71 (A):61-67. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2014.03.014>
- López, Juan. 2017. «Acción protectora (I). Las contingencias protegidas.» En *Curso de Seguridad Social*, coordinado por José Francisco Blasco y Juan López, 285-308. Valencia: Tirant Lo Blanch.
- MESS – Ministerio de Empleo y Seguridad Social. 2015. «Real Decreto Legislativo 8/2015, de 30 de octubre, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley General de la Seguridad Social.» *Boletín Oficial del Estado*, núm. 261, de 31 de octubre de 2015, 103291-103519. Disponible en <https://www.boe.es/eli/es/rdlg/2015/10/30/8>
- MESS. 2016. *Informe Anual de la Inspección de Trabajo y Seguridad Social 2016*. Madrid: MESS. Disponible en: http://www.mitramiss.gob.es/itss/web/Que_hacemos/Estadisticas/index.html

- MITRAMISS – Ministerio de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social. 2018a. *Anuario de Estadísticas. 4. Condiciones de trabajo y relaciones laborales. Enfermedades profesionales*. Disponible en: <http://www.mitramiss.gob.es/es/estadisticas/anuarios/2018/index.htm>
- MITRAMISS. 2018b. «El Gobierno y los agentes sociales acuerdan el reconocimiento de las enfermedades profesionales de las camareras de piso.» Disponible en: <http://prensa.empleo.gob.es/WebPrensa/noticias/laboral/detalle/3351>
- Molina-Navarrete, Cristóbal. 2019. «Del acoso moral (mobbing) al ciberacoso en el trabajo (network mobbing): viejas y nuevas formas de violencia laboral como riesgo psicosocial en la reciente doctrina judicial.» *Revista de Trabajo y Seguridad Social* 437-438: 143-165. Disponible en: <http://www.celegal.com/revista-trabajo-seguridad-social.htm>
- Olarte, Sofía. 2005. «Acoso moral y enfermedades psicosociales: un riesgo laboral calificable de accidente de trabajo. Progresos y dificultades.» *Temas Laborales* 80: 65-94. Disponible en: https://www.juntadeandalucia.es/empleo/carl/carlportal-portlets/documentos?nombre=33_766_3.pdf
- Payá, Raúl, y Pere Beneyto. 2019. «Desigualdades de género en términos de condiciones de trabajo, empleo y salud laboral.» *Sociología y tecnociencia* 9 (2): 23-49. DOI: <https://doi.org/10.24197/st.2.2019.23-49>
- Pires, Cristina, Raquel Pereira, Helena Valente, y Helena Moura. 2018. «Violência sexual e consumo de substâncias psicoativas: podem os contextos festivos ser educativos?» *ex æquo* 37: 143-158. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.10>
- Rasmussen, Mette Bøgehus, Tom Hansen, y Klaus Nielsen. 2011. «New tools and strategies for the inspection of the psychosocial working environment: the experience of the Danish Working Environment Authority.» *Safety Science* 49 (4): 565-574. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2010.06.002>
- Sánchez, Carmen, y Pilar Conde. 2008. «La protección social y los riesgos psicosociales.» *Anales de Derecho* 26: 257-297. Disponible en: <https://revistas.um.es/analesderecho/article/view/113181>
- Sánchez, Carmen, y Djamil Tony Kahale. 2016. «Las enfermedades psicosociales y su consideración como enfermedad del trabajo.» *Anales de Derecho* 34 (1). Disponible en: <https://revistas.um.es/analesderecho/article/view/221141>
- SLIC – The Committee of Senior Labour Inspectors. 2012. «Psychosocial risk assessments. SLIC Inspection Campaign 2012. Final report.» Disponible en: <http://www.sevosh.org.gr/el/Images/News/SLIC-2012/SLIC1>
- UGT-CEC. 2015. *La negociación colectiva en Prevención de Riesgos Psicosociales en el Trabajo a los 20 años de vigencia de la LPRL*. Madrid: Secretaría de Salud Laboral y Medio Ambiente UGT-CEC. Disponible en: <http://portal.ugt.org/saludlaboral/observatorio/catalogo2015/publicaciones/revistas/024/descargas/guianegociacion.pdf>
- Vogel, Laurent. 2015. *The machinery of occupational safety and health policy in the European Union History, institutions, actors (2015)*. Brusels: European Trade Union Institute (ETUI). Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/292152761_The_machinery_of_occupational_safety_and_health_policy_in_the_European_Union_-_History_institutions_actors_2015
- Yagüe, Sergio. 2020. «Violencia y acoso en el trabajo: un análisis del nuevo concepto a la luz del 190º Convenio de la OIT.» *Revista Inclusiones* (en prensa).

Raúl Payá Castiblanque. Graduado en Relaciones Laborales, Master en Dirección y Gestión de Recursos Humanos por la Universidad de Valencia y Técnico en Prevención de Riesgos Laborales, con diez años de experiencia profesional como Auditor de Prevención. Investigador FPU 2016/04591 en el Departamento de Sociología de la Universidad de Valencia, donde prepara su Tesis doctoral sobre los sistemas europeos de participación de los trabajadores en prevención de riesgos
Correo electrónico: raul.paya@uv.es

Artículo recibido en 26 de septiembre de 2019 y aprobado para publicación en 8 de abril de 2020.

RECLUSÃO FEMININA: AS IMPLICAÇÕES DA VISITA ÍNTIMA NA ADAPTAÇÃO À PRISÃO

Rita Pinto* e Alexandra Oliveira**

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender a adaptação à prisão de reclusas e analisar as suas atitudes e percepções sobre a influência das visitas íntimas neste processo. Para tal, realizámos entrevistas a quarenta reclusas detidas num estabelecimento prisional feminino (vinte inscritas e vinte não inscritas no Regime de Visitas Íntimas). Com recurso à análise de conteúdo categorial das entrevistas, concluímos que a maioria das mulheres passou por um período psicologicamente conturbado, sendo a maior causa de dores de prisão o afastamento da família e dos filhos. Como consequência, estas mulheres percebem as visitas íntimas como um programa significativo e benéfico na medida em que atenua as dores de prisão.

Palavras-chave: Reclusão feminina, visitas íntimas, adaptação à prisão, atitudes, percepções.

Abstract

Female Incarceration: Implications of the intimate visits on prison adaptation

This study aims to understand female prisoners' adaptation to the imprisonment and to analyze their attitudes and perceptions about the influence of intimate visits in this process. To this end, we conducted interviews with forty female inmates (twenty registered and twenty not registered in the Intimate Visit Scheme). Through content analysis of the interviews conducted, we conclude that most of the women went through a psychologically troubled period, and their biggest prison pain was the removal from family and children. As a result, these women perceive intimate visits as a meaningful and beneficial program as it reduces prison pains.

Keywords: Female incarceration, intimate visits, prison adaptation, attitudes, perceptions.

Résumé

Réclusion féminine: les implications de la visite intime à l'adaptation en prison

Nous avons mené des entretiens avec quarante détenues (vingt détenues inscrites et vingt non enregistrées dans le cadre du programme de visites intimes). Par l'analyse du contenu des entretiens menés, nous concluons que la plupart des femmes ont vécu une période psychologiquement troublée et que leur plus grande souffrance en prison est l'éloignement de la famille et des enfants. En conséquence, ces femmes perçoivent les visites

* Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).

Endereço postal: FPCEUP, Rua Alfredo Allen 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: psi.ritapinto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7915-1503>

** Endereço eletrónico: oliveira@fpce.up.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8453-1719>

intimes comme un programme bénéfique car il atténue les souffrances de l'emprisonnement.

Mots-clés: Incarcération de femmes, visites intimes, adaptation aux prisons, attitudes, perceptions.

Introdução

As teorias criminais raramente se preocuparam com a análise da criminalidade feminina (Smart 2008), sendo no contexto da criminologia positivista do século XIX que surgiu o estudo da delinquência feminina, depois de uma longa ausência das mulheres nas investigações (Matos 2008). Apesar desta inclusão e da evolução observada durante mais de um século, a menor referência ao crime no feminino, tradicional na criminologia, traduziu-se também em Portugal na ausência, durante décadas, de estudos sobre a mulher que transgredir (Matos e Machado 2007). Embora ainda se considere que o estudo do crime continua a privilegiar o universo masculino (Duarte e Gomes 2015), tal vem a ser colmatado, nomeadamente em Portugal, por um conjunto de estudos conduzidos por diversas autoras (e.g., Cunha 1994, 2002; Matos 2008; Duarte e Gomes 2015; Granja 2017).

No que respeita, especificamente, à sexualidade na prisão, este é um tema controverso, que chama pouco a atenção dos cientistas sociais (Cordeiro 2017). Ainda assim, a este respeito, em Portugal, podemos citar a dissertação de mestrado de Sara Melo (2013), que aflora a forma como os homens reclusos experienciam e atribuem sentido às visitas íntimas, bem como a de Ricardo Silva (2016), que – não se focando nas visitas íntimas, mas na forma como os reclusos percebem as relações sexuais entre homens na prisão – encontra em todos os entrevistados o desejo de ter visitas íntimas para realçar a falta de relações sexuais com uma mulher. No entanto, o maior destaque deve ser dado ao trabalho de Rafaela Granja (2017) que, tendo como tema central as relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão, apresenta alguns dados relativos às experiências e representações das reclusas sobre o Regime de Visita Íntima. Por sua vez, a investigação científica sobre a adaptação à reclusão também se centra maioritariamente nos homens reclusos, sendo escassos os estudos que escolhem abordar este tema a partir de amostras com reclusas. Com o aumento do número de mulheres ofensoras, identificar como se processa a sua adaptação à vida na prisão torna-se cada vez mais importante, tendo em vista a melhoria do ambiente correccional e sendo a reabilitação o objetivo último.

A reclusão, ao exigir a modificação radical de padrões de vida e de funcionamento básico de um indivíduo, torna-se, não raras vezes, uma experiência stressante (Bender 2015). Como defendem Steiner e Wooldredge (2009), as experiências e atividades durante a reclusão são uma das principais categorias preditoras do desajuste que pode funcionar como mecanismo de controlo do comportamento

do/a recluso/a, tanto de forma direta como indireta. Assim, neste artigo, iremos focar-nos na visita íntima, que é uma das experiências possíveis de serem vivenciadas durante o período de reclusão, tentando compreender em que medida esta se relaciona com o processo de adaptação ao meio prisional.

Desde o início dos estudos sobre o tema das visitas íntimas, os defensores destes programas têm argumentado que estas mantêm a estabilidade familiar (Cordeiro 2017; Turanovic e Tasca, 2019), reduzem o comportamento violento sexual e não sexual na prisão (D'Alessio, Flexon e Stolzenberg 2013), diminuem o isolamento social na prisão, aumentando o bem-estar psicológico da pessoa reclusa (De Claire e Dixon 2017), diminuem a probabilidade do indivíduo reincidir (Mears *et al.* 2012) e promovem uma reinserção social mais positiva (Visher e O'Connell 2012).

De um modo geral, a literatura sugere que a falta de apoio de outras pessoas significativas fora da prisão parece ser bastante crítica para as mulheres que têm dificuldade em adaptar-se ao ambiente institucional (Bender 2015; Kotova 2019) e que o apoio e estabilidade dos membros da família têm efeitos estatisticamente significativos sobre a adaptação à vida na prisão (Chen, Lai e Lin 2014).

O argumento de que as visitas, no geral, e as visitas íntimas, em particular, reduzem o comportamento violento na prisão deve ser salientado. A literatura sugere que as visitas íntimas, ao permitirem a manutenção dos laços com a família, amigos e membros da comunidade, funcionam como um instrumento de controlo informal, podendo contribuir para desencorajar a má conduta institucional do/a recluso/a (Jiang e Winfree 2006; Turanovic e Tasca 2019).

Estas ligações familiares podem ser importantes num contexto onde a pessoa reclusa enfrenta uma pressão considerável para a conformidade com as subculturas desviantes da prisão, uma vez que, se as conexões com a comunidade enfraquecem, o/a recluso/a pode começar a identificar-se mais com a cultura da prisão (Cochran 2012), dando-se o chamado processo de prisionização. No seu estudo, Cochran (2012) sugere que uma explicação plausível para tal pode ser a de que o contacto regular com amigos e familiares permite que a pessoa mantenha o seu papel na família ou como membro da comunidade, identificando-se em menor grau com a subcultura da prisão. Neste sentido, os estudos apontam que a manutenção de laços sociais parece ser um mecanismo fundamental através do qual as pessoas na prisão podem evitar a influência potencialmente criminógena do período de reclusão (Mears *et al.* 2012; Granja 2017). Num estudo de 2019, Ospina-Gómez e Bedoya-Gallego apoiam esta hipótese de que o estado de prisionização, somado a um baixo suporte social, ou mesmo ao abandono dos familiares mais próximos, geram uma série de reações negativas prejudiciais ao bem-estar físico e psicológico da população reclusa.

Como os estudos sobre a adaptação à prisão sugerem, uma das preocupações centrais que os/as reclusos/as expressam é o isolamento das redes sociais às quais pertenciam e nas quais participaram anteriormente (Mears *et al.* 2012). Assim, a

visita pode reduzir os sentimentos de perda e frustração e a falta de esperança associados à quebra dos laços com a família, amigos e comunidade.

Neste artigo, os objetivos envolviam compreender o modo como as reclusas vivenciam o processo de adaptação à reclusão, bem como identificar e analisar as atitudes e as percepções das reclusas, inscritas e não inscritas no Regime de Visitas Íntimas (RVI), acerca da influência na vivência prisional da participação neste regime.

Metodologia

Tendo em conta que se pretendia aceder aos discursos sobre o RVI e a influência deste na vivência da reclusão feminina, optámos pela entrevista qualitativa semiestruturada como instrumento de recolha de dados, pois esta permite-nos captar o discurso e os significados das participantes.

Uma vez que a investigação existente em Portugal sobre esta temática, dando voz às próprias reclusas inscritas no RVI, é escassa e não se conhece qualquer estudo no nosso país sobre as percepções que as reclusas não inscritas neste regime possuem sobre este, optámos por incluir na nossa amostra mulheres com e sem visita íntima, comparando os resultados dos dois grupos.

O método de seleção da amostra foi aleatório, tendo por base duas listas disponibilizadas pela direção do Estabelecimento Prisional onde foi efetuado o estudo: a primeira, das reclusas inscritas no regime de visitas íntimas (62 mulheres no total, à data das entrevistas) e, a segunda, das restantes reclusas detidas nesse mesmo estabelecimento prisional (278 reclusas sem RVI). A nossa amostra é constituída por 40 reclusas, das quais 20 estavam inscritas no RVI e 20 não usufruíam deste tipo de visitas. Destas 40, três são de nacionalidade estrangeira, sendo a média de idades de 37 anos. Na totalidade da amostra, existem 21 reclusas primárias e 19 reclusas reincidentes, com uma média de três anos de reclusão, estando seis em prisão preventiva e as restantes condenadas, na sua maioria, pelo crime de tráfico de droga. Das reclusas inscritas no RVI, 11 tinham os companheiros presos e, das reclusas sem RVI, 13 não estavam, à data das entrevistas, num relacionamento amoroso.

Foram elaborados dois guiões de entrevista semiestruturada, um para cada grupo de participantes, com e sem RVI, contendo questões que, depois de realizada a devida revisão da literatura, foram consideradas importantes para o cumprimento dos objetivos deste estudo. Cada entrevista abordou três temas: (1) A criminalidade feminina, com questões gerais sobre a prática do(s) crime(s) que originou(aram) a reclusão; (2) A adaptação à reclusão, que incluiu questões que permitissem apreender o modo como cada entrevistada vivenciava a sua reclusão; (3) As Visitas Íntimas.

No início da interação com cada entrevistada foram esclarecidos os objetivos do estudo e o processo de recolha dos dados, bem como as condições em que a entrevista iria ocorrer, com garantia de anonimato. Tendo compreendido as informações prestadas e estando de acordo com a participação na investigação, as reclusas assinavam um consentimento informado, onde constava uma explicação das questões supracitadas e a autorização das próprias para se proceder à gravação áudio dos relatos. As entrevistas decorreram num gabinete privado do estabelecimento prisional, tendo a sua duração variado entre quinze minutos e uma hora e meia.

Para analisar as entrevistas, recorreremos à análise de conteúdo categorial de acordo com Bardin (2006), no sentido de retirar o máximo de informação do material recolhido. A análise foi validada por um terceiro independente.

Neste artigo, apresentaremos dois temas identificados na análise do conteúdo das entrevistas: 1) Obstáculos à adaptação à reclusão – que designaremos fazendo uso do conceito de *dores de prisão* de Sykes ([1958] 2007) – e as estratégias para o seu enfrentamento; e 2) Atitudes, vantagens e desvantagens do RVI. De modo a atribuir uma identificação aos excertos, mantendo a confidencialidade, optamos por codificá-los, sendo que do R1 ao R20 constam expressões retiradas das entrevistas às reclusas com RVI e do R21 ao R40 referem-se a reclusas não inscritas neste regime.

Apresentação e discussão dos resultados

A adaptação à reclusão: dores de prisão (Sykes [1958] 2007) e estratégias de enfrentamento

O primeiro resultado que emerge das entrevistas às reclusas, estejam ou não inseridas no RVI, indica que a sua adaptação à reclusão foi algo psicologicamente perturbador. Este dado está patente nas afirmações que a maioria das entrevistadas fez sobre este período – «O começo foi difícil, muito difícil! Passava o dia fechada, a chorar [...] entrei em depressão» (R21) –, principalmente pela distância em relação aos filhos – «Muito má. Foi má, porque eu era uma mãe muito presente [...]. É os meus filhos. Eu não consigo aceitar. Roubaram-me tudo» (R7) – e está em consonância com a literatura que sugere que a adaptação à prisão é uma experiência stressante e que o seu ajustamento é crítico (Segurado e Magano 2014; Bender 2015; Kotova 2019).

Sykes ([1958] 2007) conceitualizou cinco *dores de prisão* que visam representar as principais dificuldades e privações que os/as reclusos/as enfrentam durante o período de reclusão, designadamente: perda de autonomia e de segurança pessoal, privação de bens e serviços, de liberdade e de relações heterossexuais. A literatura mais recente sugere que, de modo geral, a experiência da reclusão é espe-

cialmente dolorosa para a população reclusa por implicar o afastamento da sua família (Kotova 2019).

Especificamente, as *dores de prisão* que afetam mais significativamente as reclusas, e que têm sido evidenciadas em vários estudos como os fatores mais angustiantes (Casey-Acevedo e Bakken 2002; Granja 2017), são, além das já enunciadas por Sykes, a separação dos filhos e família e a falta de companheirismo. Também na nossa investigação, a relação com a família é considerada de grande importância para as reclusas e, face à experiência prisional, o afastamento desta, em particular dos filhos e a preocupação com estes – «Custa saber que a família está lá fora a passar necessidades e não poder fazer nada, custa não saber se um filho tem comida na mesa» (R1) – são sentidos como as maiores *dores de prisão* para todas as reclusas entrevistadas.

As restantes *dores de prisão* enunciadas pelas mulheres entrevistadas são a privação da liberdade e da autonomia, quer em relação às suas rotinas, quer na resolução dos seus problemas pessoais no exterior, o que está em consonância com o que tem vindo a ser indicado na literatura.

Pela análise de alguns dos discursos das mulheres reclusas entrevistadas, percebemos que esta dor de prisão relacionada com a privação da liberdade não é sentida apenas em termos de limitações físicas, isto é, não está apenas ligada com o impedimento de saída para o exterior, mas também com a privação daquilo que entendemos como uma liberdade sensitiva, na medida em que ultrapassa o isolamento e o afastamento físicos destas pessoas em relação à sociedade extramuros. O seguinte exemplo é bastante ilustrativo da expressão desta falta de liberdade sensitiva: «Sinto falta... de ver! Eu gosto de ser livre! Não só da forma física [...] aqui eu não vejo uma flor! Só muro, muro, muro! Isso me angustia tanto!» (R16).

Para lidarem com os constrangimentos decorrentes da entrada na prisão, as mulheres entrevistadas assumem uma modificação ou moldagem dos seus comportamentos – «Eu basicamente mudei em tudo. [...] aqui temos de aprender a lidar com todo o tipo de situações, uma pessoa aqui tem de crescer» (R4) – e adotam várias estratégias para lidar com a reclusão (Matos 2008; Gonçalves e Gonçalves 2012; Bender 2015). A estratégia mencionada pela maioria das reclusas passa por encontrar intramuros uma atividade que seja satisfatória, sendo a ocupação laboral a preferencial. Uma outra estratégia facilitadora da vivência da reclusão, mencionada por duas das entrevistadas, é a escrita, que foi apontada como um contributo para o seu bem-estar psicológico: «Como me entretenho na minha cela é a escrever poemas e versos. Às vezes quando estou zangada, pego num papel [...] escrevo o que me apetece e depois rasgo! Fico aliviada!» (R8).

O apoio emocional da família é também encarado pelas entrevistadas como algo fundamental para o seu bem-estar psicológico, realçando a importância da segurança de que este suporte familiar se irá manter após a sua libertação —e.g., «A minha família tornou-se um pilar. Saber que tenho a minha família lá fora à minha espera é o mais importante de tudo» (R31).

O Regime de Visitas Íntimas: atitudes, vantagens e desvantagens

Através dos meios de contacto com o exterior disponibilizados pelos estabelecimentos prisionais (Vieira, Saavedra, e Araújo 2015), os/as reclusos/as reconfiguram as suas relações afetivas, desafiando os significados tradicionalmente associados aos conceitos de distância e separação física (Granja 2017). Um dos meios de contacto, geralmente disponibilizados pelos estabelecimentos prisionais, é a visita íntima.

No presente estudo, as atitudes das entrevistadas perante a visita íntima, independentemente de usufruírem desta ou não, estão relacionadas com os significados que atribuem a estas visitas.

Por trás de uma atitude negativa relativamente ao RVI, tanto por quem passa pela experiência da visita íntima, como por aquelas que não tendo essa experiência se tentam colocar no papel das mulheres que o fazem, está a atribuição de um significado de perda de intimidade, a qual é transposta da esfera privada para o domínio público. Tal pensamento decorre quer da revista por desnudamento que antecede a visita íntima, e que lhes causa desconforto e as faz sentir-se humilhadas, quer dos comentários jocosos que são tecidos por outras reclusas. Por sua vez, as reclusas sem RVI, embora nunca tenham experienciado a ida à visita íntima, partilham desta opinião, como nos sugere o seguinte excerto: «Eu ouço-as dizer que se sentem extremamente constrangidas na revista e eu acho que também me sentiria. É uma humilhação» (R26). De acordo com um dos relatórios da Human Rights Law Centre (Ball e Walters 2017), a revista por desnudamento é invasiva e humilhante, traumatizante em determinadas situações, sugerindo que este tipo de procedimento, justificado como necessário para manter a segurança nos estabelecimentos prisionais, não é uma resposta razoável nem proporcional à consecução desse objetivo, sugerindo a procura de alternativas menos invasivas.

O campo das possibilidades de vivenciar a sexualidade na prisão mostra que a relação afetivo-sexual é redesenhada à luz da monitorização penal (Granja 2017). Parece que o espaço privado da sexualidade conjugal se transpõe para o espaço público da prisão, transformando a experiência de intimidade num acontecimento público (Lima 2006; Constant 2013). Como afirma uma das mulheres entrevistadas (R10), durante a sua visita íntima, ela não deixa de ter presente que a restante população prisional tem conhecimento da sua visita, o que interfere negativamente nessa experiência: «Vontade uma pessoa tem sempre, mas não estamos cem por cento à vontade, percebe? A gente sabe que uma cadeia inteira sabe que a gente está ali e para quê. Acho que devia de ser uma coisa mais reservada». Estas experiências sublinham o carácter altamente intrusivo das visitas íntimas, que redesenham a área mais privada de intimidade dos indivíduos e fazem colapsar os limites entre o público e o privado (Granja 2017).

As entrevistadas que têm uma atitude positiva em relação à visita íntima, quer usufruam ou não desta, atribuem-lhe um significado assente principalmente

na vantagem deste tipo de visita por facilitar a manutenção do elo de conjugalidade, por permitir uma convivência mais duradoura e num contexto mais isolado com os companheiros, o que, por sua vez, de acordo com a sua perspetiva, permite evitar a infidelidade dos mesmos. Tal como defendem as entrevistadas de ambos os grupos, a ida à visita íntima contribui para a manutenção da estabilidade das relações e concorre para a diminuição da angústia associada ao medo do abandono.

Um outro resultado que surge das narrativas das mulheres entrevistadas de ambos os grupos relaciona-se com o facto de o apoio emocional proporcionado pelos companheiros às mulheres com RVI ser sentido por estas e percecionado pelas reclusas sem RVI como tendo mais valor do que a parte sexual que pode ocorrer durante a visita íntima, o que está em consonância com os resultados apresentados por Granja (2017). As mulheres colocam a gratificação sexual em segundo plano, quer quando a motivação principal para a adesão ao regime de visitas íntimas é a tentativa de evitarem a infidelidade dos companheiros, quer quando referiram valorizar o apoio emocional que recebem do companheiro durante a visita íntima em detrimento da relação sexual. Pensamos que tal se pode dever, primeiro, às próprias características do contexto que levam as mulheres a desvalorizar o ato sexual, por não se sentirem completamente à vontade; segundo, o impacto da própria experiência da reclusão, na medida em que a falta de afeto e companheirismo é uma das grandes dificuldades sentidas pela maioria das entrevistadas, o que as leva a uma reconfiguração das suas prioridades, prevalecendo a dimensão afetiva sobre a dimensão sexual. Esta maior importância atribuída às questões emocionais, pode também refletir as dinâmicas subjacentes às relações sociais de género e à construção da identidade feminina, na qual as mulheres constroem a sua identidade nas relações de pertença, em particular nos papéis de mãe e esposa (Granja 2017), o que leva a que estas privilegiem a manutenção da família, e o papel da mulher na mesma, e desvalorizem as questões da sexualidade (Cordeiro 2017).

Em relação à influência das visitas íntimas sobre a sua vivência da reclusão, a maioria das reclusas entrevistadas afirma que esta é exercida quer sobre o seu estado emocional, quer sobre o seu comportamento, sendo que a maioria das reclusas relata que a sua participação no RVI favorece o seu bem-estar, facilitando a sua vivência da reclusão – «Dá-me força para continuar a seguir em frente. Acho que sem isso isto ia ser muito mais complicado» (R14). Neste sentido, a visita íntima funciona como uma atenuante da *dor de prisão* relacionada com a privação da liberdade para as reclusas inscritas neste regime, na medida em que, para a maioria delas, esta lhes proporciona uma sensação de escape à prisão, que lhes é facilitada pelas condições físicas do quarto de visita ao serem diferentes das características da restante área prisional. As visitas íntimas contrastam, assim, com as atividades rotineiras da reclusão e a exposição a que todos os intervenientes são submetidos durante as visitas prisionais regulares (Granja 2017). Como referiu uma das entrevistadas, estar no quarto da visita íntima transporta-a psicologicamente para o

exterior pelas semelhanças físicas que este espaço tem com outros espaços do exterior da prisão e pelas diferenças relativamente ao ambiente institucional, ou, como referem Mancini *et al.*, a visita «proporciona às mulheres um breve alívio da vida na prisão» (2016, 180), pelas condições físicas do local onde ocorre a visita.

Uma outra dor de prisão que é atenuada com a ida à visita, e que emerge do discurso das reclusas, é a que se relaciona com a separação dos filhos. No caso das reclusas com RVI, esta preocupação com os filhos acaba por ditar a dinâmica da visita íntima, na medida em que, a maioria deste grupo de reclusas, afirma que, das três horas de visita íntima, grande parte do tempo é passado a conversar acerca dos filhos do casal, o que lhes proporciona bem-estar emocional. Este tipo de visita contribui, assim, para diminuir a preocupação das reclusas acerca do bem-estar dos seus filhos, através da garantia de que estes estão a receber o apoio de que necessitam durante a sua ausência (Mancini *et al.* 2016).

Em termos comportamentais, a maioria das entrevistadas afirma que as visitas íntimas evitam o seu mau comportamento institucional, como nos explica a entrevistada R7: «Influencia. Porque isto, se não houvesse visita íntima isto havia muita porrada, muita porrada! A visita íntima faz-nos pensar duas vezes, porque a gente sabe que se vai ter um castigo podemos ficar sem a visita íntima». Assim, parece que, tal como sugerido por outros autores, a visita íntima não só diminui o isolamento social na prisão, aumentando o bem-estar psicológico da pessoa reclusa (De Claire e Dixon 2017; Ospina-Gómez e Bedoya-Gallego 2019), como também, ao permitir a manutenção dos laços com a família, funciona como um instrumento de controlo informal, podendo contribuir para desencorajar a sua má conduta institucional (Jiang e Winfree 2006).

Em suma, além de contribuírem para preservar laços afetivos entre cônjuges e outras pessoas significativas, as visitas íntimas aumentam o bem-estar psicológico das reclusas, com os benefícios que daí emergem para a disciplina e segurança nos estabelecimentos prisionais.

Conclusões

Nos últimos anos, os contextos penais têm vindo a tornar-se mais permeáveis ao exterior (Cunha 2014), criando mais e melhores condições para que as relações se mantenham na interface entre a prisão e o contexto externo, o que, por sua vez, facilita o processo de adaptação dos/as reclusos/as à sua nova conjuntura dentro do estabelecimento prisional.

À data das entrevistas, quando levadas a refletir sobre como decorreu a sua adaptação, a maioria das reclusas entrevistadas admitiu que a fase inicial do seu período de reclusão foi uma experiência psicologicamente dolorosa e o seu ajustamento crítico. É evidente nas entrevistas que a experiência da reclusão implica, de forma mais ou menos acentuada, a quebra nas relações sociais das reclusas de

ambos os grupos, o que, face à sua clara valorização da esfera afetiva, é algo vivido com grande angústia por todas as entrevistadas.

A nossa investigação sugere que a dificuldade das reclusas em adaptar-se ao ambiente prisional está diretamente relacionada com a falta de apoio de outras pessoas significativas fora da prisão. Assim, o *stress* vivido na prisão é relatado como maioritariamente provocado pelas *dores de prisão*, as quais surgem associadas à falta de apoio social dos membros da família em geral e ao afastamento dos filhos em particular, dificultando a sua adaptação. Para lidar com estes constrangimentos e atenuar estas *dores de prisão*, as reclusas adotam várias estratégias, as quais passam por ter uma atividade satisfatória intramuros de modo a assumir novas rotinas. A obtenção de apoio emocional por parte de pessoas significativas, maioritariamente companheiros e filhos, assume-se nos discursos das reclusas como o maior proporcionador de bem-estar emocional, contrariando quer a solidão sentida no período de reclusão, quer o medo de serem abandonadas por estes e ficarem sozinhas após este período. Neste sentido, a visita dos companheiros permite atenuar não só a solidão sentida pelas reclusas, como também colmatar a carência emocional decorrente desta experiência (Cordeiro 2017). Assim, níveis mais baixos de suporte estão associados a níveis mais elevados de ansiedade, sugerindo que quanto maior os níveis de apoio social, menor a probabilidade dos/as reclusos/as virem a sofrer de sintomas de depressão, tal como relatado por Listwan *et al.* (2010). Neste sentido, a manutenção das relações previamente existentes, tais como as parentais, são de promover, não só pela atenuação dos potenciais efeitos nocivos da separação, mas também com vista à futura integração social (Vieira, Saavedra, e Araújo, 2015). Tal como nos sugere Granja (2017), emerge daqui a necessidade de (re)pensar criticamente o papel da família na esfera penal e de serem criados mecanismos adicionais que facilitem a preservação de laços na interface entre o mundo prisional e o exterior.

Quer as vantagens, quer as desvantagens atribuídas à visita íntima são coincidentes entre as entrevistadas de ambos os grupos, o que mostra que usufruir ou não do RVI não tem influência nas atitudes que ambos os grupos têm em relação às visitas íntimas. Ambos os grupos salientam a estabilidade familiar proporcionada pela visita como a maior vantagem deste regime e como principal desvantagem a perda de privacidade associada à ida para a visita. Granja, Cunha, e Machado (2012) defendem que as relações íntimas em conjugação com este controlo penal patenteiam a reconfiguração da intimidade e das suas dinâmicas afetivas e sexuais. A inibição da vivência da intimidade e da sexualidade levantam questões paradoxais no âmbito das políticas penitenciárias (Constant 2013). Por um lado, a crescente importância atribuída à manutenção dos laços familiares durante o cumprimento da pena de prisão tem conduzido ao crescimento de oportunidades de contactos entre casais nos contextos penais (Granja, Cunha e Machado 2014). Por outro, as limitações impostas aos contactos íntimos e sexuais na prisão continuam a repercutir-se nos sistemas penais atuais, limitando e res-

tringindo as possibilidades dos casais de conservar os laços afetivos que os unem (Comfort *et al.* 2005).

Perante estes dados, podemos sugerir que a influência positiva que a visita íntima tem na adaptação e conseqüente vivência da reclusão das mulheres entrevistadas prende-se com o facto de, com este regime, ser proporcionado um espaço que possibilita à reclusa uma experiência de intimidade com o companheiro. Esta experiência de intimidade, ao ser percebida por todas as reclusas como uma forma de manutenção do elo de conjugalidade, atenua a dor de prisão associada à perda de laços afetivos com quem lhes é mais próximo, o que, por sua vez, lhes proporciona um maior bem-estar no decurso da pena de prisão. Da mesma forma, para não perderem a vantagem da visita íntima, as reclusas evitam o mau comportamento, o que poderia contribuir para uma maior dificuldade da vivência prisional.

Com base nos resultados do nosso estudo, podemos sugerir que a ida da mulher à visita íntima, ao funcionar como um fator desencorajador do comportamento negativo e ao contribuir para o aumento do bem-estar geral da reclusa, exerce uma influência positiva na adaptação à prisão. Assim, esta relação entre o comportamento institucional e a possibilidade de autorização, ou não, das visitas íntimas acaba por ser também mais um instrumento de gestão penitenciária que o estabelecimento prisional tem ao seu dispor para manter a ordem. Neste sentido, o objetivo último das visitas íntimas seria criar nas reclusas uma motivação adicional e extrínseca para o seu bom comportamento. Isto é, o que leva as reclusas a autorregular o seu comportamento não é apenas a vontade intrínseca de ter bom comportamento, mas também o desejo de concretizar a visita íntima, pelos contributos positivos que esta tem sobre o seu bem-estar emocional. Assim, a visita íntima acaba por ser mais um mecanismo disciplinar para assegurar a boa conduta institucional.

As teorias a favor do isolamento e da separação com base no cumprimento das políticas e práticas de punição e segurança das prisões evoluíram gradualmente para a compreensão atual da importância da família e dos amigos na reabilitação da pessoa reclusa (Casey-Acevedo e Bakken 2002), bem como na definição das visitas como um programa de reabilitação que cria um sistema forte de suporte social proporcionado à população reclusa, com efeitos na sua reintegração na sociedade (Boman e Mowen 2017). Tendo isto em conta, esperamos que os resultados deste estudo possam concorrer para salientar as vantagens deste tipo de visitas para a vivência prisional das reclusas. De acordo com Pettus-Davis *et al.* (2018), o suporte social vivenciado durante a reclusão, no qual se enquadra o que é proporcionado pelas visitas dos companheiros, é um fator de proteção durante a reinserção das reclusas na sociedade, uma vez que lhes proporciona um sentimento de previsibilidade, estabilidade e pertença. Assim, ao demonstrar que, do ponto de vista da maioria das reclusas, o RVI é uma contribuição para o equilíbrio psicoafectivo e comportamental de quem dele usufrui durante o cumprimento da

sua pena de privação da liberdade, a nossa investigação sugere que melhorar este regime pode ajudar a melhorar a vida de toda a comunidade prisional, bem como a qualidade da sua reinserção social.

Em suma, julgamos que a pertinência deste estudo tem a ver não apenas com as características da amostra, uma amostra sobre a qual as investigações têm sido escassas, mas também com a importância de tentar compreender a forma como determinadas experiências na prisão influenciam o modo como as reclusas vivem a sua reclusão, pois consideramos que melhorar o ambiente correcional é um passo importante para uma reabilitação mais bem-sucedida.

Referências bibliográficas

- Ball, Rachel, e Adrienne Walters. 2017. *Total Control: Ending the routine strip searching of women in Victoria's prisons*. Melbourne: Human Rights Law Centre. Disponível em <https://www.hrlc.org.au/reports/2017/12/5/report-total-control-ending-the-routine-strip-searching-of-women-in-victorias-prisons>.
- Bardin, Laurence. 2006. *Análise de conteúdo*. Traduzido por Luís Antero Reto e António Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- Bender, Kimberly. 2015. «Exploring incarcerated women memorable messages and the effects of prison relationships on doing time.» Tese de doutoramento, Michigan State University.
- Boman, John, e Thomas Mowen. 2017. «Building the ties that bind, breaking the ties that don't.» *Criminology & Public Policy* 16 (3): 753-774. DOI: <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12307>.
- Casey-Acevedo, Karen, e Tim Bakken. 2002. «Visiting women in prison: Who visits and who cares.» *Journal of Offender Rehabilitation* 34 (3): 67-83. Disponível em https://doi.org/10.1300/J076v34n03_05.
- Chen, Yu-Shu, Yung-Lien Lai, e Chien-Yang Lin. 2014. «The impact of prison adjustment among women offenders: A Taiwanese perspective.» *The Prison Journal* 94 (1): 7-29. DOI: <https://doi.org/10.1177/0032885513512083>.
- Cochran, Joshua. 2012. «The ties that bind or the ties that break: Examining the relationship between visitation and prisoner misconduct.» *Journal of Criminal Justice* 40 (5): 433-440. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2012.06.001>.
- Comfort, Megan, Olga Grinstead, Kathleen McCartney, Philippe Bourgois, e Kelly Knight. 2005. ««You can't do nothing in this damn place!» Sex and intimacy among couples with an incarcerated male partner.» *Journal of Sex Research* 42(1): 3-12. DOI: <https://doi.org/10.1080/00224490509552251>
- Constant, Chloé. 2013. «Sexe(s) derrière les barreaux: Inégalités d'accès à la visite intime et hétérogénéité des pratiques sexuelles», *RITA – Revue Interdisciplinaire de Travaux sur les Amériques* 6: 1-18. Disponível em <http://www.revue-rita.com/notes-de-recherche6/chloe-constant.html> [Consultado em 11 de abril de 2020].
- Cordeiro, Fabíola. 2017. «Criminalidade, gênero e sexualidade em uma penitenciária para mulheres no Brasil.» *Trivium – Estudos Interdisciplinares* 9 (1): 1-15. DOI: <https://doi.org/10.18379/2176-4891.2017v1p.1>.

- Cunha, Manuela Ivone. 1994. *Malhas que a reclusão tece: Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.
- Cunha, Manuela Ivone. 2002. *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- Cunha, Manuela Ivone. 2014. «Categorias de diferença, crime e reclusão: glossários, estatísticas e experiências». In *Género, Nacionalidade e Reclusão – Olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal*, organizado por Raquel Matos, 161-180. Porto: Universidade Católica.
- D'Alessio, Stewart, Jamie Flexon, e Lisa Stolzenberg. 2013. «The effect of conjugal visitation on sexual violence in prison.» *American Journal Of Criminal Justice* 38 (1): 13-26. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12103-012-9155-5>.
- De Claire, Karen, e Louise Dixon. 2017. «The Effects of Prison Visits From Family Members on Prisoners' Well-Being, Prison Rule Breaking, and Recidivism: A Review of Research Since 1991». *Trauma Violence & Abuse* 18 (2): 185-199. DOI: <https://doi.org/10.1177/1524838015603209>.
- Duarte, Vera, e Sílvia Gomes. 2015. A (des)construção de uma história única: Cruzando crime, género, classe social, etnia e nacionalidade. *Revista Psiquiatria, Psicologia & Justiça* 8: 139-164. Disponível em: http://www.spppj.com/uploads/numero8_julho2.5.pdf
- Gonçalves, Leonel Cunha, e Rui Abrunhosa Gonçalves. 2012. «Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão.» *Psicologia USP* 23 (3): 559-584. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000013>.
- Granja, Rafaela. 2017. *Para cá e para lá dos muros. Negociar relações familiares durante a reclusão*. Porto: Afrontamento.
- Granja, Rafaela, Manuela Ivone Cunha, e Helena Machado. 2012. «Intimidades em (des) conexão com a prisão: as relações amorosas de mulheres antes e durante a reclusão.» Comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, junho 19 a 22 de 2012.
- Granja, Rafaela, Manuela Ivone Cunha, e Helena Machado. 2014. «Sexuality, gender and confined bodies: Female prisoners experiences of intimate visits in a Portuguese prison». In *Gender, sexuality and the body: Critical perspectives*, organizado por Sofia Aboim e Pedro Vasconcelos, 70-80. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://hdl.handle.net/10451/11073> [Consultado em 11 de abril de 2020].
- Jiang, Shanhe, e Thomas Winfree. 2006. «Social Support, Gender, and Inmate Adjustment to Prison Life: Insights from a National Sample.» *The Prison Journal* 86 (1): 32-55. DOI: <https://doi.org/10.1177/0032885505283876>.
- Kotova, Anna. 2019. «Time...lost time: Exploring how partners of long-term prisoners experience the temporal pains of imprisonment.» *Time & Society* 28 (2): 478-498 DOI: <https://doi.org/10.1177/0961463X18763688>
- Lima, Márcia. 2006. «Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional.» Tese de doutoramento, Faculdade de Saúde Pública de São Paulo.
- Listwan, Shelley Johnson, Mark Colvin, Dena Hanley, e Daniel Flannery. 2010. «Victimization, social support, and psychological well-being: A study of recently released prisoners.» *Criminal Justice and Behavior* 37 (10): 1140-1159. DOI: <https://doi.org/10.1177/0093854810376338>.
- Mancini, Christina, Thomas Baker, Karla Sainju, Kristin Golden, Laura Bedard, e Marc Gertz. 2016. «Examining External Support Received in Prison and Concerns About

- Reentry Among Incarcerated Women.» *Feminist Criminology* 11 (2): 163-190 DOI: <https://doi.org/10.1177/1557085115579483>.
- Matos, Raquel. 2008. *Vidas raras de mulheres comuns. Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Almedina.
- Matos, Raquel, e Carla Machado. 2007. «Reclusão e laços sociais: discursos no feminino.» *Análise Social* 42 (185): 1041-1054. JSTOR: <https://www.jstor.org/stable/41012765>.
- Mears, Daniel, Joshua Cochran, Sonja Siennick, e William Bales. 2012. «Prison Visitation and Recidivism.» *Justice Quarterly* 29 (6): 888-918. DOI: <https://doi.org/10.1080/07418825.2011.583932>.
- Melo, Sara de Oliveira. 2013. «O impacto da reclusão na esfera familiar da vida dos indivíduos encarcerados.» Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Disponível em https://sigarra.up.pt/ffup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=252844.
- Ospina-Gómez, Yésica, e Diana Marcela Bedoya-Gallego. 2019. «Efectos psicológicos generados tras la ruptura de los lazos con el grupo primário de apoyo debido al fenómeno de prisionalización.» *Interdisciplinaria: Revista de Psicología y Ciencias Afines* 36 (1): 171-185 DOI: <https://doi.org/10.16888/interd.2019.36.1.12>.
- Pettus-Davis, Carrie, Christopher A. Veeh, Maxine Davis, e Stephen Tripodi. 2018. «Gender differences in experiences of social support among men and women releasing from prison.» *Journal of Social and Personal Relationships* 35 (9): 1161-1182 DOI: <https://doi.org/10.1177/0265407517705492>.
- Segurado, Nuno, e Olga Magano. 2014. «Mulheres ciganas, criminalidade e adaptação ao meio prisional.» *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 97-115. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/ntematico4/ntematico4a07.pdf>
- Silva, António Ricardo. 2016. «Homens ‘verdadeiros’ não fazem sexo na prisão: Vivência da sexualidade na reclusão.» Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Smart, Carol. 2008. «Criminological theory: its ideology and implications concerning women.» In *Gender and crime: a reader*, editado por Karen Evans e Janet Jamieson, 5-15. Berkshire: Open University Press.
- Steiner, Benjamin, e John Wooldredge. 2009. «Individual and environmental effects on assaults and nonviolent rule breaking by women in prison.» *Journal of Research in Crime and Delinquency* 46 (4): 437-467. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022427809341936>.
- Sykes, Gresham. (1958) 2007. *The society of captives: A study in a maximum security prison*. Princeton: Princeton University Press.
- Turanovic, Jillian, e Melinda Tasca. 2019. «Inmates’ Experiences with Prison Visitation.» *Justice Quarterly* 36 (2): 287-322 DOI: <https://doi.org/10.1080/07418825.2017.1385826>.
- Vieira, Catarina, Luísa Saavedra, e Alexandra M. Araújo. 2015. «Preservando a relação com os/as descendentes menores: padrões de comunicação na maternidade e paternidade em reclusão.» *Ex æquo* 32: 141-154. DOI: <https://doi:10.22355/exaequo.2015.32.09>.
- Visher, Christy, e Daniel O’Connell. 2012. «Incarceration and inmates’ self-perceptions about returning home.» *Journal of Criminal Justice* 40 (5): 386-393. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2012.06.007>.

Rita Pinto. Mestre em Psicologia da Justiça, pela Universidade do Porto. Autora da Dissertação de Mestrado «A Influência das Visitas Íntimas na Vivência da Reclusão Feminina», com a classificação final de 19 valores, dando origem a participações em seminários e congressos. Das suas experiências profissionais, destaca-se o trabalho em Inglaterra com jovens em risco. Os seus interesses de investigação ligam-se com o género e a exclusão social, colaborando em projetos de investigação nesta área.
Endereço eletrónico: psi.ritapinto@gmail.com

Alexandra Oliveira. Professora Auxiliar da Universidade do Porto, onde se doutorou, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, sendo subdiretora de Departamento e diretora do Mestrado Integrado em Psicologia. Os seus interesses de investigação ligam-se com o género, a sexualidade e o desvio e controlo social, tendo vindo a dedicar-se particularmente ao estudo da prostituição. É autora de diversas publicações nacionais e internacionais e os seus trabalhos foram premiados.
Endereço eletrónico: oliveira@fpce.up.pt

Artigo recebido a 27 de dezembro de 2019 e aprovado para publicação em 6 de abril de 2020.

MÃES CUIDADORAS, PAIS IMPERFEITOS: DIFERENÇAS DE GÉNERO NUMA REVISTA PORTUGUESA PARA MÃES E PAIS¹

Filipa César*, Alexandra Oliveira** e Anne Marie Fontaine***

Resumo

A análise de revistas dirigidas a mães permite conhecer os modelos de maternidade dominantes em cada época e a sua evolução e permeabilidade a mudanças sociais, preocupações médicas e estratégias políticas vigentes. Neste artigo, analisamos o conteúdo de 16 artigos da edição portuguesa de 2015 da revista *Pais & Filhos* para verificar se ela reflete o maior equilíbrio entre mães e pais no cuidado dos/as filhos/as que é defendido na sociedade atual e promovido na recente legislação sobre licença parental. Os resultados mostram que, apesar de considerar e valorizar o papel do pai na vida da criança, a revista ainda assume que a mãe é a sua principal cuidadora e promove uma parentalidade altamente diferenciada em termos de género.

Palavras-chave: Maternidade, paternidade, diferenças de género, revista, Portugal.

Abstract

Caring mothers, imperfect fathers: Gender differences in a Portuguese magazine for mothers and fathers

The analysis of magazines targeted to mothers allows us to know current dominant motherhood models, as well as their evolution and permeability to social changes, medical concerns, and existing political strategies. In this article, we analyse the content of 16 articles of the 2015 Portuguese edition of *Pais & Filhos* magazine to verify whether it reflects a greater balance between mothers and fathers in the care of children advocated in today's society and promoted on the latest legislation on parental leave. Results show that, despite promoting and valuing the role of the father in children's lives, the magazine still considers that the mother is their main caregiver and promotes highly differentiated parenting in terms of gender.

Keywords: Motherhood, fatherhood, gender differences, magazine, Portugal.

¹ Este artigo baseia-se em parte da tese de doutoramento da primeira autora, acessível em <<https://hdl.handle.net/10216/120929>>, que beneficiou de financiamento da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da bolsa SFRH/BD/110262/2015.

* Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Endereço postal: CPUP, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço eletrónicos filipa.cesar@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2214-9490>

** Endereço eletrónico: oliveira@fpce.up.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8453-1719>

*** Endereço eletrónico: fontaine@fpce.up.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9232-8692>

Résumé

Mères attentionnées, pères imparfaits: différences entre les sexes dans un magazine portugais pour les mères et les pères

Les magazines destinés aux mères nous permettent de connaître les courants modèles de maternité dominants, ainsi que leur perméabilité aux changements sociaux et aux stratégies politiques existant. Dans cet article, nous analysons le contenu de 16 articles de l'édition portugaise de 2015 du magazine *Pais & Filhos* afin de voir s'il reflète un plus grand équilibre entre les mères et les pères dans la prise en charge des enfants préconisé par la société d'aujourd'hui et promu par la récente législation portugaise sur le congé parental. Les résultats montrent que, malgré la prise en compte et la valorisation du rôle du père, le magazine suppose toujours que la mère est la principale responsable pour les enfants et encourage une parentalité très différenciée en termes de sexe.

Mots-clés: Maternité, paternité, différences entre les sexes, magazines, Portugal.

Introdução

Revistas para mães: evolução e conservadorismo

O exercício da maternidade tem uma forte componente cultural, que depende dos contextos normativos relativos aos papéis sociais de género e que, tradicionalmente, era transmitido pelas próprias mulheres. No século XX, revistas dirigidas ao público feminino passaram a informar mulheres e mães sobre como cuidar da sua prole de acordo com os modelos culturais, as preocupações médicas e os objetivos políticos vigentes.

A evolução das sociedades e o seu impacto sobre a definição dos papéis e responsabilidades da mulher também se refletem nas revistas femininas (Demarest e Garner 1992). O declínio progressivo da inclusão de temas como as tarefas domésticas e os cuidados associados à maternidade e o aumento de artigos sobre política, sociedade e economia nestas revistas demonstram que o seu conteúdo acompanha a evolução dos interesses culturais (Demarest e Garner 1992). No entanto, Demarest e Garner (1992) defendem que as revistas populares tendem a ser conservadoras e a promover preferencialmente as normas sociais tradicionais, sendo mais um reflexo de mudanças culturais do que suas promotoras.

Estes meios de comunicação fundamentam-se frequentemente em achados científicos considerados relevantes. As revistas ajudam a divulgar a ciência ao traduzi-la num formato acessível ao seu público e, por seu turno, a ciência é utilizada para legitimar opções políticas e sociais e as revistas tornam-se «guias morais» de quem as lê (Allen 1995). Atualmente, a interação mãe-filho/a é regulada por diversos agentes e especialistas. As mães são instruídas sobre como socializar as crianças a fim de aumentar o seu potencial e são, também, claramente informadas de que o futuro do/a(s) seu/sua(s) filho/a(s) depende diretamente do seu investimento (Smyth 2014). Os média também continuam a exibir estereótipos de género

particularmente onerosos para as mulheres (Oprea 2016) a respeito de modelos de comportamento, papéis e traços psicológicos que *naturalizam* uma «maternidade intensiva» (Hays 1996) e exigente, mesmo quando se dirigem aos Pais² e adotam este termo neutro de género (Smyth 2014).

O novo protagonismo do pai

Milkie e Denny (2014) examinaram os benefícios do envolvimento paterno proposto em revistas para Pais ao longo dos séculos XX e XXI e concluíram que uma «nova paternidade» tem vindo a substituir a divisão tradicional de responsabilidades de género no cuidado dos/as filhos/as. Os benefícios deste envolvimento para os próprios pais, para as crianças e para as mães são cada vez mais reconhecidos. O papel do pai evoluiu das vantagens da interação lúdica com a criança e ganhou um significado mais amplo, inclusivamente de realização pessoal do homem através da paternidade, com ganhos importantes também para a criança (Milkie e Denny 2014).

No entanto, ambientes de trabalho competitivos, exigentes e stressantes para os homens podem afastá-los do ambiente familiar e influenciar a extensão e a natureza do seu envolvimento com os/as filhos/as (LaRossa 2012). A participação dos pais parece depender fortemente de recursos e restrições externas e estruturais, como a pressão no mercado de trabalho, a posição de classe e as políticas da família e do trabalho (Milkie e Denny 2014).

A tímida evolução das políticas públicas, que poderiam ampliar as escolhas dos homens e mudar as suas atitudes, modificando os regimes de horário de trabalho e adaptando as licenças de paternidade, dificulta uma mudança cultural mais profunda (Gregory e Milner 2011). Os governos podem promover uma maior igualdade de género ao implementar políticas de licença parental que ofereçam incentivos e oportunidades tanto à mãe como ao pai, contribuindo assim para mudanças de atitudes e comportamentos de ambos, tanto no trabalho como em casa (Hagqvist *et al.* 2017). Neste sentido, Farré (2016) propõe períodos de licença exclusivos para os pais como instrumento político destinado a aumentar a sua participação nas tarefas familiares e a facilitar a carreira profissional das mulheres.

As intervenções de profissionais de saúde focadas nas mães e o *gatekeeping* destas também são barreiras para um maior envolvimento do pai e contribuem para perpetuar as crenças sobre os papéis de género tradicionais na parentalidade (Milkie e Denny 2014; Sicouri *et al.* 2018). Em assuntos relacionados com a gravidez, o parto e puericultura, os pais devem ser incentivados e capacitados através do acesso a mais informações, de modo a sentirem que podem e devem tomar uma parte ativa nesses processos (Sapountzi-Krepia *et al.* 2015).

² Para facilitar a interpretação, neste artigo a palavra «Pais» com maiúscula refere-se a mães e pais.

Parentalidade em Portugal

As famílias biparentais portuguesas tendem a ser de dupla carreira (Matias, Andrade e Fontaine 2011) e o mercado de trabalho exige que homens e mulheres tenham qualificações académicas e transversais iguais e dedicação de tempo semelhantes, apesar da persistência de desigualdades de género nos salários e no acesso a posições de liderança (Wall *et al.* 2016). A este igual envolvimento de homens e mulheres na esfera profissional deveria corresponder um igual envolvimento na esfera familiar.

As políticas públicas portuguesas de licença parental, cuja alteração mais recente ocorreu em 2009, tentam apoiar o envolvimento quer da mãe, quer do pai no cuidado dos/as filhos/as. Já desde 1984, um dos princípios gerais da lei que regula a proteção da maternidade e da paternidade assume que ambos são «valores sociais eminentes» (Assembleia da República 1984, 1149). Em 2009, o Código do Trabalho acrescenta que «os[/as] trabalhadores[/as] têm direito à protecção da sociedade e do Estado no desempenho da sua insubstituível acção em relação ao exercício da parentalidade» (Assembleia da República 2009, 935). Aqui, não só o número de dias de licença parental inicial do pai, nas seis semanas após o nascimento, foi aumentado (em partilha com a mãe), como foi também criada a possibilidade de o pai ficar 30 dias em exclusivo com o bebé após a licença obrigatória da mãe (sem a presença desta), pagos por inteiro (100%) de modo a criar incentivos à sua utilização. O facto de esta licença não poder ser transferida para a mãe caso não seja utilizada pelo pai parece desafiar a noção de que o cuidado à criança pequena é uma prerrogativa feminina, promove uma maior igualdade de género na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e permite que os pais assumam novas responsabilidades e se liguem mais ao bebé (Wall e Leitão 2017). Este tempo exclusivo do pai permite-lhe assumir um papel cuidador, contribuindo para uma maior igualdade de género na parentalidade e tem, portanto, uma intenção de mudança social em linha com o conceito de «masculinidade cuidadora» introduzido por Elliott (2016).

A análise comparativa de vários países relativamente às licenças de parentalidade e de paternidade exclusiva (Wall e O'Brien 2017) revelam que a mudança social não depende só da lei, mas também dos modelos culturais familiares e de género e do mercado de trabalho, mais ou menos permeáveis a mudanças que, regra geral, se revelam lentas. Efetivamente, nos países onde a licença parental exclusiva do pai existe há mais tempo, o seu usufruto é considerado um dado adquirido pelos pais e não é socialmente questionado. Nos países onde essa licença é mais recente, os pais enfrentam o desconforto de ter que se valer do direito que lhes é atribuído por lei. Em Portugal, a implementação desse direito exige dos pais assertividade e negociação, tanto na esfera privada, como no domínio público, nomeadamente no local de trabalho (Mello e Tan 2016). Ou seja, mesmo quando o maior envolvimento do pai na vida da criança é considerado benéfico, a segunda-

rização do papel profissional pelo pai não é necessariamente bem tolerada. Diversas barreiras sociais e culturais opõem-se à implementação desta nova forma de masculinidade, e isto permite que, em Portugal, coexistam múltiplas e diferentes apropriações do papel de pai e experiências de paternidade (Wall e Leitão 2017). Os pais podem assumir diferentes formas de relação com os/as filhos/as e de coparentalidade, com efeitos ao nível da sua própria identidade nesse papel e no tipo de práticas que implementam (Marinho 2011).

Objetivos e questões de investigação

Além dos média *online* (César, Oliveira e Fontaine 2018), a imprensa escrita, nomeadamente as revistas sobre parentalidade, continua a influenciar tanto mães como pais. Neste artigo, analisamos o conteúdo de uma revista portuguesa destinada a ambos – a *Pais & Filhos* (P&F) – com o objetivo de verificar se ela promove este novo modelo de parentalidade que visa uma divisão mais igualitária da criação dos/as filhos/as, refletindo a intenção da legislação portuguesa, ou se, pelo contrário, reflete os papéis de género tradicionais e diferenciados na família.

A nossa primeira questão de investigação é se, apesar do título neutro (*Pais*), a revista se dirige principalmente às mães, reproduzindo e reforçando o modelo que as considera as principais responsáveis por criar os/as filhos/as e, portanto, o principal público de uma publicação deste âmbito (q1). A nossa segunda questão de investigação pretende determinar se, quando mães e pais são abordados/as, retratados/as e/ou interpelados/as separadamente na revista, os estereótipos de género são reforçados. Será o caso se permanecerem no discurso dos artigos as diferenças de género que refletem os papéis tradicionais na família (Parsons 2002) e que atribuem à mãe e ao pai responsabilidades diferentes no que toca ao cuidado dos/as filhos/as e ao envolvimento noutros papéis sociais, como o profissional (q2).

Método

Segundo os dados obtidos no *site* da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT)³, entre as revistas dirigidas a mães e/ou pais disponíveis em 2015, período temporal a que corresponde a recolha de dados em que este estudo se integra, a P&F foi a publicação mais frequente ao longo do ano (periodicidade mensal), e também a que se dirige ao período mais longo de parentalidade (da gravidez da mãe à adolescência da criança). Foi também a revista com a maior tiragem nesse ano (10 500 cópias).

³ <http://www.apct.pt/Analise_simples.php>.

A política editorial da P&F consistia em publicar informações úteis e científicas para mães e pais, com contribuições de psicólogos/as, pediatras e outros/as especialistas («porque a intuição não é suficiente», de acordo com o subtítulo), e de jornalistas e celebridades que também são mães ou pais. A amostra para proceder à análise do seu conteúdo integrou o conjunto de artigos dedicados ao tema de capa de cada uma das 12 edições de 2015 (num total de 16 artigos, por haver mais do que um artigo em algumas das edições – cf. Tabela 1) no pressuposto de que estes refletiriam melhor a política editorial da revista.

Tabela 1.
Temas de capa da revista P&F em 2015 e títulos dos artigos

Mês	Tema de capa	Artigos	Páginas
Janeiro	Em 2015 vamos... 12 promessas para um ano mais feliz	Em 2015 vou...	71-73
Fevereiro	Que nome lhe dou? A escolha, o significado, as modas e as proibições	Em nome... do nome	39-41
Março	Sou um bom pai? Como os filhos nos mudam o sentido da vida	Que pai quero ser?	67-69
		Ser pai muda tudo	70-76
Abril	Já não gosto de ti! O que as crianças aprendem quando se zangam	Já não sou tua amiga!	36-39
Maio	Mães de corpo e alma	Mães com garra	16-20
		Ser mãe é...	26-27
Junho	Crianças. O futuro é delas	O mundo é deles!	18-24
Julho	Férias diferentes	Férias diferentes	14-20
Agosto	Hora de parar. As crianças também podem meditar	Aqui e agora	14-19
		Estreia na creche	26-29
Setembro	Escola. Tudo para entrar com o pé direito	Regresso às aulas sem pressões	32-35
		O novo janeiro	44-47
Outubro	Por que é que as crianças precisam tanto delas	A importância dos limites	18-23
Novembro	Filhos. Temos mesmo um preferido?	Ode ao filho «mais que tudo»	14-19
Dezembro	Natal. Ajude-os a acreditar na magia	Sim, o Pai Natal existe!	32-37

Todo o conteúdo de cada artigo referente aos temas de capa foi analisado de acordo com as questões da pesquisa. Anúncios e imagens não foram considerados. As 16 unidades de texto foram digitalizadas e carregadas no programa NVivo12, com recurso ao qual os textos foram analisados por dois/duas investigadores/as, alcançando um total de concordância de 92%.

O tempo e os recursos disponíveis não permitiram a análise de todo o conteúdo das 12 edições de 2015 da revista P&F, portanto a principal limitação deste estudo reside no facto de terem sido analisados apenas os temas de capa. A autoria dos artigos também não foi considerada, e por isso não é mencionada, por não ser tão relevante quanto a forma como os/as redatores/as expressam os objetivos e a linha editorial da revista.

Resultados

A análise de conteúdo mostrou que a maioria dos temas de capa em 2015 se dirigia quer a mães, quer a pais, não os diferenciando. Os artigos focam assuntos genéricos e permitem responder negativamente à nossa primeira questão de investigação (q1): a revista P&F não é sobretudo dirigida a mães e parece assumir a responsabilidade partilhada dos Pais na educação das crianças.

No entanto, constata-se que alguns dos artigos são dirigidos ao público feminino, o que permite responder de forma afirmativa a esta mesma questão (q1). Na edição de janeiro, apesar de título e subtítulo serem neutros em termos de género («Em 2015 vou...»), a análise do artigo revela que as 12 sugestões de «promessas para um ano mais feliz» são dirigidas às mães, como, por exemplo, a sugestão número sete, «Desistir de tentar ser perfeita»:

Felizmente há cada vez mais mães que não querem ser perfeitas [...]. Mães que nem sempre têm a casa impecável, que às vezes fazem massa com atum para o jantar, que não dão banho aos filhos todos os dias, que têm vida própria... (janeiro, 72)

A sugestão número oito, «Dedicar-me mais ao que gosto», também especifica que «não precisa de colocar os filhos em segundo lugar, mas talvez tenha de dar menos importância a outras coisas, como ter a casa sempre impecável» (janeiro, 73).

Estes conselhos pressupõem que as mães podem ter um quotidiano mais relaxado se se preocuparem menos com as tarefas domésticas, os banhos dos/as filhos/as e cozinhar, responsabilidades que lhes estão atribuídas nas famílias com papéis de género tradicionais. A partilha destas responsabilidades, nomeadamente com o pai, nunca é sugerida, e assim o artigo reforça uma clara diferenciação de papéis de género na família.

O mesmo acontece na edição de setembro, que se refere ao início do ano escolar, um momento de apreensão e ansiedade para os Pais e «um momento importante para toda a família» (setembro, 28). No entanto, o artigo só contém testemunhos de sentimentos de mães: dúvida, preocupação e medo. Os sentimentos de pais ou não foram ouvidos, ou não foram considerados dignos de registo.

Em duas edições específicas, março (dia do pai) e maio (dia da mãe), cada um dos Pais é tema de capa e de dois tipos de artigos: um primeiro tipo apresenta testemunhos de mães e de pais escolhidos pela P&F para contar a sua história e experiências pessoais; o outro tipo apresenta reflexões de especialistas (psicólogas)

sobre o que significa (ou deveria significar) ser mãe e ser pai no contexto atual. Estes dois tipos de artigos foram analisados detalhadamente e comparados no sentido de verificar as principais diferenças e semelhanças na forma como pais e mães são retratados/as e interpelados/as, a fim de responder à nossa segunda questão de investigação (q2) acerca da manutenção ou evolução dos papéis tradicionais na maternidade e na paternidade.

Histórias pessoais de mães e de pais

A edição de maio descreve as histórias de vida de cinco mulheres anónimas (M1, M2, M3, M4, M5) a quem a maternidade «traçou o destino», transformando-as em «pessoas melhores» (maio, 16). Algumas delas têm em comum a prioridade relativa que as mães atribuem ao seu papel profissional ou à sua vida pessoal: a M1 deixou o emprego quando o seu primeiro filho nasceu e, desde então, tem vindo a desenvolver projetos sucessivos de cariz mais emocional do que lucrativo, «e tudo isto sempre com os meus filhos atrás de mim!» (M1, maio, 18). Também a M5 tem um horário de trabalho flexível e o seu filho mais novo acompanha-a sempre. Já a M2 colocou a sua saúde em risco quando decidiu ter uma segunda gravidez depois de um cancro da mama; as pessoas disseram que ela era «doida», mas ela explica que os filhos «são tudo» para ela (M2, maio, 19). Todas as mães revelam orgulho na forma como gerem todas as suas tarefas e ultrapassam dificuldades em nome dos/as seus/suas filhos/as: a M5 prioriza-os/as relativamente à «casa desarrumada ou [a]o jantar for fazer» (M5, maio, 22); a M4 explica que «eles precisavam de mim e que, por eles, tinha de estar bem, feliz e equilibrada» (M4, maio, 24); a M2 afirma que nunca esteve deprimida, nem mesmo quando estava doente (maio, 19).

Apenas a M3, mãe de quatro, é apresentada como sendo advogada, voluntária numa instituição e com funções nas autoridades locais. Ela admite que não é fácil gerir todas as suas atividades, mas tanto ela como a M5, que é mãe de seis, afirmam que a organização é a chave para gerir os seus quotidianos. A M5 delega tarefas e responsabilidades nos/as filhos/as e afirma ter o apoio de uma boa rede familiar e um «super-marido» (M5, maio, 22).

De igual modo, o artigo do dia do pai apresenta o testemunho de cinco pais (P1, P2, P3, P4, P5) que são figuras públicas em Portugal. Apresenta-os como homens «brilhantes nas suas carreiras, [que] marcam pela forma apaixonada como abraçam o talento que lhes é inato e além disto tudo também são... PAIS!» (março, 70). A diferença na apresentação destes casos exemplares de mães e pais vai ao encontro da nossa segunda questão de investigação (q2): as atividades profissionais dos pais são valorizadas e publicamente reconhecidas, e as das mães são secundarizadas. Duas mães da edição de maio tinham posto de parte as suas carreiras (M1, M5) e outras duas nem sequer a mencionaram (M2, M4).

O título, «ser pai muda tudo», induz o/a leitor/a a acreditar que as vidas destes homens mudaram radicalmente com o nascimento dos/as filhos/as. No entanto, todos eles confirmam que a grande mudança foi interior e emocional: um amor novo e forte por outra pessoa e uma enorme responsabilidade acrescida. O P1 considera que «a real reviravolta é interior e inconsciente» e que a «mudança mais marcante» foi «aquela nova forma de amor por outro ser humano» (P1, março, 71-72). O P2, mais velho e com filhos/as já adultos/as, diz que enfrentou «o maior desafio que tinha vivido até então», que as mudanças foram «um crescimento pessoal» e refere o sentimento de uma responsabilidade muito maior (P2, março, 72). Com quatro filhos/as entre os 12 e os 22 anos, o P3 refere «a consciencialização da necessidade de estarmos presentes, de termos de viver, de desejarmos profundamente estar lá, no caminho, com aquela pessoa», uma mudança que «se vai tornando cada vez mais presente [...] e vamos aprendendo» (P3, março, 74).

As mudanças de vida concretas aconteceram apenas aos pais mais jovens. O P5, que tem duas filhas de 10 e 2 anos, concorda que «há uma vida antes dos filhos e outra depois de eles nascerem» (P5, março, 76), não apenas emocionalmente, mas também em termos de horários e de organização que, no fundo, dependem deles. O P1, cujo filho tem 5 anos, refere mudanças de rotina e noites sem dormir que, para sua surpresa, não interferiram com o seu trabalho. Com uma filha de um ano, o P4 diz que a paternidade o fez «pensar muito mais na família e deixamos de ser tão egoístas. Ganhamos responsabilidade, mas com gosto; fazemos sacrifícios se tivermos de fazê-los, mas felizes, quase sem notarmos porque é algo que nos sai naturalmente» (P4, março, 75). A maior mudança foi operada pelo P4, um ex-desportista de alta competição que jogava num clube estrangeiro e que não só regressou a Portugal, como também mudou de profissão, relegando o desporto para terceiro lugar, a seguir à família e ao trabalho.

Quanto às diferenças relativamente à maternidade, estes homens referem--se à gravidez como um período em que só as mães têm real noção do/a bebé e conseguem estabelecer uma relação emocional com ele/a, o que os deixa numa posição de desvantagem. Só depois do nascimento é que eles conseguem sentir a paternidade de uma forma plena. No entanto, o P3 considera que é mais difícil ser alguém que deixa uma marca na vida da criança do que ser um mero cuidador. O pai mais velho (P2) assume que teve um papel diferente, mas complementar ao da mãe, e que só após o divórcio, confessa, quando periodicamente tinha a guarda dos/as filhos/as e era o seu único cuidador, sentiu por vezes uma angústia parecida com a de uma «quase-mãe» (P2, março, 73). O P1 argumenta que a adaptação a este novo papel foi «natural», embora ele continue a «tentar [...] com graus variáveis de sucesso», ser menos «aluado» e mais atento (P1, março, 72), uma afirmação que, possivelmente, não seria admissível a uma mãe. Além disso, o P4 diz «gosto mesmo de ajudar e fazer tudo o que está ao meu alcance, não consigo imaginar as coisas de modo diferente» (P4, março, 75). As expressões «ajudar» e «ao alcance» atribuem o cuidado principal à mãe e um papel suplementar ao pai, o que revela

a assunção de diferenças de género tradicionais nos papéis parentais. Só o P5 se assume como um pai muito presente na vida das filhas e faz questão de partilhar completamente o cuidado destas com a mãe. Os pais também expressam alguns sentimentos negativos relativamente à paternidade, nomeadamente comoção, sensibilidade, preocupação e medo, mas todos concordam que estas adversidades os tornaram pessoas melhores e mais fortes.

Por fim, o P3 lamenta a falta de informação específica para pais e futuros pais, já que toda ela é dirigida a mães. Na sua opinião, esta «lacuna imensa» explica o não envolvimento dos pais neste processo: «a sociedade melhoraria incomensuravelmente se esta responsabilização do pai fosse promovida como é perante a mãe» (P3, março, 74).

A «boa» mãe e o «bom» pai

O outro tipo de artigos, escrito por psicólogas, centra-se no significado normativo da maternidade e da paternidade. O título da edição de maio (p. 26) é «Ser mãe é...» e inclui várias formas de completar esta frase e de dar resposta ao que é ser mãe, enquanto a edição de março (p. 67) questiona «Que tipo de pai quero ser?» e desafia os pais a verificarem «a relação que têm com os filhos e a forma como estão a ser pais».

Em maio (p. 26), a revista explica que «não há desafio de vida mais completo, mais empolgante, mais exigente, mais permanente» do que ser mãe. Afirma que todas as mães são supermães, apesar de todas terem dúvidas e falhas, e para que se «responsabilize pelo saudável crescimento de um ser humano [...] os únicos dois ingredientes de sucesso garantido são: a presença e o amor incondicional» (p. 26). Acrescenta que ser mãe significa, para uma mulher, «multiplicar-se», «transcender-se», «tornar-se imortal na memória dos nossos filhos», «aproveitar desde o início», «ser lugar de MUITO colo e MUITO mimo», «ser atenta ao que faz dos seus filhos únicos e especiais», e «ser mãe para sempre» (p. 26-27). Além disso, afirma que a maternidade se torna omnipresente nos pensamentos e ações das mulheres mesmo antes da gravidez, uma época que deve ser vivida intensamente, e que está na origem de fortes emoções, quer positivas, quer negativas. Entre estas, predominam as dúvidas e a incerteza, e as mães navegam à vista, reinventando recursos.

A perpetuidade das ações das mães é evocada através dos «valores de que falamos e de que somos exemplo [...] que atravessarão gerações, porque, ao educar os nossos filhos, estamos também a educar os Pais em que se vão tornar» (maio, 26). As mães também são criticadas: «muitas vezes gostávamos de superar nos nossos filhos as nossas escolhas erradas e de projetar neles as nossas paixões [...] e por vezes confundimos o «melhor» com «o melhor à nossa moda»», seguido da explicação de que «é fundamental ver os filhos com realismo, como verdadeira-

mente são, e dar-lhes o espaço e o apoio para irem desenvolvendo as suas próprias competências e características» (p. 27).

No artigo dos pais, cada um dos 12 itens de verificação apresentados é baseado em estudos psicológicos que provaram que «o envolvimento e a presença paterna é determinante no desenvolvimento de competências dos filhos e que o pai é essencial e insubstituível no desenvolvimento das crianças e adolescentes» (março, 67). A revista assegura que «durante demasiado tempo o papel do pai foi desconsiderado (e os filhos é que perdiam com isso!)» (p. 67). Parece ser tempo de atribuir aos pais o papel que as crianças merecem que eles tenham, «um papel especial enquanto companheiro privilegiado da brincadeira, da aventura, o que apela à imaginação e desafia novas conquistas!» (p. 67). Além disso,

precisam-se de pais verdadeiramente envolvidos nas várias dimensões da vida dos filhos: pais que brincam, pais que estudam, pais que riem, pais que ralam, pais que perguntam, pais que ouvem, pais que protegem, pais que ajudam, pais que abraçam, pais que encorajam, pais que seguram, pais que orientam... (p. 67)

Por outro lado, este é um artigo muito crítico, baseado na ideia estereotipada de que um pai não parece saber como interagir adequadamente com as crianças. Os pais são aconselhados a corrigir alguns erros supostamente comuns e, portanto, podemos assumir que precisam de ser ensinados e alertados de uma forma mais básica e clara do que as mães. O primeiro item urge os pais a serem melhores pais, mas também a aceitar que nunca vão ser pais perfeitos: «este idealismo inibe muitas vezes a ação» e acaba por ser prejudicial (março, 67). O segundo item também se baseia no pressuposto de que, apesar de os pais serem emocionalmente próximos dos/as filhos/as, «é engraçado ver que» (p. 68) não o mostram suficientemente porque o trabalho tem prioridade. Para que consigam ajustar o seu comportamento a esta importância emocional, os pais têm de mostrar que estão interessados na vida dos/as filhos/as, fazendo-lhes perguntas: «tente perceber o que se passa com os amigos, e na escola, que alegrias e aborrecimentos teve...» (p. 68). Ao contrário do que acontece quando a P&F se dirige às mães, as tarefas de cuidado não são mencionadas.

Os outros erros que a P&F atribui aos pais, na linha de crítica/correção que parece ser a sua marca, incluem não proporcionar às crianças tempo suficiente para fazerem as coisas ao seu ritmo, falar sobre a escola focando apenas as notas e os trabalhos de casa, comparar o/a filho/a a outros/as, ser demasiado exigente com o seu comportamento, não o/a felicitar o suficiente pelas suas conquistas ou, inversamente, aplaudi-lo/a de forma irrealista, não usar técnicas de comunicação adequadas (usando questões fechadas, forçando a criança a falar quando não lhe apetece, usando o sarcasmo e a humilhação, fazendo promessas que não consegue cumprir), sendo intrusivo nas tomadas de decisão das crianças, e não parar para pensar sobre que valores estão a transmitir aos/às filhos/as. Para cada erro,

explicam-se as respetivas consequências danosas para a criança e a forma correta de agir. O artigo termina apelando à criatividade dos pais «para fazer desdobrar o tempo, para interromper uma birra, para brincar, para resolver problemas» (março, 69).

Discussão e conclusões

Neste artigo tentámos verificar se a revista P&F tenta promover uma divisão do cuidado com as crianças mais igualitária e atenuar as diferenças de género nos papéis familiares de mães e pais, aliás refletida na legislação portuguesa mais recente sobre licença parental. Esta considera que os pais são capazes de tomar conta de uma criança sozinhos e atribuir-lhes um tempo de licença exclusivo para ficar com os/as filhos/as após o nascimento.

A análise das 12 edições de 2015 da revista P&F revela que a sua linha editorial tende a dirigir-se aos Pais, incluindo, portanto, o pai no seu público-alvo. Isto pode ser considerado um sinal positivo de mudança: ajudar a escolher o nome do bebé, sugerir atividades e férias em conjunto, aprender a lidar com situações difíceis para a criança e a prepará-la para o futuro são temas já não apenas transmitidos às mães (Proctor e Weaver 2017). Isto indica uma evolução na partilha das responsabilidades parentais, sobretudo no que diz respeito à educação da criança. No entanto, a divisão de papéis de género na parentalidade é clara e a revista assume que as tarefas de cuidado dos/as filhos/as são, claramente, responsabilidade da mãe, enquanto o pai tem um papel mais educativo e lúdico.

Os artigos que são dirigidos a mães e a pais separadamente assumem que a mãe é a principal cuidadora no quotidiano e, portanto, transmitem inequivocamente as diferenças de género tradicionais nos papéis familiares (Oprea 2016). Enquanto a revista atribui maior importância à carreira profissional dos pais relativamente à das mães, as tarefas como alimentar os/as filhos/as, dar-lhes banho e levá-los/as à escola são apenas atribuídas às mães, nomeadamente nas edições de março e maio. É possível que a prioridade da P&F seja que os/as seus/suas leitores/as se identifiquem com o que leem e se reconheçam nesta divisão tradicional de responsabilidades e tarefas familiares. No entanto, podemos constatar, em linha com Demarest e Garner (1992), que, como outras, esta revista é conservadora e contribui para a manutenção de normas sociais tradicionais, mais do que para a promoção de mudanças. O facto de os artigos que apresentam maior diferenciação de género serem escritos por psicólogos/as e se basearem em estudos científicos tem como função legitimar esta mesma diferenciação (Allen 1995).

Não obstante, é evidente que a P&F tenta valorizar o papel do pai. Não só a importância dos pais na vida dos/as filhos/as é enfatizada na edição de março, o inverso acontece com o impacto positivo que eles/as têm na vida dos pais, sobretudo do ponto de vista emocional. Todos os pais entrevistados admitem que a

paternidade lhes proporcionou uma mudança interior considerável, mas apenas os mais novos e/ou mais recentes referem mudanças de atitudes e de rotinas, desde o apoio às mães até à partilha total do cuidado, o que pode indiciar uma evolução geracional neste papel, pelo menos nesta amostra. O recurso a pais que são celebridades em Portugal pode oferecer aos pais leitores modelos de identificação, sendo alguém a quem eles reconhecem, também, valor profissional.

Noutra perspetiva, a apresentação de várias formas de viver a paternidade (cinco, no caso do artigo de março) e a sua valorização indiferenciada legitimam as situações de partilha não equitativa da responsabilidade parental com a mãe. Estes cinco casos evidenciam as várias opções que os pais podem fazer enquanto tal e acaba por não promover especificamente uma «nova paternidade» (Gregory e Milner 2011) mais igualitária. Neste sentido, a P&F reflete – e legitima – a pluralização de opções e de caminhos que a nova legislação permite, de acordo com Wall e Leitão (2017) e de que os pais se apropriam na diversidade das possibilidades de exercício deste papel (Marinho 2011). Além disso, os pais são amplamente criticados nas suas supostas ações erradas, para depois serem ensinados a compreender e a relacionar-se adequadamente com os/as seus/suas filhos/as. O objetivo parece ser ensinar os pais a educá-los/as, especialmente durante a idade escolar, e a estreitar os seus laços, sendo companheiros. Esta estratégia pode indicar que a maternidade já tem uma forma de manifestação bem definida, enquanto a paternidade está em evolução e, por isso, os pais precisam de maior orientação e formação. Mas o seu papel de eventuais cuidadores nunca é abordado.

As diferenças no criticismo e aconselhamento a mães e a pais são bastante evidentes: as mães devem desistir de tentar ser perfeitas (cf. janeiro), os pais devem ter consciência de que nunca o serão (cf. março). As recomendações dirigidas às mães poderiam ser dirigidas a ambos. Mas, para as mães, o suposto ideal de perfeição refere-se à alimentação e higiene das crianças e a tarefas domésticas de limpeza, o que reproduz estereótipos de género familiares (Oprea 2016). Por seu turno, quando a revista se dirige aos pais e refere práticas de cuidado, incentiva-os a promover a autonomia dos/as filhos/as e a deixá-los/as aprender ao seu próprio ritmo.

Assim, podemos concluir que, contrariamente à intenção da legislação mais recente, a revista P&F reflete um modelo cultural tradicional de diferenciação de papéis de género na família, ao invés de promover mudanças culturais (Gregory e Milner 2011). Nem na edição de setembro, que aborda a ida dos bebés para a creche, refere a licença parental vigente, que promove a participação dos pais nos seus primeiros meses de vida. As dificuldades inerentes à pressão do mercado de trabalho e a responsabilidade social de facilitar aos homens a experiência da paternidade também não são abordadas (Mello e Tan 2016).

A dualidade de critérios é clara. A P&F sublinha em março a importância dos pais na transmissão de valores e a partilha de experiências divertidas, corrige-os nas suas imperfeições e legitima diferentes formas de assumir a paternidade.

Em maio, elogia mães que secundarizam a sua saúde e a sua carreira em favor da maternidade e as exigências deste papel: o de principal e insubstituível cuidadora. A revista reflete e reforça uma clara diferenciação de género nos papéis parentais, legitimando pela mão de especialistas (nomeadamente psicólogos/as) situações de desigualdade que se afastam dos ideais de parentalidade partilhada que, como vimos, beneficiam todos os agentes familiares envolvidos e são, cada vez mais, um objetivo de mudança social.

Referências bibliográficas

- Allen, Katherine R. 1995. «Mothers and work in popular American magazines» by Kathryn Keller; «Representations of Motherhood» by Donna Bassin, Margaret Honey, Meryle Mahrer Kaplan.» *Journal of Marriage and Family* 57 (4): 1123-1124. DOI: <https://doi.org/10.2307/353429>
- Assembleia da República. 1984. «Lei n.º 4/84.» *Diário da República* 1.ª série, 81: 1149-1153. Disponível em <https://dre.pt/application/file/88953>
- Assembleia da República. 2009. «Lei n.º 7/2009.» *Diário da República* 1.ª série 30: 926-1029. Disponível em <https://dre.pt/application/file/129757>
- César, Filipa, Alexandra Oliveira, e Anne Marie Fontaine. 2018. «O papel do Facebook na difusão de modelos sociais de maternidade em Portugal.» *Análise Psicológica* 36 (1): 47-59. DOI: <https://doi.org/10.14417/ap.1333>
- Demarest, Jack, e Jeanette Garner. 1992. «The representation of women's roles in women's magazines over the past 30 years.» *The Journal of Psychology* 126 (4): 357-368. DOI: <https://doi.org/10.1080/00223980.1992.10543369>
- Elliott, Karla. 2016. «Caring Masculinities: Theorizing an emerging concept.» *Men and Masculinities* 19 (3): 240-259. DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X15576203>
- Farré, Lúcia. 2016. «Parental leave policies and gender equality: A survey of the literature.» *Estudios de Economía Aplicada* 34 (1): 45-60. Disponível em <http://ojs.ual.es/ojs/index.php/eea/article/view/3005>
- Gregory, Abigail, e Susan Milner. 2011. «What is 'new' about fatherhood?: The social construction of fatherhood in France and the UK.» *Men and Masculinities* 14 (5): 588-606. DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X11412940>
- Hagqvist, Emma, Mikael Nordenmark, Glòria Pérez, Sara T. Aleman, e Katja G. Gådin. 2017. «Parental leave policies and time use for mothers and fathers: A case study of Spain and Sweden.» *Society Health & Vulnerability* 8 (1): 2-12. DOI: <https://doi.org/10.1080/20021518.2017.1374103>
- Hays, Sharon. 1996. *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven, CT/London: Yale University Press.
- LaRossa, Ralph. 2012. «The historical study of fatherhood: Theoretical and methodological considerations.» In *Fatherhood in late modernity: Cultural images, social practices, structural frames*, organizado por Mechthild Oechsle, Ursula Müller e Sabine Hess, 37-50. Leverkusen: Barbara Budrich. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctvddzvgg.4>
- Marinho, Sofia. 2011. «Paternidades de Hoje: Significados, Práticas e Negociações da Parentalidade na Conjugalidade e na Residência Alternada.» Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

- Matias, Marisa, Cláudia Andrade, e Anne Marie Fontaine. 2011. «Diferenças de género no conflito trabalho-família: Um estudo com famílias portuguesas de duplo-emprego com filhos em idade pré-escolar.» *Psicologia* 25 (1): 9-32. DOI: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v25i1.277>
- Mello, Susan, e Andy S. L. Tan. 2016. «Who's responsible? Media framing of pediatric environmental health and mothers' perceptions of accountability.» *Journal of Health Communication* 21 (12): 1217-1226. DOI: <https://doi.org/10.1080/10810730.2016.1240267>
- Milkie, Melissa A., e Kathleen E. Denny. 2014. «Changes in the cultural model of father involvement: Descriptions of benefits to fathers, children, and mothers in parents' magazine, 1926-2006.» *Journal of Family Issues* 35 (2): 223-253. DOI: <https://doi.org/10.1177/0192513X12462566>
- Oprea, Denisa-Adriana. 2016. «Between the heroine mother and the absent woman: Motherhood and womanhood in the communist magazine Femeia.» *European Journal of Women's Studies* 23 (3): 281-296. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350506815585177>
- Parsons, Talcott (2002). *Family socialization and interaction process*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Proctor, Helen, e Heather Weaver. 2017. «Creating an educational home: Mothering for schooling in the Australian Women's Weekly, 1943-1960.» *Paedagogica Historica* 53 (1-2): 49-70. DOI: <https://doi.org/10.1080/00309230.2016.1240209>
- Sapountzi-Krepia, Despina, Maria Psychogiou, Evanthia Sakellari, Maria Tsiligiri, e Katri Vehviläinen-Julkunen. 2015. «Greek fathers' experiences from their wife's/partner's labour and delivery: A qualitative approach.» *International Journal of Nursing Practice* 21 (5): 470-477. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijn.12326>
- Sicouri, Gemma, Lucy Tully, Daniel Collins, Matthew Burn, Kristina Sargeant, Paul Frick, Vicki Anderson et al. 2018. «Toward father-friendly parenting interventions: A qualitative study.» *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy* 39 (2): 218-231. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6033039>
- Smyth, Ciara. 2014. «Boost your preschooler's brain power! An analysis of advice to parents from an Australian government-funded website.» *Women's Studies International Forum* 45: 10-18. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2014.03.011>
- Wall, Karin, Vanessa Cunha, Susana Atalaia, Leonor Rodrigues, Rita Correia, Sónia Vladimira Correia, e Rodrigo Rosa. 2016. *Livro branco. Homens e igualdade de género em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Disponível em http://cite.gov.pt/asstscite/images/papelhomens/Livro_Branco_Homens_Igualdade_G.pdf
- Wall, Karin, e Mafalda Leitão. 2017. «Fathers on leave alone in Portugal: Lived experiences and impact of forerunner fathers.» In *Comparative perspectives on work-life balance and gender equality. Fathers on leave alone*, editado por Margaret O'Brien e Karin Wall, 45-67. Cham, Suíça: Springer Open. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-42970-0_4
- Wall, Karin, e Margaret O'Brien. 2017. «Discussion and Conclusions.» In *Comparative perspectives on work-life balance and gender equality. Fathers on leave alone*, editado por Margaret O'Brien e Karin Wall, 257-266. Cham, Suíça: Springer Open. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-42970-0_14

Filipa César. Licenciada em Sociologia, mestre em Ciências da Educação e doutora em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. A sua tese de doutoramento versou sobre modelos de maternidade e

suas implicações nas motivações, expectativas e realidades das mães portuguesas, tema de investigação a que se dedica atualmente e a propósito do qual tem publicado em revistas nacionais e internacionais e participado em eventos públicos e académicos.

Endereço eletrónico: filipa.cesar@gmail.com

Alexandra Oliveira. Professora e investigadora da Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Os seus interesses de pesquisa estão relacionados com género, sexualidade e não normatividade, com foco principal no trabalho sexual. Concluiu o doutoramento em Psicologia na Universidade do Porto com uma pesquisa etnográfica sobre trabalho de sexo na rua. Tem conduzido várias investigações sobre a indústria do sexo e publicou três livros (um deles em coautoria), vários artigos e capítulos de livros.

Endereço eletrónico: oliveira@fpce.up.pt

Anne Marie Fontaine. Professora Emérita da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Os seus interesses de investigação incluem motivação e resiliência, influências do contexto social no desenvolvimento diferencial da adolescência a idade adulta, influências culturais e sociais – nomeadamente dos papéis de género – em projetos de vida, equilíbrio trabalho/família, parentalidade e novas configurações familiares, solidariedade intergeracional. Tem mais de 160 publicações, é investigadora responsável de vários projetos financiados.

Endereço eletrónico: fontaine@fpce.up.pt

Artigo recebido a 15 de fevereiro de 2020 e aceite para publicação a 6 de abril de 2020

(DES)CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE TRANS*: HOMENS QUE ENGRAVIDAM

Ana R. Pinho*, Líliliana Rodrigues**, Conceição Nogueira***

Resumo

Engravidar e ter filhos/as é uma realidade existente para alguns homens trans* que resistem à construção da gravidez associada à mulher cisgénero. Contudo, as formas de discriminação, especialmente nos cuidados de saúde, resultam num evitamento destes serviços e repercutem-se na saúde individual da pessoa trans* e do/a bebé. Para lidar com a visibilidade da gravidez, é adotado um conjunto de estratégias, mas nenhuma protege realmente estas pessoas. Neste sentido, esta resenha teórica pretende refletir sobre a opressão perpetuada pela cultura cisnormativa que afeta homens trans* grávidos, alertando para a necessidade de pensar estas vivências e de criar condições que contemplem a diversidade e bem-estar de todas as pessoas.

Palavras-chave: Homens trans* grávidos, direitos, reprodução, parentalidade.

Abstract

(De)Construction of Trans* Parenthood: Pregnant Men

Getting pregnant and having children is a reality for some trans* men who resist the construction of pregnancy associated with cisgender women. However, forms of discrimination, especially in healthcare, result in the avoidance of these services and have an impact on individual health of the trans* person and the baby. To deal with the visibility of pregnancy, a set of strategies are adopted but none of them protects these people. In this sense, this theoretical review intends to reflect on the oppression perpetuated by the cisnormative culture that affects trans* pregnant men, alerting to the need of thinking about these experiences and creating conditions that contemplate the diversity and well-being of all people.

Keywords: Trans* pregnant men, rights, reproduction, parenthood.

Resumen

(Des)Construcción de la Paternidad Trans*: Hombres Embarazados

Quedar embarazado y tener hijos es una realidad para algunos hombres trans* que resisten a la construcción del embarazo asociado a las mujeres cisgénero. Sin embargo, las formas de discriminación, especialmente en la asistencia sanitaria, resultan en la evitación de estos servicios y afectan la salud individual de la persona trans* y del/a bebé. Para

* Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Endereço postal: Rua Alfredo Allen, 4200-392, Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: psic.anapinho@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9190-8094>

** Endereço eletrónico: frodrigues.liliana@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6900-9634>

*** Endereço eletrónico: cnogueira@fpce.up.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9152-754X>

lidiar con la visibilidad del embarazo, se adopta un conjunto de estrategias, pero ninguna protege estas personas. Así, esta revisión teórica pretende reflexionar sobre la opresión que afecta a los hombres trans* embarazados, alertando sobre la necesidad de pensar en estas experiencias y crear condiciones que contemplan la diversidad y el bienestar de todas las personas.

Palabras-clave: Hombres trans* embarazados, derechos, reproducción, paternidad.

Ponto(s) de partida

O presente texto é uma resenha teórica¹ sobre a temática da gravidez em homens trans*. Esta surge como resposta à ausência de literatura no contexto português sobre o fenómeno e tem por objetivo contribuir para instigar uma importante discussão sobre a necessidade de pensar, bem como definir medidas práticas que assegurem os direitos reprodutivos de homens trans*. Desta forma, adotando um posicionamento feminista crítico e construcionista social, e tendo por base a teoria da interseccionalidade, pretende-se abordar as questões de opressão que este grupo de pessoas vivencia face às suas identidades enquanto homens grávidos. Neste sentido, salientam-se os constructos usados como provisórios e falíveis (Missé 2014; Rodrigues, Carneiro, e Nogueira 2018).

Uma ilustração da temporalidade e falibilidade dos termos a que nos ancoramos para produzir discursos está na terminologia trans*. O termo transexual era (e em certos contextos continua a ser) comumente usado para endereçar-se a pessoas que vivenciavam uma não conformidade entre o sexo designado no registo de nascimento e o género com que se identificavam, o que envolvia frequentemente a cirurgia de redesignação sexual. No entanto, recentemente, tem vindo a ser utilizado o termo trans* com o fim de ampliar o significado da palavra, contemplando diferentes identidades de género e quebrando com as construções sociais da existência de uma expressão de género binária (Platero 2014; Rodrigues 2016). A designação, ao ser abrangente, possibilita a cada ser humano afirmar-se tal como é. Assim, dada a tentativa do termo de englobar uma vasta diversidade de experiências e vivências que inclui a expressão de pessoas trans* binárias e identidades não binárias, bem como de marcar uma mudança de paradigma de patologização para uma visão de direito à autodeterminação de género e das identidades (Platero 2014), este é assumido ao longo do texto.

¹ Os trabalhos referenciados foram acedidos através de diferentes fontes de informação digital, nomeadamente EBSCO, Web of Science, Scopus e SciELO, tendo sido utilizadas como palavras-chave para a pesquisa as expressões «homens grávidos», «*pregnant man*» e «*transgender pregnancy*». Além disso, recorreu-se ainda a fontes de informação em formato de papel, nomeadamente livros e teses.

Homens que engravidam

Considerando que as palavras usadas nas narrativas habitam um determinado contexto histórico-político-cultural, é possível questionar o próprio conceito de sexo. Entre as décadas de 1960 e 1980, graças à segunda vaga do feminismo que encarou o privado como político, trazendo à ribalta preocupações como as questões da identidade, da sexualidade e dos estereótipos de género, é cunhada a separação entre o sexo (definido biologicamente) e o género (construído socialmente) (Nogueira 2017). Apesar das importantes implicações que tal trouxe para a luta feminista nessa época, esta visão essencialista colocou o sexo num lugar impossível de desafiar (Louro 2004; Karaian 2013). No entanto, através de estudos com pessoas intersexo,² John Money alertou para a imprecisão de pensar o sexo de forma dicotómica – especificando-o com base num único critério –, já que uma pessoa poderia apresentar, por exemplo, um código genético, gónadas e morfologia interna correspondente ao definido como masculino, conjuntamente com genitais externos, funcionamento hormonal, um sexo designado e uma expressão de género associada ao feminino (Money 1985). Também Rosario (2009) questionou o constructo em si mesmo, defendendo que o sexo feminino não é simplesmente definido pelo gene XX, nem o sexo masculino pelo gene XY mas, sim, pela relação entre um conjunto de genes – que conferem uma inclinação para um determinado sexo –, e as interações do meio – que induzem variações nessa potencial propensão. Assim sendo, sexo, género e sexualidade são termos complexos que decorrem de relações biopsicossociais indissociáveis, só existindo tal como os conhecemos graças à linguagem criada e partilhada culturalmente (Louro 2004; Karaian 2013). Desta forma, o habitual posicionamento simplista «do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas» (Butler 1990, 7). Esta construção do conceito sexo enquanto algo inquestionável pretende cumprir uma função reguladora, mas a sua desconstrução multiplica as possibilidades do ser, tornando claro que:

indivíduos trans são tão homens ou tão mulheres como aqueles em que existe congruência entre os seus corpos, mentes e identidades de género e que a autoidentificação é tão relevante para pessoas com identidades cis como para pessoas com identidades trans. (Karaian 2013, 6-7)

O desejo pela parentalidade por parte de pessoas trans* tem sido evidenciado em investigações científicas (Tornello e Bos 2017; Stambuk, Milkovic, e Maricic 2019). Contudo, os estudos realizados são ainda poucos e os que existem tendem a explorar o tema sob o domínio da homoparentalidade, o que nem sempre abarca

² Denominação utilizada para designar pessoas que nascem com uma anatomia reprodutiva e/ou sexual que não corresponde à definição tipicamente atribuída ao sexo feminino ou ao sexo masculino (Pino 2007).

as especificidades inerentes ao cruzamento entre as construções identitárias trans* e a parentalidade (Zambrano 2006; Souza 2013). Isto porque se centraram na orientação sexual experienciada na conjugalidade, não questionando sexo/género enquanto construções sociais. Neste sentido, parentalidades trans* torna-se uma expressão mais ajustada para incluir a diversidade de percursos (Monteiro 2018), nos quais as possibilidades para alcançar a parentalidade são múltiplas. Atualmente tem-se verificado um aumento do recurso à criopreservação de gâmetas, embriões ou tecido gonadal por parte de homens trans*. No entanto, o custo elevado taxado pelo armazenamento ao longo do tempo, bem como a necessidade de parar a toma de testosterona e – no caso da colheita de oócitos e embriões – administrar estrogénio para recolher o material biológico, leva a que algumas pessoas trans* optem por outras formas de aceder à parentalidade (Blakemore, Quinn, e Fino 2019), entre elas a adoção, a coparentalidade, o uso de dadores de gâmetas ou a procura de pessoas com vista a obter uma gestação de substituição (Zambrano 2006; Souza 2013). Assim, enquanto há pessoas trans* que desejam e decidem fazer cirurgias de redesignação sexual, há outras que por motivos médicos, económicos ou por decisão pessoal não acedem às mesmas (Karaian 2013; Charter *et al.* 2018), pelo que homens que mantêm ovários, útero e vagina podem engravidar, se assim o entenderem (Karaian 2013; Obedin-Maliver e Makadon 2016; Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017; Charter *et al.* 2018).

Embora a gravidez em homens seja uma realidade com tendência a crescer (Karaian 2013; Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017), os discursos que proliferam tanto na sociedade como no sistema legal são, à luz da teoria da interseccionalidade, formas de poder que privilegiam uns corpos em detrimento de outros. Neste sentido, ao engravidar, estes sujeitos desafiam as convenções de género que definem o corpo grávido com uma expressão e papéis atribuídos ao feminino. Esta destabilização dos pressupostos falaciosos sobre sexo e género, bem como da estrutura cisnormativa³ subjacente (e constantemente reiterada pela sociedade) à constituição de uma família, é sentida como uma ameaça, decorrendo deste processo penalizações (Louro 2004; Zambrano 2006; Souza 2013; Karaian 2013; Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017; Charter *et al.* 2018; Toze 2018; Monteiro 2018), represálias e/ou microgressões⁴ (Nadal 2018).

Num estudo qualitativo que inquiriu 25 homens trans* relativamente às suas experiências e construções da gravidez, Charter *et al.* (2018) referem que a pressão social para a maternidade, fortemente associada ao «ser-se» mulher, é experienciada como uma alienação na fase em que as pessoas se questionam sobre a não conformidade entre o que os outros dizem ser o seu sexo/género e o que a pessoa sente que é. Assim, dado o baixo controlo na categorização e na constru-

³ A cisnormatividade refere-se a privilégios sociais dominantes na sociedade (Platero, 2013), na qual é considerado como «normal» a pessoa ser cisgénero, ou seja, identificar-se com o género que está em conformidade com o sexo atribuído à nascença (Stambuk, Milkovic, e Maricic 2019).

⁴ Formas de discriminação subtis (Nadal 2018).

ção do sexo/género conjugado com os discursos de fecundidade do corpo como algo feminino, há frequentemente uma negação da parentalidade. Contudo, com a integração da identidade que a pessoa autodetermina e com o início da modificação corporal, tende a ocorrer uma ressignificação da experiência de parentalidade, alcançada através da dissociação da ideia de que ter uma criança é um fenómeno exclusivamente de mulheres cis,⁵ o que abre a possibilidade de a gravidez ser considerada como meio para atingir o fim de ter um/a filho/a (Charter *et al.* 2018). Inclusivamente, numa etnografia sobre parentalidades trans e reprodução realizada no Brasil por Monteiro (2018), concluiu-se que os homens trans* atribuíam um significado ao processo de gestação, parto e amamentação que era englobada na construção subjetiva que faziam da própria masculinidade.

No caso da necessidade de um dador de esperma, a opção observada no estudo de Charter *et al.* (2018) foi o recurso a redes de contacto informais (dadores conhecidos) para evitar recorrer ao sistema de cuidados de saúde, já que se verifica uma grande probabilidade de discriminação e exclusão vivenciada nestes contextos. Também o estudo realizado por Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius (2017), em que foram entrevistados 10 homens trans*, salientou as discriminações perpetuadas nos cuidados de saúde, frequentemente associadas à falta de investimento em estudos com esta população, o que se reflete na desinformação e desconforto dos/as profissionais da área clínica. Tal como Foucault (1988) referia, o saber de algumas esferas da sociedade, como é o caso do domínio médico, encerra em si um poder que legitima diferenças e mantém desigualdades sociais. Apesar da gestação por parte de homens trans* ser uma realidade, a pouca literatura existente tende a centrar-se na parentalidade trans*, não espelhando a experiência vivenciada por parte deste grupo de pessoas (Monteiro 2018; Castro-Peraza *et al.* 2019). Assim, o uso inadequado dos pronomes das pessoas, procedimentos invasivos, perguntas impróprias, espaços com quartos de banho exclusivos para mulheres cis, formulários de preenchimento limitados e falta de informação visual inclusiva são apenas algumas das barreiras que os homens grávidos têm vindo a enfrentar. Progressivamente, a manifestação de discriminação explícita torna-se inaceitável, mas as atitudes e ações adotadas por pessoas que pertencem a grupos identitários dominantes são microagressões (Nadal 2018), que individualmente até podem parecer ter pouco significado, mas que tendem a ser vivenciadas de forma bastante aversiva, especialmente quando repetidas constantemente. Desta forma, a transfobia, evidente ou subtil, gera frequentemente um evitamento dos espaços de saúde, sendo as experiências positivas meras exceções (Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017).

A população de homens trans* que passa por processos de gravidez tem necessidades específicas decorrentes dos efeitos do uso hormonal posterior, de cirurgias de redesignação sexual, do meio cultural estigmatizante e das perceções

⁵ Diminutivo de cisgénero.

corporais que se alteram (Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017; Castro-Pe-raza *et al.* 2019). A supressão da terapia hormonal durante a gestação influencia a construção da masculinidade da pessoa, o que conseqüentemente pode afetar o bem-estar e qualidade de vida do homem grávido (Charter *et al.* 2018). As alterações hormonais, psicológicas e corporais (com ênfase no crescimento do peito), derivadas da ausência de testosterona e das mudanças induzidas pela própria gravidez, tendem a ser acompanhadas com sintomatologia ansiosa e depressiva (Charter *et al.* 2018). Mas as fontes de ansiedade para homens trans* não cessam aqui. Este grupo enfrenta ainda medo: (1) da perda de passibilidade (Karaian 2013; Charter *et al.* 2018; Toze 2018) – isto é, da possibilidade de serem lidos por terceiros/as de forma congruente com o gênero autodeterminado –, privilégio que, por um lado, compactua com um sistema que coloca o corpo trans* num lugar abjeto, mas que, por outro, possibilita a redução de potenciais situações de violência e discriminação (Nunes 2016; Rodrigues 2016); (2) do impacto no/a bebê decorrente das terapias hormonais ou de outros aspetos diretamente ligados às pessoas trans* (Karaian 2013; Toze 2018); (3) de lhes ser negada posteriormente a possibilidade de modificação corporal (Karaian 2013; Toze 2018); (4) da negação de direitos laborais face à parentalidade (Karaian 2013); (5) de perder a custódia dos/as filhos/as (Karaian 2013; Toze 2018), já que são escassos os países que apresentam um reconhecimento do estatuto parental do homem grávido – segundo o índice divulgado pela TGEU (2018) apenas Bélgica, Eslovénia, Malta e Suécia contemplam medidas legais referentes a direitos familiares de pessoas trans* –, havendo casos de separações cujas deliberações jurídicas são discriminatórias e fundamentadas em ideias erróneas sobre as transexualidades (Rodrigues 2016); e (6) das discriminações que tanto eles como os/as filhos/as podem sofrer (Karaian 2013; Charter *et al.* 2018; Toze 2018).

É evidente que a experiência da gravidez tende a ser enquadrada numa ótica médica e psicológica e orientada pelos discursos preexistentes de sexo/gênero, o que leva a que as produções médicas e psicológicas, legais e sociais construam a fertilidade de homens trans* como arriscada, indesejada e irreconhecível (Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017). Em países como a Albânia, Andorra, Arménia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Chipre, Eslováquia, Finlândia, Geórgia, Kosovo, Letónia, Liechtenstein, Luxemburgo, Macedónia, Mónaco, Montenegro, Roménia, San Marino, Sérvia, República Checa e Turquia, (TGEU 2018) a esterilização para obter o reconhecimento da identidade autodeterminada continua, inclusivamente, a ser uma questão grave de direitos humanos por resolver (Karaian 2013; Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017). Os mecanismos de regulação do corpo feminino são assim estendidos aos corpos masculinos trans*. Contudo, homens trans* grávidos resistem e reorganizam internamente as suas experiências fora das noções binárias estanques de homem *vs.* mulher ou pai *vs.* mãe (Charter *et al.* 2018; Toze 2018).

Para lidar com a visibilidade da gravidez, há um conjunto de estratégias que Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius (2017) chegam a delinear com base na investigação realizada, sendo elas (i) fazer-se passar por uma mulher cis, o que aumenta o reconhecimento da gravidez, mas diminui o reconhecimento enquanto pertencente ao género masculino, permitindo, por um lado, sentimentos de segurança e diminuição da exposição à transfobia, mas, por outro, aumentando o sofrimento, já que se passa por algo que não se é; (ii) agir com discrição para que outros pensem que a pessoa é um homem cis, o que aumenta o reconhecimento externo do género adequado e diminui a exposição à transfobia, mas também diminui o reconhecimento externo enquanto grávido e, consecutivamente, leva a uma ausência de suporte e proteção social, nomeadamente com a impossibilidade de, por exemplo, usufruir do direito de atendimento prioritário; (iii) assumir-se enquanto homem trans* grávido, o que permite a afirmação do seu género masculino, de ser trans* e de estar grávido, contudo aumenta a exposição à discriminação e transfobia.

À semelhança do que acontece no estudo de Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius (2017), há que considerar uma grande variação entre homens trans* grávidos, não havendo respostas universais para as questões levantadas. No entanto, os dados obtidos através dos artigos causam inquietações e traduzem a importância de um combate à discriminação alicerçado em mudanças estruturais, que deveriam passar por uma reconceção da construção social feita em torno da própria ideia de conceção de um/a filho/a (Karaian 2013), já que também homens trans* podem ter a potencialidade corporal de exercer a sua parentalidade com recurso à gestação (Monteiro 2018). Estes dados, conjuntamente com outra literatura sobre transsexualidades, denotam a existência de ideias sociais erradas face a homens grávidos, pois um homem trans* que decide engravidar através dos seus próprios órgãos reprodutores encontra-se a utilizar estruturas e funções do seu corpo na mesma medida em que outras pessoas o fazem (Platero 2014). Deste modo, «em momento algum este comportamento deve ser deslegitimador de qualquer identidade. Um homem trans* ao querer engravidar não está a ser menos homem por isso, está apenas a espelhar a diversidade humana» (Rodrigues 2016, 154).

É alarmante constatar que existe um evitamento do contexto clínico num período de vida em que as pessoas necessitam de acompanhamento especializado adequado (Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017). A ausência de consultas pré-natais constitui um acréscimo na vulnerabilidade deste grupo de pessoas. O empoderamento é o caminho e para tal é essencial tornar a linguagem e os espaços inclusivos (Karaian 2013; Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017); investir na (in)formação dos/as cuidadores/as formais, especialmente face a temáticas como procedimentos de modificação corporal (cirurgia e terapia hormonal), fertilidade, gravidez, saúde da criança e lactação, para contribuírem para tomadas de decisão refletidas com tempo (Obedin-Maliver e Makadon 2016; Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017; Charter *et al.* 2018; Blakemore, Quinn, e Fino 2019); e aumentar

a visibilidade de modelos para outros homens grávidos (Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017; Charter *et al.* 2018).

Considerações Finais

Devido à maior invisibilidade social, existe uma dissimulação do facto de existir, a nível nacional, maior número de homens trans* do que mulheres trans* (Nunes 2016; Rodrigues 2016). A preferência por ocultar a mudança por parte de homens trans* (Nunes 2016; Rodrigues 2016) assenta na tentativa de corresponder às construções de um corpo com um padrão de beleza normativo que a sociedade reconhece e aceita (Platero 2013), fugindo a um percurso histórico de patologização, discriminação e controlo médico partilhado tanto por pessoas com sexualidades não normativas como por pessoas funcionalmente diversas (Platero 2013; Rodrigues 2016; Rodrigues, Carneiro, e Nogueira 2017). Contudo, com a gravidez e transformações físicas visíveis, deixa frequentemente de ser possível essa invisibilidade, o que pode causar experiências de desconforto e mal-estar em homens trans* (Nunes 2016).

A cisnormatividade tende a sonegar a existência de experiências trans*, transmitindo a ideia de reprodução vinculada unicamente a mulheres cis e negligenciando outros corpos que apresentam biologicamente as mesmas possibilidades. Este enquadramento da reprodução leva a que a gravidez em homens trans* seja percecionada como algo novo e excepcional, apagando a história de pessoas trans* e mantendo assim os pilares cisnormativos intocáveis (Toze 2018; Lampe, Carter, e Sumerau 2019). Deste modo, o simples ato de engravidar enquanto homem trans* é um ato de resistência, uma vez que supera barreiras face à negação de escolhas reprodutivas (Hoffkling, Obedin-Maliver, e Sevelius 2017).

Como refere Monteiro «a gravidez também deve ser pensada dentro de um contexto que envolve relações de poder, relações de gênero, acesso à saúde» (2018, 53), pelo que é uma responsabilidade da sociedade tornar-se segura e inclusiva para todos/as. Recentemente, a Direção-Geral da Saúde lançou um guia com a *Estratégia de Saúde para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo* (2019). Neste documento, embora sem menção direta a questões reprodutivas, é delineado um plano de ação que visa potenciar boas práticas entre os/as profissionais e dotar os serviços de saúde de maior acessibilidade. A medida, de grande relevo para assegurar o bem-estar das pessoas, deve fazer-se acompanhar por uma permanente reflexividade, estando sempre atenta aos lugares de poder e pontos de interseccionalidade, isto porque o gênero por si só não define a identidade pessoal. A identidade alicerça-se num complexo eixo interseccional, pelo que a identidade trans* x grávidos x baixos rendimentos económicos x baixos níveis de educação x «minorias» raciais/étnicas, entre outras, são categorias que multiplicam posições de opressão e exacerbam as desigualdades sociais (Nogueira 2017). Com isto, é

crucial reforçar que homens trans* têm bebês, mesmo sem os recursos, bem como o suporte de que necessitam e ao qual deveriam ter direito (Charter *et al.* 2018). Assim, estudos futuros deveriam investir na produção de conhecimentos sobre parentalidades trans*, especificamente sobre o processo de gestação, com vista a criar condições que derrubem os sistemas geradores de sofrimento e que abarquem a diversidade que de facto é característica da humanidade.

Referências bibliográficas

- Blakemore, Jennifer K., Gwendolyn P. Quinn, e M. Elizabeth Fino. 2019. «A Discussion of Options, Outcomes, and Future Recommendations for Fertility Preservation for Transmasculine Individuals.» *Urologic Clinics of North America* 46 (4): 495-503. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ucl.2019.07.014>
- Butler, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- Castro-Peraza, Maria-Elisa, Jesús Manuel García-Acosta, Naira Delgado-Rodriguez, Maria Inmaculada Sosa-Alvarez, Rosa Llabrés-Solé, Carla Cardona-Llabrés, e Nieves Doria Lorenzo-Rocha. 2019. «Biological, Psychological, Social, and Legal Aspects of Trans Parenthood Based on a Real Case – A Literature Review.» *International Journal of Environmental Research and Public Health* 16 (6): 1-16. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph16060925>
- Charter, Rosie, Jane M. Ussher, Janette Perz, e Kerry Robinson. 2018. «The transgender parent: Experiences and constructions of pregnancy and parenthood for transgender men in Australia.» *International Journal of Transgenderism* 19 (1): 64-77. DOI: <https://doi.org/10.1080/15532739.2017.1399496>
- Direção-Geral da Saúde. 2019. *Estratégia de Saúde para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo – LGBTI*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde. Disponível em <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/estrategia-de-saude-para-as-pessoas-lesbicas-gays-bissexuais-trans-e-intersexo-lgbti.aspx>
- Foucault, Michel. 1988. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Hoffkling, Alexis, Juno Obedin-Maliver, e Jae Sevelius. 2017. «From erasure to opportunity: a qualitative study of the experiences of transgender men around pregnancy and recommendations for providers.» *BMC Pregnancy and Childbirth* 17 (2): 8-20. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12884-017-1491-5>
- Karaian, Lara. 2013. «Pregnant men: Repronormativity, critical trans theory and the re(con)ceiving of sex and pregnancy in law.» *Social & Legal Studies* 22 (2): 211-230. DOI: <https://doi.org/10.1177/0964663912474862>
- Lampe, Nick M., Shannon K. Carter, e J. E. Sumerau. 2019. «Continuity and Change in Gender Frames: The Case of Transgender Reproduction.» *Gender & Society*. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891243219857979>
- Louro, Guacira Lopes. 2004. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Missé, Miquel. 2014. *Transexualidades: Outras Miradas Posibles*. Barcelona, Madrid: Egales Editorial.

- Money, John. 1985. «Gender: History, Theory and Usage of the Term in Sexology and Its Relationship to Nature/Nurture.» *Journal of Sex & Marital Therapy* 11 (2): 71-79. DOI: <https://doi.org/10.1080/00926238508406072>
- Monteiro, Anne Alencar. 2018. «Homens que Engravadam: Um Estudo Etnográfico sobre Parentalidades Trans e Reprodução.» Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia.
- Nadal, Kevin L. 2018. «A Decade of Microaggression Research and LGBTQ Communities: An Introduction to the Special Issue.» *Journal of Homosexuality* 66 (10): 1309-1316. DOI: <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1539582>
- Nogueira, Conceição. 2017. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador da Bahia: Editora Devires.
- Nunes, Luís Romano. 2016. «Metamorfoses: Identidades e Papéis de Género. Um Estudo com Transhomens». Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/19172>
- Obedin-Maliver, Juno, e Harvey J. Makadon. 2016. «Transgender men and pregnancy.» *Obstetric Medicine* 9 (1): 4-8. DOI: <https://doi.org/10.1177/1753495X15612658>
- Pino, Nádia Perez. 2007. «A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos.» *Cadernos Pagu* 28: 149-174. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100008>
- Platero, Raquel Lucas. 2013. «Una mirada crítica sobre la sexualidad y la diversidad funcional: Aportaciones artísticas, intelectuales y activistas desde las teorías tullidas (crip) e queer». In *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos*, editado por Miriam Solá e Elena Urko, 211-223. Tafalla, Navarra: Txalaparta.
- Platero, Raquel Lucas. 2014. *Trans*sexualidades: acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Rodrigues, Liliana. 2016. «Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação psicológica Feminista Crítica». Tese de doutoramento, Universidade do Porto.
- Rodrigues, Liliana, Nuno Santos Carneiro, e Conceição Nogueira. 2017. «Violência Transfóbica: Aproximações Críticas e Horizontes de Resistência». In *Violência de Género*, editado por Sofia Neves e Dália Costa, 261-282. Lisboa: CIEG.
- Rodrigues, Liliana, Nuno Santos Carneiro, e Conceição Nogueira. 2018. «Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans(género) no Brasil e em Portugal». In *Múltiplas Discriminações*, editado por Manuela Tavares, 33-55. Lisboa: UMAR.
- Rosario, Vernon A. 2009. «Quantum sex: intersex and the molecular deconstruction of sex.» *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 15 (2): 267-284. DOI: <https://doi.org/10.1215/10642684-2008-138>
- Souza, Érica Renata. 2013. «Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil.» *Revista de Antropologia* 56 (2): 397-430. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.82527>
- Stambuk, Marina, Marina Milkovic, e Antonija Maricic. 2019. «Motivation for Parenthood among LGBTIQ People in Croatia: Reasons for (not) Becoming a Parent.» *Revija za sociologiju* 49 (2): 149-173. DOI: <https://doi.org/10.5613/rzs.49.2.2>
- TGEU – Transgender Europe. 2018. «Trans Rights Europe Map & Index 2018». Disponível em <https://tgeu.org/trans-rights-map-2018> [Consultado em 26 de novembro de 2019].
- Tornello, Samantha, e Henny Bos. 2017. «Parenting Intentions Among Transgender Individuals.» *LGBT Health* 4 (2): 1-6. DOI: <https://doi.org/10.1089/lgbt.2016.0153>
- Toze, Michael. 2018. «The risky womb and the unthinkability of the pregnant man: Addressing trans masculine hysterectomy.» *Feminism & Psychology*, 28 (2): 1-18. DOI: <https://doi.org/10.1177/0959353517747007>

Zambrano, Elizabeth. 2006. «Parentalidades «impensáveis»: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais.» *Horizontes Antropológicos* 12 (26): 123-147. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200006>

Ana Rocha Pinho. Doutoranda do Programa Doutoral em Sexualidade Humana na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, cujo projeto de investigação se intitula «Possibilidades de Assistência Sexual em Portugal». Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde pela mesma Universidade. As suas áreas de interesse e produção científica centram-se nos estudos de género e sexualidades de pessoas funcionalmente diversas.
Endereço eletrónico: psic.anapinho@gmail.com

Liliana Rodrigues. Investigadora Integrada do Centro de Psicologia da Universidade do Porto. Doutorada em Psicologia pela FPCE da Universidade do Porto e Mestre em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho. No âmbito do seu doutoramento foi bolsista pela FCT, desenvolvendo a tese: «Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica». As suas áreas de interesse e produção científica centram-se nos estudos de género e sexualidades não normativas.
Endereço eletrónico: frodrigues.liliana@gmail.com

Conceição Nogueira. Professora Associada com Agregação da FPCE da Universidade do Porto. Doutorada em Psicologia Social pela Universidade do Minho. Autora de inúmeras publicações nacionais e internacionais – revistas, livros, capítulos de livro, atas de congressos – sobre Estudos de Género, Feminismos e Sexualidades. Coordenadora/investigadora principal de diversos projetos de investigação com financiamento e apoio da CIG, da FCT e do Fundo Social Europeu nos domínios em que é especialista.
Endereço eletrónico: cnogueira@fpce.up.pt

Artigo recebido a 9 de janeiro de 2020 e aceite para publicação em 6 de maio de 2020.

Recensões

Feeling Academic in the Neoliberal University. Feminist Flights, Fights and Failures, edited by Yvette Taylor and Kinneret Lahad. London: Palgrave/Macmillan, 2018, 368 pp.

Adriana Bebiano

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras e Centro de Estudos Sociais

Esta coletânea de ensaios, incluída na série «Palgrave Studies in Gender and Education», começa por surpreender logo no título: «*feeling academic*». Escrever sobre emoções em contexto académico é já uma afirmação política de resistência à universidade neoliberal, de cuja organização foi rasurada a dimensão humana. A crítica à universidade-empresa já conta com uma extensa bibliografia; porém, o enfoque tem estado na questionação de um conhecimento avaliado segundo «metas de produção», expressas em números («outputs»). Convém lembrar ainda que é de «audit culture» que falamos quando falamos da universidade neoliberal: um sistema de hiperavaliação pautado por uma lógica de produção quantitativa, que emergiu na década de 1990 e que é agora hegemónica. Os Estudos sobre Mulheres, Feministas e Género (EMFG) têm participado neste debate, centrando-se nas dificuldades acrescidas de quem trabalha na área.

O que este livro traz de novo é o enfoque no corpo concreto das académicas – autoras dos ensaios e entrevistadas – em quinze ensaios etnográficos e autoetnográficos, histórias de vida que incluem o que é invisibilizado na retórica académica: o stress, o medo, a culpa, a frustração. Emoções, portanto. E se há décadas que a teoria feminista inscreve o sujeito na investigação e na escrita, entendendo que o conhecimento é «fundado na experiência» (Harding, 1988), a opção pela autoetnografia leva mais longe esse lugar de sujeito. Conhecendo os parâmetros de validação do conhecimento académico, esta opção é um risco – e um risco muito bem-vindo.

Por outro lado, uma vez que os EMFG se encontram ainda em processo de validação – que se obtém à custa da obediência aos códigos dominantes –, este lugar de margem entra em conflito com posicionamentos de resistência à lógica neoliberal, dilema que se encontra presente em todos os artigos. Yvette Taylor (Universidade de Strathclyde, Escócia) e Kinneret Lahad (Universidade de Tela-

vive) reúnem ensaios diversificados que problematizam fracassos e possíveis formas de resistência de académicas feministas na universidade neoliberal.

Em «Failure to Launch?», Heather Shipley centra-se na competição – que define os percursos académicos, na luta pelos poucos recursos –, desmontando «o mito de uma sororidade harmoniosa» entre as feministas. Como contraponto à «narrativa do sucesso», a autora propõe uma «narrativa do fracasso» que opte pela construção colaborativa do conhecimento. Mas quais são as possibilidades *reais* desta opção? Em «Feel the Fear and Killjoy Anyway», Órla Meadhbh Murray faz um ataque feroz às «narrativas feministas de sucesso», que mais não seriam do que um instrumento de opressão para as jovens académicas. A partir de entrevistas a quatro jovens precárias, Murray faz um retrato arrasador da universidade neoliberal, com a qual não há negociação possível: resta apenas denunciar os mecanismos de poder e vigilância que produzem desequilíbrio emocional e infelicidade. Também C. Laura Lovin, em «Feelings of Change», não encontra solução feliz dentro da academia: socorre-se de narrativas de quatro jovens doutorandas em EMFG para apontar possibilidades de realização profissional noutras organizações, onde a formação obtida possa contribuir para um trabalho comprometido com a comunidade e a justiça social. Por seu lado, a partir da posição privilegiada no topo de uma carreira bem-sucedida, em «A Long Goodbye to the 'Good Girl'» Pat Thomson narra a sua experiência de décadas; sugere a procura de um lugar de fala solidário, com a autoridade necessária para negociar com a instituição. Este é um texto na linha dos *exempla*, narrativas didáticas que fazem parte da tradição ocidental desde a Antiguidade Clássica, particularmente cultivadas na Idade Média, um género narrativo que tem o seu mérito.

Em «Feminist Conference Time», Emily F. Henderson concentra-se nas práticas discursivas do uso do «tempo» na academia: a pressão para converter todo o tempo em tempo «útil», que invade e rasura o privado, enquadrado por uma narrativa de culpa. Henderson usa «o tempo dos congressos» como exemplo de um tempo percecionado como luxo e ócio que, no entanto, é crucial para aprendizagem, inspiração e estabelecimento de relações colaborativas. Henderson defende ainda a «tranquilidade» como condição para a criação de pensamento relevante. Com um posicionamento muito próximo, em «Gender, Time and 'Waiting' in Everyday Academic Life», Barbara Read e Lisa Bradley falam do tempo privado sacrificado ao «labour time». As autoras defendem a opção pelo «tempo lento» – na esteira do movimento «slow science» –, como única forma de superar uma cultura caracterizada pela culpabilização, a ansiedade e o medo.

Por seu lado, Yvette Taylor – uma das organizadoras deste volume – questiona a validade das narrativas que celebram a interseccionalidade, mas que escondem exclusões, em «Navigating the Emotional Landscapes of Academia: Queer Encounters». Taylor foca-se na análise de narrativas de pertença que frequentemente ocultam corpos concretos que vivem simultaneamente dentro e fora, em função do sexo, da etnia, da classe ou da orientação sexual. Também Sarah Burton,

em «Writing Yourself In?», questiona a retórica dominante da interseccionalidade, exemplificando as dificuldades dos «corpos negros e castanhos», e da «classe trabalhadora», na integração do mundo acadêmico. Por seu lado, em «When Love Becomes Self-Abuse», Francesca Coin desmonta o discurso do trabalho acadêmico feito «por amor» ao conhecimento, mostrando-o pelo que é: mais um instrumento de dominação, usado para justificar a exploração de trabalho precário, mal pago e, muitas vezes, *pro bono*.

O tema, já antigo, mas ainda pertinente, das dificuldades de legitimação é também abordado. Susanne Gannon, Sarah Powell e Clare Power, escrevem coletivamente «On the Thresholds of Legitimacy», um exercício disruptivo da valorização da autoria em contexto acadêmico, exemplificando, com a sua escrita, aquilo que defendem: a construção coletiva e colaborativa do conhecimento. «China with 'Foreign Talent' Characteristics», de Lauren Ila Misiaszek, traz como contribuição interessante para reflexão o próprio processo de escrita: o ensaio é «messy» – palavra usada pela própria autora –, fragmentado e deliberadamente desorganizado, recusando a estrutura e a linguagem impostas à escrita acadêmica. Por seu lado, em «Digital Scholars», Cristina Costa aborda uma área emergente. Não encontrei aqui qualquer dimensão feminista, pelo que creio que terá sido incluído neste volume na medida em que reflete sobre o difícil processo de validação de investigação marginalizada, tal como aconteceu, durante longas décadas, com os EMFG.

«Teaching Gender in a Postfeminist Management Classroom», de Nick Rumens, cruza a universidade neoliberal com o discurso do pósfeminismo, uma confluência que tem merecido alguma atenção nos EMFG. Situado no ensino de gestão – área endemicamente resistente a abordagens feministas e com afinidades «naturais» com a ideologia neoliberal – o ensaio tem o interesse acrescido de ser uma narrativa de trabalho realizado em território hostil.

Os ensaios mais disruptivos são, no entanto, os que se centram em emoções vividas específicas. «Impostor Syndrome as a Public Feeling», de Maddie Breeze, é particularmente audaz. Fala do «sentimento de impostura», com o concomitante medo de ser descoberta enquanto «fraude» – um sentimento aparentemente frequente, íntimo e calado, aqui colocado em espaço público. Breeze propõe o seu reconhecimento, desestigmatização e despatologização, e a transformação deste sentimento em instrumento de ação política. Há aqui, de novo, a questionação da narrativa hegemónica do sucesso – ela própria uma impostura. A autora propõe que a «dúvida de si» seja deslocada do lugar que ocupa no indivíduo para a questionação dos parâmetros impostos e avaliação – onde reside a causa da dúvida.

Talvez o ensaio mais insurreto contra as regras de comportamento não escritas, mas nem por isso menos poderosas, em vigor na academia seja «Crying on Campus», de Daphna Hacker. O choro é, por excelência, uma expressão de emoção feminizada. Perturbando a lógica racionalista e masculina da academia, é estigmatizado e, por isso, rigorosamente controlado. Partindo da narrativa de quatro

episódios de choro, Hacker defende a sua aceitabilidade em contexto académico, enquanto forma de expressão do humano.

Abordei os diferentes ensaios por uma ordem diversa daquela em que surgem publicados: Esta é uma leitura subjetiva, que segue uma lógica associativa e fundada também nas emoções de quem lê. Acresce que excluí a referência aos espaços concretos nos quais decorrem as experiências de vida de pessoas singulares, com circunstâncias específicas, que constituem estudos de caso; fi-lo deliberadamente. De facto, se estes estudos de caso só ganham o seu significado pleno no contexto em que ocorrem, cada um destes ensaios produz uma reflexão que pode migrar e, atravessando fronteiras geográficas e culturais, servir ainda para pensar as situações de novo concretas, materializadas noutros corpos, noutros lugares. No seu retrato da academia do presente, e nas propostas de formas possíveis de resistência, negociação e combate, este é um livro notável, cuja leitura recomendo. *Emotionally speaking, it's a book after my own heart.*

Re-writing Women as Victims: From Theory to Practice, edited by María José Gámez Fuentes, Sonia Núñez Puente, & Emma Gómez Nicolau. London: Routledge, 2019, 230 pp.

Elizângela Costa de Carvalho Noronha
Universidade de Coimbra, Doutoranda em Ciências da Comunicação
na Faculdade de Letras

Reescrever as mulheres como vítimas é uma tarefa feminista exigente – requer uma reflexão teórica que vá além das conceitualizações hegemônicas e impõe a reavaliação crítica das políticas e das ações de enfrentamento às violências contra as mulheres. É neste desafio teórico e epistemológico que o volume organizado por María José Gámez Fuentes, Sonia Núñez Puente e Emma Gómez Nicolau nos conduz ao longo de 16 capítulos, nos quais 23 autoras reescrevem histórias de mulheres vítimas de diferentes tipos de violência em mais de dez países pelo mundo.

No texto de apresentação, as organizadoras demarcam o percurso proposto para o livro: perceber «como, através de práticas diárias e ativistas, é possível agir para resistir ao poder, apesar das sujeições estruturais»¹ (p. 2), ou seja, trata-se de

¹ Em tradução livre, assim como as demais citações.

investigar manifestações nas quais a vulnerabilidade é mobilizada e reconfigurada como forma de resistência e existência para/por mulheres vítimas de violência.

Este posicionamento epistemológico advém do redirecionamento da reflexão sobre a vitimização. Situa-se nesta linha, a filósofa Judith Butler referenciada em diferentes momentos na publicação, e que propõe repensar vulnerabilidade e resistência como alternativa ao binário vitimização/agência. No texto de Butler, a discussão teórica mostra como estas diferentes noções estão imbricadas na ação da vítima e da agente. Em *Re-Writing women as victims: from theory to practice*, este olhar acurado e plural ganha materialidade ao ser mobilizado de diferentes maneiras para observar os contextos analisados. Além disso, esta perspectiva é ampliada e recontextualizada nos capítulos a partir dos diferentes diálogos propostos por suas autoras.

Para apresentar a diversas abordagens ao tema, os textos foram organizados em três seções: Políticas; Ativismo; Narrativas Culturais. Na seção dedicada à discussão de políticas, o capítulo de abertura, assinado pelas pesquisadoras Cristina Peñarín e Diana Fernández Romero, mostra como o testemunho de experiências em espaços de escuta e partilha contribuem para a reconstrução das subjetividades das vítimas de abusos sexistas em Espanha. Este trabalho, composto pela análise de 26 entrevistas biográficas, evidencia como a reciprocidade e o reconhecimento de vivências entre essas mulheres potencializa a transformação de vítimas em sobreviventes.

Destacamos, de seguida, algumas investigações que produzem, do nosso ponto de vista, «reescritas», como se propõe no título da obra, exemplares. Assim, Emma Dolan discorre sobre o processo de negociação em torno do pedido de desculpas do Japão à Coreia do Sul por conta das «*comfort women*». Esta denominação foi dada às mulheres capturadas e exploradas sexualmente em bordéis construídos para usufruto do exército japonês antes e durante a Segunda Guerra Mundial. A autora retoma este fato histórico para discutir como o acordo assinado em 2015 não ouviu as vítimas e transformou a questão em uma violação à Coreia do Sul enquanto Estado-nação. Além disso, destaca o fato de o acordo representar uma «seleção» entre as vítimas consideradas merecedoras de desculpas e reparação, em detrimento de milhares de mulheres de outras nacionalidades também exploradas naquele período.

Louis Tozer traz a violência sexual por outro viés, discorrendo sobre a construção da vítima de violação na Bósnia-Herzegovina. Neste trabalho, além de observar a sujeição de mulheres muçulmanas diante de uma política de guerra sexualizada, a autora analisa como os media internacionais estigmatizaram as mulheres como vítimas e as muçulmanas como violadas. Anne-Marie Veillette e Priscyll Anctil Avoine abordam as estratégias de resistência adotadas por moradoras de favelas brasileiras e mulheres ex-combatentes na Colômbia. Em ambos os contextos, apesar de suas particularidades, as mulheres estão sob forte opressão, marginalização e violência policial e estatal. No entanto, os trabalhos de campo

realizados nos dois países mostram como as mulheres desafiam essas estruturas para sobreviverem, numa expressão de coragem e ação política.

A importância da independência econômica no processo de superação das desigualdades de gênero é o tema central do capítulo 6, que versa sobre o acesso aos bens materiais e à posse como fator crucial para a emancipação das mulheres. No Camboja, contexto analisado por Olga Jurasz e Natalia Szablewska, expulsões forçadas e as leis que limitam a propriedade das mulheres são apontadas como fatores de obstrução à plena realização dos direitos socioeconômicos delas. No entanto, apesar destes obstáculos estruturais e culturais, as cambojanas são proprietárias de 65% das empresas privadas no país.

O capítulo 7 marca o início da seção Ativismo com a história não contada das mulheres quenianas que atuaram em diferentes frentes na luta pela liberdade do seu país. Com este resgate, Wanjiku Mukabi Kabira e Lanoy Maloy, recuperam histórias de mulheres militantes pela liberdade e afastam a percepção hegemônica e estereotipada sobre as mulheres africanas, reposicionando-as como agênticas e autodeterminadas. Seguindo essa perspectiva, os capítulos seguintes mostram, em diferentes contextos, como a resistência à vitimização passa pela capacidade de perceber a vulnerabilidade como ingrediente necessário à ação política. Na esteira desta percepção, Maria Martinez mostra como a participação de mulheres vítimas no ativismo traz as vozes dessas sobreviventes para a definição de programas e de políticas de apoio e de proteção às mulheres em Espanha.

Pelo seu lado, Virginia Villaplana Ruiz aborda o ativismo feminista transnacional através dos movimentos #NiUnaMenos e #VivasNosQueremos a partir da ocupação de novos espaços públicos. Este ativismo transnacional abre novos horizontes colaborativos através da apropriação da comunicação digital e, como define a autora, desafia os atuais sistemas de representação, hegemonia cultural e justiça social. Fenômeno semelhante ocorre com a disseminação da Marcha das Vadias (*SlutWalks*), vista como prática de subversão para «estuprar a lógica», nas palavras da autora do capítulo 10, Jessie A. Bustillos Morales. Neste trabalho, a investigadora destaca a oportunidade de reescrever as mulheres além do seu papel de vítimas através deste movimento ativista replicado pelo mundo.

A não-submissão à vitimização também está marcada no 11º capítulo do livro, assinado por Rahat Imran. Este trabalho aborda o caso da ativista paquistanesa Mukhtaran Mai, reconhecida internacionalmente em sua luta por justiça após ser vítima de estupro coletivo cometido como «reparação» de honra entre tribos. Seu ato é considerado uma transgressão às noções de honra tribal, gênero e classe ainda fincadas na cultura do Paquistão e que determinam os corpos das mulheres como «local em que a moralidade é construída ou rebaixada e a honra masculina sustentada ou degradada» (p. 141).

Na 3ª parte do livro, denominada Narrativas Culturais pelas organizadoras, os capítulos estão dedicados à investigação das disputas narrativas e suas consequências nas subjetividades das mulheres. Para iniciar este debate, as autoras

Laura Favaro e Rosalind Gill analisam a imposição de «atitude mental positiva» em revistas femininas e suas ligações à agência política das mulheres. Em suas reflexões, Favaro e Gill esclarecem que em sociedades neoliberais os indivíduos são interpelados a agirem a partir de uma psicologia positiva, na qual a positividade é compulsória e expressa pela disseminação de valores como a resiliência. Neste contexto, portanto, há o repúdio veemente às mulheres como vítimas. Afinal, na cultura pós-feminista a agência política é consequência do empreendimento individual em busca da felicidade.

Em diálogo com esta percepção, Sarah Banet-Weiser afirma que «nem a vitimização nem a agência devem ser glorificadas, entendidas como estáticas, vistas isoladamente ou percebidas como uma questão individual ou pessoal, pois a subordinação de gênero deve ser entendida como um problema sistêmico e coletivo em que as mulheres experimentam opressão e resistência» (p. 170). Para Banet-Weiser, vítima e agente são posições de sujeito profundamente inter-relacionadas.

Sue Kossew discorre sobre este tema a partir da análise do texto literário da escritora australiana Zoë Morrison. Em seu trabalho, a autora defende que a identificação de mulheres como vítimas não representa a completa desativação de sua agência política, como é verificado na história da personagem Alice Murray, vítima/sobrevivente de violências e misoginia durante sua trajetória.

Já Elena de Sacco observa as formulações da identidade da vítima/sobrevivente nos media contemporâneos do Reino Unido ao analisar o discurso de sobrevivente em dois casos de estupro. No primeiro, uma mulher vítima de violação aceita ficar frente a frente com seu agressor para perdô-lo como parte de um programa de justiça restaurativa. No outro caso, uma vítima de abusos durante a infância morre por suicídio, décadas depois dos abusos, após ser interrogada pelo advogado de defesa de seus agressores. O 16º capítulo encerra este amplo debate com a discussão da representação e resistência das vítimas de estupro na Índia. Nesta abordagem, Nandana Dutta chama a atenção para a solidão das mulheres vítimas de estupro, durante e após o ato de violência, e para a vergonha que lhes é imposta.

Este rico conjunto de investigações mostra que vulnerabilidade e resistência não são entidades discretas e, portanto, são experimentadas de formas diferentes pelas mulheres. Por isso mesmo, exige lentes alternativas às narrativas hegemônicas, possibilitando ver as mulheres vítimas para além da vulnerabilidade.

***Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil*, de Adriana Ramos de Mello. Lisboa: GZ Europa, 2020, 3.^a edição, 254 pp.**

Tiago Rolino

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), Investigador Junior

Este livro é o resultado da interseção entre o percurso profissional comprometido e a reflexão académica rigorosa da autora. Adriana Ramos de Mello, Juíza Titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio de Janeiro, analisa nesta obra a temática e problematização do feminicídio no Brasil, colocando na sua escrita o seu trabalho de largos anos como magistrada a lidar de perto com a realidade de mulheres vítimas de violências entre os anos de 2011 e 2015.

O estudo descreve um percurso lógico, crítico e sociojurídico sobre o tema no Brasil, na América Latina e em Portugal. Não o faz sem uma visão sustentada nas diversas teorias feministas² e identificando o Direito como um sistema patriarcal feito por homens e para homens. A autora cria uma ferramenta de aplicação teórico-prática tanto da aplicação da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (a chamada Lei Maria da Penha), como da Lei n.º 13.104, de 9 de março de 2015, que tipificou o crime de feminicídio no Brasil (não descurando a doutrina e a indicação de jurisprudência dos tribunais brasileiros). Em ambos os casos, a autora discorre sobre os contextos sociojurídicos que antecedem estas leis, mas também a sua elaboração e o seu corpo legal, passando por uma análise jurídica do direito internacional, dos protocolos de investigação, nacionais e internacionais, bem como da relação intrínseca entre o direito penal e a violência contra as mulheres.

Na terceira edição, Adriana de Mello acrescenta, além de nova legislação aprovada, o importante Formulário Nacional de Avaliação de Risco – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (anexo ao livro), o qual pretende identificar fatores que indiquem o risco de a mulher vir a sofrer qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas e familiares. O principal objetivo é contribuir para a atuação do poder judiciário e outros, mas também fornecer dados que orientem políticas públicas de prevenção. Introduce também um capítulo sobre o tratamento da violência doméstica em Portugal e sobre a não tipificação do crime de femicídio/feminicídio no ordenamento jurídico português.

O livro divide-se em sete capítulos numa sequência lógica hábil, especialmente na área jurídica, indo do geral para o particular e procurando manter uma coerência cronológica do exposto. No primeiro, «Os Conceitos do Feminicídio e

² Nomeadamente, Russel, Diana; Caputi, Jane (1992); Russel, Diana; Harmes, Roberta (2001); Campbel, Jacquelyn C. (2003); Lagarde, Marcela (2004); Washington-Valdez, Diana (2005); Ortuño, Ivone (2011); Pasinato, Wânia (2011).

Femicídio», a autora debruça-se sobre o debate sociojurídico entre os termos femicídio e feminicídio, abordando as suas origens, tipologias, evolução dos conceitos (especialmente na América Latina e nos Estados Unidos) e diferentes implicações e consequências da escolha entre um e outro. Tendo como base o fenómeno dos assassinatos e desaparecimento de mulheres e meninas em Ciudad Juarez, México, que nas palavras da autora «*passou a ser paradigma de violência contra as mulheres no país e no mundo*», Adriana de Mello traça a história do termo *feminicídio* e a ligação da sua escolha com a impunidade e a responsabilidade do Estado quando permite atentados contra a integridade, a saúde, as liberdades e as vidas das mulheres. Depois de analisar todos os conceitos existentes, a autora refere a sua preferência pelo termo *femicídio* considerando-o «*mais adequado e o mais simples para todas as línguas*», apesar de não ter sido este adotado na legislação brasileira. Termina referindo que, pese embora o Direito Penal Brasileiro apresente limitações e não disponha de ferramentas teóricas para lidar com todas «*as violações constatadas no campo social*», esse facto não deve impedir que, no futuro, se pensem em novas formas de conceber o Direito Penal rumo a uma maior proteção dos direitos das mulheres.

No segundo capítulo, «Marco Normativo Internacional e Feminicídio/Femicídio», a autora analisa o conjunto de normas existentes no ordenamento jurídico internacional relacionadas com o combate e a prevenção do assassinato de mulheres em razão do género. Dando ênfase ao facto de o direito internacional conseguir refletir as diversas faces e vertentes do movimento feminista e algumas das suas reivindicações, como «*o direito à igualdade formal, a liberdade sexual e reprodutiva, o fomento à igualdade econômica, a redefinição de papéis sociais e à diversidade sob perspectivas da raça e etnia*», Adriana de Mello salienta os tratados internacionais ratificados pelo Brasil e os casos internacionais (em específico o caso brasileiro Maria da Penha) que serviram como importantes precedentes internacionais. Aqui, a propósito da responsabilidade internacional dos Estados por violações dos Direitos Humanos, apesar de poderem ser responsabilizados internacionalmente a responsabilidade penal é sempre individual, mesmo quando o agente age na sua qualidade de autoridade ou governo, pelo que a tipificação dos crimes, onde se inclui o feminicídio/femicídio, é imprescindível para uma efetiva aplicação da justiça.

O terceiro capítulo, «A Tipificação do Feminicídio/Femicídio em Outros Países», discrimina diferentes formas de tipificação do crime de feminicídio/femicídio em países sul-americanos e o tratamento da violência doméstica e do feminicídio/femicídio em Portugal. Analisa e revê os ordenamentos jurídicos e a legislação de países como a Costa Rica, a Guatemala, o Chile, o Perú, o México e a Argentina, descrevendo a forma como estes tratam a defesa dos direitos das mulheres, a proteção das mulheres contra a violência e a maneira diferenciada como aqueles países tipificam os crimes de feminicídio/femicídio, fazendo distinção entre os que o criminalizam através de leis específicas e autónomas, os que incorporam o crime a um nível estatal/federal e aqueles cujas leis incorporam o feminicídio como qualificadora agravante do crime de homicídio nos seus códigos

penais. Descreve o tratamento da violência doméstica em Portugal, sua evolução, a adesão à Convenção de Istambul e o tratamento penal autónomo a partir de 2007, relatando os mecanismos existentes em Portugal de proteção à vítima de violência doméstica. Defende as vantagens da tipificação do crime de feminicídio/femicídio no ordenamento jurídico português, não tanto pela tipificação ou aumento de penas, mas pela visibilidade que a individualização desse crime traria.

No quarto capítulo, «A Violência Contra as Mulheres no Brasil», é feita uma resenha histórica da violência contra a mulher no Brasil, permitindo compreender melhor os processos históricos que formam o singular caso brasileiro e que culminam com a «A Lei Maria da Penha», nome dado ao quinto capítulo do livro, onde esta lei é analisada em toda a sua extensão, desde os trabalhos preparatórios e tentativas de declaração de inconstitucionalidade da mesma, mas também quanto à forma, aos aspetos processuais, à sua aplicabilidade, à sua importância e as suas falhas (em termos de alcance).

No sexto capítulo, «O Feminicídio no Brasil», há uma análise da política brasileira no combate e prevenção da violência contra a mulher, do tratamento por parte dos meios de comunicação social dos homicídios de mulheres e o contexto sociopolítico que culmina com a Lei n.º 13.104, de 9 de março de 2015, que tipifica o crime de feminicídio no Brasil. Ressalto três aspetos: a necessidade de existência de protocolos internacionais de investigação eficazes no que diz respeito aos homicídios de mulheres em razão do género; a insuficiente e reduzida participação dos representantes das vítimas; e a definição de mulher para efeitos da vítima do crime de feminicídio, onde a autora elenca três posições da doutrina brasileira – psicológica, cível e biológica – adotando na obra a posição de que será vítima de feminicídio toda a pessoa que «se identificar com o género feminino, independentemente da realização da cirurgia de mudança de sexo» e que seja morta em razão desta mesma condição.

O último capítulo, «Análise de Processos Relativos a Homicídios de Mulheres no Rio de Janeiro, no Período entre 2000 e 2010», faz uma análise breve, incisiva e completa de dados relativos aos processos de homicídio de mulheres nesse período, permitindo-nos uma melhor compreensão dos mecanismos de violência contra a mulher no Rio de Janeiro e conduzindo-nos, face à riqueza dos dados, a reflexões e formas de prevenção e combate da violência contra as mulheres.

Esta obra não se esgota numa mera ferramenta técnica jurídica e/ou académica, tendo o mérito de não se encerrar numa visão jurídico penalística sobre o feminicídio e a violência contra as mulheres em todas as suas vertentes. Vai mais longe e propõe uma visão jurídico sociológica analítica das realidades do Brasil e de outros países da América Latina, articulando a problemática da «*violência contra a mulher, em razão de ser mulher*», com a criminologia crítica que procura «*abordar o Direito Penal de forma a não fechá-lo ao aporte de outras áreas do conhecimento*», com as diversas teorias feministas, não só do Direito como de outras áreas.

Este diálogo transforma a obra num livro jurídico, feminista e dirigido a um público abrangente. É também um livro com o objetivo de consciencializar sobre a problemática da violência contra a mulher e da sua forma última: o feminicídio / femicídio, sendo ainda um instrumento de combate ao flagelo que vivem diariamente todas as mulheres. Nas palavras da autora «*Quando se fala em violência contra as mulheres, não há que se pensar apenas na sua forma física imediata, nem apenas na violência doméstica ou familiar. Em muitos outros matizes de violência que nós, mulheres, experimentamos diariamente na sociedade, podem ser detetados traços de violência de género – ainda que isso não seja explícito, sofremos violência constantemente pelo mero fato de sermos mulheres.*»